



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIX - SUP. "D" AO Nº 178 – TERÇA-FEIRA, 4 DE NOVEMBRO DE 2014

SECRETARIA-GERAL DA MESA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA

Atas de Comissões Temporárias do Congresso Nacional

BRAZÍLIA - DF

(*) Republicado, em 17/11/2014, para inclusão de atas.

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE Renan Calheiros - (PMDB-AL)	3º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI)
1º VICE-PRESIDENTE Jorge Viana - (PT-AC)	4º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)
2º VICE-PRESIDENTE Romero Jucá - (PMDB-RR)	SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º SECRETÁRIO Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)	1º - Magno Malta - (PR-ES)
2ª SECRETARIA Angela Portela - (PT-RR)	2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
	3º - João Durval - (PDT-BA)
	4º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 26 Líder Eunício Oliveira - PMDB (63,70) Líder do PMDB - 19 Eunício Oliveira (63,70) Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (105) Romero Jucá (40,104) Vital do Rêgo (107) Líder do PP - 5 Francisco Dornelles (64) Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88) Líder do PSD - 1 Sérgio Petecão (84,87) Líder do PV - 1 Paulo Davim (75)	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PCdoB/PSOL/PRB) - 23 Líder Humberto Costa - PT (116,121) Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,67,102) Inácio Arruda (89,96,115,127) Marcelo Crivella (36,120,128) Líder do PT - 13 Humberto Costa (116,121) Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,95) Anibal Diniz (25,99) Paulo Paim (94) Eduardo Suplicy (103) Líder do PDT - 6 Acir Gurgacz (49,55,67,102) Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86) Líder do PCdoB - 2 Vanessa Grazziotin (1,91,117) Vice-Líder do PCdoB Inácio Arruda (89,96,115,127) Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (18,76) Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (36,120,128)	Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM/SD) - 17 Vice-Líderes Mário Couto (34,61,123) Jayme Campos (28,106,110,124) Líder do PSDB - 12 Aloysio Nunes Ferreira (7,68,113) Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (80) Paulo Bauer (5,35,74,79) Líder do DEM - 4 José Agripino (2,10,14,44,46,77) Líder do SD - 1 Vicentinho Alves (42,54,71,111) PSB - 4 Líder Rodrigo Rollemberg - PSB (69,101) Vice-Líder Lídice da Mata (29,38,82,129) PROS - 1 Líder Ataídes Oliveira - PROS (98,108,114)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC) - 10 Líder Gim - PTB (56,58,59) Vice-Líder Alfredo Nascimento (41,66) Líder do PTB - 6 Gim (56,58,59) Vice-Líderes do PTB João Vicente Claudino (125) Mozarildo Cavalcanti (57,126) Líder do PR - 4 Alfredo Nascimento (41,66) Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (92) Líder do PSC - 0 Eduardo Amorim (17,47,48,72,131)	Governo Líder Eduardo Braga - PMDB (39) Vice-Líderes Gim (56,58,59) Benedito de Lira Jorge Viana Vital do Rêgo (107)	

EXPEDIENTE

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Diretor-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Coordenador Industrial	Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Atas e Diários Quésia de Farias Cunha Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar
--	--

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE REGISTROS LEGISLATIVOS DE
PLENÁRIOS E DE ELABORAÇÃO DE DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

1.1 – ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO CONGRESSO NACIONAL

1.1.1 – Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 651/2014

Ata da 2^a Reunião, realizada em 5 de agosto, 2 de setembro, 8 e 9 de outubro de 2014 4

1.1.2 – Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 652/2014

Ata da 1^a Reunião, realizada em 3 de setembro e 8 de outubro de 2014 58

1.1.3 – Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 653/2014

Ata da 1^a Reunião, realizada em 3 de setembro e 8 de outubro de 2014 60

Ata da 2^a Reunião, realizada em 29 de outubro de 2014 62

1.1.4 – Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 656/2014

Ata da 1^a Reunião, realizada em 29 de outubro de 2014 65

1.1.5 – Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 657/2014

Ata da 1^a Reunião, realizada em 29 de outubro de 2014 66

Ata da 2^a Reunião, realizada em 30 de outubro de 2014 68

1.1.6 – Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal; e ao superfaturamento na construção de refinarias

Ata da 13^a Reunião realizada em 8 de outubro de 2014 80

Ata da 14^a Reunião realizada em 22 de outubro de 2014 140

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 651, DE 2014, PUBLICADA EM 10 DE JULHO DE 2014, QUE “DISPÕE SOBRE OS FUNDOS DE ÍNDICE DE RENDA FIXA, SOB A RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA NA INTEGRALIZAÇÃO DE COTAS DE FUNDOS OU CLUBES DE INVESTIMENTO POR MEIO DA ENTREGA DE ATIVOS FINANCEIROS; SOBRE A TRIBUTAÇÃO DAS OPERAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS DE ATIVOS FINANCEIROS; SOBRE A ISENÇÃO DE IMPOSTO SOBRE A RENDA NA ALIENAÇÃO DE AÇÕES DE EMPRESAS PEQUENAS E MÉDIAS; PRORROGA O PRAZO DE QUE TRATA A LEI Nº 12.431, DE 24 DE JUNHO DE 2011; E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NOS DIAS 05 DE AGOSTO, 02 DE SETEMBRO, 08 E 09 DE OUTUBRO DE 2014, NO SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e cinquenta e quatro minutos do dia cinco de agosto de dois mil e quatorze, no Plenário número treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Romero Jucá, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 651, de 2014, com a presença dos Senadores Ricardo Ferraço, José Pimentel, Acir Gurgacz, Flexa Ribeiro, Waldemir Moka, Ana Amélia, Vanessa Grazziotin e Ana Rita; e os Deputados Newton Lima, Vanderlei Siraque, Guilherme Campos, Mendonça Filho, João Carlos Bacelar, João Dado, Vicente Cândido, Manoel Junior, Eduardo Sciarra, Otavio Leite, Pauderney Avelino e Arnaldo Jardim. Registra-se a presença de parlamentares não membros da Comissão: os Deputados Gabriel Guimarães e Leonardo Quintão. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião, dividida em quatro partes: a primeira, destinada a apreciação de Requerimentos; a segunda e a terceira destinadas à realização de Audiências Públicas para debater a Medida Provisória; e a quarta, destinada à apreciação do Relatório. O Deputado Newton Lima, Relator da matéria, apresenta os Requerimentos nºs 1 e 2, solicitando a realização de Audiência Pública. Colocados em votação, os requerimentos são aprovados. O Presidente convida os palestrantes Dyogo Henrique de Oliveira – Secretário-Executivo Adjunto do Ministério da Fazenda; Alexandre Comin – Secretário Adjunto da Secretaria de Desenvolvimento da Produção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Nelson Teixeira da Silva – Gerente de Projeto da Secretaria Nacional de Habitação; e Flávio Castelo Branco – Gerente Executivo de Políticas Econômicas da Confederação Nacional da Indústria; e Roberto Belchior da Silva – Diretor Jurídico da BM&FBOVESPA; para realizarem suas respectivas exposições. Ao término das exposições, o Senhor Presidente dá início à fase de interpelações parlamentares, bem como de réplicas e tréplicas dos convidados. Fazem uso da palavra os seguintes Parlamentares: Deputado Newton Lima, Deputado Vanderlei Siraque, Deputado Vicente Cândido, Deputado João Dado e Deputado Otávio Leite. A Reunião é suspensa às dezesseis horas e vinte e um minutos. A Reunião é reaberta às onze horas e vinte e um minutos do dia dois de setembro de dois mil e quatorze, no Plenário número treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Romero Jucá. A Presidência coloca em votação o Requerimento nº 3, do Senado Gim, para inclusão de participantes na Audiência Pública. O Requerimento é aprovado. O Presidente convida os palestrantes Rodolfo Zabisky - Coordenador do Brasil+Competitivo; Francesco Giannetti - Diretor Jurídico da União da Indústria de Cana-de-Açúcar; Carlos Buch Pastoriza - Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos; Franco Pallamolla - Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Artigos e Equipamentos Médicos, Odontológicos, Hospitalares e de Laboratórios; Marcelo Vieira - Representante da Comissão Jurídica e Tributária da Associação Brasileira da Indústria Química; e Roberto de Oliveira - Presidente da Associação Brasileira do Segmento de Reforma de Pneus; para realizarem suas respectivas exposições. Ao término das exposições, o Presidente dá início à fase de interpelações parlamentares, bem como de réplicas e tréplicas dos convidados. Fazem uso da palavra os seguintes Parlamentares: Deputado Newton Lima, Deputado Vanderlei Siraque e Deputado Otávio Leite. A Reunião é suspensa às treze horas. A Reunião é reaberta às onze horas e vinte e quatro minutos do dia oito de outubro de dois mil e quatorze, no Plenário número seis da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Romero Jucá. A Presidência passa a palavra ao Relator, Deputado Newton Lima, para leitura do Relatório. É concedida vista coletiva da matéria, nos termos do §1º do art.132, do Regimento Interno do Senado Federal. O Deputado Mendonça Filho solicita verificação de quórum para manutenção da reunião às onze horas e trinta e cinco minutos. O Presidente comunica a presença de quórum mínimo, nos termos do art. 28 e do §2º do art. 29, do Regimento Comum do Congresso Nacional. Usam da palavra os Deputados Manoel Junior, Mendonça Filho, Otavio Leite, Carlos Zarattini, João Carlos Bacelar, Arnaldo Jardim, Pauderney Avelino e Alfredo Kaefer. A Reunião é suspensa às treze horas. A Reunião é reaberta às treze horas e trinta e quatro minutos do dia nove de outubro de dois mil e quatorze, no Plenário número seis da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Romero Jucá. A Presidência passa a palavra ao Relator, Deputado Newton Lima, o qual faz a leitura de Errata ao Relatório e ao Projeto de Lei de Conversão anteriormente apresentados. Usam da palavra para discutir a matéria os seguintes parlamentares: Deputado Eduardo

Cunha, Deputado Mendonça Filho, Senador Gim, Senador José Pimentel e Deputado Alfredo Kaefer. Encerrada a discussão, são apresentados os Requerimentos de Destaque nºs 4 e 5, da Senadora Ana Amélia, solicitando destaque para a votação das emendas nºs 3 e 4, respectivamente. Colocados em votação, os Requerimentos são aprovados. O Deputado Manoel Junior apresenta os Requerimentos de Destaque nºs 6 a 13. Os Requerimentos são retirados pelo autor. Colocado em votação, ressalvados os destaques, o Relatório com as alterações propostas pela Errata, é aprovado e passa a constituir Parecer da Comissão, o qual conclui pelo atendimento aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da MP e das emendas apresentadas; pela adequação e compatibilidade financeira e orçamentária da MP e das emendas apresentadas; e, no mérito, pela aprovação da Medida Provisória e pela aprovação, total ou parcial, das Emendas nos 2, 25, 42, 44, 45, 46 52, 68, 74, 83, 148, 153, 155, 158, 159, 161, 163, 164, 165, 166, 168, 171, 172, 176, 179, 180, 183, 184, 190, 192, 193, 194, 205, 229, 239, 245, 247, 254, 258, 259, 262, 264, 265, 271, 272, 282, 283, 300, 301, 303, 304, 310, 312, 318, 324 e 329, na forma do Projeto de Lei de Conversão que apresenta, bem como da Errata apresentada ao Relatório, com o acolhimento total das Emendas nº 5 e 111 e parcial da Emenda nº 196, e pela rejeição das demais Emendas. Colocada em votação a Emenda nº 3, objeto do Requerimento de Destaque nº 4, é aprovada, e passa a integrar o texto do Projeto de Lei de Conversão aprovado. Colocada em votação a Emenda nº 4, objeto do Requerimento de Destaque nº 5, é rejeitada. O Presidente coloca em votação a Ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quatorze horas e quatorze minutos, lavrando eu, Marcos Machado Melo, Secretário da Comissão, a presente Ata, que será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Romero Jucá, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Romero Jucá**, Presidente

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – Damos por iniciada a reunião da Comissão da Medida Provisória nº 651.

Convido para fazer parte da Mesa o Dr. Alexandre Comin, Secretário-Adjunto da Secretaria de Desenvolvimento da Produção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio; o Dr. Dyogo Henrique de Oliveira, Secretário Executivo Adjunto do Ministério da Fazenda; o Dr. Flávio de Castelo Branco, Gerente Executivo de Políticas Econômicas da Confederação Nacional da Indústria; e o Dr. Roberto Belchior da Silva, Diretor Jurídico da Bovespa. Também convidado para fazer parte da Mesa o Relator, Deputado Newton Lima. (*Pausa.*)

Bom, conforme previsto, iniciamos a audiência pública sugerida pelo Relator, Deputado Newton Lima, registrando que faremos outra audiência pública no dia 2 de setembro para ouvir setores do empresariado.

Estamos ouvindo o posicionamento do Governo, de confederações e de setores do sistema produtivo e daremos prosseguimento, devido ao número de itens e à demanda por questões estruturantes para a nossa economia, conforme o Deputado Newton Lima sugere, e a Presidência acata, no próximo dia 2 de setembro, às 11 horas, quando faremos uma audiência pública para ouvir os convidados relacionados pelo Deputado Newton Lima para essa segunda audiência pública.

Logo após a segunda audiência pública, o Relator irá trabalhar nas mais de 300 emendas a essa medida provisória que foram recebidas. A nossa ideia é podermos votar essa matéria na Comissão e, talvez, já na Câmara dos Deputados no esforço concentrado de setembro ou entre o primeiro e o segundo turnos das eleições, lembrando que essa medida provisória, de extrema importância para a economia do País, perde sua validade no início de novembro. Portanto, nós vamos ter um prazo bastante justo, bastante apertado para os encaminhamentos de tantos assuntos relevantes.

Dando início ao debate e à audiência pública, concedo a palavra ao Dr. Dyogo, representante do Ministério da Fazenda.

De quanto tempo V. Exª precisa? Dez minutos? Quinze minutos? Trinta minutos?

O SR. DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA – Dez minutos está bom.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – V. Exª tem dez minutos para suas considerações iniciais.

O SR. DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA – Muito boa tarde a todas e a todos.

Sr. Presidente, Senador Romero Jucá, Deputado Newton Lima, Relator, demais colegas da Mesa, senhoras e senhores, a Medida Provisória nº 651, como bem mencionou o Senador Jucá, é de grande importância para a economia brasileira. Ela traz um conjunto de medidas que, em resumo, buscam a redução dos custos de operação das empresas, a redução dos custos financeiros e dos custos de investimento, a simplificação tributária em algumas questões, o incentivo às exportações e, como resultado desse conjunto, uma melhoria geral da competitividade das empresas brasileiras.

Eu discorrerei rapidamente sobre cada uma dessas medidas que estão inseridas na medida provisória e, acredito, posteriormente teremos um espaço para perguntas e para debate.

Então, a primeira medida... Aqui não está na ordem dos artigos da medida provisória; eu vou mais pela ordem da importância da medida. Então, a primeira medida é a continuidade da desoneração da folha. Os senhores sabem que vários setores, hoje, mais de 50 setores, têm a possibilidade de substituir a contribuição patronal da Previdência da folha para o faturamento, e isso enseja uma redução da carga tributária para diversos setores e, acima de tudo, para as exportações, uma vez que não há incidência no faturamento, na receita de exportação. Então, é uma medida que não só é uma redução para o setor em termos de carga tributária sobre o trabalho, mas é, em particular, um grande incentivo para a exportação. Essa medida tinha validade até o final deste ano de 2014, mas, a partir da Medida Provisória nº 651, passou a ter perenidade.

A segunda medida visa a resolver problemas que várias empresas e pessoas físicas possuem de débitos com a Receita Federal e com a Procuradoria-Geral, débitos inscritos também na dívida ativa, através da reabertura da possibilidade de adesão ao Refis.

A reabertura pode ser feita até o dia 25 de agosto, portanto neste mês, e o parcelamento pode ser feito em até 180 meses, com reduções para encargos, multas, juros, com o pagamento de uma entrada, o que é, na verdade, é a principal alteração que a medida provisória em si traz, uma vez que está sendo reduzida essa entrada em relação ao que estava previsto na legislação já em vigor.

Então, a partir da Medida Provisória nº 651, o valor da entrada fica reduzido a 5% para dívidas de até R\$1 milhão, a 10% para dívidas de valor entre R\$1 milhão e R\$10 milhões, a 15% para dívidas de valor entre R\$10 milhões e R\$20 milhões e a 20% para dívidas de valor superior a R\$20 milhões.

A medida traz, ainda, para todas as pessoas físicas e jurídicas que possuam parcelamento ativo, a possibilidade de fazer a quitação do parcelamento, utilizando créditos tributários de base negativa de CSLL e de Imposto de Renda para quitação do parcelamento, com o pagamento mínimo de 30%, em dinheiro.

Na seara das exportações, a medida traz a reinstituição do Reintegra, um programa que devolve aos exportadores aqueles tributos que, por diversos motivos, são retidos ao longo da cadeia produtiva e não são passíveis de restituição. Então, no momento da exportação, através do programa Reintegra, o exportador recebe esse crédito na forma de um crédito de PIS e Cofins, que pode, inclusive, ser objeto de pedido de restituição e recebido em dinheiro. A medida provisória determina que esse valor a ser devolvido deve variar entre 0,1% e 3% e que caberá, portanto, ao Ministério da Fazenda, ao Poder Executivo, a definição desse percentual.

Na seara da redução dos custos de financiamento e da redução dos custos para investimento, a medida provisória traz o incentivo para as emissões em mercado de ações para as pequenas e médias empresas. São consideradas nesse critério empresas que tenham valor de mercado de até R\$700 milhões e receita anual de até R\$500 milhões. As empresas que se encontrarem nessas condições e que fizerem uma emissão de ações propiciarão aos investidores que adquirirem essas ações a isenção do Imposto de Renda sobre o ganho de capital obtido com essas ações. Dessa maneira, incentivam-se as empresas a buscarem se financiar através desse mecanismo, que é um mecanismo menos custoso que o financiamento bancário tradicional.

Ainda nessa linha, nós estamos prorrogando a validade dos incentivos fiscais para a emissão de debêntures para o financiamento de projetos de infraestrutura. Essas debêntures também são um mecanismo alternativo de busca de financiamento para projetos de infraestrutura e elas têm benefício de redução de Imposto de Renda sobre os rendimentos das debêntures. E por essa nossa medida nós estamos prorrogando a validade de 31 de dezembro de 2015 para 31 de dezembro de 2020.

Estamos criando também nessa medida provisória o tratamento tributário para as emissões de Fundos de Índices de Renda Fixa, também conhecido pelo nome de ETFs de Renda Fixa. Esse mecanismo de ETF de Renda Fixa é um veículo de investimento que ainda não está disseminado no mercado brasileiro, mas que tem grandes possibilidades de se tornar uma fonte de financiamento de longo prazo para a economia brasileira, à medida que, pela sua natureza, pela maneira como é estruturado, permite que o investidor tenha uma liquidez, uma possibilidade de se desfazer do investimento diretamente na Bolsa de Valores, enquanto o fundo em si pode adquirir títulos de valores mobiliários de mais longo prazo, porque ele não necessita de uma liquidez de curtíssimo prazo.

Então, essa Medida 651 define a tributação desse veículo de investimento e, na própria definição, ela já traz o incentivo para que haja o alongamento do prazo, à medida que as alíquotas de tributação são proporcionais ao tempo, ao prazo médio de duração desses fundos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA – De modo que ficou estabelecido uma alíquota de 15% para investimentos acima de 720 dias de prazo médio na carteira; 20% para fundos que tenham um prazo médio de 181 a 720 dias; e 25% para aqueles que tenham até 180 dias. Portanto, percebe-se que há uma progressividade. Quanto menor for o prazo, maior é a tributação, e vice-versa.

Ainda em relação ao ETF, de modo a viabilizar a sua estruturação e facilitar o seu funcionamento, estamos aqui permitindo que o Tesouro Nacional, a preços normais, a preços de mercado, possa vender títulos diretamente a esses fundos. Isso evita que eles tenham dificuldades para formar as suas carteiras e atender ao regulamento e aos índices que ele se propõe a perseguir.

Na linha da simplificação tributária, temos duas medidas que visam dar maior segurança jurídica e maior eficiência no regulamento de tributos. No caso de integralização de cotas de fundos de investimentos com ativos financeiros, estamos definindo que cabe ao administrador do fundo que receber esses ativos financeiros, no momento da capitalização, fazer o recolhimento de eventuais tributos que incidam na condição de substituição tributária do proprietário desses títulos. Isso resolve um grande problema que o mercado vinha enfrentando à medida que não estava muito claro na legislação quem seria o responsável por esse recolhimento.

Assim também, no caso da operações de empréstimo de ações, estamos definindo que cabe à tributação sobre o ganho de capital. Particularmente estamos falando da tributação sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio pela companhia emissora. Havia questões no mercado e distorções relativas à incidência desse tributo, e estamos deixando muito claro que, assim como nas demais situações, o juro sobre capital próprio também será tributado no caso de empréstimo de ações para fundos de investimento.

Há, ainda, algumas outras medidas de simplificação e facilitação. No caso do FGTS, estamos permitindo que os débitos de até R\$20 mil deixem de ser objeto de cobrança judicial, uma vez que o custo dessa cobrança para o Poder Executivo e para o próprio Judiciário supera este valor de R\$20 mil, e, também, no caso de débitos inferiores a mil reais, deixa-se de fazer a inscrição em dívida ativa.

Dessa maneira, digamos, estamos reduzindo o contencioso no Judiciário, mas não quer dizer que essa dívida não será cobrada. Ela será cobrada por meios administrativos, inclusive quando oportuno, quando necessário, através da inscrição em sistemas de inadimplência.

Bom, também nessa linha da simplificação, estamos dispensando a retenção dos impostos, no caso de aquisição de passagens aéreas dentro de um programa que o Governo está desenvolvendo de centralização da aquisição dessas passagens. Haverá uma grande redução dos custos das passagens com esse programa e, no caso, não se acha necessário manter a retenção na aquisição da própria passagem. O recolhimento será feito normalmente pelas empresas, como todas as demais empresas fazem na apuração do tributo.

Só para esclarecer, anteriormente a essa legislação, a empresa era obrigada a reter o percentual relativo aos tributos no momento da aquisição da passagem, e isso é, digamos, uma especificidade dessas aquisições que são feitas pelo Governo.

Estamos, também, facilitando a importação em situações de calamidade, permitindo que os órgãos intervenientes disciplinem o registro e a maneira como essas operações serão feitas em situações em que há a necessidade de importar mercadoria devido a uma situação de calamidade. A nossa legislação não tinha uma previsão muito clara sobre essas questões.

Há, ainda, uma medida que trata da venda de participações em empresas. São aqueles casos em que há algumas empresas especializadas em adquirir participações em outras empresas, e nós estamos estabelecendo que elas serão tratadas da mesma maneira com que são tratadas as operações dos bancos de investimento.

Ou seja, haverá incidência do PIS/Cofins e será deduzido o valor de aquisição. O PIS e a Cofins incidirão pela diferença entre o valor da aquisição e o valor da venda dessas ações.

Ainda temos nesta Medida a ampliação do limite de financiamentos que podem ser garantidos pelo FGhab. Estamos ampliando isso de 1,4 milhão de unidades para 2 milhões. O FGhab é um fundo garantidor que serve para cobrir os riscos de danos físicos ao imóvel e de morte e invalidez permanente nos casos de financiamentos imobiliários. O FGhab, no caso, é para os financiamentos abarcados, incluídos dentro do Programa Minha Casa Minha Vida. Então, o limite estava estabelecido em 1,4 milhão e, por esta medida, ele é aumentado para 2 milhões.

Em relação à Casa da Moeda, estamos alterando a legislação que rege a Casa da Moeda, permitindo a ampliação dos valores de uma doação que o Governo brasileiro fez ao Governo do Haiti, em virtude do terremoto e de toda a crise humanitária pela qual aquele país passou. Nós fizemos a doação do papel, do dinheiro deles, que é o gourde, e nós estamos aumentando isso de R\$4,2 milhões para R\$9 milhões, em virtude de que a situação do Haiti continua merecedora da nossa cooperação.

Ainda em relação à Casa da Moeda, estamos permitindo que a Casa da Moeda faça a comercialização de moedas comemorativas. Essa é uma medida explorada por muitos países que têm desenvolvido o mercado de moedas comemorativas. E, aqui no Brasil, havia uma restrição para os canais de venda dessas moedas. Com essa medida, nós estamos deixando mais claro que a Casa da Moeda pode atuar na comercialização das moedas comemorativas.

Por fim, na verdade ainda ligado ao parcelamento, estamos esclarecendo que há a dispensa dos honorários advocatícios nas ações que vierem a ser desistidas em razão da adesão aos parcelamentos.

Como veem, é um conjunto amplo de medidas, mas são todas medidas endereçadas à simplificação, à redução de custos e à melhoria da competitividade das empresas brasileiras.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – Agradeço ao Dr. Dyogo a precisa explanação sobre a importância desta medida provisória e dos itens extremamente relevantes.

Gostaria só de fazer uma observação, Dr. Dyogo, já para anotação da equipe do Ministério da Fazenda. No item 3, de quitação de parcelamento, a gente observou no texto – e eu e o Relator já tratamos sobre isso – que, na verdade, a despeito do prejuízo fiscal, está sendo possível a utilização para o pagamento do parcelamento, mas se explicitam especificamente dívidas, parcelas tributárias. E existem parcelamentos que são feitos com dívidas tributárias e não tributárias, foram feitos parcelamentos gerais. Então, na verdade, nós queremos fazer um pequeno ajuste, até porque vai ser difícil agregar daquela parcela que está sendo paga efetivamente do Refis o que é tributário, o que não é tributário, já que foi feita uma negociação única, foi feito abatimento, perdão de multa e há uma parcela que vai ser abatida efetivamente com o prejuízo fiscal.

Então, nós vamos fazer a emenda – já conversei com o Relator –, mas é apenas uma questão que eu gostaria de citar até para simplificar e para proteger um pouco Estados e Municípios, já que, não sendo só tributário, vai-se poder abater outras dívidas e, portanto, não vai precisar abater o IPI e o Imposto de Renda. Assim, vai sobrar um pouco para os Estados e Municípios que estão numa situação difícil. Portanto, é uma espécie de parceria no abatimento também dessa questão, mas é uma observação para a gente discutir. O Relator Newton Lima já está atento a essa questão.

O SR. NEWTON LIMA (PT - SP) – Mas é importante, Senador Romero Jucá, nós também estarmos atentos à parcela dos recursos destinados ao Fundo de Participação de Estados e Municípios nesse Refis.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – Sim, eu estou registrando exatamente isso. Quer dizer, na hora em que você pode, com prejuízo fiscal, abater algo que não seja só dívida tributária – portanto, Imposto de Renda e IPI estarão nesse pacote de dívida tributária –, ela pode ser estendida a outros abatimentos, sobram mais recursos de dívidas tributárias para não ser abatidos e, então, para ser pago e para irrigar o cálculo do FPM e do FPE. Então, na verdade, é um ajuste que, creio, atende as empresas e, ao mesmo tempo, Estados e Municípios. É só uma observação para ficar registrada.

Eu gostaria de chamar o Dr. Nelson Teixeira, gerente de projeto da Secretaria Nacional de Habitação, para fazer parte da Mesa também.

Passo a palavra ao Dr. Alexandre Comin, Secretário Adjunto da Secretaria de Desenvolvimento e Produção do Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio.

O SR. ALEXANDRE COMIN – Boa tarde, Senador Romero Jucá! Boa tarde, Deputado Newton Lima, em nome de quem eu saúdo a Casa e os meus colegas de Mesa, agradecendo pelo convite.

Meu colega Dyogo foi bastante detalhado, analítico, entrou em todos os pontos e vou, ao contrário, tentar ser bastante sintético, começando pela última frase dele. Acho que o sentido mais geral das medidas mais importantes desta medida provisória é mais um esforço do que caracterizou essa administração em termos de desoneração do setor produtivo, de simplificação de tributos e de obrigações, de um modo geral tendo como mote, como objetivo final, a competitividade, tendo em vista um contexto internacional de competição cada vez mais acirrado.

Gostaria de comentar somente a respeito de dois aspectos, que são os mais importantes do ponto de vista da competitividade e sobretudo do ponto de vista das atribuições do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Primeiro, com relação à desoneração da folha de pagamento, gostaria só de registrar algumas cifras, porque os dados sobre a desoneração da folha são realmente muito impressionantes. Em termos nominais, de 2012 até 2014, o acumulado dessas desonerações já supera R\$20 bilhões. Cada real entra diretamente como elemento de competitividade em três sentidos pelo menos: em estimular produção ao reduzir custo; permitir que esses produtos cheguem a um preço menor no mercado é um estímulo à formalização e contratação de trabalhadores, um apoio diretamente sobre a questão do emprego, uma parte importante da equação econômica desta administração que permitiu a criação de milhões de empregos nesses anos, enquanto que o desemprego vem aumentando em praticamente todas as partes do mundo; e, em terceiro lugar, um estímulo às exportações, como aqui foi destacado pelo Dyogo.

Só mencionaria que a maior parte desses incentivos foram para o setor da indústria de transformação, pelo menos metade disso em cada ano. E, se somarmos o setor da indústria de transformação com as atividades de tecnologia de informação e serviços de informação de modo geral, quase 70% desses estímulos foram coloca-

dos nos setores que, de alguma maneira, enfrentam direta ou indiretamente a concorrência internacional. Acho que essa foi talvez a nossa maior medida em termos de estímulo à competitividade no que diz respeito a custo.

Só gostaria de dizer que isso é um passo numa caminhada. Quer dizer, o importante do que foi decidido recentemente foi garantir a permanência, a perenidade desse programa, mas acredito que, na medida em que o tempo passa, podemos pensar na expansão dele. A desoneração da folha é uma luta longa que vamos ter que travar, o espaço fiscal neste momento está muito restrito. Já é uma dica para o Relator, no sentido de há muitas emendas no sentido de ampliar o setor, que avaliamos isso com uma certa dificuldade, mas a ideia é que a desoneração da folha entrou na agenda brasileira, não é para sair, é para continuar, é para ser discutida.

Segundo, queria falar rapidamente sobre a questão do Reintegra. É com muita alegria que trazemos para esta Casa a reinstituição do Reintegra. Diante das nossas dificuldades, é muito importante que tenhamos conseguido colocar de volta isso em pauta. A gente percebe uma dificuldade muito grande por uma série de fatores, sobretudo do mercado internacional na questão das exportações, e o Reintegra, na verdade, não é uma invenção brasileira, na verdade estamos fazendo aquilo que muitos países já fazem, inclusive com um esforço de restituição de impostos muito maior do que foi colocado aqui.

Acho que o sentido é o mesmo, quer dizer, com essa medida provisória o recado para o País é que colocamos isso de volta na agenda. Isso veio para ficar na agenda. Nós também temos restrições fiscais neste momento e, por isso, a nossa pretensão é começar com alíquotas de restituição baixa, mas a discussão é que ela deva crescer permanentemente na medida que for possível.

Só queria fazer um destaque, Relator. Diferentemente do caso da Medida Provisória, o entendimento do nosso jurídico é de que isso não deve ser regulado em lei. Conforme levantamento que fiz, há algumas medidas neste sentido, e a gente entende que isso deverá ser definido em regulamento do Executivo *a posteriori*. O fundamental é garantirmos em lei o retorno do Reintegra e que possamos trabalhar isso com calma no futuro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – Fechando a participação dos organismos do Governo, passo a palavra ao Dr. Nelson Teixeira da Silva, Gerente de Projetos da Secretaria Nacional de Habitação.

O SR. NELSON TEIXEIRA DA SILVA – Boa tarde. Antes de mais nada me desculpem, mas tenho um uso compartilhado com o Alexandre. Antes de mais nada, agradecer em nome da Secretaria de Habitação, Inês Magalhães, a oportunidade da participação, pedindo desculpas pelo atraso.

Para ser bem breve, acho que o Dyogo já fez uma explanação bastante abrangente da medida, que é de cunho eminentemente tributário. O que justifica, na verdade, também a nossa pequena participação, a participação da Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, como disse o Dyogo, é um dos artigos da medida provisória que amplia a possibilidade de contratarmos de 1,4 milhão para 2 milhões de unidades as unidades financiadas, no âmbito do programa Minha Casa Minha Vida, que contam com cobertura do Fundo Garantidor da Habitação Popular.

Como o Dyogo também falou, é um fundo que cobre os seguros de danos físicos do imóvel, morte e invalidez permanente. Também agregaria outro fator bastante interessante, que é a cobertura de perda temporária de renda do mutuário. Então, além da questão da segurança do sistema, na medida em que o fundo garante ao agente financeiro o retorno, no caso de eventual perda de renda, e também garante a cobertura da dívida, no caso de sinistro por morte, invalidez ou danos físicos do imóvel, também acrescentaria o Fundo Garantidor como um grande fator de inclusão social das famílias até R\$5 mil, que é o teto do programa Minha Casa Minha Vida hoje, na medida em que este fundo, ao substituir o tradicional seguro habitacional, implica, beneficia o mutuário com o barateamento da ordem de 30% do encargo devido mensalmente, na medida em que ele substitui o seguro. Ele é um fundo, como os senhores sabem, que conta com a participação da União, por meio de integralização de quotas, e conta também com a participação dos agentes financeiros, que recolhem também um percentual sobre o financiamento devido.

A relevância do tema está bem colocada. A urgência que nos levou a propor a inclusão nesta Medida Provisória foi porque, em 1º de julho, já estávamos prestes a integralizar o limite legal de 1,4 milhão e, ultrapassando esse limite, a Caixa Econômica Federal, na qualidade de gestora deste fundo, seria obrigada a sinalizar para uma interrupção no mercado de contratações com este fundo, o que levou o Governo a propor a inclusão deste dispositivo também na medida provisória, caracterizando assim a urgência da matéria. Então, propusemos essa elevação de mais 600 mil unidades habitacionais financiadas, que podem ser-lhe com o Fundo de Garantia. É basicamente o Fundo de Garantia que está alicerçando esses financiamentos.

Então, eu gostaria de destacar, agregando às palavras do Dyogo sobre a questão da perda temporária da renda do mutuário, que pode renegociar o pagamento à frente do contrato, o fator da inclusão social desse

fundo, na medida em que ele, ao baratear o encargo mensal, pois substituiu o seguro, realmente permite que mais pessoas possam acessar o crédito e, consequentemente, a moradia digna.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Newton Lima. PT - SP) – Muito obrigado, Nelson.

Cumprimentando todos, passo imediatamente a palavra ao representante do setor industrial nesta primeira audiência, Sr. Flávio de Castelo Branco, Gerente Executivo de Políticas Econômicas da Confederação Nacional da Indústria.

Obrigado por ter aceito o convite.

O SR. FLAVIO PINHEIRO DE CASTELO BRANCO – Boa tarde, Sr. Relator, Deputado Newton Lima, Sr. Presidente, Senador, e aos demais Parlamentares e a todos os que estão aqui.

Inicialmente gostaria de usar o tempo para contextualizar um pouco a razão desta medida. Na verdade, o setor industrial está vivendo um período de bastante dificuldade. Este primeiro semestre foi um semestre de queda. O IBGE, na semana passada, apresentou dados que mostram queda da produção no primeiro semestre, e nós hoje, na CNI, divulgamos os nossos dados, mostrando novamente a atividade industrial em retração. Isso mina a confiança do empresário, posterga projetos de investimentos e tudo isso está ligado, em grande parte, à baixa competitividade dos produtos brasileiros.

Essa medida atende a alguns dos pontos que impactam essa baixa competitividade. Ao atender, ao atuar sobre a agenda pró-competitividade, nós estaremos criando espaço para a retomada do investimento que será, com toda certeza, a razão principal de uma retomada da economia brasileira e do setor industrial que, esperamos, ocorra em breve.

A medida provisória, como eu mencionei aqui, atende a diversos pontos. Esses pontos já foram apresentados, mas eu vou me permitir aqui destacar quatro desses pontos sobre os quais a CNI e o setor industrial trabalharam bastante, inclusive aqui nas Casas do Congresso em outras oportunidades.

A restituição do Reintegra é uma medida muito positiva e ela vem agora em caráter permanente. Nas vezes anteriores, o Reintegra teve um horizonte de vida muito curto; era temporário e isso não permitia às empresas ter um horizonte suficientemente pleno para programar os seus investimentos voltados à exportação, que é um mercado que trabalha com prazos mais longos. Então, essa restituição em caráter permanente é bastante positiva.

O Reintegra vem para compensar aqueles tributos, como o Secretário mencionou, que estão na cadeia produtiva e que não são recuperáveis. E a nossa Constituição mesmo diz que as exportações devem ser imunes dos tributos, coisa que todos os países no mundo fazem para aumentar a competitividade dos produtos nos mercados internacionais.

Estudos mostram que esses tributos não recuperáveis alcançam, às vezes, até 6% do valor do preço do produto. O Reintegra está aí, nessa nova versão, com uma alíquota a ser definida em legislação complementar ou através de regulamentação entre 0,3% e 3%. Nós já tentamos, quer dizer, inicialmente sinalizar com uma alíquota mais baixa; que se procure viabilizar a possibilidade de atender às demandas de uma recuperação mais próxima do que o valor teto que está na medida provisória, na medida em que isso é fundamental para melhorar a rentabilidade dos projetos de exportação. As exportações devem ser vistas como uma das alavancas de uma retomada futura do crescimento da economia brasileira, e nós enfrentamos dificuldades muito sérias de concorrência dos mercados internacionais. Então, esse é o nosso ponto de atenção no caso da medida do Reintegra.

Outro ponto importante a destacar é a restituição ou a reabertura do Refis. O Refis vem agora em condições um pouco mais favoráveis para as empresas, e essa reabertura vai permitir que muitas empresas que se encontram em situação de inadimplência para com seus tributos possam retomar a sua normalidade.

Essa situação de inadimplência está intrinsecamente ligada às características do sistema tributário, um sistema tributário complexo, oneroso para as empresas, com tributos em cascata, cumulatividade. Aponta aí que, na verdade, sem uma revisão mais profunda do sistema tributário brasileiro que, esperamos, possa entrar na pauta em breve, como reforma tributária ou com o nome que nós dermos para essas mudanças, nós vamos atacar esses problemas para evitar justamente a necessidade de se restituir programas dessa natureza com certa frequência como nós temos observado repetidamente.

Quer dizer, não é do interesse das empresas se manterem inadimplentes, porque uma empresa inadimplente, evidentemente, sofre uma série de limitações e, com isso, ela limita a sua capacidade de produzir, limita os seus horizontes de investimentos e, assim, vai impactar negativamente o próprio crescimento da economia.

E sempre lembrar que a normalização da situação financeira das empresas, além desse aspecto positivo sobre a atividade econômica, que deve ser o nosso objetivo maior, ela também tem, em um segundo momento,

um impacto positivo nas próprias receitas dos tributos, porque as empresas, em uma situação de normalidade, produzindo mais, vão, evidentemente, recolher mais tributos.

Um terceiro ponto para o qual gostaríamos de chamar a atenção é a questão da desoneração da folha. É outra medida que estava em caráter temporário. Novamente, mesma situação do Reintegra, na questão da temporalidade. Um instrumento temporário não dá segurança às empresas para planejar a sua estratégia, os seus investimentos. Com mais segurança quanto ao novo mecanismo, elas podem então aproveitá-lo de forma mais plena. Esse mecanismo trouxe redução de custos para as empresas, melhoria, portanto, da competitividade, e agora, em caráter mais permanente, evidentemente o horizonte fica mais claro. E, com o horizonte mais claro, as empresas tendem a investir mais. Quer dizer, é novamente uma medida que melhora o ambiente para o investimento e, como eu mencionei exatamente no começo da minha intervenção aqui, Sr. Relator, a retomada do investimento é crucial para o nosso crescimento

É bom lembrar – eu estou deixando aqui esse texto que eu preparei para deixar aqui com a Comissão – que na CNI nós fizemos uma sondagem com as empresas industriais, e todas elas, os segmentos industriais que já estão no processo da nova sistemática são favoráveis à manutenção da nova sistemática; e era uma demanda deles tornar esse processo permanente. Os benefícios que já eram identificados com clareza, não tanto na intensidade que se espera, até porque o próprio ambiente econômico nesses últimos dois anos não foi muito favorável ao setor industrial, então esses benefícios podem se materializar com mais intensidade.

O último ponto a destacar aqui das medidas, sem desmerecer os demais que já foram elencados, é o programa de incentivo à abertura de capital das pequenas e médias empresas. Ele vem ao encontro de reduzir o custo de capital e aumentar o volume de financiamento para as empresas de menor porte que têm dificuldade em obter fundos para realizar os seus projetos de investimentos. A redução dos custos, os incentivos aos aplicadores vai criar um novo mercado, e, esperamos, temos certeza de que isso vai ser positivo.

Vem até ao encontro um projeto que a CNI apoia dentro do Congresso Nacional, o chamado projeto Brasil+Competitivo, que não é exatamente similar ao projeto atual, mas que tem um ponto de convergência bastante significativo. Então, essa é uma medida também positiva; não é de natureza tributária, é de natureza financeira – quer dizer, tem uns aspectos tributários, mas ele é mais de natureza de financiamento –, mas esperamos que seja muito positivo também para a retomada dos investimentos.

E, feito isso, depois desses quatro pontos, há algumas observações que nós gostaríamos de deixar.

Essas medidas, todas elas, atenderam e atendem a demandas e discussões que o setor industrial vem tendo com o Executivo e na tramitação dos projetos nesta Casa. Elas não são a solução definitiva para as dificuldades da competitividade do produto brasileiro, sem dúvida nenhuma, mas elas minimizam o impacto, principalmente nessa conjuntura adversa, de um sistema tributário oneroso e de uma dificuldade que as empresas têm com relação ao custo de capital e recursos para os seus projetos de investimentos. Ou seja, reduzem um pouco os entraves à competitividade, o chamado custo Brasil.

Evidentemente que esta medida poderia e pode ser objeto de aperfeiçoamento. A gente entende, na verdade, que nós temos outras oportunidades de fazer esses aperfeiçoamentos, de avançar, inclusive em um ambiente às vezes mais viável e mais propício. A CNI, na semana passada, apresentou para a sociedade e, principalmente, direcionada aos candidatos às eleições, não apenas à eleição para presidente, mas às eleições ao Congresso Nacional, um conjunto de propostas com foco explícito no aumento da competitividade dos produtos brasileiros. Muitas de natureza tributária, algumas das medidas que estão aqui estão contidas ou já fazem parte desse conjunto de propostas que nós apresentamos, e, se elas forem implementadas de forma antecipada, ou seja, se nós avançarmos na agenda pró-competitividade, mais cedo ainda, creio, a reação da indústria brasileira será positiva.

(Soa a campainha.)

O SR. FLAVIO PINHEIRO DE CASTELO BRANCO – Eu acho que com isso eu encerro aqui a minha participação e vou deixar esse pequeno documento para a Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – Agradeço ao Dr. Flavio.

Passo a palavra ao Dr. Roberto Belchior da Silva, Diretor Jurídico da BM&F Bovespa.

O SR. ROBERTO BELCHIOR DA SILVA – Boa tarde a todos. Agradeço ao Presidente da Mesa, Senador Romero Jucá, e ao Relator, Deputado Newton Lima, pelo gentil convite.

Em benefício do tempo, vou procurar aqui muito mais ressaltar aspectos que são tocantes principalmente ao mercado de capitais e pontos que nos chamaram a atenção, como resultado da propositura de emendas – mais de 300 emendas, como o Senador mencionou. E acabamos nos concentrando em emendas que nos parecem merecer o nosso apoio, tendo em vista virem ainda a aprimorar a medida provisória, duas delas que nos ressaltam um pouco de preocupação.

Em primeiro lugar, gostaria de comentar com os senhores que a medida provisória foi vista como uma ótima notícia para o nosso mercado de capitais. Infelizmente, em mais de 10 anos, ou em aproximadamente 10 anos, tivemos, pela primeira vez, neste primeiro semestre de 2014, um semestre inteiro sem uma nova emissão de ações no Brasil.

Vivemos um círculo virtuoso desde 2004 até agora, recentemente, passando por um período muito profícuo entre 2006 e 2007. Com a crise internacional, vimos aí um decréscimo. Então, a medida provisória, de fato, é uma excelente iniciativa, muito aguardada pelo mercado, e nos traz aqui ótimas notícias.

Passando, então, aos aspectos que nos chamam a atenção, por assim dizer, em relação à medida provisória, separamos cinco emendas que, a nosso ver, merecem o nosso apoio e ser avaliadas pela Comissão, pelos Srs. Congressistas, como medidas bastante positivas que vieram ainda a aprimorar a medida provisória em seus mais variados aspectos.

A primeira delas é a Emenda nº 162, de autoria do Deputado Arnaldo Jardim, que basicamente prevê uma alteração mecânica, diria, no art. 50 da medida provisória, que trata da sistemática de emissão, de lançamento, dos chamados ETFs – *Exchange Traded Funds*. É um ajuste fundamentalmente destinado a dar celeridade aos processos do Tesouro Nacional. Então, parece-nos ser uma medida bastante adequada para que tenhamos sucesso na emissão desses títulos e da sua negociação.

Estamos, então, passando o eslaide 5, por favor.

A próxima emenda é a Emenda nº 165, também bastante oportuna, no que se refere ao aprimoramento da redação da Medida Provisória nº 651. Basicamente, é uma emenda que propõe ajustes aos arts. 10, 12, 13 e 15 da medida. Vem aprimorar a redação desses artigos, o que acaba trazendo para o nosso sistema de empréstimos de valores mobiliários um aspecto bastante positivo, que é a eliminação de uma lacuna tributária, onde determinadas operações acabavam fazendo com que não houvesse a tributação de juros sobre capital próprio distribuídos. Então, essa emenda visa a eliminar exatamente essa lacuna.

Evoluindo para o eslaide 6, temos aqui ainda algumas medidas, ou a complementação das medidas trazidas por essa emenda, também aprimoramentos à tributação do nosso Sistema de Empréstimos e de Títulos de Valores Mobiliários. Basicamente, trata-se de um aprimoramento da sistemática de aplicação, que vemos como algo positivo para o produto, de um modo geral, para que o mercado possa desenvolver-se.

No eslaide 7, passamos especificamente aos pontos que tratam das empresas de pequeno e médio portes, que são, a nosso ver, um avanço enorme trazido pela Medida Provisória nº 651. Temos tido já, ao longo dos últimos anos, conversas bastante oportunas e amplas com vários setores da economia.

A Bolsa, obviamente, como um ambiente propício à listagem dessas companhias, vê, de fato, uma demanda reprimida, que vem agora ser contemplada com a medida provisória, com a desoneração que esta medida traz para o investimento, em ações a serem emitidas por empresas de pequeno e médio portes, desde que, obviamente, observadas as questões previstas na medida provisória, principalmente no que se refere à observância de níveis elevados de governança corporativa, de proteções ao investidor, de divulgação de informação. Obviamente, é o que se quer em um mercado de capitais desenvolvido.

A Emenda nº 163 traz o que nos parece ser um incentivo necessário ao desenvolvimento deste mercado, na medida em que ela esclarece alguns aspectos específicos em relação à tributação dos investimentos feitos pelo público investidor nessas pequenas e médias empresas. Mais uma vez, essa é uma importante fonte de financiamento para empresas que venham a acessar o mercado de capitais, via captação de poupança.

Passando para ao próximo eslaide, temos a Emenda nº 164, que também nos parece bastante oportunidade, na medida em que preserva empresas elegíveis que ainda venham a fazer emissões ou ofertas públicas de ações, mas temos ainda, em todo esse mapeamento que fizemos, empresas que ainda não fizeram emissões de ações que poderiam e deveriam ser, a nosso ver, também contempladas pela medida provisória. Essa emenda vem permitir exatamente que o incentivo fiscal também se dê em relação às empresas que já tenham o seu capital aberto, mas que ainda não tenham feito uma oferta pública de ações.

Adiante, temos um ajuste pontual, trazido pela Emenda nº 161, também bastante oportuno, que trata da contemplação de um produto recém-lançado, ou recém-normatizado, pelo Conselho Monetário Nacional, por intermédio da Resolução nº 4.263, Certificados de Operações Estruturadas, conhecidas pelo acrônimo COE. A emenda visa exatamente trazer também para a medida provisória a possibilidade de compensação de perdas incorridas com esses investimentos.

Por fim, dentre as emendas vistas como bastante oportunas, temos a de nº 34, que vem trazer, a nosso ver, um esclarecimento importante, um avanço no que se refere à compensação de impostos pagos no exterior, com ganhos eventualmente auferidos no Brasil, algo que vai em linha com o que se quer em relação ao fomento dos setores produtivos.

Dividindo com os senhores, aqui, as preocupações em relação a duas emendas, refiro-me especificamente às Emendas, de n°s 101 e 326, que a nosso ver poderiam representar, especialmente em face de recentes avanços introduzidos na regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários. O meu colega da CNI comentava as dificuldades pelas quais o setor industrial passa. No mercado de capitais não é diferente. Empresas abertas têm um custo de observância alto. Então, uma das medidas recém-introduzidas pela Comissão de Valores Mobiliários visa a simplificar e baratear as sistemáticas de divulgação de informações por companhias abertas, ao mesmo tempo em que traz o fomento a uma divulgação mais célere e de maneira mais disseminada, através do uso da Internet. Essas duas emendas trazidas à medida provisória acabam representando um risco a esse avanço, na medida em que voltam a trazer a obrigatoriedade de publicação em jornais de grande circulação, além da disponibilização de informações via Internet.

Eram esses os pontos que gostaríamos de trazer, representando o mercado de capitais, mais uma vez cumprimentando o Governo Federal pela edição da medida provisória, que conta com o nosso apoio.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – Agradecendo ao Dr. Roberto Belchior, passo a palavra ao Relator, Deputado Newton Lima.

O SR. NEWTON LIMA (PT - SP) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Cumprimento a todos os presentes e, em especial, agradeço a presença de todos os convidados nesta primeira audiência da MP nº 651.

Quero, na qualidade de Relator, primeiro, exaltar o fato de que a medida provisória encaminhada pelo Governo tem – e nós acabamos de testemunhar – um amplo apoio dos diferentes setores da nossa economia, particularmente do mercado de capitais e da nossa indústria, o que certamente vai facilitar, e muito, o nosso trabalho.

Conquanto tenhamos 334 emendas apresentadas, por Senadores e por colegas Deputados, sobre as quais estamos nos debruçando para fazer uma análise detalhada de cada uma das contribuições, esta primeira audiência pública, Sr. Presidente, já nos dá a segurança de que os pontos de eventual debate com o Governo, na preparação a partir das audiências públicas, vão estar bastante limitados, o que nos vai permitir caminhar, penso eu, para a construção, a partir do diálogo, de um acordo que venha de fato garantir o papel que o Parlamento tem de fazer: ouvir a sociedade e aperfeiçoar as medidas que o Executivo encaminha.

Então, em primeiro lugar, quero parabenizar o Governo, por ter conseguido construir uma proposta de medida provisória bastante elogiada, e a nossa expectativa é a de que possamos, de fato, como é a marca do Ministério da Fazenda e dos demais ministérios envolvidos, evoluir ainda mais na direção de atender pleitos justos e equilibrados que foram propostos pelos Parlamentares das duas Casas.

Faço, em especial, uma menção até curiosa, porque coube a nós, ao Senador e a mim, a oportunidade de, em papéis trocados, trabalharmos a primeira medida provisória de desoneração da folha de pagamento, tão elogiada hoje e cuja importância da perenização foi tão exaltada.

Na primeira medida provisória, se não me lembro, V. Ex^a, Senador Romero Jucá, era o Relator, e eu, o Presidente. Acho que afetava 19 setores, mais ou menos. Aperfeiçoamos aqui e ali, e penso que chegamos a 56 setores da economia, o que mostra o êxito dessa medida provisória e a necessidade de que ela pudesse ser, a partir do êxito, perenizada.

Portanto, é uma curiosidade o fato de nós dois termos estado juntos, naquele primeiro momento, e, hoje, temos a oportunidade de participar deste momento histórico, em que, de fato, os diferentes setores da economia ganham mais competitividade ao trocarem a contribuição previdenciária pelo lucro, a partir das normas, entre 1 e 2% da receita bruta.

Penso que também a perenização do Reintegra...

Falo como Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Indústria Nacional, como sabem o Siraque, o Alexandre, o Ministro Mauro Borges e o ex-Ministro Pimentel, e, em todas as oportunidades que tivemos, pude, nesta condição, em nome dos meus Colegas que compõem a Frente Parlamentar em Defesa da Indústria Nacional, levar essa reivindicação da CNI, que é de praticamente todos os setores industriais brasileiros que exportam para garantir mais produtividade, mais condições de incentivarmos a exportação, tão importante, neste mundo tão competitivo, com tanta desaceleração econômica. Há um excesso de produtos, ficando mais difícil de fazê-lo. A medida do Governo vem ao encontro de uma reivindicação, diria, unânime dos segmentos.

Penso eu, Sr. Presidente, que estamos no caminho certo. Vamos, no dia 2 de setembro, com o encaminhamento de V. Ex^a, permitir que alguns setores que nos vêm demandando apoios e preocupações com algumas das emendas apresentadas, ouvir segmentos importantes da indústria, mesmo no mercado de capitais, para que possamos identificar eventuais necessidades de aperfeiçoamento no diálogo com o Governo antes da apresentação do relatório por este Deputado.

Muito obrigado.

Eram essas as considerações.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – Agradeço ao Deputado Newton Lima.

Passo a palavra ao Deputado Vanderlei Siraque.

O SR. VANDERLEI SIRAQUE (PT - SP) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero cumprimentar o Deputado

Newton Lima, o Senador Romero Jucá, todos os que estiveram presentes. Foi de grande valia a presença de todos os representantes do MDIC, do Ministério da Fazenda para que possamos ter uma ideia melhor, principalmente o nosso Relator.

Nós defendemos o Reintegra. Quero aproveitar a oportunidade para dizer que acho o Reintegra importante para a competitividade da indústria nacional, especialmente eu como Presidente do setor químico, petroquímico e plástico do Brasil, da cadeia produtiva desse setor, que tem um déficit na balança comercial de 32 bilhões de dólares. Da mesma forma, ocorre com a aviação, a indústria de defesa e todos os setores exportadores brasileiros.

Queria pedir ao Sr. Presidente e aos Deputados, especialmente ao Relator Newton Lima, que foi um grande Prefeito e Reitor da Universidade Federal de São Carlos, que pudéssemos aprovar a Emenda nº 321. Eu a assinei junto com o Deputado Pedro Uczai, embora de forma diferente, pois eu não estava na Casa. Daí, fizemos duas emendas, mas, na verdade, com o mesmo objeto.

A Emenda nº 321 trata do Proies, do sistema de ensino superior municipal. Os Municípios têm a obrigação de manter o ensino infantil e, quando não for o caso, dos jovens e adultos no aspecto que trata da alfabetização, mas não têm obrigação de manter o ensino superior. Ocorre que alguns Municípios, preocupados com o ensino superior, antes da Constituição de 1988, criaram instituições municipais de ensino superior. Posso citar, na minha região, São Caetano do Sul, Santo André, São Bernardo do Campo, entre outros.

Tivemos algumas dúvidas jurídicas, e foi publicado...

Desculpem-me. Os meus óculos quebraram. É a pobreza dos Deputados, mas o importante é a finalidade. Desculpe, Senador. Não é nenhuma afronta aqui, mas é porque eu os derrubei no avião, e pisaram em cima. Não tenho outro.

Então, a Lei nº 12.989 resolveu uma questão jurídica. Acontece que ela não foi amplamente divulgada; ela foi divulgada mais no Estado de Santa Catarina. Algumas instituições de ensino superior municipais se beneficiaram, através do chamado Proies. De que isso trata?

Não sei se consigo me expressar direito aqui para os Srs. Deputados e Srs. Senadores, mas as instituições recolhem o Imposto de renda pago pelos seus trabalhadores e, obrigatoriamente, têm de repassar à Receita Federal ou à Receita Municipal. Como se tratava de instituições municipais, houve uma dúvida jurídica se eram instituições públicas municipais ou não, e elas recolheram para os cofres dos Municípios. A partir de um determinado momento, a Receita Federal começou a cobrar o recolhimento em duplicidade. Então, foi para os Municípios, e a Receita federal disse que tinha de ser recolhido para a Receita Federal.

Vou citar o Município onde resido. Lá, temos a Fundação Santo André, em que tivemos o orgulho e o prazer de o Newton Lima, enquanto Reitor, ter dado uma assessoria na época do Celso Daniel.

O SR. NEWTON LIMA (PT - SP) – Mas eu não tratei desse tema. Foi da criação do curso de Engenharia.

O SR. VANDERLEI SIRAQUE (PT - SP) – Não. Esse tema vem depois. Senão, nós não teríamos esse conflito, Deputado Newton Lima.

Só para se ter uma ideia, ela tem um recolhimento de cerca de R\$108 milhões, para o Município de Santo André ou para a Receita Federal. Uma parte foi depositada em juízo, R\$52 milhões; outra parte foi recolhida aos cofres municipais; e outra parte não foi recolhida para ninguém. Esse é um exemplo, mas temos 77 instituições, Deputado relator Newton Lima, Presidente Romero Jucá, no Brasil todo, que têm o mesmo problema. São 77 instituições.

O que estamos pedindo? Não estamos pedindo para criar direito novo. Estamos pedindo para ampliar o prazo da adesão ao Proies. O direito já tinha sido criado pela Lei Federal nº 12.989, que venceu no dia 10 de julho, mas não foi dada ampla publicidade, não sei por quê. Formalmente, ninguém pode desconhecer uma lei que foi publicada, sabemos disso. Agora, politicamente, do ponto de vista da legitimidade, o que estamos pedindo não é a criação de direito novo, mas a ampliação do prazo: dar mais 30 dias para aquelas instituições que desejarem entrar no Proies. São 77 instituições de diversos Estados do Brasil, em que há Prefeitos do PSDB, do PMDB, do PT, do DEM, de diversos Partidos. Não é uma questão localizada.

Estamos pedindo para fazer uma audiência pública para que os senhores, Senadores e Deputados, possam entender melhor, com os Prefeitos, com os Secretários...

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – Tem emenda, Deputado?

O SR. VANDERLEI SIRAQUE (PT - SP) – Tem a Emenda nº 321.

Mas, assim mesmo, se não tivesse emenda, o Relator poderia, em tese, como bom convededor da área da educação...

Então, não é justo que o Município vá arcar, porque, se ficar do jeito que está...

Vou dar o exemplo da Fundação, porque fui professor da Fundação Santo André. A lei que criou a Fundação dizia o seguinte: se ela não arcar com as consequências, quem vai arcar vai ser o Município. Vamos perder R\$108 milhões, ou seja, vai à falência a Fundação e vai à falência o Município Santo André e outros 76 Municípios.

Então, a emenda é a Emenda nº 321, que gostaria que fosse acatada. Não é uma questão localizada. Citei um exemplo local, mas não é um interesse local; é interesse do País e de justiça. É a prorrogação do prazo. Só isso. Porque a lei já existe, só que está prescrita. São 30 dias a mais – só isso –, e a dívida não paga entra no Refis. É bom para a Fazenda, porque vai ser recolhida, se entrar no Refis, dado um prazo. O que foi pago para os Municípios que fique para os Municípios; o que não foi pago, que vá para a União, na forma do Refis.

Vou parar por aqui. Não vou falar de outras questões políticas. Até não fui autorizado a divulgar, mas é muito justo, é legítimo. Ninguém está pedindo a criação de direito novo. Então, que pudéssemos fazer uma audiência pública.

Agora, há outro problema que é o prazo, que vence agora, se não me engano, no dia 7 de setembro, que pode ser prorrogado e ir para novembro a validade da nossa medida provisória nossa. Então, que pudéssemos realizar esta audiência, Presidente e Relator, na próxima reunião. Posteriormente, a gente passa os nomes, embora o requerimento já tenha sido feito. É isso. Gostaria que fosse aprovado.

Muito obrigado. Não sei se consegui me expressar direito.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – Acho que tem solução mais simples.

Com a palavra o Relator Newton Lima.

O SR. NEWTON LIMA (PT - SP) – Penso que o Senador Romero Jucá tem razão. Talvez seja desnecessário fazermos uma reunião com os 77... Vários dos reitores já me ligaram. É claro que vamos conversar com a Fazenda. Eu pediria que a Fazenda pudesse analisar com muita sensibilidade. Não se trata de renúncia fiscal, de reformulação da Lei nº 12.989...

O SR. DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA – Não temos oposição.

O SR. VANDERLEI SIRAQUE (PT - SP) – Prorrogação do prazo.

O SR. NEWTON LIMA (PT - SP) – Não há oposição.

Não havendo oposição, já está acolhida.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – Está acolhida. Não precisa de audiência pública.

O SR. NEWTON LIMA (PT - SP) – São duas emendas, uma sua e uma do Pedro Uczai.

Parabéns pela iniciativa, não só por Santo André...

O SR. VANDERLEI SIRAQUE (PT - SP. *Fora do microfone.*) – A minha e do Pedro Uczai tratam da mesma questão.

O SR. NEWTON LIMA (PT - SP) – É a mesma. Sei disso.

O SR. VANDERLEI SIRAQUE (PT - SP. *Fora do microfone.*) – Como nós dois não estávamos no mesmo momento na Casa...

O SR. NEWTON LIMA (PT - SP) – É isso.

Só para dizer, então, Dyogo, muito obrigado por explicitar que o Relator...

O SR. VICENTE CANDIDO (PT - SP) – Não, mas eu gostaria que o Dyogo pudesse se...

O SR. NEWTON LIMA (PT - SP) – Ele acabou de fazê-lo. (*Risos.*)

O SR. VANDERLEI SIRAQUE (PT - SP) – É que é importante.

O SR. DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA – Da minha parte, não temos oposição, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – Passo a palavra ao Deputado João Dado, que pediu a palavra, e, depois, ao Deputado Otávio Leite.

O SR. JOÃO DADO (SD - SP) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Parlamentares, queria fazer uma reflexão acerca da Emenda nº 160, notadamente ao representante do Ministério da Fazenda e ao Sr. Relator, nosso amigo Deputado Newton Lima.

Essa emenda do Deputado Arnaldo Jardim trata da redução de alíquotas para artigos e equipamentos para cultura física, ginástica, atletismo definidos nos códigos da TIPI. Naturalmente, ela promove e provoca renúncia de receita fiscal. Gostaria de fazer a defesa da emenda.

Já tivemos na Casa um projeto de lei que tratou sobre essa matéria.

O SR. NEWTON LIMA (PT - SP) – Qual o número mesmo, João Dado?

O SR. JOÃO DADO (SD - SP) – Cento e sessenta. É do Deputado Arnaldo Jardim. Eu também já tive projeto tramitando na Câmara dos Deputados tratando notadamente do mesmo tema.

Muitas vezes fala-se em cuidar da saúde das pessoas, e é importante que tenhamos redução de carga tributária em remédios, em equipamentos cirúrgicos e assim por diante, porque tratam da saúde da população, mas as academias de saúde são as academias de ginástica, e isso está plenamente comprovado, notadamente nos países de primeiro mundo, que são povos que aprenderam a exercitar o corpo, de forma que o organismo se defende melhor das patologias, das doenças, e depende menos de atendimentos à saúde por parte do próprio Estado. Então, a reflexão que gostaria de fazer, e até pediria que o Dr. Dyogo nos ajudasse na reflexão, é a respeito da repercussão.

Há uma renúncia fiscal, mas em que isso repercutiria em termos de redução de assistência à saúde, na medida em que houvesse a redução da carga tributária desses equipamentos e eles fossem mais facilmente oferecidos à sociedade brasileira para que, praticando ginástica, praticando exercícios físicos de maneira habitual, tivesse mais saúde a própria população que viesse a praticar esses exercícios físicos e a ginástica de forma habitual?

Então, gostaria de pedir a reflexão do Dr. Dyogo, representante do Ministério da Fazenda, porque me parece que, ainda que ocorra uma renúncia fiscal, podemos, na outra mão dessa medida, ter uma proliferação desses equipamentos para ginástica, para exercícios físicos e, com isso, uma população brasileira mais bem preparada, com menos necessidade de assistência à saúde.

Gostaria também de destacar, e o Deputado Newton Lima conhece, programas importantíssimos: academias ao ar livre, do Ministério do Esporte, e Academia da Saúde, do Ministério da Saúde. É notável definirmos que o Governo atual já compreendeu e implantou dois programas em Ministérios distintos para instituir academias ao ar livre, em praças. Fizemos emendas parlamentares que geraram academias ao ar livre. Também o Ministério da Saúde implanta e tem implantado, próximos a nosocômios, a hospitais, a unidades básicas de saúde, academias com esses equipamentos. São as Academias da Saúde.

Nesse sentido, pediria uma reflexão aprofundada do nosso Relator e amigo Deputado Newton Lima e dos membros do Ministério da Fazenda, porque me parece que, se o Governo implanta academias de saúde, poderia oferecer-las com tributação, através dos equipamentos que são utilizados; seria uma tributação um pouco menor, o que viabilizaria a implantação de mais academias pela própria municipalidade.

Os Municípios de forma geral talvez pudessem adquirir essas academias a preços menores, em função de uma carga tributária menor. Com isso, o resultado seria o mesmo e oferecer à população brasileira mais academias de ginástica para exercícios físicos e mais saúde para todos.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Romero Jucá.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – Com a palavra o Deputado Vicente Cândido.

O SR. VICENTE CÂNDIDO (PT - SP) – Sr. Presidente, Senador Romero Jucá, Sr. Relator Newton Lima, demais membros da Mesa, Dyogo, representante do Ministério da Fazenda, Ministério da Indústria e Comércio, da Secretaria da Habitação, todos os demais membros, sou subscritor da Emenda nº 229, ou 230, se não me falha a memória, a pedido da associação brasileira dos produtores de PET. Está aqui o Marcelo Guerra, Presidente da entidade. Queria atenção especial do Relator e da Comissão, já que estão aqui os dois órgãos de Governo que dialogariam com essa emenda, Fazenda e Ministério da Indústria e Comércio.

Na justificativa, bastante sucinta, dizemos que temos 3,5 milhões de toneladas a serem tratadas no Brasil e que só tratamos 10% desse lixo reciclável. Temos uma balança comercial muito negativa nesse ponto; importamos praticamente tudo do México. Então, com um tratamento a partir da emenda acatada pela Comissão, é possível reverter essa balança, reativar o setor. Das 10 empresas, quase todas estão com dificuldade de sobrevivência. Essa medida viria reativar o setor e ajudaria inclusive viabilizar a Lei de Resíduos Sólidos, que está com emenda, inclusive nesta medida provisória, para ser prorrogada. Medidas como essa de incentivo dessa natureza mexem com a balança comercial e com o meio ambiente e ajudam a viabilizar uma lei que aprovamos aqui há alguns anos e que achamos de suma importância.

Deputado Newton Lima, se V. Exª pudesse atender a entidade para que ela pudesse expor melhor mais dados, para que o senhor pudesse fazer juízo de valor, ficaria muito grato.

O SR. VANDERLEI SIRAQUE (PT - SP) – Presidente, queria só registrar o meu apoio à emenda do Deputado Vicente Cândido.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – Está bom, Deputado Vanderlei.

Com a palavra o Deputado Otávio Leite.

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB - RJ) – Meu Presidente, Senador Romero Jucá, eminentes Relator, demais convidados, queria dizer da satisfação de poder compartilhar desta Comissão Mista, que tenho certeza será fértil em debate e, em consequência, produzirá um efeito positivo sobre nossa economia.

Vou ser pontual. Farei uma indagação, apenas a título doutrinário, conceitual, para que a Mesa se pronuncie. Basicamente, refiro-me à questão do mercado de capitais.

Se quero empreender algum tipo de atividade, negócio, ou tenho capital – primeiro eu tenho a proposta, ideia, etc. – ou pego emprestado com o pai, alguém: ou vou a um banco e me arrebento nos juros da vida; ou aguardo uma linha de crédito, qualquer que seja, que pode ou não acontecer; ou vou ao mercado de capitais.

Nosso mercado de capitais ainda tem muito que se desenvolver, em face da dimensão da nossa economia, a sétima do mundo. Então, tudo que for para fortalecer essa variante importante para a expansão das atividades econômicas é bom. No entanto, hoje, no Brasil, temos cerca de 343 ou 350 empresas listadas em Bolsa, só aquelas que estão acima de um patamar muito elevado em termos de faturamento ao ano. Esforços já vêm sendo empreendidos pela própria Bolsa para que as empresas médias possam também fazer jus a isso, médias no sentido BNDES da palavra, de 20 a 400 milhões de arrecadação ao ano, de faturamento. Há mais de 15 mil empresas no Brasil nessa faixa que não acessam o mercado de capitais e que poderiam muito bem expandir suas atividades, gerando emprego e renda.

Essa proposta tem o condão de sinalizar um caminho ao permitir que as médias empresas possam acessar o mercado de capitais, mas queria ponderar que me parece que seria adequado dar um tratamento um pouco mais radical à questão, radical no sentido grego da palavra, de raiz do problema.

A raiz do problema, eu diria, parte de dois eixos: um, estímulo ao empresário, empreendedor, e, dois, estímulo ao investidor. O estímulo ao investidor já está contemplado no dispositivo do projeto, embora outros projetos, nesta Casa, ou melhor, na Casa de lá, já trataram dessa matéria. Tive a honra de apresentar um deles. É preciso ter algum atrativo para quem vai investir. Quem pode investir em ações no Brasil? Quem tem alguma reserva. Quem tem alguma reserva? Vamos aos 26 milhões de brasileiros que declaram Imposto de Renda: 14 milhões no simplificado e 12 milhões no completo. Ali tem o norte dos brasileiros que tem uma pequena poupança, ou jogam na poupança ou vão para um CDI da vida, mas que poderiam ir ao mercado de capitais. Números que tenho indicam que é pequeno o montante de brasileiros que vão ao mercado de capitais. Para esses mercados de capitais irem adiante, têm que ter pessoas interessadas. Então, daí a lucidez de propor um incentivo ao investidor. No entanto, e o empresário? E o empreendedor? E o negócio?

Não temos cultura de média empresa abrir ações. Não temos cultura disso. É preciso quebrar uma série de paradigmas. Outros países estão n vezes mais avançados que o nosso nesse ponto. Acho até que pequena e microempresa têm que entrar nisso também. Aliás, meu sonho é, um dia, o Brasil ter uma espécie de bolsa de valores de pequena e microempresa.

Mas é este outro viés que eu queria sublinhar, Sr. Relator: o empreendedor. Propusemos – há emendas nessa direção – que, ao lado desse incentivo, se criasse um para o empreendedor. Se tenho uma planta industrial qualquer e preciso, para expandi-la, de 50 milhões e se não tenho um pai que me empreste, não vou ao banco porque vou me arrebentar, a lei de crédito não vem, por que não pegar, acessar o mercado de capitais, com toda retaguarda técnica que se faz necessária? Se eu assim optar, vou ter um custo. Dos 50 milhões de que preciso para investir na expansão da minha empresa, pelo menos 20 milhões vão ficar no meio do caminho, em gastos legais, como CVM, abono para Bolsa, advogados, contadores, etc., que têm um custo médio de 15% ou de 20%. Então, se eu se tenho 50 milhões, 10 milhões ficam pelo caminho.

Qual é a nossa proposta? A nossa proposta é permitir que parte desses 10 milhões que gastei como custo da minha decisão de expandir a minha atividade pelo mercado de ações, pelo menos parte dele, eu possa me creditar em impostos vindouros. Não estou tirando receito de nada; estou apenas, em um cenário projetado para um futuro de desenvolvimento econômico, de mais atividade sendo expandida, prevendo uma facilidade que isso signifique um estímulo.

Temos que quebrar culturas, temos que quebrar paradigmas, temos que implantar essa cultura. Tem que ter estímulo. Não adianta só o investidor. Tem que ter estímulo para o empreendedor, sem perder receita atual.

Essa é a mecânica, eminente Relator, que queria aduzir. Peço para V. Ex^a considerar as nossas emendas com relação a isso, que as estude, porque tenho certeza que elas têm o condão de contribuir, sim, para um cenário novo que se quer com uma Bolsa de Valores mais forte ainda no Brasil. Queria a opinião dos senhores, que o representante da Bolsa e alguém do Governo possam se manifestar também um pouco sobre essa ideia. O que acham da ideia? Boa ou ruim? Vale a pena ou não? Vamos discutir ou deixa para lá? Por favor.

Obrigado. Muito obrigado a todos pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – Fica o desafio feito pelo Deputado Otávio Leite.

Isso, na verdade, vai ser discutido quando da elaboração e discussão do relatório, já que é uma emenda apresentada.

Encerrando essa audiência pública, coloco em votação o Requerimento nº 1, do Relator Newton Lima, que efetivamente convidou as autoridades desta reunião.

Em votação.

As Srs. Parlamentares que aprovam fiquem como se encontram. (Pausa.)
Aprovado.
(É o seguinte o requerimento aprovado:

REQUERIMENTO N° 1, DE 2014

Requeiro, nos termos dos art. 58, § 2º, incisos II, da Constituição Federal, e nos termos do Regimento Comum, a realização de audiência pública para debater a matéria constante da Medida Provisória nº 651, de 9 de julho de 2014, que dispõe sobre os fundos de índice de renda fixa, sob a responsabilidade tributária na integralização de cotas de fundos ou clubes de investimento por meio da entrega de ativos financeiros; sobre a tributação das operações de empréstimos de ativos financeiros; sobre a isenção de imposto sobre a renda na alienação de ações de empresas pequenas e médias; prorroga o prazo de que trata a Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011; e dá outras providências, conforme segue:

Dia 5 de agosto de 2014, Audiência pública, com os seguintes convidados:

Guido Mantega – Ministro da Fazenda;

Mauro Borges – Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio;

Inês Magalhães – Secretaria Nacional da Habitação;

Autoria: Deputado Newton Lima.)

Coloco também em votação o Requerimento nº 2, apresentado pelo Deputado Newton Lima.

REQUERIMENTO N° 2, DE 2014

Requeiro, nos termos dos art. 58, § 2º, incisos II, da Constituição Federal, e nos termos do Regimento Comum, a realização de audiência pública para debater a matéria constante da Medida Provisória nº 651, de 9 de julho de 2014, que dispõe sobre os fundos de índice de renda fixa, sob a responsabilidade tributária na integralização de cotas de fundos ou clubes de investimento por meio da entrega de ativos financeiros; sobre a tributação das operações de empréstimos de ativos financeiros; sobre a isenção de imposto sobre a renda na alienação de ações de empresas pequenas e médias; prorroga o prazo de que trata a Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011; e dá outras providências, conforme segue:

Dia 2 de setembro de 2014 – Audiência pública, com os seguintes convidados:

Dr. Rodolfo Zabisky, Coordenador do Brasil+Competitivo;

Drª Elizabeth Farina – Diretora-Presidente da Unica;

Dr. Carlos Buch – Presidente da Abimaq;

Dr. Reginaldo Arcuri – Presidente do Grupo FarmaBrasil;

Dr. Franco Pallamolla – Presidente da Abimo;

Dr. Fernando Figueiredo – Presidente da Abiquim.

Autoria: Deputado Newton Lima

Os Srs. Parlamentares que concordam com o requerimento, permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Como teremos reunião no próximo dia 2, data fora do calendário de esforço concentrado, eu não encerrei esta reunião. Eu suspenderei a presente reunião, a ser reaberta no dia 2 de setembro, às 11 horas, para dar continuidade à audiência pública, com os nomes mencionados e aprovados no requerimento do Deputado Newton Lima.

Posteriormente, os Srs. Parlamentares e as Sras Parlamentares serão avisados da reunião que será feita no sentido de apreciar o relatório do Deputado Newton Lima.

Volto a registrar que esta medida provisória tem importância imensurável para a economia brasileira. Não tenho dúvida de que ela será melhorada pelo Congresso Nacional. Não tenho dúvidas. Portanto, será necessário o esforço de todos os membros da Comissão no sentido de que, ainda no período eleitoral, provavelmente entre o primeiro e segundo turnos, tenhamos condições de votar esse relatório aqui na Comissão e encaminhar a matéria ao Plenário da Câmara dos Deputados. Os Srs. Parlamentares serão avisados.

Está suspensa a reunião.

(Iniciada às 14 horas e 54 minutos e suspensa às 16 horas e 51 minutos do dia 05 de agosto de 2014, a reunião é reaberta às 11 horas e 20 minutos do dia 2 de setembro de 2014.)

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – Declaro reaberta a 2ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 651, de 2014.

Informo aos presentes que esta audiência pública está sendo transmitida em telão no plenário 19.

Em votação o Requerimento nº 3, de autoria do Senador Gim, solicitando a inclusão de convidado na audiência pública.

Os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Convido para sentar à Mesa o Dr. Rodolfo Zabisky, Coordenador do Brasil+Competitivo; Francesco Giannetti, Diretor Jurídico da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica); Carlos Buch Pastoriza, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq); Franco Pallamolla, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Artigos e Equipamentos Médicos, Odontológicos, Hospitalares e de Laboratórios (Abimo); Marcelo Vieira, representante da Comissão Jurídica e Tributária da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim); Roberto de Oliveira, Presidente da Associação Brasileira do Segmento de Reforma de Pneus.

De acordo com o art. 94, as normas da audiência pública, o convidado fará sua exposição por até dez minutos. Em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Srs. Parlamentares inscritos. A palavra aos Srs. Parlamentares será concedida na ordem de inscrição.

Quero registrar apenas que, ao concluirmos esta audiência pública, eu irei suspender a reunião, e nós teremos uma outra reunião no dia 7 de outubro, terça-feira, para leitura e apresentação do relatório do Relator.

Nós temos um prazo extremamente exíguo para esta medida provisória. Ela perde a sua validade no dia 6 de novembro. Nós temos aí um primeiro e um segundo turnos. Portanto, entre o primeiro e o segundo turno, nós teremos de votar esse relatório aqui na Comissão e, de preferência, votar esta matéria no plenário da Câmara dos Deputados.

É uma medida provisória extremamente importante para a economia do País. É uma medida do bem, que ajuda a desenvolver empregos, garantir empregos e fortalecer a atividade econômica. Portanto, todos nós estamos imbuídos, apoiando o trabalho do Relator, Deputado Newton Lima, no sentido de que nós possamos, efetivamente, concluir uma peça, contribuindo para melhorar a proposta que veio do Executivo.

Dito isso, passo a palavra, pela ordem, ao Dr. Rodolfo Zabisky, Coordenador do Brasil+Competitivo.

O SR. RODOLFO ZABISKY – Obrigado.

Estamos só aguardando a colocação da apresentação no ar.

Inicialmente, falo em nome do Brasil+Competitivo, que é uma mobilização única e suprapartidária da sociedade, Deputado, Senador, no sentido de incentivar o empreendedorismo, a competitividade empresarial e o acesso a capital de crescimento para pequenas e médias empresas, o que hoje, no País, é muito, muito exíguo.

Esse projeto Brasil+Competitivo foi apresentado como um projeto de lei pelo Deputado Otávio Leite, na Câmara, no ano passado. Ele foi votado, passou por unanimidade pela Comissão de Desenvolvimento, Indústria e Comércio e tem um relatório favorável do Deputado João Magalhães na Comissão de Finanças e Tributação quanto à sua adequação financeira com relação ao não impacto em absolutamente nada no Orçamento da União. É um projeto do bem que foi parcialmente contemplado na Medida Provisória nº 651. Fizemos uma proposta de quatro emendas, que vou passar rapidinho para vocês, no sentido de, como o Deputado Newton falou, otimizar o texto da lei e, efetivamente, causar um impacto de competitividade no País.

Vamos lá.

Primeiro, qual é o problema que originou essa iniciativa do Brasil+Competitivo? Basicamente, a pequena e a média empresa no País não têm acesso a capital de crescimento, exceto se for uma indústria e tiver acesso ao BNDES. Se é uma empresa pequena e média de serviços que visa ao crescimento, é uma empresa, com perdão da palavra aos senhores, desgraçada, que não consegue acessar capital para crescimento. Em todo o mundo, o que existe é o veículo de acessar por meio de bolsa de valores, para captar recursos. Isso foi contemplado parcialmente nos arts. 16 a 19 da medida provisória, Deputado.

Vamos em frente.

Os principais motivos que impedem que uma empresa hoje abra capital: ela tem problema de compartilhamento de controle, ela tem receio quanto à divulgação das suas demonstrações financeiras e a concorrência poder ser acirrada; ela tem problema de reduzir uma flexibilidade de formalização; ou seja, a empresa brasileira não tem a cultura de buscar capital na bolsa de valores.

O que acontece? A consequência disso é essa que vocês estão vendo aqui. Enquanto o mundo cresceu 2%, o Brasil encolheu quase 20%; ou seja, o mercado de capitais brasileiro está minguando. Apesar de ele ser do tamanho da poderosa Mongólia, Tailândia ou Vietnã, em termos de número de empresas listadas, ele ainda

vem caindo significativamente. Assim, infelizmente, o mercado de capitais não é uma fonte de recursos para que uma pequena ou média empresa possa sobreviver, crescer e perpetuar-se no mercado.

E não só isso, mas há algo mais grave. No eslaide seguinte, vamos ver a triste realidade de que a taxa de investimento na economia caiu para 17% em 2014, quando sabemos que ela deveria ser perto de 25%. Infelizmente, não é? Pior: a participação da indústria no PIB caiu para 12%, igual à da década de 50.

Há dois empresários realmente preocupadíssimos com a questão de investimento. Como recuperamos a credibilidade para voltar a investir no País e aumentar a taxa de investimento?

Isso é o preâmbulo. Vamos em frente.

Quem montou essa mobilização? Hoje, é um grupo de 205 entidades.

Por favor, pode passar.

Há muitas delas aqui presentes. Quem participa do Brasil+Competitivo pode levantar a mão, porque assim a Mesa pode acompanhar? Nós estamos falando de federações e confederações empresariais, como a CNI, a Fiesp, a Fiemg, a Fiep, a associação comercial Fecomércio e até de duas centrais sindicais de trabalhadores. Vejam só: para conseguirmos colocar empresários e duas centrais sindicais de trabalhadores na mesma mesa, foi um verdadeiro sufoco, mas se conseguiu fazer essa mobilização em prol de uma ideia, Deputado e Senador Romero Jucá, muito relevante.

Vamos em frente.

A CNC fez um artigo enorme no *Valor Econômico* pró-competitividade da PME, que tem a ver com esse programa Brasil+Competitivo.

Vamos mais uma.

As quatro emendas, bastante rapidamente, que falam sobre aperfeiçoamento no texto e que não têm custo algum para o Orçamento da União, começam com a Emenda nº 144, que permite que qualquer ação liste...

Próxima.

Há um texto no art. 16 que fala “só empresas com ações ordinárias”. Quer dizer, nem precisava ser assunto de medida provisória. Deixe o mercado regular: se houver investidor querendo comprar a preferencial, deixe o cara comprar a preferencial. O importante é que empresa tenha acesso a esse capital de crescimento. Isso não muda nada. Não há custo algum para o Governo e aumenta – vamos dizer assim – o alcance da medida provisória, Deputado.

No próximo, vocês vão ver a Emenda nº 145.

A Emenda nº 145 tem a ver com os arts. 16 a 19, que falam de um incentivo de isenção de Imposto de Renda sobre ganho de capital de pessoa física. Isso é um incentivo ao consumo. Nós queremos que exista demanda por esse tipo de papel. Então, foi feito um incentivo ao consumo.

Na próxima página, vocês vão ver que pessoa física no Brasil corresponde a 20% do volume de bolsa – 45% são estrangeiros, e 15% são fundo de pensão. Esses todos já têm incentivo de isenção de Imposto de Renda sobre ganho de capital. O único que não tem é o fundo de investimento.

Então, a Emenda nº 145 pede apenas que se faça uma extensão da MP para contemplar não apenas pessoa física, mas também fundo de investimento, que propicia o quê? Que esses IPOs aconteçam.

Pode passar à próxima.

Para vocês terem uma ideia, só pessoa física no Brasil não vai fazer absolutamente nada do ponto de vista de viabilizar que pequenas empresas accessem o capital, infelizmente, porque apenas 1,6% da população brasileira investe em ação. É a metade do que investe a Mongólia, para vocês terem uma ideia, e é do mesmo padrão de Gana. Para chegarmos a 20% ou 35%, como no Canadá e na Austrália, há um *grand canyon* de diferença. Nós vamos levar décadas para chegar lá. Então, esse incentivo é completamente incipiente para conseguir destravar o mercado de capitais, se quisermos mesmo, efetivamente, contribuir com a competitividade das empresas brasileiras. Ou seja, a extensão aí é simplesmente permitir que fundos de investimentos também possam gozar do incentivo.

No próximo, a Emenda nº 146, que é um incentivo à oferta. Nós não temos empresas listadas em bolsa, porque o empresário – por favor, o próximo – tem fobia a expor os seus *financials*, a responder perante os conselhos e os acionistas sobre o que ele está fazendo.

O projeto, do jeito que foi estruturado, Deputado e Senadores, permite: primeiro, se o governo anuncia essa medida e não acontece nada, o governo não desonerou um centavo sequer; se anuncia – e existem empresas listando –, o governo ganha R\$9 bilhões líquidos de Imposto de Renda e R\$6 bilhões líquidos de Fundo de Garantia e INSS decorrentes de mais de um milhão de novos empregos. Ou seja, não há um custo sequer; só há ganhos para o Governo. É uma medida do bem que nós estamos sugerindo.

O SR. NEWTON LIMA (PT - SP. *Fora do microfone.*) – O que ela faz?

O SR. RODOLFO ZABISKY – Ela permite que um empresário que acesse capital para crescimento possa buscar um terço de todos os custos em que ele incorreu, com banco, advogado, etc, como crédito futuro de Imposto de Renda, se ele fizer investimento na economia. Não é para vender a empresa dele e ir embora para casa.

No próximo, nós falamos... Todo o modelo macroeconômico que justifica isso, Deputado e Senador Romero Jucá, foi feito por duas grandes consultorias econômicas brasileiras, aprovado por 17 bancos e escrutinado com a Consultoria da Câmara, com o voto favorável do Deputado João Magalhães. Obviamente, não foi votado ainda na Comissão, mas é importante o voto favorável do João nesse sentido.

No próximo, nós temos um último ponto, que é a Emenda nº 233, que faz a redução de custo de empresa listada.

Próximo, por favor.

Hoje, nós temos, no País, uma coisa chamada publicidade legal para a empresa que é listada. Só existe isso no Brasil. Não existe, em nenhum outro país do mundo, a necessidade de você publicar num jornal as suas demonstrações, os seus atos societários.

O que a gente pede é aproveitar que a medida provisória deu essa permissão para algumas empresas listadas e permitir que se aplique a todas as empresas listadas em bolsa. Ela está listada, tem transparência, presta conta, entrega as demonstrações na CVM e na Bovespa, portanto, tem total alcance, e isso faz com que mais empresas se interessem em acessar esse capital por causa de redução de custo.

Essas são quatro emendas que não têm custo algum para o Governo; aliás, há ganho para o Governo, no caso de sucesso.

Vamos só concluir aqui.

Só repassando o próximo eslaide.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODOLFO ZABISKY – Temos, então, uma boa notícia para o País no caso de implementação dessas emendas, Deputado. São R\$84 bilhões de investimento privado na economia; nada do Governo. Mais de um milhão de novos empregos formais; aumenta a pauta de exportação, mais de R\$9 bilhões de ganho líquido de IR, mais de R\$6 bilhões de INSS e Fundo de Garantia, formalização de cadeia e crescimento sustentado, porque são empregos que estarão continuamente gerando riqueza para o País. Ou seja, é uma boa notícia do ponto de vista de competitividade, com apoio de federações, de entidades de meio e de duas centrais sindicais de ponta.

Vamos em frente, concluindo, só para vocês verem rapidamente o que a imprensa já falou disso, porque pode ser um receio. Será que a imprensa é contra o que acontece?

Então, vocês vão vendo aqui, *Valor Econômico*, *Folha* e, *Estado* falando a respeito do programa positivamente.

Próximo eslaide.

Exame, *Pequenas Empresas Grandes Negócios*; ou seja, é um programa do bem, e queria encerrar com um vídeo rapidinho desse projeto, desse programa.

Pode passar o vídeo, por favor, que já encerraremos dentro do prazo.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RODOLFO ZABISKY – É isso aí. Eu queria agradecer, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Newton Lima. PT - SP) – Eu que agradeço a você, Rodolfo, e a todo o pessoal do Brasi+Competitivo.

Passo a palavra, agora, ao Francesco Giannetti – nome italiano –, diretor jurídico da Unica.

Por favor, Francesco.

O SR. FRANCESCO GIANNETTI – Obrigado.

Apresentando os cumprimentos da Unica ao Deputado Newton Lima, Relator da Comissão Mista que vai emitir o parecer da Medida Provisória nº 651, apresento a Unica. A Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar) é a entidade de classe que representa hoje cerca de 60% de toda a cana processada no País, produzindo energia limpa, bioeletricidade e etanol, e também alimento a baixo custo, que é o nosso açúcar.

O foco hoje da minha apresentação é, especificamente, o aperfeiçoamento da Lei nº 12.859, que é uma lei decorrente da Medida Provisória nº 613, aprovada no ano de 2013. Essa medida provisória estabeleceu um mecanismo engenhoso, desenvolvido na Presidência da República, com a Presidenta da República, e acompanhado de ministros de Estado, entre os quais o Ministro da Fazenda, em que se procurou estabelecer uma forma de tributação do PIS/Cofins que desonerasse, na cadeia do etanol, a incidência desse tributo e recuperasse, de certa forma, a competitividade dele na bomba.

Esse mecanismo engenhoso nasceu a partir do desenvolvimento de um crédito presumido, que foi concedido no produtor, indústria de etanol, no valor de 12 centavos para cada litro comercializado por essa indústria. Simultaneamente, o Governo Federal estabeleceu uma concentração da tributação desses 12 centavos

na indústria sucroenergética. Por sua vez, essa indústria, comercializando o etanol, tem um crédito de 12 e um débito de 12 centavos, o que implicaria um valor zero a recolher. Esse valor seria repassado ao preço, e esse produto ganharia competitividade na bomba, inclusive com a gasolina.

O problema – e, é claro, todos os novos mecanismos tributários sempre têm arestas que sobram – é que, na produção do açúcar e do etanol, há uma série de créditos ordinários dessa atividade. A maior parte desses créditos, hoje, provêm da produção agrícola. Por quê? Porque a indústria está passando por uma revolução tecnológica para adaptar-se às leis ambientais. Estamos fazendo uma mecanização fantástica e, em menos de sete anos, aumentamos o nível de mecanização, por exemplo, no Estado de São Paulo, de 30% para mais de 90%. Qual é o ganho com isso? É que se para de utilizar o fogo para fazer a colheita manual da cana-de-açúcar; reduz-se a emissão de poluentes e de gases produtores de efeito estufa. Por outro lado, há maior gasto na aquisição de ativos, de máquinas e equipamentos, e no consumo de diesel, todos eles tributados com o PIS/Cofins.

Essa alíquota, que, inicialmente... Na verdade, o crédito era médio de 3%, na época da concepção da Medida Provisória nº 613. Foi criado um mecanismo – isso, inclusive, com o apoio do Congresso Nacional, na discussão da MP –, em que haveria um crédito, ou melhor, a possibilidade de esses créditos ordinários serem compensados com outros tributos federais ou resarcidos em dinheiro.

O problema, hoje, é que as indústrias sucroenergéticas não têm um número grande de tributos federais para compensação. Resta a elas o resarcimento. E, infelizmente, esse mecanismo de resarcimento não foi ainda regulamentado a contento. Por quê? Porque, na verdade, os mecanismos de resarcimento hoje dependem de um moroso processo administrativo de fiscalização. A alternativa que nós encontramos é uma similar à que foi aplicada para a indústria processadora da soja, em que haveria um mecanismo *fast track* para recuperação, pelo menos, de parte, em curto espaço de tempo.

Na verdade, esse resarcimento ganhou uma especial importância neste último ano. Por quê? Porque as indústrias têm uma receita que está estabilizada no tempo. Nos últimos quatro anos, a receita dela por litro vendido de etanol não se alterou, enquanto os custos de produção aumentaram significativamente.

Quando discutimos e debatemos a Medida Provisória nº 613, esse valor era, em média, como eu disse, de 3%. Hoje, há estimativas de que chegue a 4,5% sobre a receita de venda da comercialização do etanol. Por que isso é ruim? É que, na verdade, isso é uma tributação indireta; é um tributo que foi recolhido nos elos antecedentes à cadeia de produção sucroalcooleira e, portanto, é um tributo que você está incorporando no preço e não tem como recuperá-lo.

Se pensarmos, o PIS/Cofins, por natureza, deveria ter uma tributação, na bomba, de 9,25% do preço do etanol, e temos 4,5% sendo represados. Então, infelizmente, por esse mecanismo, metade do mecanismo de desoneração está comprometido. É como se ainda tivéssemos, na incidência do etanol, 4,5% sobre a receita da indústria. Assim, procuramos, por meio da Medida Provisória nº 651, alguma alternativa para reduzir esse acúmulo, ou viabilizar um resarcimento mais rápido.

Peço para passarem dois eslaides para frente, e vou só citar, agora, as emendas – mais um, por favor – que são essenciais para nós.

Com relação, especificamente, ao PIS/Cofins, a Emenda nº 33, de autoria do Deputado Duarte Nogueira, traz uma adequação na legislação do PIS/Cofins importantíssima para o produtor rural independente/pessoa jurídica. Por quê? Porque a agroindústria consegue recuperar ou, pelo menos, creditar-se de todos os créditos com equipamentos e diesel. Só que a norma saiu com tratamento diferenciado para a companhia agrícola/produtor rural, não permitindo a eles se creditarem desses créditos de diesel e equipamentos. Infelizmente, isso tira a competitividade do produtor rural e é algo que precisa de adequação.

Próximo eslaide, por favor.

Uma outra emenda, especificamente, de autoria do Deputado Newton Lima, essencial, também, para nós, criou a desoneração da aquisição de equipamentos. Por que isso é importante? Porque, como eu disse, existe uma revolução tecnológica na produção canavieira e a aquisição de equipamentos, que são todos tributados pela alíquota de 9,25% do PIS/Cofins.

Obviamente, isso vai gerar mais créditos acumulados na indústria; créditos que não serão aproveitados até o final de 2016, pela desoneração do crédito presumido. Se desonerarmos já na aquisição deles, isso é resolvido, e, provavelmente, a indústria terá ainda um desconto na aquisição dos equipamentos.

Essas duas emendas são essenciais para a adequação desse regime novo do PIS/Cofins.

Outras duas emendas vale a pena serem debatidas na tramitação da MP 651. A primeira, de autoria do Deputado Arnaldo Jardim, revê o sistema de cobrança da Cide-combustíveis. Qual é a proposta do Deputado? Existem externalidades que são calculadas pelo uso do etanol em substituição à gasolina. Sabe-se que, pelo menos, 20 centavos de dólar são economizados a cada litro que o consumidor escolhe o etanol em substituição à gasolina no veículo flex, por redução de emissões de gases do efeito estufa.

Obviamente, o consumidor, quando vai à bomba, não faz essa conta, não calcula a externalidade positiva do combustível limpo e não calcula a externalidade negativa do combustível fóssil. O mecanismo da Cide – que é interferir no domínio econômico e corrigir essas falhas de mercado – é, exatamente, internalizar esse ganho do etanol através de uma tributação sobre a gasolina.

É o mecanismo que, hoje, está sendo adotado em todos os países para induzir comportamento, como, por exemplo, consumir menos alimentos de baixo valor nutritivo, ou até adotar e consumir energias renováveis e limpas. Poderia muito bem ser aplicado, agora, para nós.

Volte um eslaide, por gentileza.

Uma outra emenda é a de nº 26, de autoria do Deputado Marcos Montes. O que ela tem de relevante? As indústrias sucroenergéticas, hoje, já são tributadas pelas contribuições previdenciárias, não mais sobre a folha de salários, e, sim, com o regime alternativo incidente sobre a receita bruta delas.

O problema é que elas são tributadas a 2,5% da receita bruta. Por quê? Na época em que foi graduada essa alíquota, tínhamos uma colheita de cana-de-açúcar praticamente 100% feita manualmente.

Era um setor intensivo no uso de mão de obras.

Hoje, a mecanização avançou muitíssimo, e o número de trabalhadores no campo reduziu-se. Portanto, proporcionalmente, como a nossa folha de salários reduziu, e a nossa receita permanece a mesma, seria essencial fazer a adequação desse percentual.

A proposta do Deputado Marcos Montes é exatamente reduzi-la de 2,5% para 1%, como tem sido adotado nos outros setores que tiveram também a mudança desse regime de contribuição previdenciária.

Enfim, são esses quatro pontos que a gente gostaria de colocar como principais para debate aqui com os senhores, e eu me coloco absolutamente à disposição de todos para qualquer esclarecimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – Com a palavra, seguindo a ordem de inscrição, o Dr. Carlos Buch Pastoriza, Presidente da Abimaq.

O SR. CARLOS BUCH PASTORIZA – Senador Romero Jucá, Deputado Newton Lima, Parlamentares presentes, minhas senhoras e meus senhores, minha intervenção é bastante rápida.

São três pontos basicamente, não há apresentação em eslaides, mas eu queria falar um pouco sobre o Reintegra, o Refis e os impostos sobre os equipamentos de ginástica.

A questão do Reintegra, senhores, é particularmente grave neste País. Estamos todos passando – vocês sabem disso – talvez pela maior crise da história da indústria de transformação brasileira. É a raiz desse crescimento do PIB próximo de zero. A indústria brasileira está sendo dizimada, sem nenhum exagero. Sou fabricante de máquinas desde que nasci e estou acompanhando esse processo de desmonte do setor que deveria ser o setor mais pujante e que mais poderia contribuir para o crescimento da economia deste País.

As razões – todos sabemos: custo Brasil, câmbio, juros e tributos. Vou-me ater hoje à questão dos tributos, tributos na exportação. Nós somos o único país do mundo, senhores, que eu tenha conhecimento pelo menos, em que nós, de fato, fazemos o exportador brasileiro exportar impostos, porque, apesar de o produto exportado do Brasil para fora não ter imposto cobrado na saída, existem resíduos tributários ao longo da cadeia, Deputado e Senador, por conta do nosso sistema tributário absolutamente maluco, o que vem de décadas – não é de agora –, que impedem o exportador de compensar todos os impostos pagos na sua cadeia de fornecedor.

A indústria de transformação é uma cadeia longa por definição. Então, há mais resíduos desses tributos. Na média, são 6,5% de impostos que cada produto industrializado exportado do Brasil carrega para dentro. Isso são seis pontos e meio de competitividade que nós perdemos.

Consequência disso, Senador e Deputado, é que a balança comercial brasileira de manufaturados, da indústria de transformação, que já chegou a ser de US\$40 bilhões positiva há dez anos, esse ano vai para mais de US\$110 bilhões negativa. Uma das razões para isso, não a única, mas uma das razões é o fato de que nosso sistema tributário faz com que o exportador brasileiro tenha de carregar 6,5% de impostos.

A lei do Reintegra veio tentar sanar isso pelo menos parcialmente. Essa lei caiu em dezembro. Foi agora, Deputado, como o senhor sabe, restaurada pela Presidenta Dilma, mas ela foi restaurada com um nível de reintegração desses impostos na cadeia que pode ir de 0,1% até 3%.

O nosso pleito – e, nesse sentido, temos uma propositura de emenda ao Relator – é de que esse limite superior, em vez de 3%, vá para pelo menos 6%, que seria o limite que, de fato, eliminaria todos esses resíduos tributários.

Como estamos falando de um limite, Deputado, não há perigo de que isso vá contra os desígnios do Ministério da Fazenda, porque é um limite máximo, e, como a própria Presidenta Dilma nos explicou em reunião com ela, isso vai ser dosado ano a ano de acordo com as disponibilidades orçamentárias, mas acho que o limite superior teria que ser seis porque é o nível de impostos na nossa cadeia não compensáveis.

O segundo ponto é a questão do Refis, cuja possibilidade de adesão o Governo reabriu e encerrou agora em 25 de agosto passado. Houve uma adesão de alguma monta, mas com condições de adesão particularmente duras em relação aos Refis passados. Era necessário, dessa vez, dar um sinal, que podia chegar até a 20% do saldo dos débitos tributários federais parcelados em, no máximo, cinco vezes.

O que eu quero dizer é o seguinte: temos de entender, e a gente entende assim, que a principal razão de ser de um Refis, além de o governo poder arrecadar, algum dinheiro, obviamente, é permitir a regularização tributária de empresas que não tenham hoje condições de pagar os tributos atrasados porque não têm caixa para isso.

Na hora que se propõe um Refis e se propõe um sinal inicial forte, de 10% ou 20%, isso está consagrado a abranger apenas a adesão, normalmente, de empresas grandes e de empresas que não precisam do Refis, que deixaram de pagar impostos até por uma questão de planejamento tributário do passado e aproveitam agora para entrar.

A nossa proposta neste sentido – apresentamos a Emenda nº 97 – é de que se abra um novo prazo. Achamos isso fundamental, porque hoje em dia, pelos nossos cálculos, 50% das empresas deste País não têm o CND e, portanto, não têm acesso, por exemplo, aos recursos do BNDES, Senador e Deputado. Não têm CND, porque têm impostos atrasados e não conseguem regularizar. E, para isso, é preciso que, nesse novo prazo, haja condições minimamente palatáveis. Temos de entender que quem não está pagando imposto e entra no Refis é sobre carregado duas vezes, porque tem de pagar o Refis, que é o imposto atrasado, mas tem de pagar o imposto corrente. E, além disso, com esse Refis último do sinal, tinha de pagar ainda o sinal. Ai, ele não está pagando um imposto; ele vai pagar três! Ele não vai pagar nenhum; os que precisam não vão pagar nenhum.

Nós temos 50% da indústria deste País que não entrou no Refis. São bilhões e bilhões de reais, Deputados e Senadores, que podem ainda entrar. Acho que isso interessa ao Governo em termos de arrecadação; interessa, sem dúvida, à sociedade, para que essas empresas, regularizando-se, possam investir, possam modernizar o nosso parque fabril que está sendo sucateado por falta de condições das empresas de investirem. Isso talvez seja um dos maiores problemas que afetam a produtividade do País. Do portão para fora, o custo Brasil, do portão para dentro, o parque velho industrial.

Que se abra um novo prazo, Deputados e Senadores, é o nosso pleito. E com condições, de preferência sem sinal nesse novo prazo. Se tiver de haver sinal, que o sinal possa ser parcelado em até pelo menos 50 a 60 meses, para que dê condições e fôlego para que as empresas de fato adiram, e a gente com isso consiga reativar a economia e o PIB brasileiro tão necessitado.

E, finalmente, Senador e Deputado, nós temos um pleito em relação à redução de IPI para máquinas e equipamentos de fisioculturismo e ginástica. São equipamentos, são bens de capital e são os únicos bens de capital no Brasil que pagam imposto. Todos os outros bens de capital no Brasil têm o seu imposto zerado, como acontece em todos os países do mundo. Bem de capital é investimento, e investimento não se tributa. É como a árvore. Você não vai tributar a árvore; tributa-se o fruto da árvore, o fruto daquele equipamento. Os equipamentos de ginástica pagam a brutalidade de 20% de IPI. A solicitação é de que esse IPI baixe não para zero, mas para 8%, porque aí equivaleria aos IPIs de entrada e zeraria o saldo a pagar. Seria uma questão de justiça e uma questão importante neste momento em que o Brasil está se preparando para receber as olimpíadas, etc. Aumentaria a competitividade dos fabricantes brasileiros de equipamentos para ginástica e fisioculturismo.

Muito obrigado, Deputado e Senador.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – Agradeço as colocações do Dr. Carlos Buch, e passamos a palavra ao Sr. Franco Pallamolla, Presidente da Abimo.

O SR. FRANCO PALLAMOLLA – Muito obrigado.

Ainda bom dia, Senador Romero Jucá, Deputado Newton Lima. Obrigado pelo convite, pela possibilidade, demais Parlamentares aqui presentes, senhoras e senhores. A Abimo é a Associação Brasileira dos Fabricantes de Produtos, Equipamentos e Insumos para Hospitais. Eu não vou me deter muito na história da entidade. Nós vamos deixar essa apresentação aqui. Eu vou acelerar um pouquinho até para dar mais tempos aos colegas de Mesa.

Então, nós representamos basicamente este setor, que é o setor que fornece insumos e toda a parte de equipamentos médicos, hospitalares, odontológicos e laboratoriais.

Pode passar, por favor.

Esse setor é formado fundamentalmente por pequenas e médias empresas.

Estou só acelerando; depois eu vou ficar mais na parte da...

Aqui, nós temos um gráfico que demonstra o nosso nível de ocupação. Não é um setor altamente empregador, mas tem uma característica: a mão de obra é extremamente qualificada neste setor. E, mesmo na crise, esse setor manteve o número de empregos, aumentando o número de empregos.

Pode passar, por favor.

Bom, aqui começa um problema que vem sendo, digamos, atacado, vem sendo percebido já nos últimos anos. Dentre aqueles setores de tecnologia, o da saúde – esse complexo da saúde – é um dos que apresentam maior déficit; aliás é déficit e crescente na nossa balança comercial.

Pode passar.

E, aqui, o gráfico que, digamos, enseja a nossa proposta. O consumo aparente versus a produção nacional.

Percebe-se, claramente, que o percentual da produção nacional sobre o consumo aparente está em queda. Eu diria que está quase em queda livre. Não quero aqui... Mas posso até me consorciar com as palavras ditas aqui pelo meu colega da Abimaq, que o que está acontecendo é uma situação *sui generis* na indústria nacional.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FRANCO PALLAMOLLA – Todos os setores estão assim.

Pode passar, por favor.

E por que e onde está um dos grandes motivos que está levando a isso? Mas, antes disso, quero fazer uma pequena introdução. Ao longo dos últimos dez anos, Senador Jucá e Deputado Newton Lima, nós conseguimos construir, no Brasil, uma política industrial para o complexo industrial da saúde. Conseguimos que o Ministério da Saúde defuisse itens e insumos estratégicos, conseguimos margem de preferência, conseguimos desoneração sobre a folha de pagamentos, conseguimos recursos especiais dos editais Inova Saúde da Finep e do BNDES.

Enfim, nós conseguimos, através de uma série de articulações, fazer todos os esforços para o fortalecimento dessa cadeia produtiva considerada estratégica desde a primeira política de desenvolvimento, a PIT...

E, até agora recentemente, no Plano Brasil Maior, ela é considerada como uma cadeia estratégica. Porém, nós ainda não conseguimos romper um paradigma, um obstáculo quase intransponível: os órgãos públicos, os hospitais benéficos e filantrópicos, que representam 90% do mercado interno em volumes de compra, no momento das importações, não pagam tributo.

Por favor, pode passar.

E eu me refiro a nenhum tributo. Eles são imunes, e isso reside no art. 150 da Constituição Federal, que definiu que as entidades assistenciais e educacionais, partidos políticos, igrejas, reconhecidos na forma da lei, são imunes à tributação sobre serviços, renda e capital.

Eu quero crer, meus nobres Parlamentares, que, quando participaram da redação da nossa Constituição, em 1988, os senhores não fizeram uma dicotomia entre importação e produção nacional. Quando foi definido que essas entidades tinham o instituto da imunidade, certamente não foi pensado que esse instituto só valeria no ato da importação. Eu quero crer que não se chegou a esse filigrana, até porque isso não consta da Constituição.

Pode passar, por favor.

E onde isso reside?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FRANCO PALLAMOLLA – E onde reside o problema? A Receita Federal, com a sua lógica – e nós temos de entender a questão e o papel da Receita –, criou um entendimento de que a imunidade vai de acordo com o fato gerador da tributação.

Pode passar.

Ou seja, o que nós temos hoje? Quando uma dessas entidades compra um equipamento no exterior de marca A do fabricante B, esse equipamento entra no Brasil sem nenhum imposto – IPI zero, PIS zero, Cofins zero e, por consequência, ICMS zero. Quando essa mesma entidade compra o mesmo produto do mesmo fabricante no Território brasileiro, ela paga IPI se tiver, ICM, PIS e Cofins. Isso dá um desequilíbrio direto de 18,5% no nosso produto; ou seja, a legislação e o entendimento próprio da Receita Federal estão fazendo com que a indústria tenha de ser mágica e encontrar formas de achar 18,5% de competitividade adicional, já não bastasse o câmbio, já não bastassem as dificuldades que nós temos com o nosso custo Brasil que todos aqui sabemos – energia elétrica, salários, enfim.

Então, isso é uma coisa que, em todos os locais aonde nós levamos, Senador Jucá esta questão, Deputado Newton Lima – à Receita Federal, ao Ministério da Saúde, ao MDIC, até ao Judiciário –, todas as portas nos dão razão.

Todas dizem que isso é um absurdo, mas nós não conseguimos, até hoje, resolver o absurdo.

Então, o absurdo do absurdo é que nós temos razão, nós demonstramos numericamente que há um entendimento equivocado da Receita Federal, e nós não conseguimos derrubar esse entendimento.

Isso está fazendo com que, ao contrário de toda uma política industrial que visa trazer para o País investimentos em pesquisa e desenvolvimento, fabricação e domínio tecnológico, nós fazemos o contrário: nós

estimulamos que os grandes compradores públicos e privados importem os bens que aqui poderiam gerar empregos, renda, conhecimento tecnológico, autossuficiência tecnológica.

Essa é a questão.

Por favor.

Aí vem a nossa pergunta que temos trazido e que trouxemos também aqui: como se compete nessas condições? Dizer que um problema é de gestão me parece um pouco equivocado. Não há gestão que consiga equivaler a 18%, a 20% de diferencial competitivo.

Pode passar.

O que nós estamos pedindo, através da Emenda nº 133 – cuja causa o nosso Relator, o Deputado Newton Lima, abraçou; e faço aqui este testemunho: tem sido um Parlamentar extremamente ativo na defesa desse importante complexo industrial da saúde –, é uma maneira de conseguirmos o que também está previsto na Constituição Federal, Senador Jucá, que é a isonomia. O que nós estamos pedindo é um tratamento absolutamente igual, isonômico ao produto importado – nem mais, nem menos.

Nós não queremos vantagem; nós não queremos reserva de mercado, não queremos fechamento de mercado. Não, nós queremos ser tratados igualmente. É unicamente isso.

Por favor.

De que forma? Nós apresentamos uma proposta para que a Receita Federal se manifeste, através do Ato Declaratório nº 20, ao que ela, digamos, estendeu o princípio... Ela esclareceu como se aplica o instituto da imunidade,...

(Soa a campainha.)

O SR. FRANCO PALLAMOLLA – para que ela também estenda essa imunidade ou isenção, ou o que for – para nós tanto serve – ao fabricante nacional, para que aqui possamos produzir e gerar riqueza.

Como? Através da criação de um regime especial de tributação para o setor. Isso é fácil, factível e requer decisão política e vontade de implementar.

Por favor.

O resultado. Nós teríamos um sistema de saúde mais sustentável, um setor industrial mais forte, inovador e, o que é melhor – pode passar –, aumentaríamos o orçamento da saúde em pelo menos 10%, sem impacto fiscal.

Ou seja, nós poderíamos aumentar o poder de compra do mesmo orçamento da saúde – das Santas Casas, das prefeituras, dos Estados –, sem, no entanto, aumentar o impacto fiscal; sem aumentar o valor nominal desse orçamento. Nós aumentamos, na verdade, o poder de compra dele.

Então, essa é uma medida que vem, inclusive, dentro, digamos, dos clames diários a que nós assistimos pelo aumento de verbas na saúde. Essa é a nossa proposta, e nós entendemos que, com isso, nós teremos um setor que certamente contribuirá muito, Senador Jucá, Deputado Newton, Srs. Parlamentares, para que construamos cada vez mais um SUS sustentável, que é o que nós precisamos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – Agradeço ao Dr. Franco.

Passo a palavra ao Dr. Marcelo Vieira, representante da Abiquim.

O SR. MARCELO VIEIRA – Bom dia a todos. Deputado Newton Lima, Senador Romero Jucá, demais Parlamentares, senhoras e senhores, inicialmente, agradeço a participação da Abiquim nesta Comissão. É muito importante para todos os associados e para a indústria química poder comentar os aspectos desta medida provisória.

Pode passar.

Da mesma forma que o nosso colega Carlos Buch colocou, esse é o cenário da indústria química. No ano de 1991, o Brasil importava cerca de US\$1,5 bilhão de produtos químicos; no ano de 2000, esse número subiu para US\$6 bilhões, aproximadamente.

Encerramos o ano de 2013 com US\$32 bilhões de importação de produtos químicos. Isso se reflete, basicamente, por uma indústria não competitiva, por uma indústria que perde sua competitividade mundial.

Da mesma forma, abaixo, podemos ver a capacidade ociosa. No ano de 2000, tínhamos apenas 10% de capacidade ociosa na indústria, ou seja, 90% da nossa indústria, da capacidade instalada, estavam produzindo. Encerramos 2013 com 82% de produção, ou seja, um aumento de 8% da capacidade ociosa da indústria. Neste primeiro semestre de 2014, esse número é ainda maior: estamos com 78% somente da capacidade da indústria instalada em produção e uma capacidade ociosa que já somam 22%. Isso tudo decorrente do quê? Da falta de competitividade do produto brasileiro.

A medida do Reintegra é importantíssima para todas as indústrias. O colega Carlos falou sobre o limite de 6%. Enfim, o que não se pode é deixar o Reintegra morrer. O Reintegra tem de ser perenizado. Quanto às suas alíquotas, cada setor... Achamos até plausível que seja feito estudo setorial, porque cada setor tem uma

realidade diferente. A indústria química tem uma cadeia longa e, necessariamente, quanto maior a cadeia, mais longa a cadeia, mais esses tributos se manifestam em cascata.

A questão do Reintegra também só pode ser efetiva com a restituição desses impostos e a possível compensação desses impostos. Muitas empresas hoje têm uma posição tributária de prejuízo fiscal. Elas não estão pagando Imposto de Renda, elas têm crédito acumulado de PIS e Cofins por conta da falta de restituição também. Então, é ampliar esse Reintegra. Tudo isso permitirá que o empresário possa se planejar, possa planejar em médio e longo prazos seus produtos e colocar o produto brasileiro no exterior.

Em relação aos principais pontos, o que nós queremos trazer da Abiquim? Aumentar o limite percentual dos insumos importados para dois terços. Atualmente, existe um conteúdo de produto nacional que tem de ser contemplado para que o produto seja objeto de Reintegra, e nossa proposta é aumentar para dois terços. Explicaremos um pouco melhor a seguir. Agilizar o resarcimento, ampliar a compensação com outros tributos que não só os tributos federais, o INSS, a contribuição previdenciária; a inclusão de outros produtos e como flexibilizar isso por meio de um decreto ou de uma consulta pública. Um exemplo é o coque de petróleo, porque estava classificado no capítulo de Combustíveis e ficou fora do benefício do Reintegra. Ele foi solucionado agora recentemente, mas, como situações como essas possam... Na empresa que produz coque de petróleo, 60% de sua exportação não está vinculada a combustível, é decorrente de exportação e ficou fora do Reintegra, e evitar procedimentos burocráticos.

Em relação ao Reintegra, como falei, a alíquota tem de ser reajustada, e a Abiquim se compromete, para o setor químico, a apresentar estudos econômicos, estudos jurídicos que vão demonstrar o percentual do Reintegra que deveria ser aplicado no setor químico.

Em relação ao limite de percentual de impostos, atualmente temos dois quintos, ou seja, 40% dos produtos têm de ser, no máximo, de matéria-prima importada. Estamos pleiteando que esse limite suba para 60% (dois terços do produto). Por quê? Porque, neste momento, na indústria química, ainda dependemos muito do produto importado – como colocamos, US\$32 bilhões de matéria-prima são importadas. Mas o que nós queremos? Endereçar a questão da capacidade ociosa também. O Reintegra vem ajudar a que a indústria possa se recolocar e possa exportar o produto brasileiro, consequentemente, transformar o Brasil em uma plataforma de exportação. Para isso, nesse primeiro momento, esse percentual da matéria-prima importada deveria ser ajustado para dar maior competitividade à indústria brasileira.

O SR. NEWTON LIMA (PT - SP. *Fora do microfone.*) – Um terço, é isso?

O SR. MARCELO VIEIRA – Hoje, são 40%, e estamos pedindo que sejam dois terços.

Ampliar a possibilidade de compensação, já colocamos. Atualmente, os créditos federais podem ser compensados com tributos federais, exceto o INSS e as contribuições previdenciárias de folha. Não haveria por que ter essa limitação se o Reintegra é um dinheiro do empregador, da empresa. Por que ele não poderia aplicar com os créditos previdenciários se todos são administrados pela Receita Federal?

Então, essa ampliação é direta, e ajudaria o empregador no fluxo de caixa de seus pagamentos.

E um Brasil com menos burocracia. Atualmente, sabemos que o processo do Reintegra é doloroso para as empresas. Você tem ainda uma série de operações que têm que ser observadas. Há situações como um produtor que simplesmente remete o seu produto para um centro de distribuição ou de armazenagem, para dali exportar, e a Receita Federal tem glosado os créditos desse exportador, porque aquele estabelecimento não é o produtor. Então, existem refinios na legislação que podem ser contemplados e melhorariam o ambiente tributário.

Próximo.

O segundo tópico que os associados da Abiquim e a Abiquim vêm colocar, também na mesma linha do nosso colega Carlos, é a questão do Refis. Apesar de ser muito técnico, vou tentar simplificar a fala, para ficar fácil para todos entenderem:

- I. Manutenção dos descontos previstos na Lei nº 11.941.
- II. Questão da neutralidade fiscal.
- III. Ordem de prejuízo e base negativa.
- IV. Utilização de prejuízos fiscais de controladas indiretas.

Em relação à manutenção dos descontos, basicamente, o que temos aqui neste ponto? Este ponto traz que quem fez o parcelamento de um débito com base na legislação anterior tinha um desconto, caso ele resolvesse antecipar 12 parcelas. Se você opta pelo parcelamento do Refis da MP nº 651, você não pode aplicar esse mesmo desconto que estava previsto na Lei nº 11.941. Essa falta de limitação não veio através da lei, veio através da portaria da Procuradoria da Fazenda Nacional. Seria um absurdo. O que as empresas estão querendo é regularizar a sua situação fiscal, passar a ter certidões negativas, passar a ter um começo, um novo começo,

então, não haveria por que essa limitação desse ponto. É um ponto técnico, e ele foi devidamente endereçado pelo Senador Romero Jucá, através das Emendas nºs 259, 271 e 272.

A questão da neutralidade fiscal também é muito importante. Apesar de os mecanismos de pagamento com utilização de prejuízo fiscal entre uma empresa e outra empresa do grupo, em um primeiro momento, não gerarem efeitos contábeis ou fiscais, a depender de como essa transferência é feita, ela pode gerar um efeito contábil de ganho ou perda, e esse efeito não deveria ser tributado. Nesse sentido, existe, para não deixar dúvida sobre essa questão... O Refis quer liquidar as dívidas, e não ser mais uma fonte de arrecadação de PIS e Cofins, ou de qualquer outro tributo. Nesse sentido, há uma emenda do Deputado Arnaldo Jardim, a Emenda nº 269, que também endereça a questão da neutralidade fiscal do Refis.

A questão da utilização de ordem de prejuízo fiscal. A MP não traz nenhuma obrigação ou questão de ordem de utilização de prejuízo fiscal.

(Soa a campainha.)

O SR. MARCELO VIEIRA – Mas a Procuradoria, através da regulamentação, sim, trouxe, dizendo que primeiro a empresa tem que utilizar o seu próprio prejuízo fiscal para depois utilizar o de uma coligada ou de uma controlada indireta. Não existe essa vinculação. Existem precedentes judiciais do STJ que demonstram que, em outras situações como essa, o contribuinte foi vencedor. Então, por que estabelecer algo, criar um contencioso desnecessário com as empresas de uma legislação, da MP nº 651, que não traz essa vinculação? Isso só veio via portaria. Então, essa MP poderia ser corrigida nesse aspecto também.

Venda de ativos. Basicamente, aqui há uma correção da legislação. A legislação tributária é muito complexa. Ela tem hoje que estar ligada aos parâmetros do IFRS, toda a questão da legislação contábil. Existe uma isenção por parte de venda de participação societária. Ela não é incidente. Não se incide o PIS e o Cofins, porque ela está classificada como permanente, mas às vezes as regras contábeis mandam fazer alguns ajustes e, para evitar dúvidas, a legislação tributária também tem que ser muito clara nesse sentido.

Foi pulado só um eslaide, se puder voltar ao anterior. É o último.

A última questão é a das controladas indiretas.

A última questão é a das controladas indiretas. Da mesma forma, o Refis trouxe que só se pode utilizar o prejuízo fiscal para quitar os débitos, se for o prejuízo fiscal da sua controlada direta ou se for o de controladas indiretas, ou seja, duas irmãs debaixo da mesma controladora.

Mas não faria sentido isso, porque hoje, nas grandes corporações, tem-se uma grande matriz, que tem diversas controladas diretas ou indiretas, e não haveria por que haver essa limitação.

Isso também foi objeto de emenda do Senador Romero Jucá, a Emenda nº 258. E isso endereçaria esta questão: o que as empresas querem é liquidar esse passivo, passar a ter uma certidão negativa.

São essas as considerações da Abiquim.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – Agradeço ao Dr. Marcelo Vieira.

Passo a palavra para o Dr. Roberto de Oliveira, Presidente da Associação ABR.

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA – Boa tarde, Senador, Deputado, Parlamentares, senhoras e senhores.

Nós estamos aqui com um pedido, com o objetivo de zerar a alíquota de PIS e Cofins e para mostrar um pouco o setor da reforma de pneus.

Ele é benéfico ao meio ambiente, à sustentabilidade do País e à logística.

Próxima.

É um setor onde se tem computado o crescimento da reforma de pneus no Brasil, que, em 2013, chegou à casa de nove milhões.

Próxima.

Aqui, em relação aos pneus novos e importados, se importam 7,9 milhões, quer dizer, são fabricados no Brasil 7,9 milhões, e se importam 0890 da Ásia.

Próxima.

Este é o setor no mundo: os Estados Unidos reformam 17 milhões de pneus; a Europa Ocidental, 8 milhões; o Brasil, 9 milhões; a Austrália, 1 milhão; a Nova Zelândia, 200 mil; a África, 800 mil; e o Japão, 1 milhão.

Próxima.

Aqui vem o que o setor faz pelo meio ambiente: a economia de petróleo e a emissão de CO₂.

Próxima.

Para se fabricar um pneu comercial, que é o pneu de caminhão, de ônibus ou de carga, se gastam 79 litros de petróleo; para se reformar esse mesmo pneu, se gastam 29 litros. Há uma economia de 50 litros de uma fabricação para a outra.

No pneu de automóvel, se gastam 27, para se fazer um novo, e 9, para fazer um reformado. Há uma economia de 18 litros por pneu.

O Brasil, em 2013, reformou 9 milhões de pneus comerciais e 8,3 milhões de pneus de automóvel. Houve uma economia de 600 milhões de litros de petróleo, o que, a preço de fevereiro, era quase um bilhão – esses 600 milhões de litros de petróleo.

A fonte é a TRIB, uma entidade americana de pneus e pneus reformados.

Próxima.

O Governo fez, através da ONU, o inventário do gás do efeito estufa.

Como temos uma relação muito grande com a ABNT, houve empresas, no Rio de Janeiro, reformadoras que foram piloto para se adequarem ao gás do efeito estufa.

Então, aqui só está um estudo da economia do petróleo, aqueles 600 milhões que vocês viram no eslaide anterior, na economia do gás de efeito estufa.

Cada barril tem 159 litros, cada barril consumido emite 430m³ de CO₂. São 600 milhões de litros, que, transformados em barris, dão 3,8 milhões. Multiplicados por 430, deixaram de ser emitidos, em 2013, 1,63 bilhão de metros cúbicos de CO₂.

Essa é uma das importâncias do setor de reforma para o mercado. Ele vem ao encontro do meio ambiente e da sustentabilidade.

Próxima.

E no transporte? Se não existisse o pneu reformado, o mercado gastaria R\$7 bilhões para usar só o novo, que é a diferença da média do pneu novo para a média do pneu reformado.

E um outro dado mais importante: sem o pneu reformado, não se teria modal de transporte rodoviário. Não existe fábrica no Brasil para suprir 9 milhões de pneus – nem no mundo –, num prazo menor do que cinco anos, que é o que se leva para construir uma fábrica de pneus novos.

Leve-se em conta que, em 58% das cargas que circulam por rodovias, 35 são pneus novos e 65 são pneus reformados, e 80% do transporte público de passageiros é sobre pneus: ônibus urbano, ônibus rodoviário e avião.

A próxima.

O setor gera empregos diretos e indiretos. Há a fábrica que faz a matéria-prima para reforma de pneus, a fábrica que faz os equipamentos para reforma, as próprias reformadoras, os pontos de apoios onde se coletam os pneus para se reformar e onde se devolvem os pneus já reformados, as borracharias e os *truck centers*. Isso representa 5 mil empresas em trabalho direto e indireto, e a maioria são microempresas e empresas de pequeno porte.

O setor é regulado pelo INMETRO no quesito segurança e qualidade. Então, hoje, 80% dos reformadores já têm esse registro. E também pelo Ibama, estão no cadastro do Ibama onde há o relatório anual das atividades potencialmente poluidoras e, pela Lei 6.938, somos considerados como categoria pequena de poluição.

A próxima.

Nível técnico de alta qualidade formada pelos fabricantes de matéria-prima ou de fabricantes de pneus novos, conforme as parcerias.

É uma atividade que está no Brasil há mais de 60 anos, e são empresas exclusivamente de prestação de serviços.

O setor criou um selo verde junto com a ABNT e com uma empresa belga que se chama Global Ecobelling Network, que certifica no mundo o título Selo Verde. E, hoje, das 30 empresas que detêm esse selo, de vários segmentos, cinco delas são do setor de reforma. Então, no mundo de grandes empresas, cinco pequenas empresas estão no Selo Verde. Estão, neste ano, mais 30 reformadores adquirindo esse selo.

E volto a repetir, a emenda objetiva zerar o PIS e Cofins, para que o setor possa adquirir equipamentos novos com alta tecnologia, para garantir a segurança e a qualidade do setor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – Bom, encerrada a apresentação, acho que não resta mais nenhum dos convidados, passo a palavra, inicialmente, ao Relator da matéria, Deputado Newton Lima.

O SR. NEWTON LIMA (PT - SP) – Muito obrigado, Senador Romero Jucá. Quero iniciar, ao cumprimentar todos os Parlamentares da nossa Comissão, Senadores e Deputados, agradecendo a presença de cada um dos representantes das entidades que aqui estão que, ao longo do processo de discussão desta importante matéria, apresentaram, vieram solicitar exatamente a possibilidade de exposição de motivos de medidas de aperfeiçoamento ao corpo principal da medida provisória.

Estamos detectando, Senador, a exemplo do que aconteceu na primeira audiência pública, em que, além do Governo, tivemos a participação da Bovespa representando o mercado de capitais e da CNI representando o setor industrial, que há, eu diria, uma unânime aprovação da proposição da medida provisória nos seus quatro principais eixos: o da abertura no mercado de capitais para as empresas de pequeno e médio porte, a

perenização do Reintegra, a perenização da exoneração da folha para os 56 setores que já existem, vários setores pretendem, inclusive, se incluir nessa medida, e também o novo Refis.

As 334 sugestões dos colegas Parlamentares das duas Casas visam a melhorar o texto, a melhorar a compreensão, a dar mais segurança jurídica, mais clareza em várias das medidas colocadas; algumas outras propõem, como vimos hoje, aqui, modificação de alguns patamares, em especial no que diz respeito ao tema do Reintegra que parece ser bastante recorrente, a necessidade da sua ampliação, em função da complexidade de cadeias produtivas; questões de isonomia tributária, questões de PIS/Cofins, que acabaram sendo necessariamente agregadas, até porque, como V. Ex^a sabe, Presidente, Senador Romero Jucá, uma das medidas provisórias, a de nº 612, se não me engano, acabou caducando e deixando de lado um conjunto de matérias relevantes relativas às exonerações, que, de alguma maneira, têm sido colocadas a nossa consideração.

Eu quero, na verdade, neste momento, ouvir também os colegas Parlamentares que aqui vieram neste momento de campanha eleitoral, de um período diferenciado de nossa ação político-parlamentar, para que nós possamos enriquecer ainda mais as considerações acerca das propostas que foram formuladas ou que, eventualmente, venham a ser a mim apresentadas e indicadas para serem consideradas como emendas de Relator. Mas eu não posso deixar de considerar, antes de ouvir nossos colegas, a concordância com a orientação, Senador Jucá, de V. Ex^a, para que nós possamos votar esse... Meu relatório estará disponibilizado até o final do chamado primeiro turno, de modo a, dentro do prazo regimental, viabilizar aquilo que V. Ex^a já anunciou, que é a apreciação e votação do relatório na manhã do dia 07.

Portanto, me comprometo a trabalhar nessa direção. Temos conversado algumas das medidas com os próprios setores do Governo. Nossa expectativa, quero dizer a V. Ex^a e aos demais colegas, é a de que a gente cumpra esses prazos dada a relevância das matérias contidas na MP 651. Seria um pecado para o Brasil, para nossa economia, se ela não vicejasse e viesse a caducar. Por isso, nossa responsabilidade como Parlamentar é imensa. Primeiro, aperfeiçoar o texto original com as sugestões que puderem ser consideradas e incorporadas; em segundo lugar, fazê-lo dentro do prazo para que essas medidas, que já estão vigendo na forma de medida provisória, possam se transformar em projeto de lei de fato, a fim de que os setores de nossa economia sejam dinamizados e a competitividade, de alguma maneira, em um quadro internacional extremamente desfavorável que hoje vivemos no mundo, possa, de alguma maneira, atenuar os efeitos da grande crise em que o mundo vive, cujos reflexos no Brasil, evidentemente, vimos aqui em vários setores explicitados.

Portanto, eram essas as considerações. Estarei bastante atento às considerações de nossos demais colegas presentes, Deputados e Senadores, a esta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB - RJ) – Agradeço ao Relator, Deputado Newton Lima, e passo a palavra ao Deputado Vanderlei Siraque.

O SR. VANDERLEI SIRAQUE (PT - SP) – Boa tarde à Mesa. Nós agradecemos a presença de vocês e parabenizamos as apresentações, todas bastante esclarecedoras e todas justas. O Relator e o Presidente, combinados com o Governo, farão com que possa haver uma medida de bom senso.

Mas eu queria me referir à apresentação do Dr. Marcelo quando apresenta o déficit de US\$32 bilhões na balança comercial... Isso é só a importação direta. Se pegarmos aqueles outros produtos que já vêm de fora e que têm a ver com o setor de plástico na cadeia produtiva, chegará a mais de US\$50 bilhões. São mais de US\$20 bilhões além dos US\$32 bilhões, só na cadeia produtiva do setor químico.

Eu queria também falar ao Relator que analisasse com carinho algumas emendas: a Emenda nº 196, do Deputado Mendonça Filho, do DEM de Pernambuco, que trata de crédito presumido; as Emendas nºs 258, 262 e 264, do Senador Romero Jucá, do PMDB de Roraima, que falam da quitação de parcelamento, já foi citado aí; a Emenda nº 301, do Deputado Moreira Mendes, que trata do mesmo assunto; a Emenda nº 203, do Deputado Guilherme Campos, também a Emenda nº 259, do Senador Romero Jucá, que falam do parcelamento; a Emenda nº 269, do Deputado Arnaldo Jardim. É importante que haja uma análise com carinho.

E, especialmente, a Emenda nº 321, deste Deputado Vanderlei Siraque, que trata da renegociação das dívidas de 77 instituições de ensino superior criadas pelos Municípios de todo o Brasil. Essa emenda, Deputado Newton Lima, já foi negociada com o Governo, a Fazenda aceita, o Ministério das Relações Institucionais aceita, e nós resolveremos o problema de 77 instituições municipais de ensino. Mas eu, como sou morador de Santo André, especialmente da Fundação Santo André, para a qual V. Ex^a já teve oportunidade de contribuir quando reitor da Universidade Federal de São Carlos... Lá, nós temos uma dívida de 108 milhões que, por um equívoco... Na verdade, não é bem uma dívida. O recolhimento das instituições municipais do imposto de renda arrecadado dos seus funcionários deveria ficar para a Receita municipal ou para a Fazenda Nacional? Existe um entendimento de que deve ficar com a Fazenda Nacional – já decidido pelo Poder Judiciário – inclusive aquilo que já foi pago.

Então, o prejuízo não é apenas para as instituições, mas também para os Municípios, que mais cedo ou mais tarde terão de pagar. Deve-se analisar com carinho.

Parabenizo a Mesa. Não vou repetir o discurso de vocês. Nós concordamos com essa questão do Pallamolla. É um absurdo nós isentarmos a importação e taxarmos o nosso aqui. E talvez uma solução: ou se taxa o importado ou se isenta o nosso produto. A mesma coisa do Francesco... Nós trabalhamos na MP 613, só que não houve uma solução adequada que... Quer dizer, tudo que foi apresentado, a questão ambiental dos pneus apresentada pelo Roberto... É bom a gente ouvir porque, na verdade, eu falava: "Mas para que reformar pneu se é muito melhor fabricar pneu novo?" Mas agora... É bom ouvir, porque a argumentação foi muito adequada, até para abastecimento e também por uma questão ambiental. O Rodolfo está sempre presente aqui. Acho que aumentar a competitividade... Aqui, a questão fundamental é melhorar nossa competitividade. Acho que todos falam dessa maneira, para gerar emprego, gerar renda e financiar as políticas públicas de saúde, educação e segurança do Estado brasileiro.

Então, parabéns à Mesa, ao Jucá, e ao Newtão, que sempre tem feito um trabalho brilhante. É uma dupla que eleva o Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – Agradeço as palavras do Deputado Vandelei Siraque, as observações também.

Registro aqui que um dos pontos por ele levantado já na sessão anterior, a questão das universidades municipais, já está pactuado com o Governo Federal, o Relator vai acatar. Essa questão é um compromisso nosso assumido na reunião anterior. Portanto, V. Ex^a pode se tranquilizar, que essa questão será esclarecida e pactuada.

Com a palavra o Deputado Otavio Leite.

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB - RJ) – Sr. Presidente, Senador Romero Jucá, eminent Relator, Deputado Newton Lima, todos convidados, eu queria fazer três observações rápidas, chamando a atenção do meu prezado Relator.

Há uma ilustração pontual de setores importantíssimos para a economia brasileira nas pessoas dos representantes que aqui vieram e há, em paralelo, uma apresentação mais geral proveniente do Dr. Rodolfo Zabisky, que cuida da questão do mercado financeiro.

Em rápidas palavras, eu diria que todos queremos o avanço da economia. Isso requer desenvolvimento econômico e desenvolvimento econômico requer investimento. Investimento se faz, em qualquer que seja a atividade, se houver, em primeiro lugar, a proposta, o produto e o capital. Havendo capital próprio, ele vai para frente; não havendo capital próprio suficiente, ele pede emprestado ao pai ou a um banco e se arrebenta nos juros ou fica aguardando uma linha de crédito que porventura pode ou não vir.

E, se for micro e pequena empresa, então, esquece. Ainda se formos falar em microcrédito, é muito pequeno, tem residual, os bancos não cumprem os 2% que a lei estabelece de carteiras destinadas a esse fim, etc.

Portanto, a engenhosa proposta de abertura, de destravamento de mercado de capitais é algo indispensável nessa quadra histórica da economia brasileira. Não tenho dúvidas disso, porque é o caminho que sobrou. E, se realmente ponderarmos que, ao lado de sermos a sétima economia do mundo, somos, para fins de mercado de capitais, uma das mais tímidas possíveis nesse mundo em desenvolvimento ou mundo mais maduro, é realmente desafiador. Algo tem que ser feito.

Bom, o Governo, depois de muito tempo, apresentou essa proposta, que, por um lado, oferece ao investidor em ação a oportunidade de isenção de imposto de renda no lucro de capital. Mas faltou a outra ponta. É preciso romper com a cultura inexistente, ou melhor, é preciso criar uma cultura, no Brasil, de estímulo aos empreendedores de usar o mercado de capitais para expandir sua atividade econômica. Isso é indispensável. E está aí uma oportunidade que não podemos desperdiçar, oferecendo ao investidor a isenção de imposto de renda. Mas tem que haver os fundos. Os fundos de investimentos têm que estar, de alguma maneira, incorporados nesse benefício tributário para que se crie o estímulo.

Se ficarmos dependentes só das pessoas físicas, quem são as pessoas físicas? Sim, há um mercado promissor de pessoas físicas? Sim, acho até que há. Há 26 milhões de brasileiros que apresentam imposto de renda, 14 milhões no formulário completo, 12 milhões no formulário simplificado, há 600 mil pessoas físicas na Bolsa, mais 200 mil operam, grande parte proveniente do fundo de garantia, e tal. Mas não há cultura e nem o estímulo, no Brasil, em investimentos em ação, para valer.

Então, essa ideia de abrir o horizonte para as médias empresas é algo fundamental. A pergunta que faço ao Dr. Rodolfo é a seguinte: que mercado é esse? Quantas são essas médias empresas brasileiras que poderiam enveredar para esse novo campo para obter mais recursos e expandir a sua atividade, via de consequência, gerando emprego, renda, atividade econômica e por aí vai? E o mais interessante, Sr. Relator, é observar que estamos trabalhando com cenário futuro. Não estamos mexendo nas receitas atuais, receitas públicas de impostos atuais.

Se se permitir que o empresário que queira ampliar uma planta industrial... ele precisa de cem, ele tem um custo de 15%, que, se creditados, parte deles, em impostos vindouros, ora, só a atividade em si, quando for criada, efetivada, já vai, por si só, pagar esse benefício inicial que lhe foi concedido. Isso vai expandir a economia brasileira. Então, insisto no seguinte: se, por um lado, para pessoa física é justo, é preciso também ampliar para os fundos de investimentos – pessoa jurídica, enfim, os fundos de investimentos, que são quem capitalizam. Por outro lado, é preciso, para romper essa cultura de não acesso a Bolsa de Valores, criar um fator novo. Esse fator novo é, no mínimo... o certo seria, no meu entendimento, creditar os 15% do custo e deixar ver o que acontece. Não se está tirando receita do Tesouro! Está é se criando cenário futuro de expansão de atividade.

Mas, não. A Emenda propõe que sejam apenas 33%. Tudo bem, é um passo importante, e eu queria saber melhor que mercado é esse. O senhor falou, ao final, de horizontes que nos trarão mil divisas para o Brasil. Mas estamos falando de que empresas? Quantas empresas estão distantes do mercado de capitais? Temos que abrir esse mercado de capitais para as médias empresas.

Aprovamos, nessa última alteração da lei do Simples, uma proposta revolucionária – revolucionária! – permitindo que as pequenas e microempresas também pudessem acessar o mercado de capitais. Orgulho-me muito de ter sido o autor da proposta. Foi festejada em plenário, pelos colegas todos, unanimemente, Ministros, Sebrae, todos de acordo. Eis que foi vetada pela eminentíssima Presidenta. Fiquei muito chateado com esse voto porque é uma visão tão atrasada...

Enfim, estamos apenas querendo um conceito inovador. Mas fecho parêntese aqui e volto ao tema.

Há uma nova oportunidade. A roda girou, e aqui estamos, Deputado Newton Lima, com essa possibilidade. Gostaria que o senhor pudesse, efetivamente, compreender muito bem as Emendas 145 e 146, que são fulcrais para permitir que a ideia de estimular o mercado financeiro realmente se efete na prática. Esse é um ponto. E a pergunta vai ao Zabisky.

Mas me chamaram muito a atenção esses aspectos relativos ao Reintegra.

O representante da Abimaq mencionou, em um exemplo específico, os equipamentos da indústria de ginástica e de halterofilismo, de fisiculturismo, de ginástica propriamente dita. Estamos falando de saúde pública, estamos falando de algo fundamental, que tem que ser estimulado. Outro dia, fui a uma dessas feiras de atividades físicas etc. e fiquei muito impressionado. Fiquei impressionado com a quantidade de pessoas que vivem essas atividades, o que é importante – quanto mais pessoas praticarem atividades físicas, desde que tenham um profissional de educação física orientando, melhor, é importantíssimo –, mas também com a desindustrialização. Fiquei impressionado, porque eu passava nos estandes e perguntava: essa máquina aqui é brasileira ou estrangeira? “É estrangeira.” Alguns poucos sobrevivem de equipamentos de pistas de ginástica, e por aí vai. E nós precisamos ver isso com muita atenção. Essa ideia, essa proposta de redução do IPI de 20% para 8% – não é nem isenção, é redução – acho que tem que ser experimentada, nem que seja por um período, para estimular essa competição. Esse é um outro ponto que eu queria que V. S^a destacasse.

Enfim, eu, basicamente, queria fortalecer a ideia de nós fazermos o serviço completo. Não adianta só, efetivamente, uma isenção de imposto de renda a pessoas físicas. Tudo bem, pode-se expandir a pessoas físicas, mas isso jamais será substantivo. Temos que ter também as pessoas jurídicas, os fundos de investimento fazendo jus a essa diminuição do imposto de renda sobre lucro de capital. E o empresário tem que ter alguma coisa, algum estímulo. Ele está longe disso. Ele não quer mostrar os números dele, etc. É preciso criar no Brasil toda uma cultura nova. Quantos não são os atores econômicos que vão ter que entrar para fazer valer ao empresário que ele pode alavancar a sua atividade oferecendo ações ao mercado? Enfim, isso tem que ser muito facilitado. E isso tem que começar dando certo, não pode errar. Senão, é o fundo do poço por completo.

Então, queria que o Dr. Rodolfo pudesse falar um pouco mais. Que mercado é esse? Existe? Eu queria saber. Muito obrigado, Sr. Presidente Romero Jucá.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – Agradeço ao Deputado Otávio Leite. Com a palavra, o Dr. Rodolfo.

O SR. RODOLFO ZABISKY – Só para termos a ordem de grandeza mais precisa, como o Otávio está comentando, temos hoje no Brasil listadas 350 empresas. Possivelmente, dez delas representam quase todo o volume da Bolsa: Vale, Petrobras, Oi, as grandes companhias. E 350 é muito pouco. O universo que abrange esse programa Brasil+Competitivo, Deputado, são 30 mil empresas com faturamento de 20 a 400 milhões de reais. Ou seja, se vierem 750 empresas, ou seja, se triplicar a Bolsa hoje, haverá um impacto de 84 bilhões de investimento privado na economia e toda a geração de impostos pró-governo e pró-formalização da cadeia produtiva.

Vale um comentário que não foi computado nesse valor todo, que reflete a importância desse comentário. Antigamente, falava-se do segmento de frigorífico, que era um segmento difícil, um segmento que não era muito formal, que comprava carne não necessariamente formalizada – vocês sabem do que estou falando.

Esse segmento foi para a bolsa. Ele contaminou toda a cadeia produtiva, ou seja, o que se vendia sem nota para frigorífico deixa de ser vendido, o que ele vendia eventualmente, se vendia sem nota, também deixa de ser vendido, e, portanto, existe uma contaminação a jusante e a montante. Esse é um efeito positivo, é um círculo virtuoso que pode decorrer dessa Medida Provisória 651 com esse pequeno aperfeiçoamento.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – Eu perguntaria se algum dos convidados gostaria de agregar mais alguma informação ao que foi colocado aqui pelos Parlamentares.

Deputado Otavio Leite.

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB - RJ) – Dr. Franco, eu milito na causa das pessoas com deficiência e acompanho muito essa questão dos equipamentos, etc. Outro dia, nós verificamos um equipamento supermoderno, suíço, que praticamente permite um tetraplégico andar. Há outros equipamentos também nessa dimensão de robótica, e por aí vai, que tem facilitado demais.

Quando ouvi sua exposição e, com muita atenção, verifiquei o *gap*, a distância em que nós nos encontramos, eu fiquei a imaginar a urgência em se tomar alguma atitude para fazer com que a indústria nacional nesse campo possa ganhar alguma competitividade e apostar em desenvolvimento tecnológico e científico. Porque – e aí é que vai minha pergunta –, apesar dos pesares, eu presumo que a indústria nacional ainda invista alguma coisa em ciência e tecnologia.

Fale um pouco sobre esse aspecto, porque nós observamos uma série de insumos sendo gerados pela civilização, pelo homem, mas em outros cantos do planeta, e, no entanto, os nossos deficientes, que também fazem jus a esses ganhos civilizatórios, também deveriam ter acesso, e essas disparidades não nos permitem alcançar um nível de facilitação para a vida das pessoas que esses equipamentos permitem e produzem. Fale-me um pouco sobre essa questão.

Eu quero dizer o seguinte: a competitividade e, ao mesmo tempo, P&D, a questão de pesquisa e desenvolvimento nesse setor.

O SR. FRANCO PALLAMOLLA – Perfeito, Deputado.

Primeiramente, um dado: o setor da saúde, hoje, segundo algumas consultorias internacionais, absorve cerca de 30% a 35% dos recursos mundiais aplicados em pesquisa, desenvolvimento e inovação. Então, ele é considerado um dos setores de maior robustez na inovação tecnológica. Ele é o setor que mais velozmente incorpora inovações tecnológicas à sociedade. Esse é um dado importante.

O nosso perfil – nós, anualmente, fazemos um estudo setorial pela Fundação Getúlio Vargas – de associado tem mantido um investimento entre 5% a 7% em P&D, ele está acima da média nacional especificamente nesse setor.

O País pode ser um país competitivo. Nós temos uma boa plataforma de média-alta tecnologia, nós não temos o domínio da altíssima tecnologia. A base instalada produtiva hoje é capaz de suprir um hospital de alta complexidade em até 90% da sua demanda tecnológica.

Então, esse é um cenário que posso lhe dar.

Sobre especificamente esse segmento de acessibilidade, nós possuímos algumas fábricas importantes no País, o País tem sido exportador nessa área, mas há espaço para se acelerar inclusive também em função de pesquisas científicas que a gente tem acompanhado que são feitas no País – o Prof. Nicolelis tem atuado exatamente nesse campo.

Então, há espaço para se avançar e incorporar mais velozmente essas questões.

Respondi a sua indagação?

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB - RJ) – Não, depois eu quero detalhar...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FRANCO PALLAMOLLA – CTI de Campinas também.

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB - RJ) – É, depois temos, enfim... Eu gostaria de, depois, detalhar um pouco mais. Depois, eu converso com o senhor.

Mas é um setor da maior relevância.

O SR. FRANCO PALLAMOLLA – Muito obrigado.

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB - RJ) – Presidente, permita-me mais uma, que eu me esqueci.

Quero apenas...

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR. *Fora do microfone.*) – V. Ex^a tem sempre prioridade...

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB - RJ) – Muito obrigado, V. Ex^a é que é generoso.

Eu queria também reiterar e sublinhar uma sugestão ao eminente Relator, que é uma emenda da lavra da Deputada Gorete que cuida de permitir que as empresas que estão no Simples terem acesso ao Refis também,

mesmo que isso implique no fracionamento da tributação que é de natureza estadual e municipal. Então, pelo menos no que tange às tributações federais, parece-me ser absolutamente justo, tem que conferir essa questão.

O SR. NEWTON LIMA (PT - SP) – Posso fazer um comentário, Otavio?

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB - RJ) – Lógico.

O SR. NEWTON LIMA (PT - SP) – Nós estamos numa primeira reunião de trabalho, que fizemos com a Fazenda, ontem, desse tema, e, aparentemente, a Fazenda ficou de nos retornar sobre essa possibilidade, que ajuda vários segmentos, vários setores – inclusive o Secretário Executivo da Abit estava aqui até agora conosco –, também várias indústrias têxteis que estão no Simples poderiam se beneficiar disso.

Parece, à primeira vista, haver uma dificuldade que deveria ser superada não por essa medida provisória, mas pela própria lei do Simples.

Nós, então, pedimos à Fazenda que faça um estudo mais detalhado porque, de fato, aparentemente, é uma medida muito positiva que viria responder a vários segmentos da pequena e média indústria brasileira, que estão hoje nesse regime tributário.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – Só para registrar, dentro dessa mesma linha, ambos conversamos e defendemos o conceito da ideia, mas foi levantada uma questão legal de que a medida complementar que cria o Simples define que, além do Simples, não pode haver outro tipo de vantagem para os tomadores do Simples. Para haver outro tipo de vantagem, teria que se mudar a lei complementar do Simples e não uma medida provisória. Portanto, a medida provisória não seria o instrumento legal efetivo para que nós fizéssemos esse tipo de modificação. É um assunto que o Relator colocou no radar, preocupado exatamente com essa questão de buscar criar condições para que as empresas do Simples possam, efetivamente, regularizar a sua situação. Isso é de interesse do País, dos produtores e da geração de emprego, mas essa questão legal está sendo discutida.

O SR. NEWTON LIMA (PT - SP) – Eu queria fazer só um comentário complementar com relação à proposta de redução do IPI que a Abimaq nos traz, Pastoriza. Desculpe, é só um comentário relativo a esse tema. Nas conversas preliminares que tivemos – também nós devemos avançar na compreensão exata desse tema –, a tributação de IPI é uma prerrogativa da Fazenda. Portanto, ela escapa à possibilidade de projetos de lei que pudessem definir alíquotas de redução ou ampliação, ou coisa assim. O que não significa que devemos abandonar esse tema, até por conta da presença das Olimpíadas, até por conta do avanço, como o Deputado Otavio Leite mencionou, do desenvolvimento do incentivo tecnológico nessa área em P&D. Como o Franco falou, eu estava falando sobre o CTI, o Centro de Tecnologia da Informação em Campinas e que desenvolve várias, eu diria, tecnologias de ponta, para melhorar a acessibilidade para pessoas sem visão, para pessoas com dificuldades motoras.

Acho que é um momento muito interessante de pensarmos no incentivo a essa indústria nacional. É a oportunidade especial, talvez não por essa medida provisória, mas que possamos trabalhar no âmbito da nossa Frente Parlamentar em Defesa da Indústria Nacional e construir um espaço de negociação com o Governo, porque é absolutamente relevante. Estaremos todos aqui, de maneira suprapartidária, apoando uma iniciativa dessa magnitude.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – Com a palavra, o Deputado Otavio Leite.

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB - RJ) – Apenas no exercício, Dr. Rodolfo, do cenário que adviria em função, digamos, do acolhimento, pelo Relator, aprovação do Plenário e sanção da Presidenta das sugestões que foram apresentadas, sobretudo essas, de expandir para fundos de investimentos e também permitir o abatimento do custo do lançamento de ações.

Digamos que entrasse em vigor, amanhã, essa regra. Qual é o cenário? Qual o desdobramento efetivo? O que fazer? Nós sabemos que a Bolsa de Valores, a BM&FBovespa, tem um programa, o Bovespa Mais. Não estamos tratando da descoberta da pólvora. Sei que é um assunto que vem se acumulando em termos de discussão, etc. Mas, na sua experiência e pelo movimento Brasil+Competitivo, como vocês vislumbram os efeitos práticos dessas medidas? Em quanto tempo poderiam provocar esses benefícios para a economia brasileira?

O SR. RODOLFO ZABISKY – O País está tomando algumas medidas, por entidades que não dependem da ação do Governo e do Congresso, que estão em pleno andamento. Então, a CVM tomou algumas medidas internas para simplificar o processo e barateá-lo. A própria Bolsa lançou o Segmento Nível 2 do Bovespa Mais, que permite listar ações preferenciais na Bolsa, não só ordinárias. O próprio BNDES lançou um edital para criar fundos para investir em pequenas e médias empresas. Além dessa questão, outras ações estão sendo levadas em curso paralelamente.

Agora, saindo a medida provisória, possivelmente – vamos torcer –, com esse pequeno aperfeiçoamento, é uma questão de, em seis meses, começarmos a ver fluxo de empresas captando recursos e investindo na economia, contribuindo para aumentar a taxa de investimentos no nosso País. Mas mais importante do que

isso é o ativo que representa o maior esforço para melhorar a competitividade e a produtividade de empresas brasileiras, que pode ser anunciado na aprovação da Medida Provisória. Muda o cenário competitivo brasileiro significativamente.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – Agradeço a presença, a participação brilhante e a grande contribuição do Dr. Rodolfo Zabisky, do Dr. Francesco Giannetti, do Dr. Carlos Buch, do Dr. Franco Pallamolla, do Dr. Marcelo Vieira e do Dr. Roberto de Oliveira.

Quero registrar que agora o trabalho se concentra nas mãos competentes, diligentes e experientes do Deputado Newton Lima, que vai concluir o relatório com a competência que lhe é peculiar. Esse relatório, segundo combinação com o Deputado Newton Lima, estará disponibilizado já no dia 6 de outubro.

Eu suspenderei esta reunião e convocarei a sua reabertura para o dia 7 de outubro, às 11 horas da manhã, para apreciação e votação do relatório.

Portanto, peço à Secretaria que disponibilize essa informação no site da Comissão para que todos aqueles interessados possam estar presentes. Mas nós seremos céleres na discussão, na apresentação e na votação desse relatório, sob pena de inviabilizarmos não só as conquistas já obtidas com a medida provisória, mas as que serão acrescidas por emendas dos Parlamentares e também do Relator. Nós estamos fazendo um trabalho grande junto à articulação do Governo no sentido de ampliar o escopo, de benefícios e de consolidação de vantagens e avanços econômicos nessa medida provisória. Portanto não poderemos, por conta de qualquer questão, deixar naufragar uma medida de tal importância.

Então suspenso a reunião e está convocada a sua reabertura para o dia 7 de outubro, às 11 horas da manhã.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 14 horas e 54 minutos e suspensa às 16 horas e 51 minutos do dia 05 de agosto de 2014, reaberta às 11 horas e 20 minutos e suspensa às 13 horas e 02 minutos do dia 2 de setembro de 2014, a reunião será reaberta às 11 horas do dia 07 de outubro de 2014.)

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – Declaro reaberta a 2ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 651, de 2014.

Informo que, nos dias 5 de agosto e 2 de setembro, foram realizadas audiências públicas para instruir a matéria. A continuação da reunião destina-se à apreciação do relatório, que já se encontra disponível para os Srs. Parlamentares. Ele está disponível na internet desde ontem, dia 7 de outubro.

Passo a palavra ao Relator da matéria, o Deputado Newton Lima.

Registramos que há um telão à disposição na Sala 9 para que as pessoas que tiverem interesse em acompanhar a discussão da matéria em melhores condições de conforto possam fazê-lo. Está na Sala 9 deste corredor.

Portanto, com a palavra para fazer a apresentação do relatório, o Deputado Newton Lima.

O SR. NEWTON LIMA (PT - SP) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Romero Jucá.

Quero cumprimentar todos os colegas Parlamentares membros da Comissão Mista, Deputados e Senadores. Passo imediatamente à leitura.

A Medida Provisória nº 651, de 2014, viabiliza o investimento de longo prazo; abre o mercado de capitais a pequenas e médias empresas; desonera e simplifica os tributos nacionais; incentiva o setor exportador; permite a continuidade do importantíssimo programa social Minha Casa, Minha Vida; garante o abastecimento das necessidades básicas da população em situação de calamidade e, portanto, merece aprovação por parte do Congresso Nacional.

Prova inequívoca do mérito das iniciativas nela contidas é a unanimidade que se verificou nas duas audiências públicas realizadas no âmbito desta Comissão Mista. Palestrantes, representando os setores público e privado, este nos seus mais diversos segmentos, afirmaram, em uníssono, que a MP auxilia, e muito, na melhoria da competitividade da economia nacional. De fato, ao tornar permanentes medidas importantes como o Reintegra e a substituição da contribuição sobre a folha de pagamentos, o empresariado nacional ganha previsibilidade sobre seus custos tributários e, com isso, segurança para investir no aumento da capacidade produtiva. Ressalte-se o grande esforço fiscal realizado para perenizar tais programas de desoneração e simplificação tributária, envolvendo recursos da ordem de dezenas de bilhões de reais ao ano.

Não menos importante é o acesso das pequenas e médias empresas ao mercado de capitais, forma mais barata de se financiar empreendimento de longo prazo, normalmente acessível somente às grandes empresas, corporações. Com regras duras quanto à governança corporativa da empresa beneficiada, o investidor terá mais segurança sobre suas aplicações.

Para os contribuintes em atraso com suas obrigações tributárias, são essenciais e urgentes as medidas adotadas na Medida Provisória. O aproveitamento de créditos fiscais na quitação da dívida e a redução das antecipações para a adesão ao Refis da Crise facilitarão sobremaneira a regularização de seus débitos.

Por outro lado, haverá um esforço do caixa do Governo, já que 30% do débito terão de ser quitados em dinheiro. Desculpem-me! Por outro lado, haverá um reforço do caixa do Governo, já que 30% do débito terão de ser quitados em dinheiro. Ademais, a baixa do processo de parcelamento significará uma economia dos gastos administrativos do Fisco.

Por tudo isso, entendemos meritória a Medida Provisória nº 651, pelo que propomos sua aprovação. Consideramos, entretanto, que há algumas mudanças a serem feitas no texto da MP a fim de aprimorá-lo.

Nesta análise, avaliamos as relevantes sugestões oferecidas por meus ilustres Pares, colhidas nas mais de 300 emendas propostas e em oportunas discussões realizadas sobre o tema, inclusive nas duas audiências públicas realizadas por esta Comissão Mista.

Assim, como resultado desse debate, optamos pela apresentação do Projeto de Lei de Conversão, PLV, anexo, cujas alterações em relação ao texto da MP já constam do relatório a todos distribuído.

Quero destacar alguns detalhes, entre eles o seguinte: recomendamos a aprovação parcial das Emendas nºs 176 e 324, para reabrir o prazo do Refis da Crise até o 15º dia após a publicação da lei decorrente da conversão desta Medida Provisória, o que oferecerá uma nova oportunidade para a quitação dos tributos federais aos contribuintes inadimplentes, nos termos dispostos no PLV.

Em suma, o PLV acolhe, total ou parcialmente, as Emendas nºs 2, 25, 42, 44, 45, 46, 52, 68, 74, 83, 148, 153, 155, 158, 159, 161, 163, 164, 165, 166, 168, 171, 172, 176, 179, 180, 183, 184, 190, 192, 193, 194, 205, 229, 239, 245, 247, 254, 258, 259, 262, 264, 265, 271, 272, 282, 283, 300, 301, 303, 304, 310, 312, 318, 324 e 329.

Quanto às demais emendas, estamos propondo sua rejeição. Muito embora tratem de matérias de inegável relevância, não foi possível aprofundar os debates sobre os impactos de sua aprovação, motivo pelo qual consideramos prematura a sua inclusão no PLV ora apresentado.

Destaco ainda que, no caso do Reintegral, nossa opção foi manter os patamares mínimos e máximos de 0, 1 e 3 e autorizar o Poder Executivo a elevar esse percentual para 5%, conforme solicitado nas nossas audiências públicas, mediante adicional de 2% a ser aplicado apenas aos bens em cuja cadeia de produção se verifique a ocorrência de resíduo tributário em volume que justifique o recebimento dessa restituição extraordinária, situação que deverá ser comprovada por estudo ou levantamento realizado conforme critérios e parâmetros definidos em regulamento.

Destaco, também, algo de interesse, imenso interesse, em todo o setor produtivo nacional: a alteração da legislação sobre regimes licitatórios, com o objetivo de fixar em 25% a margem de preferência nas compras do setor público como instrumento de incentivo aos produtos nacionais.

(Soa a campainha.)

O SR. NEWTON LIMA (PT - SP) – Como emenda de Relator, altero a situação atual, a legislação atual, que diz “até 25%”, para fixar em 25% para todos os setores das indústrias manufatureiras do Brasil.

Destaco, por fim, em termos de voto, o que se segue.

Pelos motivos acima expostos, voto: 1) pelo atendimento aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 651, de 9 de julho de 2014; 2) pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória e das emendas apresentadas; 3) pela adequação e compatibilidade financeira e orçamentária da Medida Provisória e das emendas apresentadas; e 4) quanto ao mérito, pela aprovação das emendas, total ou parcialmente já lidas, constantes do Projeto de Lei de Conversão em anexo.

E oralmente, Sr. Presidente, quero que seja registrado que estou retirando do PLV o art. 118.

Nesta oportunidade, peço o deferimento e o encaminhamento a V. Ex^a.

Muito obrigado.

O SR. MANOEL JUNIOR (PMDB - PB) – Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – Em primeiro lugar, em nome da Presidência, quero registrar o excelente trabalho realizado pelo Deputado Newton Lima, que, num prazo muito curto, inclusive com sacrifício de trabalho por conta do período eleitoral, conseguiu construir uma proposta que melhora muito aquela encaminhada pelo Executivo, inclusive, ampliando, o que é importante, o valor de 3% para 5% da questão do Reintegral.

O SR. NEWTON LIMA (PT - SP) – Perdoe-me; é só um esclarecimento que a Secretaria me pede para fazer. É necessário fazer o reordenamento com a retirada da 118 e dos demais itens...

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – É, exatamente.

O SR. NEWTON LIMA (PT - SP) – ... e sem prejuízo de eventual voto complementar que poderá retirar...

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – É; de qualquer tipo de conserto, qualquer tipo de errata.

Mas fica registrado o pedido de V. Ex^a e retirado o artigo que mencionou.

Quero registrar que, independentemente do prejuízo da discussão, nos termos do art. 132 do Regimento Interno do Senado, eu estou concedendo, de ofício, vista coletiva dessa matéria, no prazo de 23 horas; e, ao final da discussão que for necessária, nós iremos suspender esta reunião e, amanhã, às 11 horas, nós estaremos aqui ...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – ... para votar essa matéria.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Questão de ordem, Presidente. Eu estou aqui pedindo uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – V. Ex^a terá a questão de ordem logo após a manifestação da Presidência.

Eu quero, portanto, registrar, já por economicidade, que, de ofício, pela Presidência, será concedida vista coletiva até amanhã às 11 horas.

Com a palavra V. Ex^a para uma questão de ordem.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Primeiro, a questão de ordem.

O §2º do Regimento Comum, em seu art. 28, diz o seguinte:

No curso da sessão, verificada a presença de Senadores e de Deputados em número inferior ao mínimo fixado no art. 28, o Presidente encerrará os trabalhos ex officio ou por provação de qualquer Congressista.

Então, antes de V. Ex^a tomar qualquer iniciativa nesse sentido, eu peço que encerre os trabalhos, já que não temos número de Senadores suficiente para o prosseguimento desta reunião.

Em seguida, depois de V. Ex^a responder a minha questão de ordem, eu gostaria de fazer um outro questionamento.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – Bom; eu quero dizer a V. Ex^a que nós iremos fazer a chamada dos Deputados e Senadores para verificar essa questão levantada por V. Ex^a.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Então, como eu tinha pedido para fazer uma questão de ordem com relação a esse artigo antes da deliberação de V. Ex^a, eu peço que considere essa questão antes de qualquer decisão com relação ao pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – A decisão tomada por mim foi anterior à questão de ordem de V. Ex^a. Portanto, a decisão tomada por mim prevalece independentemente da questão da chamada que nós iremos fazer de Deputados e Senadores.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – A vista concedida já está...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Eu peço vista, de acordo com o Regimento Interno, por cinco sessões, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – O Regimento Interno fixa até cinco sessões, até cinco dias.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Presidente, deixe-me fazer uma argumentação com relação ao pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – Pois não.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Presidente, é o seguinte: esse relatório do Deputado Newton Lima foi apresentado hoje. Foi dito há pouco que ele foi disponibilizado ontem; porém, a assessoria técnica da Liderança do Democratas, até as 23h30min de ontem, não teve acesso a qualquer relatório. A gente tem aí uma medida provisória que saltou de 51 artigos para 130 artigos. E a técnica do governo é utilizar-se do seguinte mecanismo: você tem uma tese que é positiva, muito interessante – e que eu apoio –, como, por exemplo, a questão da desoneração permanente da folha de pagamentos e, aí, começa a incluir na medida provisória uma série de assuntos que nada têm a ver com o objeto da medida provisória. Isso já foi, inclusive, motivo de questão de ordem ao Presidente da Câmara, já questionamos o Presidente do Senado diversas vezes. E a gente tem, assim, uma situação absolutamente crítica.

Só para citar, Presidente, aqui um artigo, o que diz respeito à capitalização do BNDES, a gente sabe que o custo de capitalização do BNDES e o custo de captação de recursos por parte do Governo Federal é estabelecido a partir da taxa de juros praticada pelo mercado; ou seja, da Selic.

O Relator, em seu relatório, estabelece que os valores captados pelo BNDES, a partir dos aportes pelo Tesouro Nacional, serão, em vez de remunerados pela taxa Selic, remunerados pela taxa TJLP; ou seja, criando-se, mais uma vez, uma maquiagem financeira, o que tem sido prática corrente na administração da Presidente Dilma e que tem sido também a tônica da péssima gestão do Ministro Guido Mantega.

Então, a gente já tem um ambiente de maquiagem plena no governo da Presidente Dilma, que, graças a Deus, está chegando ao fim agora em dezembro.

E agora, no apagar das luzes do governo petista, você tem aí uma medida provisória incorporando absurdos como esse que é, na verdade, o reforço dessa maquiagem absurda, que foi a característica principal da gestão econômica da Presidente Dilma e do Ministro Guido Mantega.

Ademais, modificou-se, também, com relação a programas de refinanciamento de dívidas e capacidade de compensação de créditos por parte das empresas, uma situação em que você teria como pagar apenas 30% para se antecipar ao pagamento de 64% – e por quê? Porque o governo está quebrado, está sem caixa e quer antecipar tudo no final da gestão, para justificar o não cumprimento das metas econômicas por parte do Governo Federal. E temos aí: a inflação crescente, o Brasil estagnado, paralisado e o governo querendo empurrar, goela abaixo da oposição, uma medida provisória com uma série de pontos que sequer tivermos oportunidade de analisar.

Então, faço um apelo, novamente, a V. Ex^a, tendo em vista o tamanho dessa medida provisória, que pulou de 51 para 130 artigos – eu repito. Assim, Presidente Romero Jucá, não dá para nós analisarmos essa medida provisória em 23 horas como quer V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – Vinte e quatro.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Sim; 24 horas. Não é suficiente.

Então, peço a V. Ex^a que remarque a reunião para a próxima terça-feira, pela manhã.

E quero, inclusive, dizer o seguinte: para essa medida provisória ser aprovada, ela vai ter que passar por algum processo de negociação.

O governo pode até vencer, como tem “tratorado” sempre aqui no Senado, mas, no plenário da Câmara, para passar, vai ter que restabelecer o texto original, porque, como está, isso aqui é, realmente, um baile final de governo que a gente não pode aceitar de forma alguma.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – Eu queria registrar ao Deputado Mendonça Filho, primeiramente, que eu o conheço há muito tempo, e sei da sua competência. Em face disso, eu avalio que 24 horas seja um prazo extenso demais para que V. Ex^a analise essa matéria, porque V. Ex^a é muito competente e a assessoria dos Democratas também.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Não, Presidente; a média de inteligência do Democratas está um pouco mais aquém da do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – V. Ex^a é um grande Deputado.

Vou conceder a palavra para uma questão de ordem ao Deputado Vanderlei Siraque e, depois, concederei, para contraditar, ao Senador José Pimentel, não é?

Se algum outro parlamentar quiser levantar qualquer questão de ordem, nós estamos aqui exatamente para ouvir.

Eu só quero registrar, para complementar o que disse o Deputado Mendonça Filho, que a linha da construção, a linha da argumentação, a linha do entendimento foi a linha levada pelo Deputado Newton Lima. Nós estamos aqui... Essa matéria melhorou muito.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Só se foi no âmbito do governo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – Não, não, não.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Da oposição, estou sabendo agora de tudo.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – Mas a oposição poderá colocar as questões importantes também para ela; não tenho dúvida nenhuma.

Com a palavra, para uma questão de ordem, o Deputado Vanderlei Siraque.

O SR. VANDERLEI SIRAQUE (PT - SP) – Bom dia a todos os parlamentares.

Eu quero aproveitar a oportunidade para elogiar o trabalho desenvolvido pelo Deputado Newton Lima, pelo esforço em ouvir todos os lados, pelas audiências públicas realizadas e pela avaliação das emendas. E aproveito também para elogiar o trabalho do Presidente Romero Jucá.

Eu penso que essa Medida Provisória nº 651 não é de situação ou de oposição; é. Isto sim, para atender os interesses do povo brasileiro por meio da desoneração, por exemplo, das exportações com Reintegra.

Ainda, Deputado Newton Lima, espero que tenham sido atendidas – e falava com a assessoria de V. Ex^a a respeito – as questões relativas a instituições municipais de ensino superior, especialmente lá da Fundação Santo André, da qual V. Ex^a já teve a oportunidade de ser o nosso orientador.

Quero também dizer ao Deputado Mendonça Filho – um deputado que tem grande capacidade de fazer oposição nesta Casa – que, certamente, nessas horas, vai continuar analisando, até porque teve a capacidade de garantir até a reeleição, quando não havia reeleição no Brasil, não é?

E ainda mais: Deputado Mendonça Filho, o governo não está se findando. O que está findando é um mandato, e vocês terão que aguentar a Dilma mais quatro anos aqui nesta Casa, apesar do que a imprensa tem feito conosco.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – Com a palavra, para uma questão de ordem e também para contraditar, o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr^{as}s e Srs. Congressistas, o primeiro registro a fazer é que é da tradição, nas comissões mistas das medidas provisórias, a concessão de vista por 24 horas.

Normalmente são 24 horas, porque a matéria, em seguida, vai ao exame do Plenário da Câmara Federal, onde todos os critérios regimentais são aplicados. O exemplo melhor foi a votação da Medida Provisória nº 650, uma medida provisória simples, que tratava do reajuste para o último segmento que não havia ainda recebido os 15,8%, que era a Polícia Federal, e assistimos ali a um debate longo, como é da natureza do Congresso Nacional. Em seguida, teremos ainda o Senado Federal.

Portanto, a comissão mista, que foi criada pelo constituinte e, particularmente, por decisão do Supremo Tribunal Federal, é um espaço exatamente de análise, de audiências públicas e de discussão.

Sr. Presidente, tanto V. Ex^a como nosso Relator tiveram o cuidado de realizar um conjunto de audiências públicas para ouvir os vários setores da sociedade, do empresariado, daqueles que estudam o tema tributário no Brasil, para que pudessem ter uma posição mais acertada, mais adequada. Portanto, essa matéria é uma matéria de interesse do Estado nacional, e apenas aqueles que têm a miopia de ver de tal forma, pelo tamanho da janela pela qual enxergam, a economia brasileira é que têm a ousadia de dizer que se trata de uma matéria de governo. Para nós, aqui, é uma matéria do Estado nacional.

Exemplo melhor são as isenções e a substituição da contribuição patronal para Previdência Social, que antes era vinculada à folha de pagamento, trazendo uma concorrência injusta e desigual com outros setores da economia – particularmente as internacionais que para cá trazem os seus produtos.

Para dar segurança e dar tranquilidade jurídica aos empresários brasileiros, à nossa indústria, ao nosso comércio, aos mais variados setores da nossa economia, estamos transformando em definitivo – ou seja, em permanente – esse critério da desoneração da folha, para reduzir o Custo Brasil e garantir a empregabilidade.

E aqueles que, ontem, trabalhavam com a exploração da mão de obra, com um salário mínimo insignificante e com uma rotatividade muito grande da mão de obra não aceitam esse critério que protege, de um lado, os trabalhadores, assegurando a transferência de riqueza dos impostos para o ganho real salarial que tem acontecido durante esse período.

Ao mesmo tempo, nós fazemos uma série de outras medidas para dar segurança jurídica a nossa economia – e é isso que garantirá a Dilma a sua vitória.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – Bom; antes de entrar na questão da discussão – porque alguns pediram para discutir –, eu quero registrar que está concedida a vista coletiva até amanhã, às 11h, do relatório do Deputado Newton Lima.

Registro ao Deputado Mendonça Filho que nós estamos vendo aqui mais de três Deputados Federais, portanto uma seleção de Deputados competentes presentes; e, no Senado, com a minha presença, a presença do Senador José Pimentel e a presença da Senadora Vanessa Grazziotin, temos garantido o quórum para a discussão da medida.

Portanto, essa questão está respondida.

Eu passo...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – Para uma questão de ordem, tem a palavra o Deputado Mendonça Filho.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Eu quero indagar se V. Ex^a, ao final desta reunião, vai encerrar esta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – Não; vou suspender a reunião.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Eu vou fazer uma questão da ordem com base no art. 24 do Regimento Comum, que diz o seguinte: “A sessão poderá ser suspensa por conveniência da ordem”. Qual a conveniência da ordem, Presidente, para V. Ex^a suspender esta reunião?

Nós estamos tratando aqui de uma medida provisória que afeta vários setores e que, como eu disse, saiu de 51 artigos para 130 artigos. E V. Ex^a, tomando a atitude de apenas suspender a reunião, preservando as assinaturas dos Deputados e Senadores que subscreveram esta reunião antes do dia de hoje, está cometendo um grave erro, um grave atentado contra o Regimento e contra a legitimidade do próprio processo democrático.

Na verdade, vai se avalizar, ou não, o relatório do Deputado Newton Lima de acordo com essa árvore de natal que ficou estabelecida aqui, tratando de parto de raposa a atracação de navio. Não dá, Presidente!

A gente tem ter, no processo legislativo, um mínimo de liturgia, um mínimo de objetividade, um mínimo de preservação do processo democrático. Inclusive, respeitando a lei complementar que estabelece normas

gerais para se realizar a tramitação de um projeto de lei, a discussão e a votação de um projeto de lei aqui no Congresso Nacional. Nada se obedece.

A base do governo já é ampla, já conta com mais de 400 Deputados na Câmara, tem uma maioria esmagadora no Senado e nem com isso se satisfaz, não se tem como uma coisa satisfatória; quer se tratar. Se encerra a reunião, V. Ex^a amanhã convoca a base, que é muito ampla, tem Deputados demais, Senadores demais também – todos agora de folga, porque acabou a eleição, pelo menos para aqueles que a estavam disputando – e comparecem amanhã a essa reunião que V. Ex^a está convocando. E não dá para usar esse artifício de conveniência de ordem, porque não tem conveniência de ordem nenhuma. A única conveniência que eu vejo aqui é a conveniência do governo, e eu não concordo com ela. Eu refuto essa conveniência. Isso é uma inconveniência! É um absurdo você ter um relatório entregue, praticamente, na manhã de hoje – um relatório de uma MP com 130 artigos – e empurra goela abaixo para que a oposição tenha que engolir.

Então, eu quero aqui registrar o meu protesto de antemão, pedir a V. Ex^a a sensatez, o bom senso que V. Ex^a sempre teve, no sentido de que encerre esta reunião, convoque outra para amanhã – é um direito que V. Ex^a tem. Eu gostaria de ter cinco dias para analisar essa medida provisória, pois minha mente e minha capacidade de leitura são inferiores, certamente, às de V. Ex^a, e eu preciso analisar com mais calma e paciência. E, assim, na próxima manhã, na terça de manhã, a gente faz uma reunião para nós chegarmos a uma conclusão.

Se, porventura, insistir com essa medida provisória de parto de raposa a atracação de navio, a gente vai ter que radicalizar e, se, porventura, nós não conseguirmos aqui o intento na Comissão Mista, nós vamos conseguir no Plenário, porque o quórum no Plenário não está lá essas coisas. Eu acho que um pouquinho de trabalho e dentro da técnica do Democratas aí, para celebrar o final do governo do PT, eu creio que dá para a gente celebrar em grande estilo, enterrando essa medida provisória para homenagear esse governo manipulador da economia nacional, comandado por Guido Mantega e, lamentavelmente, pela Presidente Dilma.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – Deputado Mendonça, eu respeito V. Ex^a, vejo que V. Ex^a ainda está contaminado pela luta das urnas. Nós estamos tratando aqui de uma medida provisória que aborda questões extremamente relevantes para o País. Inclusive a questão da contribuição do empregador, do INSS das empresas deste País. Um avanço extremamente importante; algo que eu defendia aqui, desde que cheguei no Senado, e já estou aqui há algum tempo.

Eu acho que nós temos que ter o embate político, o embate eleitoral, é legítima a questão da democracia. Nós temos essa Comissão; o que passar na Comissão vai para a Câmara; na Câmara, V. Ex^a e todos os parlamentares têm os instrumentos dos destaques, das discussões; enfim, têm um amplo arsenal democrático para discutir essa questão política.

Agora, nós temos que ter consciência que – e V. Ex^a acena com possibilidade de cair essa medida provisória – se essa medida provisória cair, nós estaremos prejudicando diversos segmentos da sociedade brasileira, porque nós temos que manter e preservar, permanentemente – para pegar só um ponto – a contribuição do empregador na questão da folha de pagamento. Não quero nem aqui registrar a luta para trazer de volta o Reintegra e a luta do Relator para aumentar de 3% para 5% o Reintegra para setores exportadores brasileiros, o que é algo extremamente relevante – extremamente relevante!

V. Ex^a coloca aqui a questão do art. 24 – eu respeito –, mas eu quero dizer a V. Ex^a que o art. 89 do Regimento do Senado dispõe que compete ao Presidente da Comissão dirigir e ordenar os trabalhos. Por conveniência da questão de ordem e para ordenar os trabalhos, como são sinônimos, eu utilizo o art. 89. Vou ordenar os trabalhos, vou conceder vista coletiva – é uma decisão da Presidência – e vou convocar a continuidade dessa reunião para amanhã, às 11h.

Efetivamente, se a oposição... Eu acho que a oposição está discutindo aí... Ninguém sabe o resultado da eleição. Eu acho que nós temos que ter prudência, inclusive, quanto a isso.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – V.Ex^a está com o Aécio, não é?

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – Cada um... Eu estou votando em quem eu acho que devo votar. (*Risos.*)

Então, eu estou aqui dizendo o seguinte: nós não estamos aqui defendendo o PT; nós não estamos defendendo aqui o PSDB, o Democratas. Nós estamos defendendo aqui o País.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Já começamos a nos entender, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – Nós estamos aqui discutindo o sistema produtivo brasileiro, a volta por cima que a economia brasileira tem que dar.

Então, eu acho que o Congresso tem que dar uma contribuição efetiva – e está dando. Isso basta para resolver? Não basta! Nós temos que ter mais coisas. E eu quero dizer com muita tranquilidade aqui: eu sou economista e estou analisando esse quadro todo, porque tenho responsabilidades para com o País. Agora, não é por conta do embate eleitoral que nós iremos detonar algo que é benéfico, que é importante para o País.

Eu quero aqui, novamente, louvar o trabalho do Deputado Newton Lima, que teve paciência, que se dedicou, durante o período eleitoral inclusive, para construir essa medida. Essa medida provisória cai no dia 6 de novembro; ela tem que ser votada nesta Comissão, no plenário da Câmara e no plenário do Senado. Então, nós temos, efetivamente, que olhá-la não como uma disputa – a disputa eleitoral vai continuar, termina no dia 26. Quando nós formos votar essa matéria, provavelmente no Senado, a disputa eleitoral já deverá ter indicado um resultado.

De todo modo, embora eu entenda que a contribuição de V.Ex^a é importante, que os partidos de oposição ao governo, hoje, deverão interagir na discussão, não só aqui mas também no plenário das duas Casas, eu clamo pelo bom senso, eu clamo pela separação do clima de disputa eleitoral, que é recente – nós estamos na semana em que fomos às urnas –, porque realmente nós temos que avançar nessa medida provisória.

Então, quero aqui registrar que a decisão da Presidência já está tomada, não voltarei atrás. A vista é coletiva; a reunião será amanhã às 11h.

Quem quiser usar da palavra para discutir, nós iremos...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Presidente, como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – O Deputado Manoel Júnior já havia pedido.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Depois, então, quero falar como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – Depois eu passo a palavra a V.Ex^a.

O SR. MANOEL JUNIOR (PMDB - PB) – Sr. Presidente, Sr. Relator, quero cumprimentar e parabenizar os dois e todos os membros da Comissão, e, aqui, Sr. Relator, fazer alguns questionamentos.

Sr. Relator, havia sido consensuado, inclusive com o governo, uma emenda que nós apresentamos em favor dos Municípios brasileiros – e olha que são 5.570 Municípios espalhados por este Brasil –, que, a partir do dia 3 de agosto de 2014 estão sob a ótica da Lei nº 12.305, a Lei de Resíduos Sólidos, que passou a viger em toda a sua plenitude.

Assim, apresentamos uma emenda, que foi justamente apoiada, pactuada com a Confederação Nacional dos Municípios – e queria saudar aqui os companheiros municipalistas na pessoa de Paulo Ziulkoski, do Presidente da Famurs, Seger Luiz Menegaz, e abraçar todos os prefeitos que aqui se fazem presentes –, mas não vi no seu relatório, Sr. Relator, essa emenda, vamos dizer assim, absorvida, acatada por V. Ex^a. Dessa forma, quero justamente que V. Ex^a trate desse tema, até porque, se for pelo viés, pelo caminho de ser matéria estranha, também quero fazer outro questionamento relativamente aos arts. 120 e 121, que dizem respeito a municípios de pequeno e médio porte que têm tratores e máquinas agrícolas transitando em estradas vicinais e até no centro das cidades – e isso é muito comum na terra do Senador Jucá, na nossa terra também. V. Ex^a não recepcionou nenhuma emenda, mas, efetivamente, de emenda do Relator, coloca aqui dois pontos que nós divergimos ou precisamos aprofundar essa discussão, que é a questão do emplacamento, de mudança do Código de Trânsito Brasileiro, o que efetivamente poderia ser tratado em um outro momento.

Bom; basicamente, são esses os dois pontos que, inicialmente, eu gostaria que V. Ex^a nos explicasse.

Gostaria, ainda, de fazer um apelo a V. Ex^a em relação à Emenda nº 5, que vai favorecer, até porque os nossos prefeitos estão sob a lupa do Ministério Público, por falha dos governos estaduais, da própria União, do Governo Central, e, também, pela impossibilidade diante da escassez de recursos para adequação à Lei nº 12.305.

Assim, como esses administradores estão sob a ótica e sob a égide das penalidades graves da Lei nº 12.305, gostaria que V. Ex^a pudesse rever o seu posicionamento, para acatar, até porque o governo já aquiesceu, concordou, em votar essa matéria na Medida Provisória nº 651.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – Só para fazer coro com o Deputado Manoel Junior, eu queria aqui também reforçar esse pleito junto ao Relator. Eu fui um dos que ajudou a aprovar, em tempo recorde aqui no Senado, a Lei de Resíduos Sólidos. Defendi, junto ao Governo Federal, um PAC dos resíduos sólidos. As prefeituras sozinhas não conseguirão resolver essa questão. Vários Prefeitos já estão sofrendo cobranças do Ministério Público. Nós não vamos resolver o problema, mas vamos criminalizar essa questão, o que será algo extremamente lamentável.

Então, é preciso dar um pouco mais de prazo, e eu quero aqui registrar que, como Relator do Orçamento da República para o próximo ano, pretendo colocar no Orçamento da República recursos para enfrentar essa questão dos resíduos sólidos. (*Palmas.*)

Exatamente porque nós não podemos ficar no Congresso criando regras, normas e despesas para os Municípios, e estes continuarem à míngua do jeito que estão. Nós temos que criar qualquer tipo de obrigação, tendo a coerência de criar receitas ou dispositivos que deem aos prefeitos condições de cumprir aquilo que está sendo determinado.

É claro que o Relator é soberano nessa questão, mas eu quero aqui, em nome de todos os prefeitos, da Associação e de todos os segmentos, engrossar o pleito feito pelo Deputado Manoel Junior, porque entendo

que é algo extremamente coerente, extremamente relevante, mesmo que seja um prazo curto, mas é preciso que se busque uma solução e não uma penalização dos prefeitos da forma como está se configurando até o final do ano.

Com a palavra o Deputado Newton Lima.

O SR. NEWTON LIMA (PT - SP) – Muito obrigado, Senador Romero Jucá.

Eu gostaria, antes mesmo de responder às duas questões do Deputado Manoel Junior, mais uma vez, de informar-lhes que amanhã, na abertura dos trabalhos para continuidade desta reunião, Senador, eu quero apresentar uma complementação ao voto, uma errata, com alguns consertos, alguns detalhes que estão aqui colocados.

Em relação ao tema do emplacamento de veículos, Deputado Manoel Junior, eu quero conhecer a opinião de V. Ex^a. Poderei, eventualmente, rever a minha posição a partir das objeções que vierem a ser colocadas por V. Ex^a. Prometo me debruçar sobre isso no dia de hoje.

Com relação à Lei de Resíduos Sólidos, quero lhe dizer, na qualidade de ex-prefeito, por oito anos, do Município de São Carlos, São Paulo, ex-dirigente da Frente Nacional de Prefeitos, que tenho total acordo com o conteúdo desta proposição de V. Ex^a. E o faço acentuando e sublinhando as palavras do Senador Romero Jucá. Não é possível, de fato, que, com os minguados recursos municipais, tenhamos qualquer condição de exigir o cumprimento dessa legislação, por mais meritória, do ponto de vista ambiental, que é – e todos nós, tenho certeza que V. Ex^a também, concordamos –, tendo em vista a preservação da natureza, a preservação dos nossos rios, dos nossos riachos, pois, muitas vezes – e vi isso como prefeito –, é impressionante a quantidade de sofás, a quantidade de resíduos de obras, de fogões e geladeiras ali jogados, por falta de uma política adequada de recepção de resíduos sólidos. É, de fato, algo estarrecedor! Como prefeito, embora com dificuldades, fizemos ecopontos que trabalhavam exatamente dentro dessa perspectiva.

Até aqui, como esse é um tema que nós conhecemos polêmico, uma vez que as nossas opiniões são contestadas por segmentos, por Deputados, colegas nossos, diretamente envolvidos com o tema ambiental, estamos aguardando a possibilidade, Deputado, de concertarmos uma redação adequada para fazer isso, com prazo adequado para fazer isso.

Não quero me comprometer com V. Ex^a, mas estou em conversação com o governo. V. Ex^a, Deputado Manoel Junior, nos diz que o governo já aquiesceu; eu ainda não recebi essa orientação. De toda maneira, essa discussão permanece em aberto aguardando exatamente uma definição e, nas próximas horas, amanhã, espero poder apresentar uma solução para um tema para o qual, de fato, reconheço extremo mérito, ainda mais com a posição do nosso Relator do Orçamento do ano que vem, que já nos garante que os Municípios terão a oportunidade de ter o socorro da União para que uma legislação dessa relevância possa ser incluída e para que os Municípios sejam apoiados na sua efetivação.

Eu quero me permitir, Deputado, antes de voltar a palavra a V. Ex^a, apenas me valer desta oportunidade, Senador, para pedir a atenção do Deputado Mendonça Filho para algumas questões que foram colocadas e que eu submeto ao seu exame e à sua elevada consideração.

É bem verdade, V. Ex^a disse, que nós ampliamos o número de dispositivos de 51 para 130, mas não corresponde exatamente à verdade que isso se deu, exclusivamente, por proposições de interesse do governo. Algumas delas, eu acentuo – estão assinaladas no âmbito do relatório, é só V. Ex^a verificar –, de fato, vieram como contribuição do Executivo. Destas, eu analisei o mérito e considerei que, no estágio atual da legislação brasileira, na conjuntura difícil que o mundo todo vive, com consequência para todos os países do Planeta, inclusive, evidentemente, para o nosso, essas medidas seriam vitalizadoras da nossa economia e dariam melhor condição para o enfrentamento da crise econômica internacional, com as suas consequências perversas, que todos nós conhecemos, entre elas, destruir mais de 60 milhões de postos de trabalho. O Brasil é uma exceção. Graças a Deus, continuamos campeões mundiais na criação de empregos formais, mas a nossa economia, de fato, precisa de elementos, eu diria, ainda mais incentivadores da sua competitividade.

Peço que V. Ex^a dê um pouco de crédito a este Relator em muitas ações que pusemos aqui, de vez que ouvimos os segmentos, nas duas audiências e em várias reuniões, que enriquecem esse relatório. Peço a V. Ex^a, ao Democratas, que compreenda o valor, vamos começar... Eu não vou nem falar de desoneração da folha, porque eu só sublinharia os bons argumentos colocados pelo nosso Presidente, o Senador Romero Jucá, mas eu quero me dedicar ao Reintegral.

Eu tenho a honra de presidir a Frente Parlamentar em Defesa da Indústria Nacional, cuja vice-presidência está a cargo do ilustre Deputado Arnaldo Jardim, aqui, presente. Nós ouvimos, em muitos dos seminários e eventos que fizemos na Câmara dos Deputados, vários segmentos do setor industrial pedirem essa medida. Por meio dessa medida, o Ministro Guido Mantega tomou a decisão com a Presidenta Dilma, Deputado Mendonça Filho, de antecipar e multiplicar por dez o retorno dos resíduos dos impostos aos exportadores ainda neste ano.

Quero registrar, nesta oportunidade, a minha satisfação, não como, exclusivamente, Deputado da base do governo, mas como estudioso e Presidente da Frente Parlamentar, pelo fato de as nossas empresas manufatureiras que exportam terem, inclusive, estendido ao álcool, Deputado Mendonça Filho, inclusive, estendido ao setor da exportação de álcool e açúcar o Reintegra e a sua ampliação de 0,3, como estava na medida provisória, Presidente – como V. Ex^a sabe –, para 3% a partir de agora.

Eu resolvi – e está à consideração dos meus colegas –, atendendo aos apelos de vários segmentos que estiveram em audiências públicas, ampliar a possibilidade para mais dois pontos percentuais, porque eu reconheço, como profissional e estudioso do tema, que há cadeias produtivas mais complexas e mais longas em que 3% de teto me parece, ainda, insuficiente para estimular a exportação dessas cadeias. Por isso, nas discussões que fizemos com o governo, este se mostrou sensível à ampliação de 3% para 5%.

Permita-me, também, dizer, Deputado Mendonça Filho, Democratas, a importância de nós aprovarmos esta medida provisória e o projeto de lei de conversão, porque há vários outros artigos que dizem respeito à nova oportunidade do Refis. O Refis foi um sucesso reconhecido, a adesão foi bastante expressiva até o prazo de 25 de agosto, mas havia, ainda, empresas que tinham dúvidas – e nos procuraram – sobre o tema de como fazer o cálculo e aferição dos prejuízos fiscais na hora de aderirem ao novo Refis.

Portanto, Deputado Mendonça Filho, quero acentuar que estou bastante feliz de dizer que nós estamos submetendo à Nação um segundo prazo para a adesão ao refinanciamento das dívidas com a União, que seria até o 15º dia após a promulgação da medida provisória. É mais uma oportunidade de as nossas empresas em dificuldade de, eventualmente, poderem resolver o seu problema de inadimplência.

Permita-me, ainda, mais uma consideração – e tenho certeza, por conhecer o pensamento de V. Ex^a, que V. Ex^a e o Democratas deverão aplaudir. Nós estamos tratando de um tema aqui, na medida provisória, das tantas quantas são de minha responsabilidade – todas são evidentemente –, mas da construção, da lavra do meu dia a dia como Deputado Federal e Presidente da Frente, que é o estabelecimento, a fixação de 25% na margem de preferência do poder de compra governamental. Isso é absolutamente fundamental para todos os setores, não só o calçadista, mas aqueles que, em termos de competitividade com os asiáticos, têm dificuldades – calçados, couro, têxtil etc. Nós vamos colocar para todos os segmentos. É uma medida que veio, de certa forma, provisoriamente, com “até 25%” e, agora, nós a perenizaremos, se aprovado pelos meus Pares e sancionado pela Presidência da República, passando a ter o poder de compra como um estímulo essencial à produção da indústria manufatureira.

Permita-se, ainda, falar sobre PIS/Cofins. Vários dos artigos que V. Ex^a acentua, e com razão, que são objeto de inclusões – e a maioria delas da minha lavra, pois julgo da maior relevância –, assim como as que vieram do governo, dizem respeito a resolver problemas graves de PIS/Cofins, que ficaram para trás em medidas provisórias anteriores e que podem e devem, entre elas, os equipamentos médicos e odontológicos do Brasil, como V. Ex^a poderá observar, excluídas de pagamento de PIS/Cofins para ganhar em competitividade com os importados, que pesam muito no problema da balança comercial brasileira. Como V. Ex^a sabe, o complexo da saúde é muito pesado no cômputo, na contabilidade das relações econômicas comerciais internacionais.

Várias outras medidas, também da nossa responsabilidade, vêm ao encontro da ideia de fortalecer ou corrigir, ou dar segurança jurídica. Todas elas nascem da interação dos setores econômicos com esta relatoria.

Portanto, eu me sinto na obrigação de esclarecer à sociedade brasileira que seria um equívoco de V. Ex^a – e V. Ex^a terminou a sua fala asseverando isso – enterrar essa MP. Enterrar essa MP – e peço a V. Ex^a que reflita sobre isso – seria de extrema gravidade para a economia brasileira, para a indústria brasileira em um momento de agressiva crise internacional – e nós sabemos onde nasceu – e cujas consequências afetam o mundo como um todo.

Muito obrigado pela oportunidade da reflexão.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Sr. Presidente, como Líder, tal como eu havia pedido.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – Com a palavra o Deputado Mendonça Filho, como Líder. Logo após, o Deputado Otávio Leite, o Deputado Carlos Zarattini e o Deputado João Carlos Bacelar.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Primeiramente, um comentário breve antes de entrar na discussão específica da matéria. Quero dizer ao Presidente que mantenho a minha discordância total, muito embora mantenha o meu respeito a V. Ex^a, com relação ao artigo utilizado para manter a suspensão da reunião. O art. 89 dispõe que “cabe ao Presidente ordenar e dirigir os trabalhos da comissão”. Só! Eu acho que isso aí é, realmente, uma...

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – É o que eu estou fazendo, mas respeito a posição de V. Ex^a.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – ... uma aberração, com base nesse artigo, você suspender uma reunião, quando o Regimento Comum dispõe claramente: “quando houver conveniência de ordem”. Ou seja,

se tivéssemos aqui em uma situação de grande tumulto, o que não é o caso, poderia até haver essa hipótese a ser considerada. Fora disso, Sr. Presidente, eu acho lamentável que o governo se utilize desse tipo de procedimento para tratar a oposição.

Segundo aspecto. Vou me dirigir ao relator, eminentíssimo Deputado Newton Lima. Primeiro, meu respeito a V. Ex^a.

A gente, muitas vezes, combate o bom combate, adjetiva e usa um linguajar muito duro no embate entre Oposição e Governo, e não só no embate entre Oposição e Governo. Aqui preservo completamente, inteiramente a minha relação pessoal com todos os Parlamentares, inclusive com V. Ex^a, que é um Parlamentar qualificado e sério.

O SR. NEWTON LIMA (PT - SP) – Muito obrigado. Da mesma forma.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Agora, tenho que discordar de V. Ex^a, e discordar com veemência, com clareza, porque represento uma parcela da sociedade. Eu acho que estamos colhendo, do ponto de vista econômico, o que plantamos. O que plantamos, não; o que o Governo de V. Ex^a plantou, o que o Guido Mantega plantou, o que a Presidente Dilma plantou: estagnação completa da economia; crescimento zero este ano. Está aí já a previsão de 0,24%; o FMI colocando o Brasil aí entre os países que menos deve crescer este ano. Na América Latina, somos lanterna. Essa é a realidade.

Eu acho engraçado que o governo do PT, quando o Brasil cresce, diz que é mérito do Governo do PT; quando o Brasil anda devagar e entra em recessão, é problema da crise internacional. O PT nunca tem culpa dos problemas que são afetos à sua incapacidade de levar a economia adiante. Tem que reconhecer o erro, e os erros são muitos, inclusive desse dirigismo.

Eu acho um absurdo – me permita dizer com clareza das palavras – esse artigo de imposição de 25% de compra para empresas nacionais. A economia brasileira está cada vez mais engessada. Ninguém mais do que eu defendo a indústria nacional, mas não é com esse tipo de dispositivo que se vai fazer a empresa nacional mais competitiva. Estamos perdendo produtividade, estamos perdendo eficiência. Todas as vezes que o Governo adota uma posição, um ou dois meses depois desmancha aquela posição adotada.

Eu me lembro muito bem aqui de que tivemos um embate no plenário de uma comissão especial que discutia uma medida provisória e depois no plenário da Casa. Eu até fiz um discurso, dizendo que estava praticamente no chamado “dilema de Sofia”, porque o Governo de V. Ex^a, para fazer coerência com a sua tradição, escolheu alguns setores, no que tange à tributação de empresas que tenham atuação internacional. São multinacionais brasileiras. E agora, recentemente, fiquei pasmo de assistir ao Ministro Guido Mantega convocar uma coletiva para dizer que aqueles setores que tinham sido contemplados seriam ampliados. Foi essa a nossa luta no plenário, ou seja, para que não se escolhesse um, dois, três ou quatro setores já que todo empresário nacional que tenha atuação internacional deveria ter o mesmo tratamento.

Mas isso, como é que se dá, Deputado Newton Lima? Via decreto. O Governo quer escolher os seus amigos do poder, dá o tratamento dentro das coxias do poder. Isso é um absurdo. A gente não tem o respeito do Parlamento, a gente não tem a discussão elevada aqui dentro da Casa, tudo é feito nessa base, usando o Regimento naquilo que o Regimento reza, mas, naquilo que não reza, tratorando a Oposição, desrespeitando.

Por que V. Ex^a não apresentou o relatório a tempo de termos uma profundidade de conhecimento sobre ele? Não apresentou. Temos um relatório que foi posto à disposição dos membros desta Comissão praticamente hoje, Deputado. Essa é a verdade. E um relatório que contempla 130 artigos. Quer dizer, é enorme, é gigantesco. Eu não estou aqui para contestar, e é realmente muito maliciosa essa técnica do Governo, de dizer “não, isto aqui vai significar a desoneração da folha de pagamentos para vários setores econômicos.” Defendo a desoneração da folha de pagamentos. Vai significar o Reintegra, mais uma vez o Reintegra. Defendo, há Deputados aqui que defenderam essa tese durante longo período.

Por que não se vota a medida provisória original? Mas se insere um mecanismo de maquiagem contábil e financeiro como esse do BNDES, que é absurdo, imoral, mostra a maquiagem do Governo.

Eu não quero aqui, digamos assim, confrontar V. Ex^a na pessoa de V. Ex^a, mas eu estou contestando as políticas econômicas que são a causa dessa estagnação e dessa inflação crescente que vivemos no Brasil. Não adianta, a sociedade já percebeu isso. Vai tirar a Dilma do poder por conta da sua incompetência de gerir a economia brasileira. Pegou um País crescendo e está deixando um País estagnado ao final do ano, totalmente endividado, com uma série de atitudes de maquiagem contábil e financeira que são absolutamente inaceitáveis.

Então são esses os pontos. Se V. Ex^a quiser celebrar um acordo agora, para votarmos – eu digo ao Presidente da Comissão Especial – a MP original, eu analiso aqui publicamente, mas não dá para analizar uma medida provisória com 130 artigos, com tanta imperfeição, com tanta coisa na direção inversa apenas para satisfazer setor A, B ou C.

Vou expor a minha posição de membro do Parlamento brasileiro. Esta Casa está acostumada a esse tipo de postura. Inserem-se um, dois ou três pontos que são atrativos, que geram pressão, que geram *lobby*, que geram ação corporativa, e vem a pressão em cima da gente. Não, isto aqui tem que acabar. As coisas aqui têm que ser discutidas no sentido de ter como essência o interesse do País de forma transparente. E eu não quero aqui acusar V. Ex^a de qualquer fato que possa significar dúvida com relação aos seus propósitos. Eu respeito a sua forma de ser, a sua forma de pensar, mas temos que combater e dialogar aqui de forma pública, transparente, e não de forma impositiva, como, lamentavelmente, o Governo pratica todas as vezes.

Então, para finalizar, Sr. Presidente, infelizmente o quadro não me permite avalizar esta medida provisória e reitero: Não tenho nada contra desoneração de folhas. Pelo contrário, estou aqui para expressar meu apoio à tese. Apoio, inclusive, o Reintegra. Apoio algumas medidas. Agora, isso tem que estar posto como estava na medida provisória original, de conhecimento de todos, e não mediante esta medida provisória que chegou de um jeito e está saindo de outro. Também não podemos votar aqui na base do rolo compressor, como, infelizmente, o Governo praticou ao longo desses 12 anos de mandato petista na República brasileira.

Então, essa é a minha posição. Quero, inclusive, pedir ao Presidente que, como o pedido de vista estabelece, como V. Ex^a sabe, 24 horas, passe a contar as 24 horas a partir do término desta reunião. São 12h21 e 24 horas, como disse V. Ex^a, que é economista qualificado, são 24 horas. Então, ao término desta reunião, V. Ex^a olha para o relógio e marca a reunião para 24 horas após o que o relógio marcar. Estarei aqui amanhã para que prossigamos...

(Interrupção do som.)

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Bloqueou o meu microfone. Só para concluir: estaremos aqui na reunião para continuarmos no debate e levarmos adiante a nossa tese em defesa da indústria nacional, mas em respeito ao processo democrático.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – Deputado Mendonça Filho, é sempre um prazer ouvir V. Ex^a. V. Ex^a será muito bem aguardado aqui, amanhã.

Registro que iremos fazer a conta correta das 24 horas. V. Ex^a não precisa se preocupar. (*Fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – Não, não é quando acabar a reunião? Então, não posso marcar com antecedência. V. Ex^a quer que eu ultrapasse os meus poderes. No momento em que concluir a reunião, vamos marcar para 24 horas. Nós encontraremos aqui no almoço. Será um prazer, inclusive, após a aprovação, almoçar com V. Ex^a

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Excelente! Depois dessa campanha política, estou doido para passar uns dias aqui em Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – Com a palavra, o Deputado Otavio Leite.

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB - RJ) – Sr. Presidente, eminent Relator, Srs. Deputados, ao tempo em que foi anunciada a edição desta medida provisória, o Ministro Mantega proclamou, com pompa e circunstância, que ela haveria de proporcionar um chamado destravamento do mercado financeiro brasileiro. Esse é um dos pontos que foi destacado na ocasião.

Aliás, só um parêntese, procurando respeitar a sugestão do Presidente de deseletorizar este debate, mas não podemos fugir do nosso instante: não custa lembrar que hoje os jornais todos trazem, com destaque inclusive, a ausência do Ministro Mantega em reunião que é ordinária, comum, no FMI, quando deveria ser anunciada a diminuição do crescimento brasileiro, dando vez a isto que constatamos nas ruas do Brasil, que é um desaquecimento muito sério da economia. Não fora isso, não estaria tratando desta medida provisória. O fato é que temos uma crise, independentemente desses problemas todos, de credibilidade e confiança – fechei o parêntese – que espero, a partir do dia 27, estará dissipada no Brasil.

Bom, eu queria me cingir a objetivamente três aspectos. Apresentei n^o sugestões a V. Ex^a, mas há três pontos que eu gostaria de sublinhar: em primeiro lugar, no âmbito do destravamento do mercado financeiro, é preciso compreender que esse é um tema extremamente complexo, árido.

Eu, particularmente, não domino essa matéria, mas tenho procurado estudá-la da melhor maneira possível.

O fato é que, para desenvolver a economia, ou se tem capital próprio ou se pega emprestado, ou se buscam os mecanismos de mercados de capitais, como em qualquer economia civilizada.

O Brasil, embora seja a sétima economia do mundo, tem indicadores muito precários em relação a esse instrumento de alavancagem da atividade econômica. Isso é muito sério.

No entanto, o que existe em si também é revelador de distorções e de fragilidades muito grandes.

De cada R\$ 100,00 investidos na Bolsa, do volume negociado na Bolsa, vale dizer que 45...

Presidente, eu vou pedir só um pouquinho da atenção. O Relator está prestando atenção e me interessa que ele preste atenção.

(Soa a campainha.)

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB - RJ) – Não, me interessa, mas eu gostaria que os outros também prestassem atenção.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – Eu gostaria de pedir silêncio à plateia, por favor. Nós estamos em debate.

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB - RJ) – Então, em síntese, eu estou, aqui, fundamentando o apelo que faço ao relator para reconsiderar as Emendas 146 e 145.

Eu estava dizendo que, de cada R\$100,00 investidos na Bolsa de Valores, no dia de hoje, 45 são provenientes de capital estrangeiro, estão isentos do ganho de capital, do Imposto de Renda; 16% são dos fundos de pensão de brasileiros e também estão isentos. Então, de todo o montante de capital, 61% já se encontram isentos.

O Governo propôs, nessa MP, que também as pessoas físicas fizessem jus a esse benefício.

Treze por cento do total do volume de investimentos provêm de capital de pessoas físicas, e há outros 26%, que são de pessoas jurídicas, que não estão contemplados.

Então, em primeiro lugar, se se tratar de travar o mercado através de um procedimento que vai estimular as pessoas a investir, a convergir para uma alteração de cultura no Brasil, porque a cultura brasileira é de rentista, daquele que vai na poupança, ou vai num título qualquer, para ganhar a Selic... É uma postura mais conservadora, acomodada.

No entanto, nas grandes nações – e o Brasil está muito atrás, não só das grandes, mas também das médias e algumas pequenas –, muito da população, um percentual elevado da população se utiliza de sua poupança para investir em mercados de ações.

O Brasil, nesse ponto, para se ter uma ideia, está em 49º do mundo. Apenas 1,6% da população brasileira investe em mercados de ações. Então, é muito pequeno para o potencial que o Brasil tem. São 26 milhões de brasileiros que apresentam Imposto de Renda: 12 milhões no simplificado e 13 milhões, enfim, no relatório, na apresentação do relatório completo. É daí que tem a pessoa física com potencial de investir.

Bom, essa sinalização de imposto, de diminuição de Imposto de Renda sobre o lucro de capital, ela, enfim, contempla um pedaço e ela prossegue incompleta, por quê? Porque as pessoas jurídicas não vão poder fazê-lo.

Então, a ideia é que isso também se amplie para as pessoas jurídicas, porque o que se quer é que uma empresa que procura se desenvolver possa lançar títulos na Bolsa. Tudo eu estou falando com os pré-requisitos de CVM e imposições legais que se tem que exigir, mas é necessário, também, que uma faixa grande de potencial de investimento também seja potencializada através desse benefício de isenção de Imposto de Renda sobre capital.

Então, uma das emendas que eu propus é para estender para as pessoas jurídicas.

Dois, a outra emenda também se associa e vai ao encontro da ideia de estimular a atividade econômica, na ótica de favorecer e fortalecer o empreendedor.

Se o empresário tem uma planta Y, produz X, mas ele quer ampliar a sua planta e ele precisa de 100 milhões, ele vai poder, com essa oportunidade, também lançar títulos na Bolsa. Perfeito, mas não lhe está sendo oferecido algum estímulo.

Não há cultura no Brasil para isso. São apenas 350 empresas que estão na Bolsa de Valores, de um total de 15 mil médias empresas que estão acima de R\$20 milhões e vão até 400 milhões de faturamento/ano. É preciso criar uma estímulo para isso.

O que sugerimos? Sugerimos que a esses empreendedores se possa, pelo menos, creditar impostos vindouros de um pedaço do custo do lançamento das ações, porque custa lançar ações. Se ele precisa de R\$100 milhões, gastará R\$15 milhões só no meio do caminho, em contador, em advogado, em CVM e uma série de responsabilidades com que tem que arcar. Então, deveria haver um mínimo de estímulo ali. Se queremos mudar uma cultura, se queremos destravar o mercado financeiro, é preciso avançar nessas perspectivas. Não é só um lado, não é só a pessoa física na ponta. É preciso a pessoa jurídica ser contemplada e o empreendedor. Do contrário, infelizmente, lamento dizer, não haverá de causar qualquer efeito. E a tal proclamada ideia de destravar o mercado financeiro será uma ilusão, um sonho de uma noite de verão. É preciso ter ousadia nessa perspectiva,

Não sabemos quem será o Presidente da República. Este é o momento mais adequado para que possamos, de maneira muito equilibrada, oferecer ao Brasil uma lei que vai avançar em termos de desenvolvimento econômico. Então, pondero nesse aspecto quanto às Emendas nºs 145 e 146.

Finalmente, há outro tema que – lamentavelmente esses textos legais vêm cheios de pontos distintos, diversos – eu gostaria que V. Exª considerasse. A Emenda nº 178, da lavra do Deputado Eduardo Barbosa, que hoje preside a Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, é justíssima. Temos 2,5 milhões de brasileiros que emigraram. Eles aportam, todos os anos, para o Brasil, R\$5 bilhões, o que é importantíssimo na

nossa balança de pagamentos. Aliás, o déficit de operações correntes está na ordem de R\$84 bilhões, uma tragédia; nunca se teve uma situação tão nefasta do ponto de vista da macroeconomia brasileira.

O fato é que os brasileiros que emigraram, mas são aposentados ou pensionistas, são tributados no imposto de renda em uma alíquota única de 25%. Está errado isso. No mínimo, tinha que se respeitar a graduação que se oferece aos brasileiros aqui. Então, peço a V. Ex^a que considere essa Emenda nº 178, que é justíssima, do Deputado Eduardo Barbosa.

Sr. Presidente Romero Jucá, eu teria outras ponderações. Agradeço a atenção. Finalmente, apenas para lembrar, digo que este é um instante propício para que possamos, com muita isenção, proporcionarmos uma regra jurídica que mexe com “n” assuntos, mas que avança para o País. Essa questão, no mercado de capitais, como está, é um arremedo, não vai chegar a lugar algum. Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – Agradeço a V. Ex^a Passo a palavra o Deputado Carlos Zarattini.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM - AM) – Presidente, pode me inscrever, por favor?

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Quero cumprimentar todos os Deputados e Deputadas. Cumprimento o Relator, Deputado Newton Lima, e quero falar aqui, Sr. Presidente, Sr. Relator, da nossa preocupação em relação a duas emendas que apresentamos, que não foram acatadas: são as Emendas nº 290 e 291, que tratam da questão da cobrança de tributos da indústria de refrigerantes.

Essas duas emendas visam exatamente criar uma justiça tributária para o setor, colocando um sistema de cobrança que chamamos e que é conhecido como *ad valorem*, ou seja, cobrar-se aquilo que efetivamente custa cada refrigerante. Esse tem sido um embate longo nesse Congresso. Tivemos esse embate lá na Câmara há anos, quando esse tema chegou a ser votado e, portanto, aprovado o sistema *ad valorem*.

No entanto, Sr. Presidente, também foram apresentadas as Emendas nº 245 e 247, cujo objetivo é exatamente instituir o sistema *ad rem*. Esse sistema prejudica a pequena indústria nacional de refrigerantes, que vem sendo reduzida a pó, vem sendo extermínada não só por uma política monopolista de uma única grande empresa, que assume todos os espaços do mercado, mas também elo sistema tributário a que nós temos assistido, um sistema tributário profundamente injusto.

E, aí, Sr. Relator, temos notícia de que houve entendimentos, nesse processo de discussão da medida provisória, em relação à aprovação das Emendas nºs 245 e 247. O senhor já nos afirmou que essas emendas não seriam acolhidas. No entanto, houve uma leitura confusa, e nós tivemos o entendimento de que, talvez, elas sejam acolhidas. Assim, queremos um esclarecimento da sua parte sobre essa questão.

Por fim, Sr. Presidente, queria dizer também que nós apoiamos a sua conduta no encaminhamento dos trabalhos desta Comissão. Achamos que essa política de obstrução que o DEM vem fazendo é extremamente prejudicial ao Brasil e demonstra claramente que os interesses rentistas, os interesses daqueles que não querem uma indústria nacional forte estão sendo acolhidos pela Liderança do DEM. Interesses daqueles que não querem que nós tenhamos uma política tributária que efetivamente proteja a nossa indústria, que efetivamente proteja o capital nacional; essa política não está em perspectiva com o DEM. Por isso, temos que tomar muito cuidado nesse debate econômico, nesse debate político que estamos tendo nesse período até o dia 26, uma vez que, claramente, o que propomos e estamos tentando fazer neste País, por intermédio do governo da Presidenta Dilma, é garantir os espaços da indústria nacional. Querer passar a régua, como quer o DEM, nessa política que foi construída ao longo desse tempo é, efetivamente, enterrar em definitivo a indústria nacional.

Está muito bom o seu relatório, Sr. Relator, Deputado Newton Lima. É muito importante o que o senhor vem fazendo, contribuindo para proteger a indústria nacional, contribuindo para desonrar a indústria nacional. É isso que queremos. Esse projeto tem que ser aprovado. Vamos fazer todos os esforços para que essa medida provisória seja aprovada, apesar da obstrução do DEM, apesar daqueles que são contra a proteção da indústria nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Sr. Presidente, eu fui citado. É bem rápido.

Eu quero dizer apenas o seguinte: a proporção da indústria nacional no PIB brasileiro é equivalente à da década de 50, no governo de Juscelino Kubitschek. E isso é obra do governo do PT. Então, quem está enterroando a indústria nacional é o governo do PT do Deputado Carlos Zarattini e da Presidente Dilma, que, graças a Deus, está se despedindo do poder logo, logo.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – Eu quero registrar aos queridos parlamentares que o horário eleitoral do 2º turno começa só no sábado. Então, vamos ter calma com essa questão.

Eu só queria registrar, relativamente à preocupação do Deputado Carlos Zarattini, que essa questão das bebidas frias, Deputado Carlos Zarattini, nós temos tratado – e é uma preocupação nossa – exatamente para

que o modelo de tributação seja justo. Essa matéria foi tratada, mas não se fechou esse modelo para a MP nº 651. O Relator conversou bastante, mas existem diferenças em diversos segmentos e, portanto, o modelo tem que ser muito bem equalizado.

O que eu quero registrar aqui? O Governo Federal editou hoje uma medida provisória que também é da área econômica, a de nº 656; uma medida que vai caber ao PMDB do Senado relatar. Por decisão do Senador Eunício Oliveira, eu serei o relator da Medida Provisória nº 656. Então, eu pretendo – e já registrei isso junto ao governo – que a questão das bebidas frias será objeto de discussão e de solução na Medida Provisória nº 656.

Portanto, a preocupação de V. Ex^a é a nossa, e nós vamos discutir e buscar um modelo para isso.

Com a palavra o Deputado João Carlos Bacelar.

O SR. JOÃO CARLOS BACELAR (PR - BA) – Sr. Presidente, Senador Romero Jucá, Sr. Relator, Deputado Newton Lima, Sras e Srs. Deputados, eu queria dizer exatamente o que o Deputado Zarattini disse em relação às bebidas e que consta nas Emendas nºs 245 e 247 do Deputado Manoel Júnior. Isso precisa ser muito bem debatido, até porque nós não podemos matar a indústria nacional, especialmente os pequenos e médios fabricantes. E, tal como posto aqui nessa redação, essas empresas terão grandes dificuldades de se instalar no Estado de V. Ex^a, no meu Estado, no Estado do Relator... Se bem que é um Estado rico, o Estado de São Paulo, mas tem muitas pequenas indústrias.

A Bahia tem um polo de bebidas frias no Município de Alagoinhas.

O SR. NEWTON LIMA (PT - SP) – É melhor guaraná, guaraná São Carlos.

O SR. JOÃO CARLOS BACELAR (PR - BA) – Tem um grande polo industrial de bebidas frias e nós não podemos matar essas indústrias, indústrias que o Governador Jaques Wagner trouxe com muito esforço para o Estado da Bahia. E eu corroboro com que o Deputado Mendonça Filho também falou aqui antes de mim, de que esta Medida Provisória tem muitos itens importantes para o País e precisa ser muito bem apreciada. Eu até acho que 24 horas depois de 12h30, 12h40, muda muito pouco, Sr. Presidente, até porque estamos cansados da campanha eleitoral, sem voz, várias noites sem dormir e precisávamos nos debruçar aqui sobre tantos itens importante para o País.

Então, peço a V. Ex^a que, se pudesse, prorrogasse mais esse prazo. O ideal seria que ela fosse debatida aqui na semana que vem. Aí nós teríamos o fim de semana, Sr. Relator, para discutir, para trocar ideias, trocar informações, ler com mais atenção junto a nossos assessores. Eu acho que 24 horas é muito pouco tempo diante da importância desta Medida Provisória para o País.

São as minhas palavras. Se V. Ex^a puder acatar, Sr. Presidente, e ampliar esse prazo, conforme o Deputado Mendonça Filho, sem politizar... Deputado Mendonça, acho que aqui não é palanque eleitoral, isto aqui é uma Casa de respeito e não podemos aqui politizar, até porque a política, o horário gratuito tem o seu local. Aqui nós temos que discutir o Brasil, nós temos que discutir os temas econômicos, os temas tributários. e acho que esta Medida Provisória deveria ter, no mínimo, mais uma semana para discutirmos aqui. E, na semana que vem, votaríamos nesta Comissão.

São minhas palavras. Se V. Ex^a puder acatar e prorrogar um pouco mais, eu lhe agradeceria e acho que o Brasil também agradeceria se V. Ex^a, Senador Romero Jucá, pudesse prorrogar um pouco mais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – Com a palavra o Deputado Arnaldo Jardim.

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS - SP) – Sr. Presidente Romero Jucá, Sr. Relator Deputado Newton Lima, Sras e Srs. Parlamentares, primeiramente, quero me somar a tantos que aqui se manifestaram a respeito ao trabalho do Relator Newton Lima. O Deputado Newton Lima fez um grande esforço. Eu mesmo fui privilegiado pela oportunidade de dialogar com o Relator sobre uma série de questões e quero dizer que ele fez isso de uma forma coerente, inclusive, como é a sua atuação parlamentar aqui, de conteúdo, substantiva. Aplaudo-o por isso.

Quero dizer que lamento que tenhamos que agora tratar de uma medida provisória do Reintegra; oportunidade tivemos anteriormente de discutir esse assunto; várias emendas foram apresentadas. O Deputado Newton Lima concorreu com emendas para isso, e, em medidas provisórias anteriores, tivemos sempre a negativa sistemática do Executivo. Demoramos a tratar dessa questão, com prejuízos sérios, no momento em que o nosso País, depois de 12 anos de superávits comerciais, vive hoje uma situação de dificuldade, risco de déficit nas nossas transações internacionais. Então, é oportuna a questão do Reintegra. Pena que não tivéssemos tratado antes e naquilo que é objeto principal, Sr. Relator.

Quero fazer uma referência e pedir que ainda possa ser objeto de análise o que está traduzido na Emenda nº 20, emenda que particularmente tenta deixar de forma clara que estão contemplados os segmentos de móveis, celuloses e papel dentro do setor florestal. Essa emenda é de iniciativa do Deputado Rubens Bueno, Líder da minha bancada, muito animado pela Deputada Carmen Zanotto, que fez um belo mandato parlamentar. Neste instante, não está no exercício do mandato; voltará aqui, para a nossa alegria, no ano que vem. Mas

quero pedir uma atenção a esta emenda, porque acho que guarda coerência com aquilo que se fez do Reintegra, peço que ela seja observada.

Quero dizer da minha satisfação de ver a disposição de prorrogar a adesão ao Refis, mas proponho algo que possamos já fazer para não correr o risco de depois termos uma complicação. Quem aderiu ao Refis já tem um prazo até novembro para quitação dos parcelamentos com prejuízo fiscal. Se estendermos a adesão ao Refis até dezembro, este prazo, por coerência, para a quitação dos parcelamentos com prejuízo fiscal, deveria ser estendido, senão vamos entrar numa situação de contraditório entre aqueles que já fizeram e aqueles que podem aderir.

Mas, havendo essa regra, poderá gerar aí um contraponto. Eu peço a atenção do Relator a essa matéria.

Quero destacar a sensibilidade que teve o Relator a emendas por nós oferecidas, que foram animadas pela questão do setor cooperativista, pela OCB. Destaco a importância da incorporação na medida da Emenda nº 155, que estabelece a isonomia tributária para as cooperativas que atuam no setor lácteo, assim como a da Emenda nº 153, que explicita que o capital social integra o patrimônio líquido da cooperativa até que se dê o desligamento do associado. Isso também vai permitir que o setor possa dissipar uma série de dúvidas e de problemas.

E quero ressaltar também a importância, para nós, engenheiros que somos, eu, o Deputado Newton Lima e muitos que têm esse tese, que já tratamos disso anteriormente. Foi aprovada uma medida provisória, e depois foi vetado isto de incluir entre os setores de desoneração o setor de projetos. Meu caro Presidente Jucá inclusive militou por isto também: todo o nosso setor de engenharia, gerenciamento e projetos poder ter também o dispositivo da desoneração tributária. O Deputado Mendonça Filho nos auxiliou nessa tese também anteriormente. Nós apresentamos aí, no caso, algum detalhamento de medidas para fortalecer o nosso mercado acionário, e elas foram assimiladas através das Emendas nºs 163 e 164 e incorporadas também no relatório do Deputado Newton Lima. Portanto, eu quero saudar isso.

Acho que temos ainda caminhos a fazer, mas foi importante a extensão explícita do Reintegra à exportação de açúcar e etanol, além da menção também às cooperativas para usufruírem desse benefício.

Eu queria falar na presença do meu caro amigo Deputado Carlos Zarattini que quero lamentar muito a sua intervenção quando fez essa peroração e caracterizou a atitude do Deputado Mendonça Filho como algo que compromete a indústria nacional, como algo ligado a um setor rentista, contrário aos interesses da indústria. Fez aquilo que o Presidente está tentando evitar: trouxe um clima de radicalização e de polarização política absolutamente equivocado. Então, lamento muito. Se o Deputado Zarattini estava interessado em fazer com que o processo aqui andasse, acho que intervenções como essa produzem o efeito contrário.

Eu quero reconhecer aquilo que está fazendo o Deputado Mendonça Filho, o justo esforço. Acho que abre um caminho para o diálogo, acho que todos nós estamos dispostos a exercer esse diálogo e podemos, entre aquilo que na medida provisória se avançou, buscar esse caminho. Eu diligenciarei para isto: para que possamos construir esse consenso.

Olhem com que prazo estamos trabalhando – e aí é uma reflexão final ao Presidente Romero Jucá –: a medida vence no dia 6. Limite dos limites, teremos de trabalhar no seguinte cenário: a Câmara não tem nenhum esforço concentrado para antes do segundo turno. Teremos que votar na semana seguinte ao segundo turno, no dia 28.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE. *Fora do microfone.*) – Então até dia 14...

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS - SP) – Há dia 14. Ontem nós ficamos, durante três horas, para dar um quórum de 257. Então, eu... Também temos uma ilusão.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS - SP) – Eu acho que o caminho do diálogo é indispensável, está certo?

Do ponto de vista regimental, uma agremiação qualquer pode evitar e pode comprometer a aprovação dessa medida, e eu acabei de destacar os avanços que realizamos.

Então, acho que temos que ir com muita tranquilidade, marcar exaustivamente, Presidente. Temos que aqui, sob a sua batuta, paciência, disposição do Relator, discutir, porque o caminho do consenso é indispensável. Sem o consenso, não vamos conseguir aquilo que é importante para o País – é a minha opinião – que é a aprovação do projeto do PLV, como foi apresentado pelo Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – Com a palavra o Deputado Pauderney Avelino.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM - AM) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Senador Romero Jucá e Deputado Nilton Lima, entendo que a indignação do Deputado Mendonça Filho é justa, porque é inadmissível você receber um relatório dessa importância e ter que tomar a decisão com uma ou duas horas que tomou conhecimento dele.

Estamos a favor do Brasil, estamos a favor da indústria brasileira. Queremos dar condições para que a indústria brasileira possa se desenvolver, ela não está se desenvolvendo. Há alguns esforços nesse sentido. Eu mesmo já apresentei emenda – o Senador Pimentel sabe disso – a uma medida provisória que relatei sobre o Reintegra, e entendo que o Reintegra, como V. Ex^a trata, melhora até o texto original. Agora, não podemos analisar e nem podemos aceitar, Deputado Newton Lima. E aí eu me coloco na mesma posição de indignação do Líder Mendonça Filho para dizer que ou tratamos o País com espírito público, sem o partidarismo, ou então vamos ter que radicalizar também aqui.

V. Ex^a não acatou nenhuma das emendas apresentadas pelo nosso partido. E aqui há espírito público quando apresento a Emenda nº 111, que trata da indústria do látex, da indústria de pneumáticos com látex natural da Amazônia. Temos um polo industrial de duas rodas, um polo industrial de motocicletas e bicicletas, em Manaus. Tínhamos o maior segmento da economia no início do século passado, que era a produção da borracha, do látex, na nossa região. Hoje, não temos mais, temos a indústria de bens finais. Agora, temos indústria de pneumáticos, e essa indústria de pneumáticos da Amazônia não tem capacidade de concorrer com o produto asiático, com o produto importado. O produto importado, seja matéria-prima, seja pneu, chega muito mais barato em Manaus do que o produzido em Manaus, porque o produto que é extraído da Floresta, o látex, para fazer o pneu sai mais caro extraindo da Floresta Amazônica do que importando do sudeste asiático.

Ora, tenha santa paciência! Isso não pode ser tratado dessa forma! O que estamos propondo aqui é a redução das alíquotas de PIS e Cofins incidentes sobre as receitas de venda destes produtos: pneus e câmaras de ar. Agora, V. Ex^a há de convir que não podemos aceitar votar o relatório como está sem discutirmos essa questão, como também temos que discutir a questão das bebidas frias. É inadmissível continuar tratando ou tributando a bebida fria da forma como está.

É uma coisa de louco você ver a forma como a Receita Federal está tributando as bebidas frias: ou no “chutômetro”, ou no “achômetro”, ou seja lá como for. Não podemos continuar dessa forma, temos que buscar solução através de uma discussão serena, uma discussão em temos que levar em conta o contribuinte. Nós temos que levar em conta o desenvolvimento regional, temos que levar em conta o interesse nacional.

Tenho certeza de que V. Ex^a é um Deputado consciente, um homem que pensa o Brasil como um todo, não apenas São Paulo ou São Carlos. Tenho certeza de que o guaraná produzido lá é de excelente qualidade, mas o da Bahia também é, o do Maranhão também é, o do Amazonas também é. Então, temos que pensar o Brasil como um todo e buscar soluções obviamente. Peço a ajuda de V. Ex^a, peço a ajuda do Senador Romero Jucá para que possamos incluir essa emenda. Obviamente, V. Ex^a, Senador Romero Jucá, suspende a reunião para que tenhamos pelo menos 24 horas para discutir o relatório, estudar o relatório, e votarmos amanhã.

O SR. NEWTON LIMA (PT - SP) – Permita-me, Presidente, um comentário?

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – Com a palavra o Relator Newton Lima.

O SR. NEWTON LIMA (PT - SP) – Eu queria apenas, Pauderney, com relação a esse tema, me comprometer a reexaminar a proposição da Emenda nº 111, como vou fazê-lo em relação a todas as ponderações que foram feitas pelos colegas, membros desta Comissão. E amanhã, conforme convocada a continuidade pelo Presidente, estarei apresentando, na abertura dos trabalhos, um posicionamento sobre todas as questões aqui colocadas. Farei um reexame com todo carinho e atenção pelo mérito das proposições aqui feitas.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – Com a palavra o Deputado Alfredo Kaefer.

O SR. ALFREDO KAEFER (PSDB - PR) – Sr. Presidente, Sr. Relator e Srs. Deputados, na verdade, com muito atraso é que vieram medidas por parte do Governo para atenuar a desindustrialização. Eu queria registrar aqui, nobre Relator, que, de minha autoria, por diversas vezes, apresentamos emenda do Reintegra. Numa delas, inclusive, o Reintegra foi aprovado numa medida provisória, numa alíquota de 3%. A matéria tramitou na Câmara e no Senado e foi vetada pela Presidente. Não diferentemente, construímos várias vezes projetos e também emendas no sentido de desoneração da folha. Quando começou esse processo de desoneração de folha, várias vezes, colocamos essa questão, e o Governo nunca aceitou.

Eu entendo também que o Reintegra deve ter critérios. Se você deixar o Governo flexibilizar de 01 a 5%, ele vai acabar beneficiando setores que sejam unicamente do interesse dele.

O SR. NEWTON LIMA (PT - SP) – Deputado, o piso já não é 01 mais. Nós estamos tratando agora de 3, eventualmente a 5.

O SR. ALFREDO KAEFER (PSDB - PR) – Mas uma flexibilização também permite que o Governo patrocine quem lhe interesse e deixe de lado aquele setor que não interessa. Mas o Reintegra foi construído, é construído em todos os lugares do mundo sempre no sentido de beneficiar a manufatura. E é isso que não tivemos condições de aplicar nessa questão.

No quesito do Refis, colocamos uma emenda não no sentido único de postergarmos seu prazo de adesão, mas, desde o primeiro momento, Senador Jucá, entendemos que o Refis, quando é construído, serve para

quem está inadimplente junto com a Receita. E no momento em que você penaliza o devedor com uma entrada de 5%, 10% ou até 20%, como é o caso, em poucas parcelas, como foi o anterior – agora também será em pouco prazo – ele acaba beneficiando não o verdadeiro inadimplente, mas aquele que atrasou os seus pagamentos e que tem recurso em caixa.

Se ele tem 20% para dar de entrada, isso significa que ele tem recursos disponíveis. E, na verdade, o Refis para o verdadeiro inadimplente teria que ser linear, todo ele. Se são 180 meses, teria que ser com uma parcela de entrada ou coisa assim, porque, senão, ele não vai aderir. O Governo recorreu de novo e deu esse novo prazo porque viu que a adesão era pequena, e a única solução para se resolver isso é um Refis diferenciado, como foi o primeiro Refis, em que se colocou o Refis sobre faturamento. É longo, é demorado, mas longo prazo, dez anos, vinte anos é melhor do que nunca. E esse Refis, novamente, apenas beneficia aqueles que tiveram atrasos de impostos e acabaram ficando devedores, mas não o verdadeiro inadimplente, que quer, diante da crise que aconteceu, colocar a situação do seu passivo em ordem.

Nós colocamos emenda nesse sentido. Já que o senhor apreciou tantas e tantas emendas que não estavam contempladas no original, gostaríamos que o senhor contemplasse essas e algumas outras que também colocamos, que são de extrema importância.

Finalizo também, caro Relator, dizendo que, na essência, de fato, aqui, estamos preocupados em não protelar e não fazer com que a Medida Provisória caduque, mas, na essência, os benefícios para a indústria nacional estão, Deputado Mendonça, dentro da sua tese, beneficiados no texto original. Então, se aprovassemos o texto original, estaríamos dando grandes benefícios à indústria nacional, de fato, com o Refis, com o Reintegra, e estaríamos impedindo de colocar alguns jabutis que estão entrando de última hora e que beneficiam unicamente a vontade do Governo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALFREDO KAEFER (PSDB - PR) – Então, é essa a nossa posição. Não há prejuízo à indústria nacional, aos setores, se aprovarmos o texto original.

Muito obrigado.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Presidente Romero, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – Pois não, Deputado Mendonça Filho.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Art. 29, §2º:

No curso da sessão, verificada a presença de Senadores e de Deputados em número inferior ao mínimo fixado no art. 28, o Presidente encerrará os trabalhos, ex officio ou por provocação de qualquer Congressista.

Como sou Congressista, e continuarei Congressista graças aos eleitores pernambucanos, peço a V. Ex^a que encerre os trabalhos, que encerre esta reunião imediatamente. Está claro que não há quórum.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – Deputado Mendonça Filho, essa questão já foi dirimida anteriormente.

Eu suspenso a reunião, convocando outra...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Não, vamos encerrar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – Eu suspenso a reunião para as 13 horas de amanhã.

Está encerrada a reunião.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Vamos encerrar, Presidente, e não suspender.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – Está suspensa a reunião para as 13 horas de amanhã, atendendo ao pedido de 24 horas de V. Ex^a. Será depois do almoço. A reunião suspensa recomeçará às 13 horas, neste próprio plenário.

(Iniciada às 14 horas e 54 minutos e suspensa às 16 horas e 51 minutos do dia 05 de agosto de 2014, reaberta às 11 horas e 20 minutos e suspensa às 13 horas e 02 minutos do dia 2 de setembro de 2014, reaberta às 11 horas e 24 minutos, a reunião é suspensa às 13 horas do dia 08 de outubro de 2014 e será reaberta às 13 horas do dia 09 de outubro de 2014.)

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – Considero reaberta a reunião da Comissão destinada a emitir parecer e votar a Medida Provisória nº 651.

Antes de passar a palavra para o Relator, registro o extremo espírito de colaboração, de discussão em prol do País, de todos os membros e Líderes que fazem parte deste debate. Registro especialmente o meu agradecimento ao Líder do Partido Democratas, Deputado Mendonça Filho, que, defendendo posições do Partido e da sua corrente política, participou do debate, interagiu na discussão, apresentou propostas que melhoraram o texto da medida provisória e que, portanto, ajudam na construção desse entendimento que nós sempre buscamos, porque consideramos a importância dessa medida provisória para o País e também o fato de que a

construção desse entendimento precisa ser feita na Comissão para que possa ser votada, na próxima semana, na Câmara dos Deputados e, até o dia 5 de novembro, aqui, no plenário do Senado Federal, fazendo com que a medida possa ser sancionada e, portanto, não cause prejuízos aos setores produtivos do País.

Passo a palavra ao Relator, que apresentará, neste momento, uma errata, exatamente ajustando esses textos que foram parte desse entendimento. Em seguida, abriremos a palavra aos Parlamentares que desejem se inscrever.

Já está inscrito, como Líder, o Deputado Mendonça Filho.

Com a palavra o Deputado Newton Lima.

O SR. NEWTON LIMA (PT - SP) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Romero Jucá. Cumprimento os meus pares, Congressistas, membros desta Comissão.

Passo à leitura da errata, Sr. Presidente e senhores membros.

Em 7 de outubro de 2014, enviamos a esta Comissão Mista parecer favorável à aprovação da Medida provisória nº 651, de 9 de julho 2014, nos termos do projeto de lei de conversão (PLV) que submetemos à consideração dos seus membros.

Em decorrência dos debates ocorridos na reunião do dia 8 de setembro de 2014, em que realizei a leitura do voto e das demais tratativas ocorridas desde então, estamos apresentando errata ao voto, nos seguintes termos.

Acolhimento de novas emendas:

Ficamos convencidos da necessidade de acolhimento integral das Emendas nºs 5 e 111 e parcial da Emenda nº 196, incluindo, no §10 do art. 87 da Lei nº 12.973, a expressão “além das demais indústrias em geral”.

As duas emendas precedentes (de nºs 5 e 111) dão conta de um pleito apresentado pelos prefeitos em relação à prorrogação das exigências ambientais, conforme previsto na Lei nº 12.305.

E a segunda, de autoria do Deputado Pauderney, trata exatamente do caso de incentivar a borracha natural produzida na Região Norte por meio de extrativismo, medida que se integrará com perfeição ao polo de produção de bicicletas e motocicletas instalado na Zona Franca de Manaus, apresentada na reunião de ontem.

Manoel Júnior e Pauderney Avelino respectivamente.

Alterações na redação de dispositivos do PLV:

Além da aprovação das emendas acima, o PLV sofrerá as modificações a seguir descritas.

Art. 22. No que tange ao Reintegra, é necessário alterar o segundo parágrafo do art. 22 para registrar no PLV a nossa decisão, cristalizada na leitura do voto feita no dia de ontem, de permitir o pagamento de um adicional de até dois pontos percentuais aos exportadores. Passamos, assim, de 3% para 5% de resarcimento.

Art. 47. Outra modificação que se faz necessária se refere ao inciso VIII do art. 7º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, com a redação dada pelo art. 47 do PLV, para restringir a inclusão no regime de substituição da contribuição sobre a folha de pagamento aos serviços de transportes rodoviários realizados sob o regime de fretamento, com a redação que se segue.

Arts. 85 e 86. A redação dos arts. 85 e 86 do PLV precisa de um pequeno ajuste para alcançar apenas os serviços de transporte público coletivo, evitando a possibilidade de interpretações mais elásticas dos dispositivos da Lei nº 12.860, de 11 de setembro de 2013.

Art. 108. Em relação à vigilância sanitária, estamos suprimindo o art. 24-B da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, acréscimo contido no art. 108 deste PLV, mantendo a inclusão do art. 24-A na referida lei.

Art. 123. Também será alterada a redação do art. 123 do PLV, que trata do Fundo de Compensação de Variações Salariais, matéria financeira que também exige um cuidado adicional.

Da mesma forma, art. 129. Estamos alterando a redação da alínea “a” do inciso IV do art. 129 do PLV para deixar explícito que apenas os incisos XII e XIII do *caput* do art. 7º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, entram em vigor após a noventena, evitando assim interpretações equivocadas.

Art. 130. No inciso IV do art. 130 do PLV, propomos a inclusão da revogação do art. 18 da Lei nº 6.360, de 1976, que não constou do referido inciso quando do texto original.

Chamo a atenção dos meus pares à proposta de supressão de dispositivos do texto original que havíamos apresentado. Os debates ocorridos após apresentação do parecer trouxeram-me a convicção de que algumas matérias incluídas do PLV ainda não estão suficientemente maduras para seguir em frente no presente momento, merecendo ser debatidas com mais profundidade. Dessa forma, além da retromencionada supressão do art. 24-B da Lei nº 6.360, constante do art. 108 do PLV, estamos suprimindo integralmente os arts. 68, 69, 72, 73, 74, 80, 82, 115, 118, 120, 121 e 125 do PLV.

Devem também ser excluídos do PLV os art. 75 e o inciso VIII do art. 30, pois a matéria constou da Medida Provisória 656, recém-publicada, com eficácia imediata, o que não retira o mérito de todos os que se empenharam na sua inclusão neste PLV.

Inclusão de novos dispositivos no PLV:

Serão incluídos os seguintes dispositivos que não constaram do PLV original lido por mim no dia de ontem.

1) Para permitir que o contribuinte manifeste sua inconformidade pelo indeferimento por parte do fisco de utilização de créditos fiscais nos casos em que o novo dispositivo especifica. O artigo, pela pertinência temática, deve ser incluído na Seção VIII do Capítulo I do PLV, após o art. 34.

2) Também referente ao parcelamento, busca ampliar as possibilidades de utilização de precatório na liquidação de débito. O novo artigo deve ser inserido na seção retromencionada com a redação explicitada na errata em questão.

Além disso, a mesma redação a que eu acabo de me referir, o §2º, deverá ser também estendida, anotada como §1º-A do art. 33, redação idêntica à do §2º do art. 36.

Por fim, Sr. Presidente e demais membros, art. 34-A. O previsto no art. 34 estende-se aos débitos de qualquer natureza perante a Procuradoria da Fazenda Nacional, administrados pela Procuradoria-Geral da União.

Evidentemente deve-se proceder à renumeração dos artigos e das seções do PLV, bem como efetuar as demais adaptações necessárias a sua redação de acordo com a técnica legislativa.

Registre-se, por fim, que as modificações ora propostas têm como objetivo viabilizar a votação da matéria dentro do exíguo calendário à disposição desta Comissão Mista e dos plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, evitando assim a perda de eficácia da Medida Provisória nº 651, de 2014, elogiada em todas as audiências públicas que foram organizadas por esta Comissão.

São essas as reformulações ora propostas, pelo que, mantendo as demais exposições do voto anteriormente proferido, o Projeto de Lei de Conversão deve ser alterado nos termos da presente errata.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – Pela ordem, Deputado Eduardo Cunha.

O SR. NEWTON LIMA (PT - SP) – Pois não.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB - RJ) – É que V. Exª leu diferente do que estava escrito aqui, acho que foi erro de semântica, repetiu duas vezes “procuradoria”. Não é perante a Procuradoria da Fazenda Nacional, é perante a Fazenda Nacional, administrado pela Procuradoria-Geral da União.

O SR. NEWTON LIMA (PT - SP) – Perante a Fazenda Nacional, administrado pela Procuradoria-Geral da União.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB - RJ) – V. Exª leu duas vezes “procuradoria”.

O SR. NEWTON LIMA (PT - SP) – Eu corrijo e peço retificação, então, da minha leitura em relação ao acréscimo do art. 34-A.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – Apresentado o PLV com as correções necessárias lidas agora pelo Relator, nós abrimos a discussão da matéria e dos ajustes feitos.

Com a palavra o Deputado Mendonça Filho.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputado Newton Lima, na reunião de ontem desta Comissão Especial, nós tivemos a oportunidade de dizer, Presidente, que tínhamos total concordância com os objetivos principais da medida provisória: a questão do Refis, que integra a proposição apresentada pelo Poder Executivo; a questão da desoneração das folhas de pagamento para diversos setores, até porque se sabe que o Brasil, infelizmente, ao longo da história, criou um desestímulo à geração de empregos, tendo em vista justamente a carga excessiva de tributos e encargos em geral que se dá sobre a contratação de mão de obra, e essa medida provisória vai ao encontro da tese de que se precisa reduzir o custo de contratação de mão de obra no Brasil; e a renovação do Reintegra, que é outro ponto que estimula empresas exportadoras brasileiras, que, a nosso ver, deve merecer a atenção, a aprovação por parte do Congresso Nacional.

Nós destacamos ontem nos debates aqui, Deputado Newton Lima, alguns pontos em que nós divergimos e que entendemos serem absolutamente equivocados, e não é uma discordância de ordem pessoal, mas uma visão diferente daqueles que comandam a economia brasileira e que a gente tem a obrigação de destacar e acentuar.

Eu destaco, neste instante, a questão do item relativo à capitalização do BNDES, que foi motivo de uma crítica muito firme nossa nos debates desta Comissão Especial no dia de ontem, até porque o mercado, como um todo, os economistas respeitáveis, os articulistas que acompanham a economia nacional colocam como um dos problemas do atual Governo a falta de credibilidade na política econômica decorrente, dentre outras coisas, da maquiagem contábil, dos artifícios para que se possam atingir metas fixadas publicamente e que, lamentavelmente, não são atingidas, sejam metas de inflação, de taxa de juros, a própria forma de condução da política cambial e fiscal como um todo, muito deficiente, e que tem redundado na repercussão direta na nossa economia, com a economia cada vez mais estagnada e se aproximando de crescimento zero, déficit público se ampliando, superávit primário cada vez menor e, evidentemente, os problemas colaterais dessas

disfunções econômicas estão sendo sentidos pela população como um todo no supermercado, no preço dos produtos básicos etc., etc.

Esse ponto, dadas as conversas que tivemos com o Presidente da Comissão Especial, Senador Romero Jucá – e quero agradecer as palavras a meu respeito –, e com o próprio Relator, Deputado Newton Lima, Líder do PMDB, e outros representantes do Governo aqui nesta Casa ou nas duas Casas, eu vou me reservar o direito de levar o debate ao Plenário e de destacar, em plenário, a exclusão da capitalização do BNDES dentro da lógica que está expressa no Relatório de V. Ex^a, Deputado Newton Lima, que incluiu a capitalização do BNDES até o valor de R\$5 bilhões, sendo remunerado até a taxa TJLP, o que significa dizer que pode ser zero.

Ou seja, o Tesouro capta recursos junto à sociedade, hoje, a taxa Selic e vai capitalizar o BNDES, no máximo, até TJLP, num valor total de R\$5 bilhões, o que, para mim, caracteriza mais um artifício da chamada contabilidade criativa e que mostra claramente que o Governo não tem nenhum compromisso com a transparência, nenhum compromisso com a boa administração das contas públicas, com o equilíbrio fiscal, enfim, com esses pontos todos que aqueles que acompanham a economia no Brasil estão acostumados a ver nos debates nos principais veículos de comunicação no nosso País.

Esse ponto nós vamos destacar, pretendendo evidentemente suprimir, mas chegamos à conclusão de que não seria adequado da nossa parte, tendo em vista a grande pressão e o grande interesse de vários segmentos econômicos brasileiros, fazer com que uma discussão sobre uma má conduta do Governo, um ponto que foge da curva da boa prática em termos de política econômica venha a comprometer outros aspectos positivos da medida provisória aos quais já tive oportunidade de me referir no início da minha fala. Então, Presidente, esse ponto nós vamos levar ao debate do Plenário, destacar e tentar suprimir, evidentemente, convencendo os Parlamentares que compõem a Câmara Federal.

Além disso, Presidente, eu quero mencionar dois outros pontos que são relevantes para que a gente possa concluir o processo de aprovação dessa medida provisória na tarde de hoje: um que diz respeito à Emenda 196, de nossa autoria, que é justamente o tratamento tributário de empresas multinacionais brasileiras. Infelizmente a gente tem hoje cada vez mais empresas brasileiras atuando no mercado externo, mas, por mais um erro do atual Governo, se decidiu dar um tratamento às empresas multinacionais brasileiras que não é praticado em nenhuma Nação do mundo ocidental, do mundo desenvolvido que tenha empresas multinacionais com atuação internacional.

Depois de muita pressão, o Governo, numa medida provisória, salvo engano foi a 627, relatada pelo eminentíssimo Deputado Eduardo Cunha, resolveu escolher poucos setores, como é de hábito do atual Governo, resolveu escolher as campeãs. E aí realmente fica uma coisa absurda, porque você oferece ao mesmo segmento um tratamento que é diferente.

Então, o Relator já anunciou que acatou a nossa emenda, a 196, parcialmente, dando tratamento isonômico a todo setor industrial brasileiro que tenha atuação no mercado externo, fazendo com que as empresas industriais brasileiras com atuação no exterior tenham o mesmo tratamento do ponto de vista de imposto de renda, que é uma coisa por que eu quero cumprimentar publicamente o Relator e destacar que, no contato com a Fazenda, esse item, já foi dito, vai ser referendado na sanção presidencial, o que é algo que vai certamente na boa direção de uma política pública que atenda aos preceitos gerais de tratamento isonômico aos vários segmentos econômicos da área industrial brasileira.

Por fim, um destaque que eu já apresentei à Mesa e que para mim é muito importante, principalmente nos Estados onde a produção rural é mais relevante – eu destacaria aqui o Rio Grande do Sul, da minha amiga, madrinha e Senadora Ana Amélia, Paraná, o Centro-Oeste todo, com Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Tocantins –, que é fundamental: o Governo vem sempre com a sanha de querer tributar mais, criar mais burocracia, e agora cria essa novidade de querer fazer com que os tratores sejam emplacados. É mais burocracia, mais custo para o agricultor que já vive sufocado para poder produzir com muita dificuldade na realidade brasileira. Então, há o compromisso da Bancada do PMDB e do Governo aqui de que nós aprovemos o destaque e retiremos do texto essa obrigatoriedade absurda de emplacamento dos tratores que atuam no setor rural brasileiro.

Ao concluir, Presidente, cumprimentar V. Ex^a, cumprimentar o eminentíssimo Relator, Deputado Newton Lima, dizer que temos nossas divergências, mas as nossas divergências são sempre postas de forma muito leal, muito clara, de forma muito transparente, tendo como único objetivo o interesse do Brasil. O que eu quero aqui é fazer com que o Brasil seja mais eficiente, mais produtivo e que respeite a liberdade de iniciativa; que o setor produtivo não seja penalizado e, não sendo penalizado, possa gerar empregos e contribuir para o desenvolvimento nacional.

Então, ao término da nossa fala, quero aqui cumprimentar todos e dizer que o nosso Partido, o Democratas, oferece uma contribuição, e mais uma, ao Brasil pela aprovação desta medida provisória. Não venham com a tese de que nós obstruímos, impedindo a aprovação da MP, porque, na terça-feira, estaremos em plená-

rio para debatê-la e aprová-la. Se havia dúvidas sobre a hipótese da possibilidade de levarmos essa discussão até terça-feira, nós antecipamos a votação para o dia de hoje. Não era nosso intento, fomos convencidos aí por vários Líderes. E vamos em frente, para que o Brasil possa ter atendido um avanço em vários aspectos, no que diz respeito à legislação tributária, trabalhista e de encargos sobre folha que incidem atualmente dentro da realidade brasileira.

Meus cumprimentos a V. Ex^a, ao Relator e aos membros da Comissão Especial.

Vamos à aprovação do texto.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – Obrigado, Deputado Mendonça Filho.

Passo a palavra ao Relator Newton Lima, porque há um esclarecimento que atende inclusive ao Deputado Mendonça Filho.

O SR. NEWTON LIMA (PT - SP) – Muito obrigado, Presidente.

Eu queria, primeiro, agradecer ao Deputado Mendonça Filho pelas palavras. Quero retribuir-lhe o mesmo reconhecimento, o mesmo respeito, a mesma lealdade na exposição e debate das divergências. Aproveito para esclarecer-lhe que eu já havia acolhido e considerei o tema do emplacamento dos tratores não suficientemente discutido. Portanto, está retirado pelo próprio Relator, e consta da errata.

Obrigado.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Excelente, Relator.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – Concedo a palavra ao Relator Gim Argello.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB - DF) – Muito obrigado, Senador Romero Jucá.

Dentro da mesma tela do que foi colocado pelo Líder Mendonça, parabenizar que, numa quinta-feira, no meio do segundo turno, tenha-se um quórum qualificado, todos aqui trabalhando: o Relator da medida provisória, o senhor, na condição de Presidente, e assuntos tão importantes, tão relevantes para o País.

Eu participei dessas últimas seis edições de todos os Refis, e agora vem a do Reintegrala, novamente, sendo melhorada. E, também, o que chama muito atenção no mercado de bolsas de ações, as empresas de pequeno e médio porte agora tendo condições. Quer dizer, é um ganho para a sociedade, um ganho para o mercado de ações do Brasil. Essa é uma medida provisória muito, muito importante, sobre a qual todos os brasileiros tinham de se debruçar sobre ela, parar e entender a importância dessa medida provisória.

Também gostaria de falar um pouco, para chamar a atenção daqueles que não prestaram atenção nisso – refiro-me ao público em geral, às pessoas que nos estão vendo pela rede de televisão – que os Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) estão atendidos aqui também até 2020. Também estão atendidos aqui os rendimentos de debêntures. Quer dizer, é uma medida provisória muito, muito importante. Eu gostaria de parabenizar.

Vejam vocês também que até a adesão ao Refis da Crise teve uma reabertura importante, colocada aqui, com aumento de prazo, com redução da entrada para fazer o financiamento. Isso é muito importante para o País, porque, dessas dificuldades tributárias que todos conhecemos – e sabemos que tão importante vai ser uma reforma tributária no País –, enquanto isso vem uma medida provisória dessas, que pelo menos vem melhorar a situação da tributação neste País.

Parabéns ao Líder do PMDB, Deputado Eduardo Cunha, que muito participou e ajudou. Parabéns a V. Ex^a, Presidente Romero Jucá, ao Relator e aos demais participantes, porque, numa quinta-feira dessas, todos aqui preocupados, acima de tudo, com a situação tributária do nosso País.

Parabéns!

Seriam só essas as minhas palavras, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – Agradeço ao Senador Gim Argello e passo a palavra ao Líder do PMDB, Deputado Eduardo Cunha.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB - RJ) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Deputados, cumprimentar V. Ex^a, cumprimentar nosso Relator, Deputado Newton Lima, por ter conseguido chegar a um relatório-fim que pudesse contemplar todos que estão aqui participando. Vamos tentar fazer com que esta medida seja votada no plenário da Câmara na terça-feira, para salvá-la; senão, ela se perderá.

Com relação ao item – quero agradecer muito ao Deputado Mendonça Filho pela compreensão, pelo ajuste – só faria um esclarecimento, por dever de justiça, que o Governo já havia anunciado que iria estender já havia anunciado que iria estender o aumento da redução do Imposto de Renda das empresas no exterior para todos os setores industriais. O que acontece é que o Governo iria fazê-lo por instrumento de decreto E o Deputado Mendonça, com a posição correta, quis garantir em lei. Esta é a razão de a emenda ter sido acatada dessa forma, para que se pudesse fazer justiça, porque o Governo já havia reconhecido que deveria estender a todo setor industrial e já havia anunciado isso de forma pública. Então, fazer justiça aos dois: ao Governo, que

já havia concedido, e ao Deputado Mendonça, que está buscando garantir em lei esse benefício anunciado pelo Governo.

No mais, é uma medida que tem muitas coisas boas para a economia. Pode ser que ainda, até o plenário, tenha que se fazer alguma outra coisa, mas o objetivo é que possamos aproveitar, mesmo nesse período de pouco provisório, para aprovar a medida provisória.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – Obrigado, Deputado Eduardo Cunha, Líder do PMDB.

Com a palavra o Senador José Pimentel, Líder do Governo no Congresso.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, Sr. Relator, quero parabenizar o nosso Relator pela sua capacidade de articulação e de construção de consensos para atender as várias demandas que já tinham na própria medida provisória e àquelas que apareceram nas audiências públicas.

Quero saudar também o nosso Presidente Romero Jucá, pela sua forma de construção de mecanismos que permitam a votação que estamos fazendo nesta tarde, em pleno período de recesso branco.

Quero adiantar que esse compromisso de reduzir a carga tributária brasileira faz parte da agenda do nosso Governo. Ainda em 2007, com o apoio de Romero Jucá e dos pares da Câmara e do Senado, aprovamos o Simples Nacional, inicialmente dirigido ao comércio, à indústria e a parte do setor de serviços. De lá para cá, todos nossos pares, nossos Senadores, Senadoras, Deputados e Deputadas, construíram uma série de modificações que permitem hoje termos 9,2 milhões de empresas micro e pequenas nesse sistema diferenciado, com uma redução da carga tributária muito forte. Com a última alteração, deveremos trazer mais cinco milhões de pessoas que hoje não estão vinculadas ao Simples e chegar a algo em torno a dezessete milhões, até 2017.

Da mesma forma, tínhamos um tratamento extremamente injusto em que a média e a grande empresa, que estava fora do Simples e que tinha contribuição sobre a folha de pagamento, aquela empresa que optava pela mão de obra como forma de gerar emprego tinha uma penalização, comparando com a sua concorrente, que tinha aplicado o princípio da automação. Tínhamos um sistema de substituição da contribuição sobre a folha, sobre o faturamento até dezembro de 2014. Para que as empresas possam planejar com mais tranquilidade, agora, estamos transformando em período permanente.

Da mesma forma, era uma reivindicação muito forte das micro e pequenas empresas ter acesso ao mercado de capitais, e esse relatório, esse substitutivo caminha nesse sentido.

Por isso, Sr. Presidente, quero parabenizá-lo pela condução. Espero que, na próxima semana, possamos votar no plenário da Câmara dos Deputados e, em seguida, no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – Agradeço ao Senador José Pimentel.

Passo a palavra ao Deputado Alfredo Kaefer.

O SR. ALFREDO KAEFER (PSDB - PR) – Sr. Presidente, Sr. Relator, quero apenas comemorar aqui a inclusão de dois temas importantes pelos quais trabalhei muito em 2013 e 2014, que foi o Reintegra, que ameniza a alta carga tributária que temos no mercado interno e reduz essa condição, tornando as empresas brasileiras mais competitivas no exterior.

Comemoro também a reinclusão de diversos setores na desoneração da folha de pagamento. Nenhum país do mundo tributa folha de pagamento. Ainda temos que avançar porque há vários setores que ainda não foram incluídos, mas continuaremos lutando para que folha de pagamento, tributação sobre trabalho não aconteça mais no País.

Finalmente, registrar também que o Refis, que é um tema ao qual nos dedicamos intensamente, ainda não sofreu o ajuste adequado e necessário, porque muitas empresas não têm condição de ter 5%, 10% ou 20% de recursos para dar entrada quando estão inadimplentes junto ao Fisco, mas esperamos corrigir isso em medidas provisórias adiante.

Então, cumprimento o Presidente e o Relator por conquistas importantes para o setor produtivo, que poderão amenizar um pouco a crise econômica que nós temos, onde nos deparamos com o crescimento econômico de menos de 1%, e poderemos eventualmente recuperar ou amenizar com as medidas que nesta medida provisória estarão inseridas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – Agradeço ao Deputado Alfredo Kaefer.

Quero registrar, antes de encerrar a discussão, que existem dois requerimentos de destaque, sobre a mesa, da Senadora Ana Amélia.

Nós vamos aprovar os requerimentos, para que possam ser discutidos.

Portanto, coloco em votação a aprovação dos dois requerimentos. (Pausa.)

Aprovados os requerimentos, para discussão e votação posterior.

Encerrada a discussão, vamos votar o relatório do Deputado Newton Lima, com as ressalvas, e a errata realizada aqui em plenário, registrada e discutida por todos.

Em votação o relatório com a errata.

As Sras e os Srs. Deputados e as Sras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*) Aprovado por unanimidade.

Em discussão o Requerimento nº 3, da Senadora Ana Amélia, que destaca para votação a Emenda nº 3, do Senador Cidinho Santos.

Com a palavra a autora do requerimento, Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Obrigada, Presidente Romero Jucá.

Caro Relator, nosso Deputado Newton Lima, Srs. Líderes, que trabalharam intensamente nessa medida provisória de alto alcance para o interesse da economia brasileira.

Eu queria, como gaúcha, antes de ler, permita-me, Presidente, para aproveitar o tempo, agradecer a questão do Reintegra, porque sou de um Estado exportador, o Rio Grande do Sul, e nós lutamos muito, inclusive em uma medida provisória de que Eunício Oliveira foi o Relator, que ficou com uma validade até dezembro deste ano; mas essa recuperação é muito importante, especialmente para o setor calçadista do meu Estado.

Quanto à questão do acolhimento da demanda relacionada a eliminar o emplacamento de tratores, igualmente agradeço ao Líder Mendonça Filho pela ação, que é fundamental. Fizemos até uma Lei de Alceu Moreira. Fui Relatora. A lei foi aprovada, mas foi vetada pela Presidência da República.

No nosso requerimento, o destaque à Emenda nº 3 trata de uma questão de justiça fiscal para um setor que tem 60 anos no Brasil e que resolve não apenas questões econômicas de nível de emprego mas também um passivo ambiental relevante, que é a remodelagem, a recuperação, a recauchutagem de pneus usados no Brasil. O Brasil é o segundo maior País do mundo, superado apenas pelos Estados Unidos, nesse setor industrial.

O que nós estamos pedindo – e o faço em nome do Senador Cidinho Santos e o endosso – é porque no meu Estado, o Rio Grande do Sul, no Município de Nova Prata, onde toda essa indústria nasceu e floresceu, e hoje está no Brasil inteiro. São 250 mil empregos diretos e indiretos para essa indústria que faz essa reciclagem, recapagem e remodelação de pneus usados em nosso País.

O que nós estamos pedindo é apenas zerar a PIS/Cofins e PIS/Pasep e Cofins da produção industrial, não da receita bruta na venda do produto. Então, ela incide apenas numa fase da produção industrial e tem um limite. Não vai cortar uma receita da União porque nós estamos exatamente definindo. Esse é um imposto em cascata. Ela não zera toda. Não só a atividade mas também a comercialização. Não! É só sobre a atividade da produção industrial. E ela vai incidir sobre a receita bruta na comercialização desses pneus usados reformulados.

Penso que ela tem justiça econômica e dá competitividade a um setor – como eu disse – relevante pela sua resolução da questão do passivo ambiental, aproveitando esses pneus. Então, em todas as áreas: da do efeito estufa, das questões relacionadas à redução da emissão dos gases do efeito estufa, e também agregando valor à economia, ela tem um alcance e poderia ser considerada. Essa diz respeito ao destaque à Emenda nº 3.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – Passo ao Relator, para emitir parecer sobre o pedido de destaque referente à emenda.

O SR. NEWTON LIMA (PT - SP) – Senadora, é com imensa satisfação que acolho sua proposição, uma vez que esse assunto, de fato, veio a debate público na segunda audiência que organizamos, presidida por Romero Jucá. E, na oportunidade, não me atentei para o fato, que a senhora agora coloca com muita precisão de que há uma separação entre comercialização e produção. Portanto, a emenda do Senador Cidinho Santos, com muito entusiasmo, eu até diria, pelas razões colocadas por V. Ex^a, eu a acolho nesta oportunidade.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Agradeço ao Relator o acolhimento, especialmente o Município de Nova Prata, no meu Estado, tem relevância...

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – O parecer do Relator é favorável à emenda.

Em votação.

As Sras e Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a emenda, por unanimidade, que passa a fazer parte do PLV.

O segundo requerimento diz respeito à Emenda nº 4.

Aprovei o requerimento, Senadora, em homenagem a V. Ex^a, até porque acho que tem que ser discutido, mas eu queria registrar que considero essa emenda inadmitida, porque ela trata de emendar uma lei complementar, e medida provisória não pode emendar lei complementar. Então, na verdade, se V. Ex^a quiser falar sobre o mérito, poderá, mas tecnicamente estaremos impossibilitados de votar essa matéria.

Concedo a palavra a V. Ex^a.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Apenas acolho porque temos que cumprir o que determina não só o Regimento da Casa, mas também não podemos ferir a legislação em vigor do nosso País. Temos o dever de cumprir a lei. Então, se há vício de ilegalidade ou constitucionalidade, agradeço a V. Ex^a.

Apenas para lembrar que ela tem um sentido, porque, no caso do Rio Grande do Sul e de outros Estados, como Mato Grosso, Rondônia, Minas Gerais o setor de cooperativismo de crédito é muito importante. O que estava propondo a emenda do Senador Cidinho é que se pudesse, naqueles Municípios em que os bancos oficiais – Banco do Brasil ou bancos estaduais ainda sobreviventes, como no meu Estado – e bancos regionais de desenvolvimento, oficiais todos, onde esses bancos não estivessem, as cooperativas de crédito, que são regulamentadas pelo Banco Central, de grande eficiência e trabalho prestado, pudesse fazer fluxos de caixa ou receber os depósitos das prefeituras municipais. Mas como há um vício de origem na questão da legalidade da lei complementar, acolho.

Era apenas para dizer qual era a origem dessa emenda do Senador Cidinho Santos, que eu também, sendo de um Estado em que as cooperativas de crédito são muito relevantes, acolho, como também acolho a determinação de V. Ex^a

Agradeço ao Relator Newton Lima por ter acolhido e entendido que ela incidirá na questão da recauchutagem, remodelação dos pneus usados. A emenda é muito relevante, e eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – Registro a V. Ex^a que o mérito é extremamente relevante. Reafirmo até que, se V. Ex^a apresentar uma proposta de lei complementar nessa direção, serei também signatário, terei a honra de assinar com V. Ex^a, para que possamos aprovar essa matéria.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – Portanto, essa matéria é colocada em votação.

Em votação.

É rejeitada, é inadmitida.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB - RJ) – Prejudicada.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – Prejudicada, mas, só para cumprir o Regimento e não ficar insepulto o requerimento.

Encerrada a votação, proponho que possamos votar a ata da presente reunião.

Em discussão a ata. (Pausa.)

Encerrada a discussão.

Em votação.

A Sr^ss e Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada a ata.

Antes de encerrar a reunião, quero novamente registrar a grande contribuição do Deputado Newton Lima, que realizou um trabalho brilhante, perseverante.

Registro o empenho, a colaboração, o espírito público do Deputado Mendonça Filho, do Deputado Eduardo Cunha, do Deputado Manoel Junior, da Senadora Ana Amélia, do Senador José Pimentel, do Deputado Alfredo Kaefer, enfim, de todos aqueles que interagiram e permitiram ao País ter um avanço importante para a área econômica, para o setor produtivo e principalmente para o setor de manutenção e garantia de empregos.

Portanto, a matéria está aprovada por unanimidade, segue para o Plenário da Câmara para ser votada. Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 14 horas e 54 minutos e suspensa às 16 horas e 51 minutos do dia 05 de agosto de 2014, reaberta às 11 horas e 20 minutos e suspensa às 13 horas e 02 minutos do dia 2 de setembro de 2014, reaberta às 11 horas e 24 minutos e suspensa às 13 horas do dia 08 de outubro de 2014, a reunião é reaberta às 13 horas e 44 minutos do dia 09 de outubro de 2014 e encerrada às 14 horas e 14 minutos.)

ATA DA 1^a REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA N° 652, DE 2014, PUBLICADA EM 28 DE JULHO DE 2014, QUE “CRIA O PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA AVIAÇÃO REGIONAL”, DA 4^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54^a LEGISLATURA, REALIZADA NOS DIAS 3 DE SETEMBRO E 8 DE OUTUBRO DE 2014 NO SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e quarenta e cinco minutos do dia três de setembro de dois mil e quatorze, no Plenário número seis da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência Eventual do Senhor Senador José Pimentel, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 652, de 2014, com a presença dos Senadores Eunício Oliveira, Paulo Davim, Ana Amélia, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Humberto Costa, José Pimentel, Vanessa Grazziotin, Anibal Diniz, Antonio Aureliano, Mozarildo Cavalcanti e Ataídes Oliveira; e dos Deputados Geraldo Simões, Margarida Salomão, Eduar-

do Cunha, Osmar Terra, Moreira Mendes, José Rocha, Glauber Braga, João Caldas, Sarney Filho e Rubens Bueno. Registra-se a presença de parlamentares não membros da Comissão: Senador Ruben Figueiró e Deputado Jovair Arantes. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião. A reunião é suspensa às quatorze horas e quarenta e nove minutos. A reunião é reaberta às dez horas e quarenta minutos do dia oito de outubro de dois mil e quatorze, no Plenário número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência Eventual do Senhor Senador José Pimentel. A Presidência comunica a existência de acordo das lideranças das duas Casas pelo qual são indicados os nomes do Deputado Assis Carvalho e da Senadora Ana Amélia para assumir, respectivamente, a Presidência e Vice-Presidência da Comissão. Submetidos os nomes indicados ao Plenário, são aprovados por aclamação. Assume a direção dos trabalhos a Senadora Ana Amélia, Vice-Presidente Eleita da Comissão, que, ato contínuo, designa o Senador Flexa Ribeiro como Relator e o Deputado Geraldo Simões como Relator-Revisor. A Presidência submete ao Plenário a aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dez horas e quarenta e três minutos, lavrando eu, Rodrigo Ribeiro Bedritichuk, Secretário da Comissão, a presente Ata, que será assinada pelo Senhor Presidente Eventual, Senador José Pimentel, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **José Pimentel**, Presidente Eventual.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Boa tarde a todos!

Quero registrar que vamos abrir a instalação das duas Comissões Parlamentares, mas o PTB da Câmara substituiu seus membros, o seu titular e o seu suplente, por dois outros. Com isso, nós temos número regimental para instalar tanto na Câmara como no Senado e temos número para deliberar apenas no Senado, porque, na Câmara, há sete assinaturas.

Em face disso, vamos abrir os trabalhos, vamos instalar e suspender as reuniões, por falta de quórum para deliberar na Câmara. Está certo? Fizemos um diálogo aqui rapidamente, e esse é o melhor cenário para que possamos conduzir os trabalhos.

A Assessoria está entrando em contato com os novos membros do PTB da Câmara, mas já são 14h45, e temos meia hora a partir do período em que os trabalhos deveriam iniciar, às 14h30. Na Câmara e no Senado, não haverá sessão deliberativa no dia de hoje. Aliás, a Câmara chamou sessão deliberativa para hoje, mas não há acordo para votar nenhuma matéria na Câmara Federal.

Portanto, havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Mista, destinada a examinar e a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 652, de 2014.

Informo que, de acordo com o disposto no §1º do art. 3º da Resolução nº 1, de 2002, que estabelece o rodízio na direção das comissões destinadas a apreciar medidas provisórias, a Presidência desta Comissão ficará sob responsabilidade da Câmara dos Deputados, e a relatoria, sob responsabilidade do Senado Federal.

De acordo com a decisão dos Líderes do Senado Federal, que têm o rodízio, a relatoria do Senado cabe ao Bloco da Minoria, e o Bloco da Minoria indicará este Relator ou esta Relatora. Só para adiantar o nosso compromisso.

Não havendo número regimental para deliberar sobre a eleição do Presidente e do Vice-Presidente, embora havendo acordo de Lideranças sobre a Presidência e a Vice, nós vamos suspender os trabalhos e deixar para deliberar sobre a eleição do Presidente e do Vice-Presidente na próxima reunião. Com isso, a designação do Relator e do Revisor, que é competência do Presidente eleito ou do Vice-Presidente no exercício da Presidência, fica também adiada. Nesse período, as tratativas continuarão, e nós não teremos nenhum prejuízo nos trabalhos. A previsão é de que no dia 7 de outubro nós tenhamos novo esforço concentrado entre a Câmara e o Senado. Os dois Presidentes estão consultando os Líderes, tanto na Câmara quanto no Senado, e nós, na primeira reunião deliberativa da Câmara e do Senado, teremos também a continuação dos trabalhos desta reunião.

Por isso, estão suspensos os trabalhos da Medida Provisória nº 652, de 2014.

(Iniciada às 14 horas e 43 minutos, a reunião é suspensa às 14 horas e 49 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Bom dia a todos.

Vamos eleger as Mesas Diretoras de duas Comissões de medida provisória. Na reunião anterior, nós fizemos a instalação, mas não havia quórum para deliberar na Câmara, e havia no Senado. Hoje há quórum nas duas Comissões.

Portanto, declaro reaberta a 1ª Reunião da Comissão Mista, destinada a examinar e a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 652, de 2014. Essa medida provisória trata dos aeroportos regionais.

Informo que, no dia 3 de setembro de 2014, a Comissão foi instalada, sendo suspensa a reunião em seguida, cabendo agora a eleição da presidência, da vice-presidência e a designação da relatoria e do relator revisor.

De acordo com o §1º do art. 3º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, a presidência desta Comissão ficará sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados; e a vice-presidência, do Senado. A relatoria, sob a responsabilidade do Senado Federal; e o relator revisor, da Câmara dos Deputados.

Declaro que há acordo de Liderança para a eleição do presidente, do vice-presidente e a nomeação do relator e do revisor.

Comunico que há acordo de Liderança para a eleição da Mesa. Informo que foram indicados pelas Lideranças para presidir: o Deputado Assis Carvalho e, para a vice-presidência, a nossa Senadora Ana Amélia.

Portanto, proponho que a eleição seja por aclamação.

Os nossos Congressistas que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovados por aclamação.

Presidente: Deputado Assis Carvalho; e Vice-Presidente: Senadora Ana Amélia.

Convido a Senadora Ana Amélia para dar continuidade aos trabalhos.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Agradeço ao caro Presidente, José Pimentel, e designo como Relator e Relator Revisor da Medida Provisória os seguintes Parlamentares: como Relator, o Senador Flexa Ribeiro, e como Relator Revisor, o Deputado Geraldo Simões.

Eu queria apenas fazer um sumário a respeito do que trata essa medida provisória para esclarecimento de todos.

A Medida Provisória nº 652, de 2014, publicada no dia 28 de julho, cria o Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional.

O objetivo da medida provisória é criar um programa governamental com a finalidade de estimular a aviação regional no País. Para isso, abre a possibilidade de utilização de subsídios orçamentários para o pagamento de algumas das taxas aeroportuárias em aeroportos considerados regionais e para o financiamento de parte dos custos dos próprios voos com origem ou destino nesses mesmos aeroportos.

A medida provisória foi elaborada como lei esparsa. Portanto, não altera nenhuma legislação vigente, embora faça referência à Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, que dispõe sobre a utilização e exploração dos aeroportos, das facilidades à navegação aérea, e dá outras providências; e à Lei nº 7.920, de 7 de dezembro de 1989, que cria o adicional de tarifa aeroportuária, e dá outras providências.

Além do estabelecimento de subsídios anteriormente apontados, a Medida Provisória nº 652, de 2014, apresenta as seguintes inovações: cria o Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional e estabelece a figura dos aeroportos e rotas regionais. Aeroportos regionais são aqueles de pequeno e médio porte, de acordo com parâmetros de movimentação de passageiros a serem definidos em regulamento, ao passo que rotas regionais são aquelas com origem ou destino nesses aeroportos.

É apenas para esclarecer a missão que teremos nesse processo.

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião.

Os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião da Comissão Mista da Medida Provisória que trata dos aeroportos regionais.

Obrigada.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Eu que agradeço.

Quero também, Sr^a Vice-Presidente, informar que o Senador Flexa Ribeiro esteve aqui ontem e foi ao Pará ontem à noite ainda, mas ao meio-dia pega o voo de volta e, depois, vai conversar com V. Ex^a...

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Vamos conversar. Obrigada.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – ...para tratar dos andamentos.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Perfeito. Obrigada.

(Iniciada às 14 horas e 43 minutos do dia 03 de setembro, a reunião é suspensa às 14 horas e 49 minutos, e reaberta no dia 08 de outubro às 10 horas e 39 minutos e encerrada às 10 horas e 44 minutos.)

ATA DA 1^a REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 653, DE 2014, PUBLICADA EM 11 DE AGOSTO DE 2014, QUE “ALTERA A LEI Nº 13.021, DE 8 DE AGOSTO DE 2014, QUE DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO E A FISCALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES FARMACÊUTICAS”, DA 4^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54^a LEGISLATURA, REALIZADA NOS DIAS 3 DE SETEMBRO E 8 DE OUTUBRO DE 2014 NO SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e cinquenta minutos do dia três de setembro de dois mil e quatorze, no Plenário número seis da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência Eventual do Senhor Senador José Pimentel, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 653, de 2014, com a presença dos Senadores Eunício Oliveira, Paulo Davim, Ana Amélia, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Humberto Costa, Vanessa Grazziotin, José Pimentel, Aníbal Diniz, João Vicente Claudino e Ataídes Oliveira; e dos Deputados Eduardo Cunha, Manoel Junior, Lucio Vieira Lima, Moreira Mendes, Glauber Braga, Fernando Francischini, Sarney Filho, Rubens Bueno, Policarpo, Erika Kokay e Odair Cunha. Registra-

-se a presença de parlamentares não membros da Comissão: Senador Cássio Cunha Lima e Deputados Vicentinho, Alessandro Molon e Jovair Arantes. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião. A reunião é suspensa às quatorze horas e cinquenta e dois minutos. A reunião é reaberta às dez horas e quarenta e seis minutos do dia oito de outubro de dois mil e quatorze, no Plenário número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência Eventual do Senhor Senador José Pimentel. A Presidência comunica a existência de acordo das lideranças das duas Casas pelo qual são indicados os nomes da Senadora Vanessa Grazziotin e do Deputado Francisco Chagas para assumir, respectivamente, a Presidência e Vice-Presidência da Comissão. Submetidos os nomes indicados ao Plenário, são aprovados por aclamação. Assume a direção dos trabalhos a Senadora Vanessa Grazziotin, Presidente Eleita da Comissão, que, ato contínuo, designa o Deputado Manoel Junior como Relator e o Senador Paulo Davim como Relator Revisor. A Presidência submete ao Plenário a aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dez horas e cinquenta e um minutos, lavrando eu, Rodrigo Ribeiro Bedritichuk, Secretário da Comissão, a presente Ata, que será assinada pelo Senhor Presidente Eventual, Senador José Pimentel, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **José Pimentel**, Presidente Eventual

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Havendo número regimental, declaro aberta a primeira reunião da Comissão Mista destinada a examinar e a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 653, de 2014.

Informo que, de acordo com o disposto no §1º do art. 3º da Resolução nº 1, de 2002, que estabelece o rodízio na direção das comissões destinadas a apreciar medidas provisórias, a Presidência desta Comissão ficará sob responsabilidade do Senado Federal, e a relatoria, sob responsabilidade da Câmara dos Deputados.

A Câmara também deliberou sobre o critério de indicação de relatorias, e ali há todo um cronograma em que eles firmaram por blocos. Não tenho muita segurança, mas parece-me que são 17 partidos políticos que têm assento na Câmara Federal e participam do rodízio.

Eles têm um calendário para cada partido ou bloco partidário participar da relatoria.

Neste caso da Medida Provisória nº 653, cabe ao PMDB da Câmara Federal. Mas, da mesma forma, como não há número na Câmara, há sete assinaturas, por conta das alterações feitas pelo PTB, nós também vamos deixar de eleger o Presidente e o Vice. Como quem nomeia o relator e o relator revisor é o Presidente ou o Vice em exercício, também ficará suspenso. Por conta da falta de quórum na Câmara para fins de deliberação, também estamos suspendendo os trabalhos da Medida Provisória nº 653, de 2014, e daremos continuidade a esta reunião por ocasião da primeira sessão deliberativa da Câmara e do Senado.

Volto a dizer: as datas indicativas estão sendo os dias 7 e 8 de outubro. Tais datas ainda não estão confirmadas porque os dois Presidentes estão consultando as Lideranças para, em seguida, fazer a convocação. Por essa razão, estão suspensos os trabalhos da Medida Provisória nº 653, de 2014.

A luz voltou. Uma boa chuva e muito obrigado pela presença de todos.

(Iniciada às 14 horas e 49 minutos, a reunião é suspensa às 14 horas e 52 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Da mesma forma, a Medida Provisória nº 653 foi instalada no dia 3 de setembro e foi suspensa, porque não havia número regimental na Câmara para deliberar sobre a eleição. Agora, já há número regimental.

Portanto, declaro reaberta a 1ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 653, de 2014.

Informo que, no dia 3 de setembro de 2014, a Comissão foi instalada, sendo suspensa a reunião em seguida, cabendo, agora, a eleição da presidência e designação, pela presidência, do vice-presidente, do relator e do relator revisor.

De acordo com o §1º do art. 3º da Resolução nº 1, do Congresso Nacional, a presidência desta Comissão ficará sob a responsabilidade do Senado Federal, e a vice-presidência, da Câmara Federal; e a relatoria, sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados, sendo o relator revisor de responsabilidade do Senado Federal.

Comunico que há acordo de Liderança para eleição da Mesa. Informo que foram indicados pelas Lideranças, para a Presidência, a Senadora Vanessa Grazziotin, e, para a Vice-Presidência, o Deputado Francisco das Chagas.

Consulto o Plenário se podemos fazer a eleição da Mesa por aclamação. (Pausa.)

Podemos.

Os Srs. Parlamentares que concordam com as indicações permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Declaro eleitos por aclamação: para a Presidência, a Senadora Vanessa Grazziotin; e, Vice-Presidência, o Deputado Francisco das Chagas.

Convido a Senadora Vanessa Grazziotin para dar continuidade aos trabalhos. (Pausa.)

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Da mesma forma, agradeço, Senador Pimentel, Líder do Governo no Congresso Nacional, e designo, neste momento, como Relator da medida provisória o Deputado Manoel Junior, da Paraíba, e como Relator revisor o Senador Paulo Davim.

E convido, desde já, o Deputado Manoel Júnior para compor conosco a Mesa.

Eu também gostaria, rapidamente, de informar que estamos tratando aqui da Medida Provisória nº 653, datada de 8 de agosto de 2014. Esta é uma medida provisória de dois artigos somente, que altera a Lei nº 13.021, de 8 de agosto de 2014, que trata da assistência farmacêutica, elevando, no Brasil, todos os estabelecimentos comerciais – farmácias ou drogarias – à condição de unidades de assistência farmacêutica.

É uma medida provisória que apenas reforça o que já está estabelecido na lei complementar, Lei nº 5.991, sobre a assistência técnica obrigatória do farmacêutico em todos esses estabelecimentos, com exceção das localidades de difícil acesso ou que não tenham a disponibilidade de profissional farmacêutico. Então, é dessa medida que nós trataremos.

E, antes de encerrarmos a reunião, pergunto se o nosso Relator quer fazer algumas observações, a quem passo a palavra neste momento.

O SR. MANOEL JUNIOR (PMDB - PB) – Muito obrigado, Presidente, Senadora Vanessa, e Senador Pimentel, que coordena as nossas comissões especiais de medidas provisórias.

Quero dizer que nós procuraremos auscultar todos os segmentos envolvidos. Já fui procurado por alguns setores.

Tivemos a apresentação de 54 emendas, algumas delas que tratam do tema, outras que divergem e se afastam um pouco. Vamos analisar uma por uma.

Queremos cumprir rapidamente um cronograma de audiências públicas para que esse debate possa ser não só ampliado a todos os setores, mas para que todos tragam a sua fala, o seu posicionamento.

Nós teremos até o dia 5 de dezembro, que é o prazo de vigência desta medida provisória, e até lá, com certeza, haveremos de ter o relatório apreciado pela Comissão e à disposição dos Plenários da Câmara e do Senado Federal, para justamente a aprovação final.

Eu espero que cada um possa nos ajudar. Estou aberto, não só no meu gabinete, mas na Liderança do PMDB, onde também fico na condição de Vice-Líder, ou em qualquer parte das duas Casas, à disposição dos senhores, para auscultar, ouvir opiniões e a gente poder, obviamente, traçar o melhor relatório possível.

Muito obrigado ao Líder do meu Partido pela designação e também à Presidente, que é uma querida amiga e uma competente Senadora da República.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Eu quero agradecer as observações do Deputado Manoel Junior, e dizer que falo não só como Senadora Presidente da Comissão, mas como farmacêutica. Todos nós estamos muito satisfeitos com a sua indicação, Deputado Manoel, para que seja o Relator desta importante medida provisória.

O Paulo Davim também é da área, é medico, também trará grandes contribuições e, da mesma forma, é um grande companheiro, nordestino como V. Ex^a, Deputado Manoel Junior.

Eu gostaria de registrar que estão conosco aqui, neste momento, membros do Conselho Federal de Farmácia e de vários conselhos regionais.

Antes de encerrarmos os trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião.

Os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

A ata está aprovada e será publicada.

Nada mais havendo a tratar, declaramos encerrada a presente reunião, agracedecendo a audiência de todos. Muito obrigada a todos e todas.

(Iniciada às 14 horas e 49 minutos do dia 03 de setembro, a reunião é suspensa às 14 horas e 52 minutos, reaberta às 10 horas e 45 minutos do dia 08 de outubro e encerrada às 10 horas e 51 minutos.)

ATA DA 2^a REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA N° 653, DE 2014, PUBLICADA EM 11 DE AGOSTO DE 2014, QUE “ALTERA A LEI N° 13.021, DE 8 DE AGOSTO DE 2014, QUE DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO E A FISCALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES FARMACÊUTICAS.”, DA 4^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54^a LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 29 DE OUTUBRO DE 2014, ÀS 15H, NO PLENÁRIO N° 9, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, DO SENADO FEDERAL.

Às quinze horas e quatro minutos do dia vinte e nove de outubro de dois mil e quatorze, no Plenário número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senhora Senadora Vanessa Grazziotin, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 653, de 2014, com a presença dos Senadores Sérgio Pete-

cão, Ricardo Ferraço, Ana Amélia, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Humberto Costa, José Pimentel, Acir Gurgacz, Fleury, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e Lídice da Mata; e dos Deputados Policarpo, Odair Cunha, Eduardo Cunha, Manoel Junior, Lucio Vieira Lima, Moreira Mendes, Júlio Cesar, Eduardo da Fonte, Waldir Maranhão, Mendonça Filho, Glauber Braga, Fernando Francischini e Sarney Filho. Registra-se a presença de parlamentar não membro da Comissão, o Deputado Claudio Puty. Deixam de comparecer os demais membros. A Presidência passa a palavra ao Relator, Deputado Manoel Junior, o qual apresenta o Requerimento nº 1, contendo o Plano de Trabalho. Fazem uso da palavra os seguintes Parlamentares: Senador Flexa Ribeiro, Senador José Pimentel e Senadora Ana Amélia. Após discussão e votação, o Requerimento nº 1 é aprovado. A Presidência submete ao Plenário a aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quinze horas e quinze minutos, lavrando eu, Thiago Nascimento Castro Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente, Senadora Vanessa Grazziotin, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senadora **Vanessa Grazziotin**, Presidente

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2^a Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 653, de 2014.

A presente reunião destina-se à apreciação do plano de trabalho. Portanto, passo imediatamente a palavra ao nosso Relator, Deputado Manoel Junior, para apresentar a sua proposta de trabalho desta Comissão que trata da Medida Provisória nº 653.

O SR. MANOEL JUNIOR (PMDB - PB) – Sr^a Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados aqui presentes, temos algumas entidades aqui representadas.

Senador Pimentel, tínhamos, na nossa programação inicial, o dia 29 como o dia da primeira audiência pública, mas infelizmente não foi possível. Estamos propondo, Presidente, no dia 4 de novembro, uma audiência pública e, no dia 11 de novembro, a outra audiência. A partir daí, iríamos para o dia 18, para aprovação do nosso relatório. Assim, a cronologia dos acontecimentos seria basicamente esta: apresentação do relatório no dia 18, discussão e votação no dia 20.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MANOEL JUNIOR (PMDB - PB) – Dia 5 de dezembro.

Para o dia 4, estaríamos convidando a participar da audiência pública a Anvisa, que demonstrou interesse e é importantíssima a participação dessa Agência, o Sincofarma, Sindicato do Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos do Distrito Federal, a Federação Brasileira das Redes Associativas de Farmácia e a Fenafar – Federação Nacional de Farmacêuticos. Na terça-feira, dia 11 de novembro, teríamos a Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias, o Conselho Federal de Farmácia, a Secretaria de Micro e Pequena Empresa e a Feifar – Federação Intersindical Farmacêutica.

Então, basicamente, Sr^a Presidente, era essa nossa sugestão, para apreciação dos nossos Pares da Comissão.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Coloco a proposta do nosso Relator em debate.

Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB - PA) – Sr^a Presidenta, Senadora Vanessa, Relator Deputado Manoel Junior, quando expira a Medida Provisória?

O SR. MANOEL JUNIOR (PMDB - PB) – Cinco.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Quinze.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB - PA) – A data para aprovação do seu parecer qual é?

O SR. MANOEL JUNIOR (PMDB - PB) – Quinze de novembro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB - PA) – O Senador Pimentel tem 15 dias também aí.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr^a Presidente, quero parabenizar o Relator pelo plano de trabalho que está apresentando e nós vamos ter duas audiências públicas. Perguntaria a V. Ex^a se poderíamos fazer as duas audiências na mesma semana: na terça e na quarta ou na quarta e na quinta-feira. Para que isso? Para dar tempo a V. Ex^a apresentar o parecer, que fatalmente terá vista, dada a sua forma de fazer, e evitaria o estrangulamento, porque, se deixarmos para o dia 20, se houver vista, quinta-feira, só iremos votar no dia 25 ou 26. A previsão maior é 26 de novembro e aí para o dia 8.

O SR. MANOEL JUNIOR (PMDB - PB) – Senador Pimentel, disponho inclusive e falei com a Presidenta que pudéssemos fazer essa audiência pública, uma ou duas, na semana do dia 4. Tem uma solicitação de uma das entidades para que fosse realizado no dia 11. Acho que perderíamos uma semana.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Poderíamos fazer 5 e 6. Se não vier o Presidente que venha o vice-presidente ou o legítimo representante.

O SR. MANOEL JUNIOR (PMDB - PB) – Por mim, de acordo, sem nenhuma dificuldade. A sugestão seria dia 4 e 5. Dia 4, terça-feira, faríamos com a Anvisa, Sincofarma, Febrafar e Fenafar e, no dia 5, faríamos com a Abrafarma, o Conselho Federal, a Secretaria de Micro e Pequena Empresa e a Feifar.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Excelente.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Gostaria, Senador Pimentel, e quero aqui fazer justiça ao nosso Relator, que já havia pedido que juntassemos todos, na próxima semana, na audiência. Por mim, quero dizer que até sexta-feira, se precisar ficar eu ficarei, sem problema nenhum. A nossa prioridade é ver aprovada a Medida Provisória e da melhor forma possível. Entretanto, recebemos um pedido do Conselho Federal dos Farmacêuticos, que tem os seus conselhos regionais em cada unidade da federação. Eles gostariam muito de estar presentes nesta audiência pública e só teriam condições de estar aqui no dia 11. Então, não sei, Senador Pimentel, se V. Ex^a imagina que pudesse dar tempo de deixar essa segunda audiência pública para o dia 11, porque obviamente o Conselho Federal representa todos, mas o nível de mobilização nos Estados é muito grande e todos gostariam de estar presentes na audiência.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Pergunto ao nosso Relator, como a reunião está tranquila, estou vindo tratar mais de uma vez desse tema, se seria possível fazer no dia 11 essa audiência pública e, no dia 13, que é quinta-feira, V. Ex^a apresentaria o parecer. Aperta para V. Ex^a.

O SR. MANOEL JUNIOR (PMDB - PB) – Vamos trabalhar para que no dia 13 possamos apresentar o relatório.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sendo assim, vai ser...

O SR. MANOEL JUNIOR (PMDB - PB) – A minha intenção seria fazer a leitura do relatório, abrir discussão, para que pudéssemos, se não fechar no dia 13, mas na próxima semana.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – É porque já dá aqui. A preocupação dos quinze dias... O Flexa...

O SR. MANOEL JUNIOR (PMDB - PB) – Então, faríamos no dia 4, dia 11 e dia 13, a leitura do relatório. Quatro, a primeira audiência; onze, a segunda; e dia treze, a leitura do relatório.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Sr^a Presidente, Sr. Relator, Deputado Manoel Junior, essa é uma das poucas medidas provisórias que vêm sozinhas, só para uma matéria. Nós votamos a questão das farmácias, dos farmacêuticos, e, com muita simplicidade, gostaria que o relator justificasse a medida provisória para corrigir os vetos que foram apostos à lei aprovada, sobre os farmacêuticos. Acho que seria esclarecedor, para facilitar o trabalho que teremos aqui.

Obrigada.

O SR. MANOEL JUNIOR (PMDB - PB) – O que suscita o debate, Senadora Ana Amélia, é justamente a alteração feita pelos vetos da Presidente à Lei nº 5.491, não só da parte do Conselho Federal de Farmácias, algumas observações, e também daqueles que atuam efetivamente na micro e na pequena empresa, um contraponto, um tratamento diferenciado. Não é nada que não possamos reparar, dirimir de forma definitiva na legislação. Havia aqueles que encaminharam junto a mim a manutenção, por exemplo, dos tâxis nos Estados. Eu acho extremamente precário. As nossas Casas foram constituídas para legislar, e a gente atribuir na legislação competência, termos de ajuste de conduta para regular a lei é uma coisa extremamente precária. Eu, de antemão, já falei para as entidades que me procuraram que sou peremptoriamente contra. Vamos tentar chegar a um consenso para que o legislador, todos nós aqui, muitas mãos, para que consigamos estabelecer um texto preciso, que não possa dirimir dúvidas e questionamentos jurídicos e que possa atender a todas as áreas.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Muito obrigada, meu caro Relator.

O SR. MANOEL JUNIOR (PMDB - PB) – De nada, Senadora. Muito obrigado.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Eu acho importante, para uma compreensão facilitada, para trabalhar dentro da linha e da lógica adequada que V. Ex^a adotou.

O SR. MANOEL JUNIOR (PMDB - PB) – Se bem que a medida provisória, se V. Ex^a se ateve, tem muitas emendas afins, correlatas. Temos também solicitação de órgãos, como a Anvisa, para tratar de outras legislações correlatas que interferem na matéria.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Obrigada.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Feitos os esclarecimentos à Senadora Ana Amélia, pergunto se algum Deputado, Deputada, Senador ou Senadora quer utilizar da palavra. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira se manifestar... Então, só para resumir, ficamos, de acordo com a proposta do Relator, de realizar uma primeira audiência pública, cujos convidados já tiveram seus nomes lidos por ele, no dia 4; no dia 11, teremos a segunda audiência pública; e, no dia 13, a reunião para a apresentação do relatório.

Quem concorda com a proposta permaneça como se encontra. (*Pausa.*)

Aprovada a proposta.

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião.

Os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publica.

Portanto, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, convidando a todos para a audiência pública no próximo dia 4.

(Iniciada às 15 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 15 minutos.)

ATA DA 1^a REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 656, DE 2014, PUBLICADA EM 8 DE OUTUBRO DE 2014, QUE “REDUZ A ZERO AS ALÍQUOTAS DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP, DA COFINS, DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP-IMPORTAÇÃO E DA COFINS-IMPORTAÇÃO INCIDENTES SOBRE A RECEITA DE VENDAS E NA IMPORTAÇÃO DE PARTES UTILIZADAS EM AEROGERADORES, PRORROGA BENEFÍCIOS, ALTERA O ART. 46 DA LEI Nº 12.715, DE 17 DE SETEMBRO DE 2012, QUE DISPÕE SOBRE A DEVOLUÇÃO AO EXTERIOR OU A DESTRUIÇÃO DE MERCADORIA ESTRANGEIRA CUJA IMPORTAÇÃO NÃO SEJA AUTORIZADA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”, DA 4^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54^a LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 29 DE OUTUBRO DE 2014, ÀS 14H, NO PLENÁRIO Nº 9, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, DO SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e um minuto do dia vinte e nove de outubro de dois mil e quatorze, no Plenário número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência Eventual do Senhor Senador José Pimentel, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 656, de 2014, com a presença dos Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Waldemir Moka, Humberto Costa, Acir Gurgacz, Vanessa Grazziotin, Fleury, Jayme Campos, Douglas Cintra e Lídice da Mata; e dos Deputados Afonso Florence, Newton Lima, Weliton Prado, Eduardo Cunha, Manoel Junior, Lucio Vieira Lima, Marcelo Castro, Guilherme Campos, Roberto Santiago, Waldir Maranhão, Bernardo Santana Vasconcellos, Glauber Braga, Arnaldo Jardim, Sarney Filho e Alfredo Syskis. Registra-se a presença de parlamentar não membro da Comissão, o Deputado Claudio Puty. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião e comunica a existência de acordo das lideranças das duas Casas pelo qual são indicados os nomes do Deputado Afonso Florence e do Senador Walter Pinheiro para assumir, respectivamente, a Presidência e Vice-Presidência da Comissão. Submetidos os nomes indicados ao Plenário, são aprovados por aclamação. Assume a direção dos trabalhos o Deputado Afonso Florence, Presidente Eleito da Comissão, que, ato contínuo, designa o Senador Eunício Oliveira como Relator e o Deputado Eduardo Cunha como Relator-Revisor. A Presidência submete ao Plenário a aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quatorze horas e dois minutos, lavrando eu, Marcos Machado Melo, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual, Senador José Pimentel, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **José Pimentel**, Presidente Eventual

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Boa tarde a todos.

Declaro aberta a 1^a Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória 656, de 2014.

De acordo com o § 1º do art. 3º da Resolução nº 01, de 2002 do Congresso Nacional, a Presidência dessa Comissão ficará sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados e a Relatoria sob a responsabilidade do Senado Federal.

Comunico que há acordo de Lideranças para eleição da Mesa. Informo que foram indicados pelas Lideranças para Presidente o Deputado Afonso Florence aqui presente e, para Vice-Presidente, o Senador Walter Pinheiro.

Consulto o Plenário se podemos fazer a eleição da Mesa por aclamação?

Os Srs. Parlamentares que concordam com as indicações permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Declaro eleitos por aclamação os Srs. Presidente, Deputado Afonso Florence e, Vice-Presidente, Senador Walter Pinheiro.

Passo a Presidência da Comissão ao Sr. Deputado Afonso Florence.

O SR. PRESIDENTE (Afonso Florence. PT - BA) – Senador Pimentel, senhoras e senhores presentes, designo como Relator e Relator Revisor da Medida Provisória, os senhores: Relator, Senador Eunício Oliveira, Senador Relator Revisor, Deputado Eduardo Cunha.

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata e aprovação da mesma nesta reunião.

Os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

A Ata está aprovada e será publicada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas, a reunião é encerrada às 14 horas e 03 minutos.)

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA N° 657, DE 2014, PUBLICADA EM 14 DE OUTUBRO DE 2014, QUE “ALTERA A LEI N° 9.266, DE 15 DE MARÇO DE 1996, QUE REORGANIZA AS CLASSESPARA A REMUNERAÇÃO DOS CARGOS QUE AS INTEGRAM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 29 DE OUTUBRO DE 2014, ÀS 14H10MIN, NO PLENÁRIO N° 9, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, DO SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e dezoito minutos do dia vinte e nove de outubro de dois mil e quatorze, no Plenário número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência Eventual do Senhor Senador José Pimentel, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 657, de 2014, com a presença dos Senadores Romero Jucá, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira, Sérgio Petecão, Ana Amélia, Humberto Costa, Acir Gurgacz, Ana Rita, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, Fleury, Jayme Campos e Lídice da Mata; e dos Deputados José Mentor, Policarpo, Osmar Terra, Ronaldo Benedet, Moreira Mendes, Júlio Cesar, João Campos, Izalci, Eduardo da Fonte, Waldir Maranhão, Pauderney Avelino, Bernardo Santana de Vasconcellos, Fernando Francischini, Sarney Filho e Ronaldo Fonseca. Registra-se a presença de parlamentares não membros da Comissão, o Deputado Glauber Braga e o Deputado Claudio Puty. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião e comunica a existência de acordo das lideranças das duas Casas pelo qual são indicados os nomes do Senador Humberto Costa e do Deputado Nelson Pellegrino para assumir, respectivamente, a Presidência e Vice-Presidência da Comissão. Submetidos os nomes indicados ao Plenário, são aprovados por aclamação. Assume a direção dos trabalhos o Senador Humberto Costa, Presidente Eleito da Comissão, que, ato contínuo, designa o Deputado João Campos como Relator e o Senador Romero Jucá como Relator-Revisor. Fazem uso da palavra os seguintes Parlamentares: Senador Vicentinho Alves e Senador Ricardo Ferraço. A Presidência submete ao Plenário a aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quatorze horas e vinte e oito minutos, lavrando eu, Marcos Machado Melo, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual, Senador José Pimentel, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **José Pimentel**, Presidente Eventual.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Boa tarde a todos.

Declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 657 de 2014.

De acordo com parágrafo primeiro do art. 3º da Resolução nº 1 de 2002 do Congresso Nacional, a Presidência dessa Comissão ficará sob a responsabilidade do Senado Federal e a relatoria sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados.

Comunico que há acordo de Lideranças para a eleição da Mesa.

Informo que foram indicados, pelas Lideranças, para Presidente o Senador Humberto Costa e para Vice-Presidente o Deputado Nelson Pelegrino.

Consulto o Plenário se podemos fazer a eleição da Mesa por aclamação. (Pausa.)

Os Srs. Parlamentares que concordam com as indicações, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Declaro eleitos, por aclamação, os Srs. Presidente Senador Humberto Costa e Vice-Presidente Deputado Nelson Pelegrino.

Passo a Presidência da Comissão ao Sr. Senador Humberto Costa para dar continuidade aos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Srs. Senadores, Srªs Senadoras, Srs. Deputados, Srªs Deputadas, quero inicialmente agradecer essa confiança para dirigir os trabalhos dessa

Comissão Especial e quero designar como Relator dessa Comissão o Deputado João Campos e Relator Revisor o Senador Romero Jucá.

Quero passar a palavra ao Sr. Relator, se ele tiver alguma consideração a fazer.

Sr. Relator, acabo de nomeá-lo como – ele nem sabia – Relator da Media Provisória nº 65.

Passo a palavra a V. Ex^a, se for do interesse de V. Ex^a se manifestar.

O SR. JOÃO CAMPOS (PSDB - GO) – Senador Pimentel, Deputados e Senadores presentes, amigos todos, o relatório está concluído, e eu tenho o desejo de apresentá-lo o quanto antes, para que o processo legislativo possa se desenvolver da melhor forma possível, no menor espaço de tempo possível. Penso que a matéria de fato é relevante. Penso que outras categorias foram contempladas e outros expedientes, a exemplo da Lei nº 12.030, a exemplo da MP aprovada recentemente pelo Congresso Nacional, que também contempla outras categorias e, por último, estão vindo os delegados de polícia nessa MP, de tal forma que o relatório está concluído mas não está apresentado, e não o farei nesta sessão de instalação, mas apresentarei, Sr. Presidente, na primeira oportunidade possível. Na medida em que eu, na primeira oportunidade, na primeira sessão que V. Ex^a marcar, eu apresentarei o relatório. A matéria não é complexa, embora seja muito importante. O relatório está praticamente pronto, de tal forma que eu não vejo nenhuma dificuldade de apresentá-lo na primeira sessão após esta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Quero abrir a palavra aos integrantes da Comissão que desejem dela fazer uso. Não sei se há alguma inscrição. Se não houver, quem quiser se manifestar...

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Parlamentar da Minoria/SD - TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Senador Vicentinho.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Parlamentar da Minoria/SD - TO) – É só para que V. Ex^a nos informe a data da próxima reunião da Comissão, para já ficarmos informados, todos nós. Já tem a data, Presidente, da próxima reunião?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Eu pretendo convocá-la para amanhã, às 9h.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Parlamentar da Minoria/SD - TO) – Bom.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Na Ala Nilo Coelho, no Plenário 6.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Parlamentar da Minoria/SD - TO) – Amanhã às 9h. Está o.k. Isso significa que já vamos ter conhecimento do relatório concluído pelo eminentíssimo Deputado João Campos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Apoio Governo/PT - PE) – A palavra continua aberta aos integrantes da Comissão, Senadores, Senadoras, Deputados e Deputadas. (Pausa.)

Bem, não havendo mais quem queira se manifestar e antes de encerrarmos os trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião.

Os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

A ata está aprovada e publicada.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Não Identificado) – Pois não.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Só a título de informação, V. Ex^a foi empossado Presidente, designou o Relator. O Relator já apresentou algum plano de trabalho, alguma coisa que possa nos dar, assim, um sinal do prazo do programa, o que nós estaríamos desenvolvendo, o nosso trabalho, considerando a importância e a relevância dessa matéria para a estruturação da carreira da Polícia Federal?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Apoio Governo/PT - PE) – O Relator informa que tem um relatório pronto sobre a matéria, e eu tomei a liberdade de convocar para amanhã de manhã, às 9h, nova reunião desta Comissão, na Ala Nilo Coelho, Plenário 6, quando, então, ele apresentará o seu relatório, e nós iniciaremos o processo de discussão da matéria.

Eu tomei a liberdade de não prever, desculpe V. Ex^a. Obviamente, a depender da proposta do Relator, esta Comissão poderá avaliar, reunir-se e definir outros procedimentos, mas, em princípio, até por entender que essa é uma matéria que foi negociada com o Governo, que já se preocupou de, antecipadamente, também contemplar outros segmentos da corporação, de outros setores, e, no dia de ontem, termos aprovado a medida provisória que procurava não somente definir os reajustes para outras categorias da Polícia, como também a definição dessas outras categorias como componentes de carreiras de nível superior, entendemos que talvez uma discussão muito exaustiva não contribua para que nós possamos, dentro da própria Polícia Federal, termos

um clima de entendimento, já que estas questões vão ser objetos de muitas discussões. O próprio Ministério do Planejamento tem grupos de trabalho para tratar especificamente do tema.

Então, na minha previsão, com todo respeito – a maioria aqui vai decidir –, eu não imaginei a necessidade de nós realizarmos aqui audiências públicas. V. Ex^a acompanhou, na medida provisória anterior, que a audiência pública que aconteceu foi marcada por um acirramento muito grande. Agora, obviamente, a proposta que o Relator vem apresentar, sem dúvida, será apreciada.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Eu não tenho divergência com V. Ex^a, até porque esse tema é um tema bastante amadurecido, cristalizado. Apenas, se o nosso ilustre Relator entendesse que poderia antecipar o seu relatório, isso poderia facilitar o nosso trabalho, o nosso entendimento. E, até mesmo, há possibilidade de votarmos essa matéria, caso haja o entendimento do conjunto dos Parlamentares, Deputados e Senadores, até amanhã. Mas seria importante isso – se assim entender o Relator –, porque evitaria o pedido de vista coletiva ou coisa do gênero, o que poderia representar uma economia processual.

É a consulta que faço a S. Ex^a o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Então, V. Ex^a está identificado com a minha posição.

O SR. JOÃO CAMPOS (PSDB - GO) – Eu entendo perfeitamente. Veja, eu até anunciei que o relatório está pronto. Por que eu não faço agora? Porque fui procurado por vários Parlamentares e também por entidades, e outras não me procuraram; procuraram diretamente o Partido para fazer ponderações. E, aí, o Partido me recomendou, disse: “João, se você se antecipa, fica parecendo que você não quer conversar, não quer ouvir ninguém, daí por diante. Embora as emendas estejam postas, como há agentes da sociedade interessados no tema e que procuraram o próprio Partido, aguarde, converse, receba.” E, aí, eu estou recebendo durante o dia de hoje. E, se nós tivermos uma nova reunião amanhã ou na próxima reunião posterior a essa, já o farei.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Mais alguém? (Pausa.)

Bom, então eu declaro a ata aprovada. Ela será publicada.

Nada mais havendo a tratar, eu declaro encerrada a presente reunião, marcando a próxima reunião para amanhã, às 9h, no Plenário nº 6, na Ala Nilo Coelho, para apresentação e discussão do relatório em questão.

Muito obrigado a todos e a todas.

(Iniciada às 14 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 29 minutos.)

ATA DA 2^a REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 657, DE 2014, PUBLICADA EM 14 DE OUTUBRO DE 2014, QUE “ALTERA A LEI Nº 9.266, DE 15 DE MARÇO DE 1996, QUE REORGANIZA AS CLASSES DA CARREIRA POLICIAL FEDERAL, FIXA A REMUNERAÇÃO DOS CARGOS QUE AS INTEGRAM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”, DA 4^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54^a LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 30 DE OUTUBRO DE 2014, ÀS 09 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e trinta e oito minutos do dia trinta de outubro de dois mil e quatorze, no Plenário número seis da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Humberto Costa, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 657, de 2014, com a presença dos Senadores Romero Jucá, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira, Sérgio Petecão, Ana Amélia, Humberto Costa, José Pimentel, Ana Rita, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, Paulo Bauer, Antônio Carlos Rodrigues e Lídice da Mata; e dos Deputados Ronaldo Benedet, Júlio Cesar, João Campos, Pauderney Avelino, Bernardo Santana de Vasconcellos, Giacobo, Valadares Filho, Gonzaga Patriota, Fernando Francischini e Sarney Filho. Registra-se a presença de parlamentares não membros da Comissão, o Senador Fleury e os Deputados Jesus Rodrigues e Guilherme Mussi. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião destinada a apreciação do Relatório. A Presidência passa a palavra ao Deputado João Campos, Relator da matéria, o que procede à leitura do Relatório. A Presidência comunica que há sobre a mesa dois Requerimentos para a realização de audiências públicas de autoria do Deputados Sarney Filho e Gonzaga Patriota. Os requerimentos são retirados pelos respectivos autores. Usam da palavra os seguintes parlamentares: Deputado Sarney Filho, Senadora Ana Amélia, Senador José Pimentel, Deputado Gonzaga Patriota, Deputado Fernando Francischini, Deputado Bernardo Santana Vasconcellos, Senador Vicentinho Alves, Deputado Pauderney Avelino, Deputado Jesus Rodrigues, Senadora Vanessa Grazziotin e Senador José Pimentel. Encerrada a discussão, o Relatório é colocado em votação. Aprovado o Relatório do Deputado João Campos, que passa a constituir Parecer da Comissão Mista, o qual conclui pela admissibilidade e pela adequação econômico-financeira da Medida Provisória nº 657, de 13 de outubro de 2014, e, no mérito, pela sua aprovação na forma como proposta; restando não admitidas, por injuridicidade em razão do aumento de despesas e por ausência de pertinência temática,

as Emendas de nº 18, 19, 20, 45 e 51; também não admitidas, por injuridicidade decorrente da ausência de pertinência temática, as emendas de nº 02, 03, 04, 05, 06, 08, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 21, 22, 23, 24, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 40, 42, 43, 44, 46 , 47, 48, 49, 50, 52, 55, 56, 57, 58, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 67 e 68; e admitidas, as emendas de nº 01, 07, 09, 25, 26, 37, 39, 41, 53, 54, 59 e 62, porém, no mérito, rejeitadas. A Presidência submete ao Plenário a aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dez horas e quarenta minutos, lavrando eu, Marcos Machado Melo, Secretário da Comissão, a presente Ata, que será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Humberto Costa, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Humberto Costa**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 657, de 2014.

Há sobre a mesa dois requerimentos de realização de audiências públicas, um da autoria do Deputado Sarney Filho, do Partido Verde, e outro de autoria do Deputado Gonzaga Patriota, do PSB.

Na ausência do Deputado Gonzaga Patriota, declaro prejudicado o referido requerimento e passo a palavra ao Deputado Sarney Filho, para que se manifeste sobre seu próprio requerimento antes de dar continuidade à reunião.

O SR. SARNEY FILHO (PV - MA) – Sr. Presidente, eu havia sido procurado na semana passada pelos delegados da Polícia Federal, que conversaram comigo a respeito dessa medida provisória e pediram que eu, como membro efetivo desta Comissão, pudesse não mexer na medida provisória, já que esta foi amplamente discutida com todos os setores.

Também, na época, me foi dito que, durante a discussão da MP nº 650, foi feita uma ampla discussão com os agentes da Polícia Federal, e eu compreendi que, como de fato o nosso partido não aceita contrabandos em medidas provisórias – e tem sido uma postura nossa histórica na Câmara dos Deputados a luta contra contrabandos, infelizmente uma luta em que quase sempre saímos derrotados –, não é e não será difícil para mim, evidentemente, votar a medida provisória tal como ela veio.

Ontem, numa reunião de Bancada do Maranhão, alguns agentes da Polícia Federal me procuraram, inclusive alguns lotados na minha terra, e pediram que houvesse um processo de discussão. Eles queriam ser ouvidos. A partir dessa proposta feita ontem à noite, eu fiz o requerimento para que fossem ouvidos dois agentes da Polícia Federal e dois delegados.

No entanto, mais tarde, recebi um telefonema de técnicos do governo e também dos delegados da Polícia e membros do meu partido, argumentando que esse processo de discussão da carreira da Polícia Federal era um processo lento, difícil e que não iria ser solucionado com uma audiência pública. Essa audiência pública serviria apenas para atrapalhar a tramitação dessa MP.

Tendo em vista esses argumentos, eu, Sr. Presidente, que gosto da discussão e que sempre trabalho – estou trabalhando agora, por exemplo, para que a comissão especial que vai estudar o acesso à nossa biodiversidade faça audiências públicas –, neste caso específico, com a promessa e a conversa que tivemos também com V. Ex^a a respeito do compromisso do governo de prosseguir as negociações com os agentes e os datilógrafos, peço a retirada desse requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Agradeço a V. Ex^a a retirada do requerimento e pela sua manifestação.

Gostaria apenas de, antes de passar a palavra ao Relator, para que faça a leitura do seu trabalho e possamos iniciar a respectiva apreciação, comunicar algumas questões.

A primeira é que estamos com um telão na sala ao lado. Assim, quem tiver dificuldade de permanecer aqui, dada a grande quantidade de pessoas, pode acompanhar a reunião na sala ao lado, no Plenário 2.

Segundo, o meu entendimento, na condição de Presidente e de não haver marcado reuniões e audiências públicas, se deve a algumas questões que já foram relatadas pelo Deputado Sarney Filho.

Na verdade, esse é um tema que não vai se esgotar no debate desta medida provisória nem se esgotou no debate da Medida Provisória nº 650.

Nós aqui, no Senado, inclusive, temos uma subcomissão na área de segurança pública, vinculada à Comissão de Constituição e Justiça, que trata de vários temas relativos à segurança pública, entre eles a estruturação das polícias, o tema da carreira única, que é, enfim, o que, em última instância, está neste debate. E aquela Comissão ainda está por apresentar os seus relatórios. Naturalmente, como esse debate vai se aprofundar a partir do ano que vem, não se esgota essa discussão nem esta Comissão vai ser o espaço onde esse tema vai ser resolvido.

Há um processo, inclusive, já deflagrado dentro do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que envolve grupos de trabalho – um grupo de trabalho com os agentes, os papiloscopistas e os peritos criminais, e um outro grupo com as entidades de representação dos delegados – que irão aprofundar todas essas questões.

Existem várias alternativas. Existem alternativas de realização dos concursos para delegado, com cota garantida para integrantes da Polícia Federal, de outras carreiras. Então, são várias as soluções que não vão ser dadas aqui. Então, se é essa a situação, a ideia é que nós aqui pudéssemos nos restringir a discutir e aprovar essa medida provisória.

Nós vamos ter a leitura do relatório; em seguida, eu darei vista coletiva e, na próxima semana, nós faremos a votação definitiva do relatório.

A nossa ideia também é que alguns ajustes que possam ser feitos a alguns pontos consensuais possam ser feitos na própria Câmara e que, depois, viesse ao Senado. Há pontos que tratam da ocupação de cargos de direção da Polícia Federal, que têm ajustes que podem ser promovidos na própria Câmara.

Pois não.

O SR. SARNEY FILHO (PV - MA) – Sr. Presidente, apenas para que fique registrado: o meu compromisso é justamente de votar a medida provisória tal como ela veio. Se houver modificações nessa medida provisória, eu seguramente entrarei com o pedido de audiência pública, para que a gente possa discutir mais detalhadamente – repito: se houver modificações.

Eu quero logo deixar claro que nós não vamos abrir mão de audiências públicas se modificações houver no relatório.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Apoio Governo/PT - PE) – O.k.

Deputado Gonzaga Patriota.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PSB - PE) – Presidente, primeiro peço desculpas porque atrasei um pouco. Eu vim num danado de um jegue que atrasa para essas coisas.

Eu pediria a V. Ex^a, se for possível, que reconsiderasse o arquivamento desse meu requerimento de audiência ou que eu o rerepresentasse, porque faço minhas as palavras do Sarney Filho. É muito importante essa audiência pública. Numa matéria como esta, a gente não pode deixar de discutir mais.

Assim, pediria a V. Ex^a que, se fosse possível, ou reconsiderasse o arquivamento desse meu requerimento, ou que eu o apresentarei novamente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Perfeitamente.

Considero o requerimento rerepresentado e passo, imediatamente, ao processo de votação.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Pois não.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Vamos aguardar o nobre Relator.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Apoio Governo/PT - PE) – E votaremos depois?

O SR. JOSÉ SARNEY (Bloco Maioria/PMDB - AP) – Em seguida, porque, se o parecer for pela manutenção do texto acordado, eu pediria a V. Ex^a que a gente o aprovasse hoje, não precisaria nem de vista. Por outro lado, se houver alteração no texto acordado, aí nós vamos defender audiências públicas e vamos fazer o processo legislativo adequado.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Sr. Presidente, pelo Solidariedade.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Senadora Ana Amélia.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Eu queria uma explicação: já que o Relator vai manter integralmente a MP como veio, se é a decisão tomada pela maioria, tenho uma dúvida sobre o texto do parágrafo único.

“Os ocupantes de cargo de delegado da Polícia Federal, autoridades policiais no âmbito da Polícia Judiciária da União, são responsáveis pela direção das atividades do órgão e exercem função de natureza jurídica e policial, essencial e exclusiva de Estado”.

Claro que eu imagino – e eu estava na Comissão de Agricultura – que já tenha sido isso colocado em discussão, em debate e esclarecimento. Mas eu queria, Sr. Presidente, Senador Humberto Costa, e Sr. Relator, Deputado João Campos...

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Presidente, eu queria fazer o registro da...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Senadora, é porque ainda não feita a leitura do relatório. Então, nós poderíamos abortar esses temas, inclusive a votação do requerimento, após a leitura do relatório.

É possível?

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Sim. Aceito.

Agora, só uma explicação: por que não acolher nenhuma emenda? Qual a razão?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Apoio Governo/PT - PE) – O entendimento de que o prolongamento desse debate, nas condições que nós temos hoje, dada a situação hoje que se vive dentro da Polícia Federal, tende a reproduzir determinados episódios que nós vivemos inclusive no processo de discussão da 650. E, como eu disse, esse é um processo que não vai terminar aqui. Há dois grupos de trabalho no Ministério do Planejamento, que tratam especificamente sobre carreira, sobre acesso, sobre a questão salarial, e temos também a Subcomissão de Segurança Pública, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça do Senado, que trata especificamente desses temas.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Bom; então, o Parlamento, o Senado, na Subcomissão da Comissão de Constituição e Justiça, terá uma participação, um protagonismo nesse processo. As emendas eventualmente não acolhidas pelo Relator poderão virar destaque ou, então, serem examinadas no âmbito da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sim; em verdade, eu acho, inclusive, que, em 2015, nós vamos ter um grande debate sobre política de segurança pública e estrutura das polícias no Brasil.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Agradeço a sua explicação, Presidente Humberto Costa.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Deputado Francischini.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Presidente, nós acompanhamos a posição do Senador Pimentel, qual seja, a de que possamos votar hoje o relatório do Deputado João Campos. Se o senhor tiver que dar vista para o requerimento, que o senhor o faça regimentalmente por um tempo de modo a que nós possamos votar ainda hoje o relatório.

Acompanho a manifestação da Senadora Ana Amélia também, ou seja, que possamos destacar, então, em plenário as várias emendas colocadas, mas aprovando o texto integral que veio do governo, sem nenhuma alteração, mantendo o acordo que nós fizemos entre todos. Inclusive, destaco que o Senador Vicentinho, Senador do nosso partido, o Solidariedade, junto com outros Senadores, tem uma emenda importante, que pode ser destacada, que é a questão da aprovação pelo Senado por meio de sabatina.

Portanto, que se mantenha o acordo, como o Deputado Sarney Filho bem colocou, de manter o texto original. Podemos destacar em plenário e sair até com o acordo costurado do destaque, se aprovado em plenário. Mas que reitero que mantenhamos o texto original hoje, Presidente. É uma medida que vem ao encontro dos anseios da Polícia Federal.

O SR. BERNARDO SANTANA DE VASCONCELLOS (PR - MG) – Presidente, apenas para dizer que o PR acompanha a mesma posição. Contudo, quero frisar que requerimento de audiência pública não requer vista. A gente vai passar para o processo de votação, porque é aprovar ou não a solicitação de realização de audiência pública.

A medida provisória, como muito bem destacado por V. Ex^a, vem na sequência da 650. A 650 tratou de carreiras que aqui dizem que ficaram de fora, mas não ficaram de fora. Já foi tratado salário, nível superior e tal. Nós teremos que votar isso aqui, e o nosso interesse é votar no dia de hoje, porque audiência pública para discutir se há necessidade ou não de concurso para ser delegado de polícia, de experiência e que tenha que ser delegado de polícia federal para ser diretor-geral é um negócio que já está muito arraigado na consciência da própria sociedade, do senso comum.

Assim, com todo o respeito ao autor do requerimento, gostaria de votar o requerimento e o mérito do relatório do nosso Relator, mantendo, na sua integralidade, o texto da medida provisória.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM - AM) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Só uma questão: eu não quero cercear o debate, mas talvez fosse interessante... Gostaria de fazer um apelo aos Senadores e Deputados aqui presentes no sentido de que nós tivéssemos a leitura do relatório, em seguida, abriríamos a discussão ou daríamos vista do relatório; discutiríamos o requerimento do Deputado Gonzaga Patriota e, portanto,...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Não havendo consenso, o Senador Vicentinho; depois V. Ex^a.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Parlamentar da Minoria/SD - TO) – Como nenhum parlamentar...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Só um minuto.

Eu gostaria de pedir à segurança da Casa que garantisse a tranquilidade aqui à frente. Nós já garantimos uma sala para as pessoas que, por ventura, não possam ficar aqui, dada a quantidade de pessoas.

Assim, solicito que se garanta aqui a tranquilidade.

O SR. VICENTINHO (PT - SP) – Sr. Presidente, só para contribuir.

Como nenhum Deputado e nenhum Senador pediu vista, não vejo necessidade de concessão de vista coletiva. Então, que após ouvirmos o Relator, votemos na totalidade. A minha sugestão vai ser em plenário, para que o diretor seja sabatinado pelo Senado, como todos os outros – Abin etc. Mas isso será em plenário. A nossa vontade é de votarmos hoje e sem emendas.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Deputado Pauderney.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM - AM) – Sr. Presidente, a minha fala vai nesse sentido. O que podemos entender nessa questão é que fizemos um acordo para que essa medida provisória possa ser aprovada exatamente como está aqui. Agora, se houver um pedido de vista após a leitura do relatório do Deputado João Campos, não vamos votar hoje. Não podemos aceitar que se vote hoje.

Portanto, desde que não haja alteração na medida provisória, depois de ouvirmos o relatório do Deputado João Campos, que possamos votar, e votando sem alterações.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Com a palavra o Deputado...

O SR. VICENTINHO (PT - SP) – Sr. Presidente, desculpe, mas não podemos votar isso agora.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Apoio Governo/PT - PE) – V. Ex^a pode se manifestar após a leitura. Garantirei a palavra a V. Ex^a para que se manifeste após a leitura.

O SR. VICENTINHO (PT - SP) – A leitura do relatório, tudo bem, mas votar isso aqui hoje, não!

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sim, após a leitura, V. Ex^a poderá...

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM - AM) – Eu só indagaria... Eu presido a Comissão de Segurança Pública e, quando um membro que está ausente, tendo ele apresentado alguma proposição, esta deixa de fazer parte da pauta; ela passará a fazer parte da pauta da próxima reunião.

Indago a V. Ex^a se a prática aqui, no Regimento Comum...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Apoio Governo/PT - PE) – É diferente. Ele pode reapresentar ou podemos reconsiderar. No caso, houve uma reapresentação.

Com a palavra o Relator João Campos.

Como o relatório ainda está sendo impresso, pondero que acompanhemos a leitura por enquanto, uma vez que, daqui a pouco, todos receberão o impresso.

O SR. JOÃO CAMPOS (PSDB - GO) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, Srs. Deputados, vem ao exame a Medida Provisória (MPV) nº 657, de 13 de outubro de 2014, que altera a Lei nº 9.266, de 15 de março de 1996, que reorganiza as classes da Carreira Policial Federal, fixa a remuneração dos cargos que as integram e dá outras providências,

A Exposição de Motivos Interministerial (EMI) nº 197/2014 MP MJ, de 13 de outubro de 2014, da Sr^a Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Sr. Ministro de Estado da Justiça, dispõe da seguinte forma, abre aspas:

1. Submetemos à apreciação de Vossa Excelência a anexa proposta de Medida Provisória que “Altera a Lei nº9.266, de 15 de março de 1996, que reorganiza as classes da Carreira Policial Federal, fixa a remuneração dos cargos que as integram e dá outras providências”, com vistas a estabelecer que: I) a Polícia Federal é órgão permanente de Estado, fundado na hierarquia e disciplina, organizado e mantido pela União, para o exercício das competências previstas no §1º do art. 144 da Constituição Federal, e integrante da estrutura básica do Ministério da Justiça; II) o ocupante do cargo de Delegado de Polícia Federal, responsável pela direção do órgão, autoridade policial no âmbito da polícia judiciária da União, exerce função de natureza jurídica e policial, essencial e exclusiva de Estado; III) o ingresso no cargo de Delegado de Polícia Federal, realizado mediante concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil, é privativo de bacharel em Direito e exige três anos de atividade jurídica ou policial, comprovados no ato da posse; e IV) o Diretor-Geral da Polícia Federal, nomeado pelo Presidente da República, deverá ser servidor do cargo de Delegado de Polícia Federal na última classe de promoção funcional, ou seja, Classe Especial.

Estabelece, ainda, o mesmo documento:

7. Pela proposta, a direção da Polícia Federal será exercida por Diretor-Geral, nomeado pelo Presidente da República entre os ocupantes do cargo de Delegado de Polícia Federal, integrantes da classe especial.

Cabe notar que, atualmente, o cargo de Diretor-Geral é de livre nomeação e exoneração. A proposta tem o mérito de caminhar no sentido da profissionalização da gestão do órgão, ao estabelecer um critério de experiência profissional para ocupação do cargo de Diretor-Geral.

8. Ainda pela Medida Provisória ora proposta, o ocupante do cargo de Delegado de Polícia Federal, responsável pela direção do órgão, autoridade policial no âmbito da polícia judiciária da União, exerce função de natureza jurídica e policial, essencial e exclusiva de Estado, e seu ingresso, realizado mediante concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil, é privativo de bacharel em Direito e exige três anos de atividade jurídica ou policial, comprovados no ato de posse. Com essa previsão,

objetiva-se selecionar profissionais mais aptos para o exercício das competências atribuídas ao cargo e, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil, garantir a ínsula do certame em todas as suas fases.

Nota Técnica de Medida Provisória nº 30, de 18 de outubro de 2014, da Consultoria de Orçamentos e Fiscalização Financeira, da Câmara dos Deputados, concui que a MPV nº 657 não tem implicação orçamentária e financeira.

Foram apresentadas 68 emendas no prazo regimental.

A Emenda nº 01, do Deputado Nelson Marquezelli, reduz para 1 (um) ano o tempo de atividade jurídica ou policial para ingresso no cargo de delegado de Polícia Federal.

A Emenda nº 02, do Deputado Newton Lima, trata da possibilidade de corretores de imóveis se associarem a mais de uma imobiliária.

A Emenda nº 03, do Deputado Manoel Júnior...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sr. Relator, apenas um minuto...

O SR. JOÃO CAMPOS (PSDB - GO) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Eu gostaria de pedir, não somente aos assistentes, mas, principalmente, aos assessores e aos parlamentares aqui presentes que pudéssemos fazer um pouco de silêncio para que o Relator faça a leitura de seu trabalho.

O SR. JOÃO CAMPOS (PSDB - GO) – Obrigado, Presidente.

A Emenda nº 03, do Deputado Manoel Júnior, trata da recondução dos militares remanescentes do antigo Distrito Federal ao Distrito Federal, conferindo-lhes os direitos aplicáveis aos militares inativos e pensionistas da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

A Emenda nº 04, do Deputado Eduardo Cunha, extingue o exame da Ordem dos Advogados do Brasil.

A Emenda nº 05, do Deputado Eduardo Cunha, estabelece a isenção de taxa e despesa para inscrição como advogado na Ordem dos Advogados do Brasil.

A Emenda nº 06, do Deputado Paulo Rubem Santiago, institui a prerrogativa de porte de arma...

O SR. SARNEY FILHO (PV - MA) – Sr. Presidente, pela ordem, só para uma sugestão ao nobre Deputado João Campos.

Já recebemos o relatório de V. Ex^a, com a análise das mais de sessenta emendas. Assim, acredito que, quanto a essas emendas, os interessados e nós todos podemos lê-las, e, com isso, V. Ex^a poderia ir já para a conclusão do seu voto, uma vez que já foram distribuídas. Penso que, assim, ganharíamos mais tempo.

É só uma sugestão.

O SR. JOÃO CAMPOS (PSDB - GO) – Havendo concordância do Plenário, Sr. Presidente, não tenho nenhuma objeção.

Vamos ao voto.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM - AM) – O voto do Deputado João Campos, aqui, não está dizendo nada, só está mantendo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOÃO CAMPOS (PSDB - GO) – Item II do relatório – Análise (página 7).

Em primeiro lugar, é preciso examinar a admissibilidade da proposta, nos termos do *caput* e do §5º do art. 62 da Constituição Federal, o qual permite a sua adoção pelo Presidente da República nos casos de relevância e urgência.

No caso, tais pressupostos foram satisfeitos, considerando-se as pertinentes razões explicitadas na já referida Exposição de Motivos Interministerial nº 197/2014, de 13 de outubro de 2014, a qual, sobre as referidas exigências destaca:

2. De acordo com o art. 62 da Constituição Federal, é autorizado ao Presidente da República, em caso de relevância e urgência, lançar mão da Medida Provisória, ato exclusivo do Chefe do Executivo, que possui força de lei. As medidas contidas na proposição legislativa em tela revestem-se de relevância e urgência, visto que buscam a valorização e o fortalecimento do órgão Polícia Federal para o cumprimento da missão constitucional a ele atribuída.

3. No caso em tela, a relevância do tema está no fato de o Departamento da Polícia Federal ser um órgão estratégico para o sistema constitucional de segurança pública, que necessita aprimorar a sua estrutura interna de cargos e atribuições de maneira a exercer a sua missão com eficiência, efetividade e eficácia na prevenção e repressão dos crimes, conforme competência que lhe é conferida pela Constituição Federal, dentre outras atribuições de grande importância para a sociedade brasileira, seja em matéria de polícia judiciária, seja na atividade de polícia administrativa.

4. Em relação à urgência do tema, temos que a Portaria nº 523/2009 – Ministério do Planejamento, que atualmente disciplina as atribuições dos cargos da Polícia Federal, foi anulada no âmbito da Justiça Federal em primeira instância no Distrito Federal, por meio do processo nº 30576-10.2011.4.01.3400, que está em reexame necessário no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, o que tornou imperiosa a definição dos requisitos para o comando da instituição, que deve ficar a cargo de Delegado de Polícia Federal, definido por lei como autoridade policial, privativo de Bacharel em Direito, que desempenha atividade jurídica e policial, e é responsável pela direção da Polícia Federal. Fez-se premente também indicar os requisitos mínimos para o concurso público do cargo.

5. Ressalte-se também que a presente medida provisória é fruto de um constante canal de debates existente entre o Governo e os seus profissionais, cujo objetivo é buscar uma constante valorização do órgão e de todas as suas categorias.

6. Diante disso, para o bom desempenho da missão constitucional do órgão, cabem medidas urgentes no sentido de sanar essas lacunas, com a celeridade que o tema requer. Nesse sentido, o texto proposto para o caput do art. 2º-A, a ser acrescido à Lei nº 9.266, de 1996, dispõe que a Polícia Federal é órgão permanente de Estado, fundado na hierarquia e na disciplina. Tal previsão se coaduna com a necessidade de fortalecimento institucional do órgão.

A MP vem vazada em boa técnica legislativa, obedece aos devidos trâmites legislativos, não afronta o ordenamento jurídico vigente e respeita os balizamentos constitucionais próprios a esse instrumento legislativo, consignado no art. 62 da Constituição Federal.

Ademais, esta MP não versa sobre as matérias relacionadas no inciso I do §1º do art. 62, não se enquadra nas hipóteses dos seus incisos II a IV, não se destina a regulamentar artigo da Constituição cuja redação tenha sido alterada por meio de emenda, reespeitando-se, dessa forma, a vedação expressa no art. 246 da Carta Política, e tampouco representa a reedição, na mesma sessão legislativa, de MP que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido a sua eficácia por decurso de prazo (art. 62, §10, CF).

É evidenciada, portanto, a constitucionalidade da MPV nº 657, de 2014.

A adequação orçamentária e financeira é garantida, não havendo qualquer óbice, haja vista que a Nota Técnica da Medida Provisória nº 30, de 18 de outubro de 2014, da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, conclui que essa Medida Provisória não tem implicação orçamentária e financeira.

No tocante ao mérito, a proposição também deve ser acolhida, uma vez que representa a complementação das tratativas realizadas com os representantes de todas as categorias da Polícia Federal, que culminaram, num primeiro momento, na edição da MP nº 650, que tratou da reestruturação dos cargos da carreira policial federal, conferindo-lhes a condição de cargo de nível superior.

Faltava, portanto, outra medida que abraçasse o cargo específico de Delegado de Polícia Federal, atendido na forma desta Medida Provisória.

Por outro lado, a Medida ratifica a condição estrutural da Polícia Federal, agora definida por lei, de modo a manter a rigidez do órgão, seus parâmetros administrativos e a sua condição fundamental de polícia republicana.

No que se refere às emendas apresentadas, por razões constitucionais e regimentais, há fortes limitações ao acolhimento.

Efetivamente, tendo em vista a matéria de que trata a presente Medida Provisória, conforme jurisprudência pacífica do Supremo Tribunal Federal, as emendas somente podem ser admitidas desde que guardem pertinência temática com o projeto e não importem em aumento de despesas.

Perdoem-me saltar essa jurisprudência, que me parece despiciendo ler.

Ressalte-se que o objeto da presente Medida Provisória é extremamente restrito e específico, embora a leitura isolada de sua emenda transmita impressão diversa.

Com efeito, esta MP trata essencialmente:

1. da natureza jurídica e funcional e os requisitos de ingresso mediante concurso público do cargo de Delegado de Polícia Federal;

2. do requisito para o cargo de Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal, privativo de Delegado da Polícia Federal de classe especial.

Feitas estas considerações sobre os limites ao poder de emenda e sobre o efetivo objeto da MPV nº 650, de 2014, passemos a analisar as emendas apresentadas.

As Emendas nºs 18, 19, 20, 45 e 51, além de não possuírem pertinência temática, aumentam despesas do Poder Executivo, razões pelas quais não devem ser admitidas.

Nesse sentido, as Emendas nºs 18, 19 e 20 alteram dispositivos do Plano de Carreiras e Cargos do INMETRO, previstos na Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, para reajustar valores de retribuição por titulação e

outras verbas, alterar critérios de avaliação de desempenho individual e institucional e aumentar para 100% o percentual da gratificação de desempenho, o que traz repercussão na forma de aumento de despesas. A Emenda nº 45 confere benefícios fiscais com capacidade de gerar perda ou redução de receitas tributárias. Por fim, a Emenda nº 51 prevê a transformação dos cargos de agentes e escrivães da Polícia Federal em cargo de oficial de Polícia Federal, com previsão de subsídio reajustado em comparação aos valores atualmente vigentes para os cargos citados.

Verifica-se, assim, que todas essas emendas importam em dupla vedação, tanto em razão da impertinência temática como em razão do aumento de despesas em projeto de iniciativa privativa do Presidente da República, o que é vedado pelo art. 63, I, da Constituição Federal, além de contrariar jurisprudência pacífica do STF, mencionada anteriormente,

Todas as demais emendas (nºs 02, 03, 04, 05, 06, 08, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 21, 22, 23, 24, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 40, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 55, 56, 57, 58, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 67 e 68) não possuem pertinência temática com a MPV nº 657, de 13 de outubro de 2014, com exceção das Emendas nºs 01, 07, 09, 25, 26, 37, 39, 41, 53, 54, 59 e 62, conforme demonstrado a seguir.

As Emendas nºs 02, 03, 04, 05, 06, 13, 14, 15, 16, 17, 44, 63 e 66 possuem objetos totalmente distintos do versado na, MPV nº 657, como, por exemplo, sobre militares, sobre a possibilidade de associação de corretores de imóveis a mais de uma imobiliária, a extinção do exame da Ordem dos Advogados do Brasil, a concessão de porte de arma, ou de cargos de outros órgãos públicos não policiais, razões pelas quais não podem, assim, ser admitidas.

As Emendas nºs 08, 10, 11, 12, 21, 22, 23, 24, 27, 36, 38, 40, 42, 50, 52, 64, 67 não apresentam pertinência temática, extrapolando o objeto da MPV nº 657, que trata, como mencionado anteriormente, taxativamente do cargo de delegado de Polícia Federal e da função de direção-geral do Departamento de Polícia Federal, restrito aos ocupantes da classe especial do cargo de delegado de Polícia Federal. Portanto pelas mesmas razões também não podem ser admitidas.

Todas essas emendas citadas tratam, em maior ou menor grau, dos demais cargos da carreira policial federal, bom frisar, que foram abarcados pela MPV nº 650, razão pela qual não integram o objeto da MPV nº 657, que trata especificamente do cargo de delegado de polícia, tendo em vista as particularidades de suas funções.

Aliás, há propostas, como as Emendas nºs 21 e 50, que alteram substancialmente o Departamento de Polícia Federal, propondo a extinção do cargo de escrivão de polícia federal, criando um novo cargo, denominado oficial de polícia federal, além de alterar toda a estrutura da instituição, o que, obviamente, transborda do objetivo e do objeto da presente MPV nº 657.

As Emendas nºs 28, 29, 30, 31, 32, 46, 47, 48, 49 e 60 tratam dos cargos de peritos criminais da carreira policial federal, para o qual já existe tratamento específico na Lei Federal nº 12.030, de 17 de setembro de 2009, que dispõe, no art. 2º, que no exercício da atividade de perícia oficial de natureza criminal, é assegurado autonomia técnica, científica e funcional, exigido concurso público, com formação acadêmica específica, para o provimento do cargo de perito oficial.

Nesse diapasão, as referidas emendas desviam do objeto da MPV nº 657, não apresentando, assim, pertinência temática. Vale mencionar que a atividade pericial criminal não é um fim em si mesmo e as referidas emendas tratam de matéria estranha, estabelecendo desde a autonomia plena aos peritos criminais, passando pela organização e funcionamento da estrutura orgânica da Polícia Federal, chegando a tratar de matéria afeta ao processo penal, como nos casos de ausência de perito oficial, exigindo certificação formal pelo perito chefe da unidade de criminalística, o que se mostra como exigência não prevista no procedimento processual penal e destoante do previsto na presente MPV.

(...) As Emendas 33, 34, 35, 43, 55, 56, 57, 65 e 68 também não possuem pertinência temática específica com o objeto da MPV, pois trazem dispositivos relacionados ao cargo de papiloscopista policial federal, que tratam principalmente da caracterização do referido cargo como de perito criminal. A propósito, tais emendas têm o condão de gerar indiretamente o aumento de despesas, vedado peremptoriamente, haja vista que existe uma diferença de tratamento salarial entre peritos criminais e papiloscopistas. Estes, aliás, tiveram as atribuições de nível superior reconhecidas pela MPV 650, de 2014, o que força concluir que já foram tratados em instrumento normativo próprio, que retira a pertinência temática das emendas no que tange à MPV 657.

As Emendas nº 58 e nº 61 tratam da carreira de Polícia Civil do Distrito Federal. Embora este seja órgão policial organizado e mantido pela União, não há sequer semelhança com o cargo de que trata a MPV 657, adstrito ao de delegado de Polícia Federal, pertinência que poderia ser admitida caso se as emendas tratassesem da carreira específica de delegado de polícia do Distrito Federal, que não é o caso. Nesse sentido, a Emenda 58 promove verdadeiro desmembramento da carreira de Polícia CM! do Distrito Federal, não encerrando qualquer relação como objeto da presente MPV.

Vale ressaltar, novamente, que a MPV 657 trata basicamente do cargo de delegado de Polícia Federal, sua natureza jurídica e funcional e requisitos de ingresso no cargo, e das exigências para poder ocupar o cargo de diretor-geral. Portanto, todas essas emendas que tratam dos demais cargos da carreira policial federal estão fora do objeto da MPV 657, razão pela qual devem ser rejeitadas por ausência de pertinência temática.

Registrarmos que essas emendas, além de carecerem da necessária pertinência temática, foram, em boa parte, tratadas pela MPV 650, de 2014, que reconheceu o nível superior de todos os cargos integrantes da carreira policial federal, inclusive dos cargos de agentes, escrivães e papioscopistas da Polícia Federal.

Por essas razões, as Emendas nos 08, 10, 11, 12, 21, 22, 23, 24, 27, 36, 38, 40, 42, 50, 52, 64, 67 também não podem ser admitidas.

Por fim, as Emendas nº 01, 07, 09, 25, 26, 37, 39, 41, 53, 54, 59 e 62 merecem tratamento independente, uma vez que, a despeito de apresentarem pertinência temática específica, no mérito, não merecem ser acolhidas, conforme as razões a seguir expostas.

As Emendas nos 07, 09, 25 e 62 estão no âmbito de uma das duas polícias judiciárias organizadas e mantidas pela União, Polícia Federal e Polícia Civil do Distrito Federal, e especificamente dos cargos de delegado de Polícia Federal e de delegado de Polícia Civil do Distrito Federal, que integram essas instituições.

Historicamente e normativamente esses cargos sempre mantiveram isonomia, inclusive com relação aos subsídios. Porém, embora mantenham estreita relação, não convém, neste momento, ser acolhidas as Emendas nos 07, 09, 25 e 62, uma vez que os delegados de polícia do Distrito Federal estão em negociação com o Governo Federal para que seja enviada mensagem com projeto de lei ou medida provisória prevendo o mesmo tratamento dado pela MPV 657 aos delegados de Polícia Federal, inclusive com relação à direção-geral da polícia.

As Emendas nºs 01, 37, 39 e 41 buscam revogar ou alterar dispositivos da própria MPV 657, que acrescentam dispositivos à Lei nº 9.266, de 15 de março de 1996, razão pela qual a pertinência temática é presente, mas que não convém do ponto de vista do mérito, pois se revelam impertinentes, tendo em vista que significam o esvaziamento completo da MPV 657, devendo ser analisadas sob o ponto de vista da votação pela aprovação ou rejeição da MPV, e não de emendamento.

As Emendas nos 26 e 53 possuem pertinência temática, porém não são pertinentes, no mérito. A Emenda nº 26 estabelece critério muito rígido para nomeação do diretor-geral, enquanto a Emenda nº 53 assegura autonomia financeira e administrativa à Polícia Federal, o que pode retirar o controle do Poder Executivo sobre esse importante órgão interno do Ministério da Justiça, não sendo, por isso, conveniente.

As Emendas nos 54 e 59 têm nítido fundamento interpretativo, a fim de dar entendimento, conforme a MPV 657, para que fique claro que a direção das atividades da Polícia Federal pelo cargo de delegado de Polícia Federal está relacionada à direção-geral do órgão e às atividades de polícia judiciária, não implicando a direção de todos e quaisquer cargos de chefia, de tal modo que servidores dos demais cargos da Polícia Federal não são impedidos de exercerem cargos comissionados,

Todavia, acreditamos que as dúvidas que as Emendas buscam sanar são resolvidas por simples interpretação, sem olvidar que hoje os integrantes do cargo de perito criminal já são os responsáveis pela direção dos institutos de perícia e até de unidades não periciais como, aliás, continua ocorrendo com os demais servidores policiais e administrativos da Polícia Federal, razões pelas quais entendemos que estas emendas devem ser rejeitadas.

Voto.

Diante do exposto, votamos pela admissibilidade e pela adequação econômica e financeira da Medida Provisória nº 657, de 13 de outubro de 2014, e, no mérito, pela sua aprovação na forma como proposta, restando não admitidas, por injuridicidade em razão do aumento de despesas e por ausência de pertinência temática, as Emendas nºs 18, 19, 20, 45 e 51; também não admitidas, por injuridicidade decorrente da ausência de pertinência temática, as Emendas nºs 2, 3, 4, 5, 6, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 21, 22, 23, 24, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 40, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 55, 56, 57, 58, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68; e admitidas as Emendas nºs 1, 7, 9, 25, 26, 37, 39, 41, 53, 54, 59, 62, porém, no mérito, rejeitadas.

É como voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Agradeço a V. Exª pela leitura e apresentação do relatório ao mesmo tempo em que o parabenizo pelo trabalho.

O Deputado Gonzaga Patriota apresentou requerimento, e eu pergunto a S. Exª se mantém. Se mantém, procederemos à respectiva votação.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PSB - PE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, membros da Comissão, eu mantive um entendimento aqui com alguns membros desse chamado “blocão”, composto pelo PMDB, PR, PSC, Solidariedade e PTB, de modo que, embora eu estivesse aqui pronto, inclusive com apoiantes, para pedir vista, eu fui convencido aqui de que essa vista demoraria para semana etc.

Assim, vou retirar esse requerimento de vista, e esse bloco vai apoiar um destaque que vou apresentar em plenário. E digo isso porque a gente entende que não foram contemplados todos os cargos da carreira policial nessa medida provisória, como da segurança pública. E, em razão disso, a gente vê peritos, policiais do Distrito Federal, agentes e outros policiais... Então, com a palavra desse "blocão", eu retiro o requerimento de vista, acompanhando o "blocão" e o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Apoio Governo/PT - PE) – V. Ex^a retira o requerimento de realização de audiência pública?

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PSB - PE) – Retiro o requerimento de audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Retirado o requerimento.

Pela ordem, estão inscritos os Deputados Jesus, Pauderney e a Senadora Ana Amélia.

Em discussão a matéria.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PSB - PE) – Sr. Presidente, se V. Ex^a me permite, eu gostaria que o representante do "blocão"... Eu apenas falei que eles me deram esse apoio, mas eu gostaria que fosse confirmado, por obséquio.

O SR. BERNARDO SANTANA DE VASCONCELLOS (PR - MG) – Nós concordamos, sim, Sr. Presidente, no tocante a alguns temas de que tratamos, como a Polícia Rodoviária Federal. Desse modo, eu e o Deputado Francischini assumimos esse compromisso.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – `Pois não.

Com a palavra o Deputado Jesus.

O SR. JESUS RODRIGUES (PT - PI) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, ilustre Relator, primeiramente, eu quero estranhar a forma rápida como essa medida provisória está sendo colocada em votação; segundo, quero estranhar também o fato de o Relator ser um delegado. A matéria trata de delegado... (*Palmas*.)

Então, é por demais, no meu entender...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Pedimos apenas que não aconteçam manifestações.

O SR. JESUS RODRIGUES (PT - PI) – Peço que garanta a minha palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Claro.

O SR. JESUS RODRIGUES (PT - PI) – É que, embora o Regimento não invabilize, eu considero que eticamente não é correto. O Regimento não proíbe, mas eu lamento essa decisão.

Se o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão faz estudos de todas as carreiras e de todas as funções da Polícia Federal, então, não haveria necessidade de se apresentar agora uma medida provisória dessa natureza, já que está sendo discutido. Então, deixa ser discutido apenas agente, perito e escrivão e resolve o caso de delegado, o que também acho um equívoco.

Mas o equívoco maior, no meu entender, é a minha Emenda nº 64 ser considerada não pertinente. Senão, vejamos o que diz a resposta do Relator à Emenda nº 64: "Não apresenta pertinência temática, extrapolando os objetivos da Medida Provisória nº 657".

A medida provisória, no seu art. 2-A, estabelece:

"A Polícia Federal, órgão permanente do Estado..."

Então, se trato do assunto Polícia Federal e de outros órgãos da Polícia Federal, é pertinente, sim, ao tema da medida provisória.

Então, não cabe, no meu entender, dizer que a Emenda nº 64... Trato da questão, por exemplo, dos ocupantes da carreira policial federal, quando na medida provisória diz "ocupantes do cargo de delegado"; quando diz que o ingresso no cargo de delegado da Polícia Federal mediante concurso e atividade jurídica ou policial comprovada, e, na minha emenda, não exijo essa atividade comprovada; e eu digo também na minha emenda que a função de diretor-geral pode ser ocupada por qualquer membro da Polícia Federal e não só por delegado. Então, considero um equívoco dizer que minha emenda não é pertinente ao tema.

Por isso, eu queria, como Deputado não membro da Comissão – nem suplente, nem titular –, mas como apresentei essa proposta, pedir a reconsideração de que o assunto seja pertinente e que, por outro motivo encontrado no Regimento, eu possa apresentar, pelo menos, um destaque em plenário.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Ao final dos inscritos, o Relator vai manifestar-se.

Antes, era o Deputado Pauderney. V. Ex^a mantém a inscrição? (*Pausa*.)

Ah, então, está bem.

A Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Agradeço, Presidente Humberto Costa. Cumprimento o Deputado João Campos pelo relatório.

Na verdade, estou aqui porque o Senador Agripino apresentou a Emenda nº 26, que não foi acolhida pelo senhor, considerando muito rígido o sistema de submeter a uma sabatina no Senado Federal, na comissão respectiva, o delegado indicado pelo Presidente da República. É uma prerrogativa da Presidência fazer a indicação, mas o Senado poderia fazer essa sabatina, tal qual acontece em outras situações previstas na própria Constituição: a sabatina para embaixador, por exemplo, ou até para ministro do Supremo.

Eu queria saber, então, embora o Deputado Gonzaga Patriota não tenha se referido ao nosso Partido, o PP está junto também. Quero-lhe dizer que está junto nessa posição de votar. Eu queria, então, que incluisse, na condição de Vice-Líder do PP, que nós estamos também com esse entendimento de votar o texto, desde que haja o compromisso de, no plenário, votar os destaques que foram apresentados e não acolhidos pelo Relator.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, serei breve também. Apenas para concordar com a maioria que se tem manifestado aqui e dizer que não considero que estejamos votando a medida de forma diferenciada ou apressadamente. Tampouco estranho o fato de um delegado ser o Relator da matéria. Eu, por exemplo, sou farmacêutica e relatei muitas matérias relativas à profissão de farmacêutico. Eu acho que não há problema algum em relação...

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Por favor.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – ...em relação a essa questão.

O que não se pode é tentar colocar que o Parlamentar – não me sinto nessa condição – que é a favor da medida provisória seja contra os demais servidores da Polícia Federal que não sejam os delegados. Essa é uma condição muito difícil para nós que estamos aqui.

Eu acho que, se a medida provisória foi editada, se a medida provisória foi publicada, a pedido dos delegados – fui procurada pelos delegados federais e também conversei com vários outros servidores da Polícia Federal – é porque é necessária.

Agora, é bom ficar claro que o debate se inicia, mas não se encerra hoje. Ele não se encerra hoje. Ele sómente começa. Essa matéria irá ao Plenário da Câmara dos Deputados com tempo suficiente para o debate. Quem dera, nobre Presidente e Relator, termos a oportunidade de debater tanto uma matéria como vamos debater esta, porque em muitas matérias que chegam ao Plenário do Senado Federal não há tempo sequer de debater, quanto mais de apresentar emendas. Então, ela vai passar pela Câmara dos Deputados. A matéria vem ao Plenário do Senado Federal, e os nossos gabinetes, quero dizer, estarão abertos para o diálogo, mas acho importante avançar, até mesmo para que a gente possa democratizar a discussão e permitir que um número maior de Parlamentares do que esse que está aqui possa debater e se posicionar em relação à matéria.

Também acho que este é o bom caminho: vamos votar e continuar o debate mais adiante, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Deputado Francischini.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Presidente, quero apoiar novamente o acordo feito com o Deputado Gonzaga Patriota em relação à Polícia Rodoviária Federal, em relação à Senadora Ana Amélia e ao Senador Agripino, que me avisou que está assistindo pela TV Senado à nossa audiência pública, e em relação ao Solidariedade. Apoio a emenda que garante, talvez, uma forma de trazer mais destaque ainda para a função de Diretor da Polícia Federal, que seria o fato de ser sabatinado pelo Senado. Apoio novamente a ideia de aprovarmos e levarmos ao Plenário da Câmara e do Senado, o mais rapidamente possível, essa medida provisória.

Estamos em final de ano praticamente, depois desse período eleitoral, e, se demorar demais aqui na nossa Comissão, vamos prejudicar o amplo debate que pode haver de emendas que serão destacadas pelo Plenário da Câmara e do Senado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Congressistas, quero começar registrando que o procedimento que estamos adotando nesta medida provisória é o mesmo procedimento que fizemos na 650. Ali apareceram votos em separado, destaques, e tivemos um procedimento acordado de que essas matérias não seriam votadas naquela medida provisória, mas se assegurava o direito regimental de discutir e de apresentar nos plenários da Câmara e do Senado. Portanto, quanto a isso, é o mesmo procedimento.

Segundo item para o qual quero chamar a atenção: é que o parecer do nobre Relator é idêntico ao parecer do Relator da 650. Nós assumimos o compromisso de que, depois de realizar audiência com todas as

entidades representativas da Polícia Federal, de agentes, papiloscopistas, delegados, não iríamos acolher nenhuma emenda; de que estariamos trabalhando para viabilizar a continuidade dos grupos de trabalho; e, ainda, aquilo que fosse sendo acordado iríamos transformando em iniciativa legislativa.

No caso concreto da Polícia Civil de Brasília, já naquela audiência, ficou claro que eles têm o mesmo direito, e que teríamos e teremos um procedimento legislativo correspondente.

No âmbito do Ministério do Planejamento, isso já foi concluído, a mensagem está na Casa Civil. E por que ela não foi editada ainda? Porque nós estávamos aguardando o resultado das eleições de Brasília, porque essa é uma matéria diretamente vinculada ao governador, e temos a obrigação de ouvi-lo antes de abrir o debate fora do Poder Executivo. Como legitimamente Brasília optou por uma candidatura que não é o governador atual – vai ser a partir do dia 1º de janeiro – achamos prudente aguardar o governo de transição e, com o novo governo, discutir o conteúdo. E é bom lembrar que o novo governo é Senador da República, conhece a matéria. Não tenho dúvida de que virá da forma que já foi acordada, até porque aqui, em Brasília, os três Senadores e os Deputados Federais acompanharam a construção daquele texto. Mas o Poder Executivo, num ato de prudência e de respeito à população de Brasília e ao novo Executivo, achou por bem tratar dessa matéria no governo de transição e ainda vir, se possível, nesta legislatura. Mas queremos ouvir o governo de transição em respeito à população de Brasília e à opção que teve, que é legítima.

Por último, registro que o nobre Relator teve o cuidado de fazer uma sustentação jurídica, a partir de decisões do Poder Judiciário, sobre cada emenda.

Por isso, Sr. Presidente, encaminho no sentido de que a gente tenha o mesmo procedimento adotado na 650, garantindo o direito regimental – a Senadora Ana Amélia lá esteve, o Deputado Francischini e todos nós aqui – e ali façamos esse debate.

Agradeço ao Deputado do nosso Pernambuco, o nosso Patriota, pelo acordo que aqui ele faz para viabilizar. Em face disso, Sr. Presidente, como há um acordo de procedimento por todos os membros da Comissão, independentemente de ser base ou oposição, até porque essa é uma matéria de Estado e não de Governo, poderíamos votar hoje.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Apoio Governo/PT - PE) –

Srs. Senadores, Sras Senadoras, Srs. Deputados, Sras Deputadas, não havendo mais quem queira discutir, não tendo havido manifestações no sentido de solicitação de vista dessa matéria, na condição de Presidente, abro mão de conceder a vista coletiva, e passamos à votação da matéria.

O SR. JOÃO CAMPOS (PSDB - GO) – Sr. Presidente, eu gostaria de me manifestar.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Desculpe-me, Sr. Relator. Desculpe-me, desculpe-me.

O SR. JOÃO CAMPOS (PSDB - GO) – Sr. Presidente, caros Parlamentares, inicialmente, reporto-me ao Deputado Jesus em relação a MP 64. Eu entendi que ela não tem pertinência temática específica, na medida em que ela introduz todas as outras carreiras, e essa medida provisória trata exclusivamente da carreira de delegado e do provimento do cargo de direção geral. Nesse sentido, especificamente, acho que não há pertinência temática, mas eu respeito a argumentação de V. Ex^a.

Eu queria apenas fazer uma observação, que é a seguinte: na MP 650, eu também fui autor de emendas, inclusive de uma emenda que é quase o texto que está proposto nessa medida provisória. A medida provisória avançou um pouco mais, mas é quase a cópia da minha emenda. Mas, em razão de um entendimento na Casa de que era preciso avançar e do fato de que naquele texto da 650 já havia avanço em relação a outras categorias, as emendas todas foram rejeitadas. Até a minha foi rejeitada. Mas, enfim, em um ambiente de entendimento dentro das duas Casas, a medida foi aprovada.

Aqui há emendas, muitas emendas apresentadas, 68, e há emendas que têm minha simpatia, a exemplo da Emenda 26, do Senador Agripino, para não citar outras aqui que entendo que fortalecem a instituição Polícia Federal. O seu delegado escolhido para ser diretor, para dirigir a Polícia, passar pela sabatina do Senado me parece de muita pertinência. Mas, em razão do entendimento lá ocorrido para que também consigamos avançar mais um pouco, apresentei aqui uma argumentação em relação a não absorver essa emenda, para a gente poder andar, avançar naquilo em que já há uma compreensão. Tenho informações de que, de fato, se fosse para avançarmos em relação a todas as carreiras ao mesmo tempo, iríamos demandar muito tempo.

Então, parece-me, com todo respeito às posições colocadas aqui, que o Governo adotou o seguinte critério: naquilo em que há já um entendimento, consagra aquela parte e continua dialogando em relação às outras partes.

Eu fiz menção aqui, por exemplo, é um projeto de lei, um anteprojeto que está acho que na Casa Civil – o Senador Pimentel fez referência –, que versa sobre a Polícia Civil no DF. Poderia estar aqui, mas, como isso não foi fechado, virá um projeto na sequência.

Em relação às Polícias Civis dos Estados, já está na Câmara o projeto de lei geral das Polícias Civis dos Estados, faltando um entendimento para fazer andar. Veio e, depois, acho que o entendimento foi desconstruído. É necessário construir um novo entendimento e fazer andar. Mas há um esforço, acho que inclusive nosso, Senado e Câmara, para que essas matérias cheguem a bom termo e a gente possa levá-las à votação, com essas conquistas, esses avanços – conquistas de categorias e avanços das instituições consagradas na legislação.

Eu tenho muito boa vontade em relação a isso, tenho procurado dialogar em relação a isso, mas, repito: até a minha emenda na Medida Provisória 650 foi rejeitada em função de um entendimento que se estabeleceu na Casa. E esse comportamento foi o que adotei agora. Mas, repito: há emendas aqui que enriqueceriam, não tenham dúvida.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Não mais havendo quem queira discutir...

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PSB - PE) – Presidente, sei que não estamos mais na discussão, inclusive me desculpe por falar depois do Relator. Apenas, se puder constar, depois da aprovação, esse entendimento com o “blocão” do PMDB, PR, PRC, PP, Solidariedade e PTB, para que isso possa facilitar o nosso destaque em Plenário.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Bem, fica...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Já está acordado, Sr. Presidente. É desnecessário constar...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Ficará constado. Constará das notas taquigráficas esse entendimento.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Das notas taquigráficas, e não no projeto.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Não mais havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Em votação o relatório apresentado pelo Deputado João Campos.

Os Srs. e as Sr^{as} Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado por unanimidade.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão.

Pergunto aos Srs. Parlamentares se há alguém que queira registrar voto diferente do que foi aprovado pela Comissão. (Pausa.)

Antes de encerrarmos a reunião, proponho a aprovação da ata da presente reunião.

Os Srs. e as Sr^{as} Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

A ata será encaminhada à publicação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Manifestação da plateia.)

(Iniciada às 09 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 38 minutos.)

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

ATA DA 13^a REUNIÃO

Ata Circunstaciada da 13^a Reunião, da **Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 – CN**, realizada em 8 de outubro de 2014, às 10 horas e 50 minutos, no Plenário 2 – Ala Senador Nilo Coelho do Senado Federal, sob a presidência do Senador **Gim** com a presença dos Senadores **Vanessa Grazziotin, Humberto Costa, Antônio Aureliano, Antonio Carlos Rodrigues;** e dos Deputados **Marco Maia, Sandro Mabel, Lúcio Vieira Lima, José Carlos Araújo, Carlos Sampaio, Rodrigo Maia, Júlio Delgado, Fernando Francischini, Rubens Bueno, Arnaldo Faria de Sá, Ronaldo Fonseca, Afonso Florence, Iriny Lopes, João Magalhães, Eduardo Cunha, Jaime Martins, Izalci, Onyx Lorenzoni, João Carlos Bacelar, Eurico Júnior e Marcos Rogério.** Presentes os parlamentares não-membros Senador Fleury, Deputados Domingos Dutra, Domingos Sávio, Medonça Filho, Onofre Santo Agostini. Ausentes os Senadores **João Alberto Souza, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão, Ciro Nogueira, José Pimentel, Acir Gurgaz, Aníbal Diniz, Mário Couto, Jayme Campos, e Ataídes Oliveira;** e os Deputados **Sibá Machado, Hugo Napoleão,**

Aguinaldo Ribeiro, Bernardo Santana de Vasconcellos e Enio Bacci. Na ocasião, foi ouvida a senhora **Meire Bonfim da Silva Poza**, ex-contadora de Alberto Youssef. Após aprovação, a presente ata será publicada juntamente com a íntegra de seu apanhamento taquigráfico.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Invocando a proteção divina, damos por aberta mais uma reunião.

Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 2, de 2014.

Na condição de Vice-Presidente, tendo em vista que o Presidente, nosso nobre Presidente, Senador Vital do Rêgo, está com dificuldade no embarque da Paraíba para cá, vou tocando a reunião, esperando que ele chegue.

Conforme convocação, a presente reunião destina-se à oitiva da Srª Meire Poza. A depoente fará sua exposição e, em seguida, será interpelada pelos Parlamentares, dentro do assunto tratado, dispondo, cada um, de cinco minutos, assegurado igual prazo para a resposta da depoente, ou de dez minutos, intercalando perguntas e respostas.

A palavra aos Srs. Parlamentares será concedida na ordem de inscrição, com preferência para o Relator, nobre Deputado Marco Maia, o Presidente e os autores dos requerimentos, a saber: Requerimento nº 684, do nobre Deputado Izalci Lucas; Requerimento nº 685, do nobre Deputado Rubens Bueno; Requerimento nº 686, da nobre Senadora Vanessa Grazziotin; Requerimento nº 696, do nobre Senador Humberto Costa; Requerimento nº 702, do nobre Deputado Marco Maia, que já tem a preferência, como Relator; Requerimento nº 707, do nobre Deputado Sandro Mabel; Requerimento nº 720, do nobre Deputado Fernando Francischini; Requerimento nº 724, do nobre Deputado Onyx Lorenzoni. A seguir, falarão os membros titulares e suplentes e os não membros devidamente inscritos.

A fim de concentrarmos nosso tempo na atividade prevista para esta reunião, a Presidência reitera que somente poderão ser formuladas questões de ordem ou reclamações relacionadas com a matéria em pauta, conforme dispõe o art. 404 do Regimento Interno do Senado Federal, bem como o art. 96 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Ainda sobre o uso da palavra, esta Presidência esclarece que, nos termos do inciso VIII do art. 14 do Regimento Interno do Senado, poderão falar, para explicação pessoal, em cada reunião, apenas dois integrantes da Comissão. Ao Líder é lícito usar da palavra uma única vez, em qualquer fase da reunião, pelo prazo máximo de cinco minutos, para comunicação urgente (art. 600 do Regimento Interno).

Todos estão preparados. Então, peço à Secretaria que conduza a convocada, Srª Meire Poza, por favor. (Pausa.)

O SR. LUCIO VIEIRA LIMA (PMDB - BA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Por favor, Deputado Geddel Vieira.

O SR. LUCIO VIEIRA LIMA (PMDB - BA) – Lúcio Vieira.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Lúcio Vieira Lima.

O SR. LUCIO VIEIRA LIMA (PMDB - BA) – E me honra muito ser chamado de Geddel Vieira. Tomo como homenagem do Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Muito obrigado.

O SR. LUCIO VIEIRA LIMA (PMDB - BA) – Eu queria deixar aqui a sugestão de que nós transformássemos esta sessão numa sessão secreta, para permitir que, desta forma, a Srª Meire Poza possa se sentir mais à vontade para falar, uma vez que ela até já disse que foi ameaçada, inclusive, a sua própria vida. Desta forma, eu acho que é uma maneira de preservarmos a Srª Meire e de que a CPI possa efetivamente colher mais informações, facilitar que nós possamos colher maiores informações sobre o caso. Até porque, de público, ela já esteve no Conselho de Ética, já depôs na Polícia Federal. Então, seria uma forma diferente de tentarmos, através das nossas arguições, colher algum fato novo, e que possa efetivamente esta CPMI começar a demonstrar algum serviço, alguma ajuda na investigação.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Pela ordem, Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Sr. Presidente, nós fizemos convite à Srª Meire Poza, e não foi de agora: foi no dia 13 de agosto, na reunião do Conselho de Ética da Câmara. Lá nós fizemos a ela a pergunta se ela concordaria em vir à CPI da Petrobras para aqui compartilhar conosco informações, e mais informações que pudesse ajudar a investigar, a aprofundar as investigações, para que tivéssemos, efetivamente, um momento importante para o País. E eu elogiei a presença dela, elogiei a declaração dela, porque ela está prestando um serviço para o Brasil!

Nós temos que investigar essa quadrilha que se apossou da Petrobras e saber como é que nós vamos agir para isso acabar definitivamente, não só com o Ministério Público, não só com a Justiça condenando, não só com a AGU buscando ressarcir os danos causados, mas também saber com qual legislação o Parlamento brasileiro pode, a partir desses depoimentos, coibir, de forma definitiva, quadrilha de se instalar em estatais brasileiras, delas se apossar e de lá desviar dinheiro para partidos e políticos.

Como eu disse àquela ocasião, eu quero dizer a V. Ex^a e também à convidada, agradecendo por sua presença, que nós queremos a sessão aberta. A sessão aberta! Se ela porventura entender que isso pode trazer – e aí eu vou no que disse o Deputado Lúcio Vieira: se ela entender, é evidente que nós temos que ter... Agora, se não, ela está convidada a aqui falar e a dizer quem é, quanto foi, para onde foi e quais são essas pessoas. É importante para o País desvendar isso!

Então, Sr. Presidente, quero dizer que nós não concordamos. Queremos sessão aberta, em homenagem a uma brasileira que está prestando agora esclarecimentos graves sobre essa quadrilha que tomou conta da Petrobras.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Obrigado.

Deputado Carlos Sampaio. Logo em seguida, Deputado Júlio Delgado e, em seguida, pela ordem de pedidos.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Sr. Presidente, a palavra de ordem dentro de uma comissão de investigação, evidentemente, é apurarmos a verdade. Como regra, essa verdade tem que vir de forma transparente e de forma pública. Essa é a regra. Se, por um acaso, a convidada de fato disser que se sentiria mais à vontade numa reunião sigilosa, o PSDB concorda que seja sigilosa, em deferência à convidada. Mas ela tem que dizer se prefere ou não. Em não preferindo, é evidente que a publicidade e a transparência seriam muito melhor para a nossa investigação.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB - MG) – Sr. Presidente, rapidamente...

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Pois não, Deputado.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB - MG) – Eu quero aqui corroborar as palavras do Deputado Rubens Bueno. Naquele dia 13 de agosto – eu costumo dizer, antes, durante e na hora em que eu tive a trágica notícia do falecimento do nosso companheiro Eduardo Campos –, eu estava fazendo inquirição à Meire, e ela se dispôs naquele dia, dizendo o seguinte: que ela estava, naquele dia, convocada para um fato determinado e iria falar a respeito desse fato. Indagada pelo Líder Rubens se ela estaria disposta a vir aqui nesta CPMI para contribuir com o Brasil, a tempo disse que, se convocada, viria com o maior prazer.

Eu quero aqui, mais uma vez, delegar essa vontade... Eu quero dizer claramente à Meire que o nosso desejo é que seja aberta, para que a sociedade saiba da sua disposição, da mesma forma que fez; mas, se puder contribuir mais, quero deixá-la muito à vontade, porque, ao conhecê-la naquele dia e ver sua disposição, acho que não há nenhum óbice da sua parte para que esta sessão seja aberta. Esta é a nossa disposição, e eu quero aqui confirmar os desejos, os pedidos do Deputado Carlos Sampaio e do Líder Rubens Bueno.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sr. Presidente, na condição de Líder do PT no Senado, quero manifestar aqui meu posicionamento em favor de que a sessão seja feita de maneira aberta – aliás, como nós defendemos em relação à vinda do ex-Diretor da Petrobras Paulo Roberto. Então, esse é o nosso posicionamento. Se for diferente o entendimento aqui da Comissão ou da depoente, tudo bem. Mas, em princípio, nossa posição é essa.

A segunda questão. Eu pergunto com relação à depoente: ela vem hoje na condição de testemunha, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Sim.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – O.k.

O SR. LUCIO VIEIRA LIMA (PMDB - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Só um minutinho. Nós temos uma ordem de inscrição aqui, e o próximo que pediu foi o Deputado Marcos Rogério; em seguida, o Deputado Arnaldo; depois, o Líder Mendonça.

Por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – Sr. Presidente, apenas quero colaborar com o que já foi manifestado aqui no sentido de que a sessão seja uma sessão pública. Os fatos que estão sendo apurados aqui são fatos de interesse público, e o seu esclarecimento nos leva a todos a ter o interesse de que a sociedade tome conhecimento desses fatos, não pelo que vamos dizer depois, mas pelo que a própria sociedade vai ver e ouvir ao longo dos debates desta Comissão. Ademais, Sr. Presidente, o art. 37 da Constituição Federal, ao estabelecer os princípios norteadores da administração, também elencou entre os tais o princípio da publicidade.

Portanto, penso que, ressalvando, como já foi dito aqui, exceto se a testemunha solicitar à Comissão que a sessão seja secreta para a preservação da testemunha ou de eventuais situações que ela queira revelar

à Comissão, afora isso, recomendam a prudência, o bom senso e o interesse público que a sessão seja aberta. E, em atendimento ao que diz o art. 37 da Constituição Federal, o princípio da publicidade deve ser também respeitado no âmbito desta Comissão.

Portanto, a nossa sugestão é a de que se mantenha a sessão aberta, pública.

O SR. LUCIO VIEIRA LIMA (PMDB - BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Com a palavra, o Deputado Arnaldo Faria, por favor.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB - SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Antes, vamos saber o que propõe o nobre Deputado Lucio Vieira.

O SR. LUCIO VIEIRA LIMA (PMDB - BA) – Diante do que está colocado, sugiro, para que não percamos tempo com o debate, que perguntam à Srª Meire Poza se ela quer a sessão secreta ou não. Segui o mesmo princípio observado na questão do Sr. Paulo Roberto. Na época, defendi a sessão aberta porque ele colocou que não falaria nada na sessão secreta, que teria o mesmo comportamento se a sessão fosse fechada.

Aqueles que, hoje, estão contraditando minha colocação foram os que, mesmo diante dos artigos constitucionais que dizem que a reunião deve ser aberta e transparente, votaram para que fosse o depoimento do Sr. Paulo Roberto secreto.

Então, seguindo o mesmo critério, sugiro que V. Exª pergunte à Srª Meire Poza se ela gostaria de uma sessão secreta, se isso facilitaria que ela colocasse mais informações para esta Comissão ou não. Caso não, está encerrada a questão, e iniciamos a fase de arguição.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – Sr. Presidente, apenas quero registrar que eu não participei dessa sessão secreta, não validei esse ato.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Sr. Presidente, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Com a máxima vénia que todos merecem, eu gostaria de colocar uma posição para vocês. Tenho duas questões aqui. Quem tinha feito a proposição foi o nobre Deputado Lucio Vieira, que, agora, pede que eu consulte a testemunha, o que não é o caso, pois ela não tem o poder de decidir se a sessão deve ser secreta ou não.

Mais do que isso – peço um minutinho –, para encerrar essa discussão agora, não temos quórum suficiente para deliberar. Teríamos de contar com 17 assinaturas. Como não há 17 assinaturas para deliberarmos se é secreta ou aberta, a sessão é aberta.

Vamos começar os trabalhos, então, se o nobre Deputado Arnaldo Faria de Sá assim concordar, pois é o próximo a fazer uso da palavra.

V. Exª está com a palavra.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB - SP) – Era a decisão que eu queria. Vamos trabalhar na sessão aberta.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Obrigado.

Todos concordam?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – Concordamos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Concedo a palavra...

Primeiro, agradeço à Srª Meire Poza. Agradeço ao advogado, Dr. Eri Varella. Muito obrigado.

A partir deste momento, então, com muita tranquilidade, concedo a palavra a V. Sª, para que a senhora possa fazer as explicações necessárias.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Abra o jogo, Srª Meire!

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB - SP) – Sr. Presidente, apenas trato de uma questão regimental. V. Exª disse que não há quórum. Mas, realmente, há quórum aqui. Acho que a informação não procede.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Desculpe-me, nobre Deputado Arnaldo. Não há quórum para deliberar se seria sessão aberta ou secreta.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB - SP) – Há quórum, sim, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Não, não! Precisamos de 17...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB - SP) – Há 17 aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Desculpa! A Mesa me informa que não há quórum, Deputado. Deve ser suplência.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB - SP) – Então, está errada essa informação. Eu queria corrigir V. Exª. Se contarmos, veremos que há mais de 17, sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Nobre Deputado Arnaldo Faria de Sá, vou novamente consultar, então, a Mesa.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB - SP) – Pode consultar.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Nós temos quórum para deliberar ou não? (*Pausa.*)

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB - SP) – Há quórum, sim, senhor!

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Não há quórum! Desculpa, mas eu estou...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB - SP) – Como não há quórum?

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Desculpa, Deputado, mas deve estar aqui suplente de uma mesma Bancada.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Há duplicidade.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Há duplicidade. A Mesa é que me informa. E a Mesa também me informa que há não membros da Comissão aqui presentes que estão interessados nessa matéria. Por isso, a quantidade de Parlamentares...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Vamos ao depoimento, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Só temos de explicar cada item, porque temos de ter muita tranquilidade. Uma brasileira está aqui e está realmente querendo depor.

Então, por favor, a senhora, na condição de testemunha, fique à vontade, Srª Meire Poza.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Abra o jogo, Srª Meire!

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Bom dia.

Bom, eu até comentei isto: todos os meus depoimentos foram tornados públicos. Se não todos, a maioria. Então, em relação ao que eu disse, aos depoimentos que prestei à Polícia Federal, eu não tenho nenhuma restrição em falar. Talvez eu não tenha as informações que vocês esperam que eu tenha, informações precisas sobre operações da Petrobras. Eu não participei disso.

Eu trabalhava com o Alberto Youssef, vi e participei, não diretamente, claro, mas vi algumas operações que foram feitas no escritório dele. Sobre isso, não tenho problema nenhum em falar. Agora, eu não tenho informações diretas da Petrobras.

Então, se vocês quiserem começar, sem problemas.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – A testemunha está aberta a perguntas.

Primeiro, o Relator, nobre Deputado Marco Maia.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Muito bem.

Bom dia.

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Bom dia.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Srª Meire Poza, contadora de empresas do doleiro Alberto Youssef, seja bem-vinda a esta Comissão.

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Muito obrigada.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Todos nós temos a convicção de que V. Sª poderá contribuir muito para as investigações que estão sendo realizadas por esta CPMI, principalmente na confrontação de dados, de informações que esta CPMI tem recebido, seja do Judiciário do Paraná, seja da Polícia Federal, seja do Ministério Público, da Controladoria-Geral da União, do próprio Tribunal de Contas da União e das investigações que estão sendo realizadas acerca do envolvimento do Sr. Alberto Youssef com o Sr. Paulo Roberto Costa e, em consequência, com outros agentes políticos e econômicos do nosso País.

Nós ainda não recebemos, Srª Meire Poza, as informações que V. Sª prestou à Polícia Federal. Portanto, embora já tenham sido requeridas por esta Comissão, elas ainda não chegaram a esta Comissão. Portanto, as informações que V. Sª vier a prestar aqui, por óbvio, ainda serão, também, confrontadas e analisadas à luz do depoimento que V. Sª deu à Polícia Federal.

Mas nós recebemos as informações que V. Sª prestou ao Judiciário do Paraná, ao Juiz Sérgio Moro, e a impressão que nos deu, fazendo a leitura dessas informações, é de que, ali, as perguntas que lhe foram formuladas já o foram a partir de informações anteriores que haviam sido dadas ao depoimento que V. Sª prestou à Polícia Federal.

Então, nós vamos fazer aqui um conjunto de informações. Como nós não temos as informações que foram prestadas à Polícia Federal, porque elas não chegaram até este momento a esta CPMI, nós vamos fazer algumas perguntas que vão, em alguma medida, de encontro a essa tentativa de obter as informações que V. Sª prestou também à Polícia Federal.

Então, iniciando aqui os nossos questionamentos, a senhora poderia informar qual o nome da sua empresa de contabilidade, se a senhora é a única proprietária dessa empresa ou tem outros sócios e quem são esses sócios que a senhora porventura tenha na sua empresa de contabilidade?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, eu não tenho. Sou eu a proprietária. Minha empresa se chama Arbor Consultoria e Assessoria Contábil.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Não há outros sócios, então. A senhora é a única sócia?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sou.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – A sua empresa de contabilidade prestou serviços para o Alberto Youssef. Durante qual período a sua empresa trabalhou para o Youssef e qual a função que o seu escritório desempenhava para o doleiro?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim. Na verdade, meu escritório prestou serviços para algumas empresas dele, não diretamente a ele: para a GFD, para a Graça Aranha, a Malga Engenharia e alguns outros trabalhos pontuais para as empresas do Grupo Marsans.

Eu comecei a prestar serviços para ele em junho, mais ou menos em junho de 2011, sendo que eu fiz um trabalho retroativo a 2010, que foi quando se iniciaram as atividades da empresa, e trabalhei para eles até ser deflagrada a Operação Lava-Jato.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – O.k.. E qual o valor mensal que era cobrado pela Arbor pelo serviço prestado à GFD?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Quinze mil reais, para atender a todas as empresas.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Quinze mil reais.

Existia algum outro pagamento por fora, alguma coisa?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Era esse o valor?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Era esse o valor contratado.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – E, a partir disso, prestava todos os serviços às empresas do Youssef?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Exceto se ele solicitasse algum serviço específico, embora alguns dos serviços específicos não tenham sido cobrados.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Certo.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Porque às vezes eles pediam alguma alteração de um contrato de uma outra empresa. Como era um serviço pequeno...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – E o contrato era só com a GFD?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Com a GFD e com a Graça Aranha.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Com a Graça Aranha.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Isso. E posteriormente com a Malga.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Mas prestava serviço para outras empresas a partir desse contrato.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – A GFD é uma *holding*. Ela tem debaixo dela algumas outras empresas, e a Graça Aranha, que estava debaixo da GFD, também é uma *holding*, em que há todas as empresas do grupo Marsans. Então, eu prestava serviço para as *holdings*. Eventualmente, alguma subsidiária necessitava de algum trabalho pontual, e nós executávamos.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Certo.

E como e quando a senhora conheceu o doleiro Youssef? Alguém lhe indicou para ele?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Eu entrei em contato com a GFD, o meu primeiro contato lá foi em 2010, quando o Enivaldo Quadrado foi trabalhar lá. Eu conheci o Enivaldo Quadrado. Eu trabalhava em corretora de valores. Ele era dono da Bônus-Banval. Então, eu o conheci em 2009, em um trabalho que realizei para ele, pessoa física. Posteriormente, ele se mudou para São Paulo. Ele morava em Assis, se mudou para São Paulo e foi trabalhar na GFD. Então, ficou muito perto do meu escritório, e como eu ainda tinha alguns trabalhos pendentes com ele, eu conversava com ele já na GFD. Aí conheci o Sr. João Procópio, e foi o Sr. João quem quis me contratar. Eles estavam com alguns problemas em relação a serviços de contabilidade, e foi o Sr. João Procópio quem me pediu uma proposta de serviço.

Em relação ao Alberto Youssef, eu só o conheci em setembro de 2012. Então, eu não o conhecia durante esse período todo. A informação que eu tive na época foi a de que a GFD pertencia a um grupo estrangeiro. O representante era o Carlos Alberto Costa, e eu vim a conhecer o Sr. Alberto em setembro de 2012.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – O.k. E a senhora era responsável pela contabilidade das empresas. A senhora fazia toda a contabilidade...

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – No início, só da GFD.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Só da GFD.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Isso. Depois que passei a ser contratada para outras empresas.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – A senhora reconhece o fato de ter recebido algo em torno de R\$1,182 milhão de pagamento da GFD ou das empresas?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – A minha empresa ter recebido R\$1,182 milhão? Não, senhor.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Não? O.k. A senhora não reconhece isso?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não. Que eu tenha recebido a título de honorários, não. Não, senhor.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Não. O.k.

A senhora poderia nos dizer aqui quais as empresas que o Sr. Youssef possui? E entre essas empresas, quais delas prestavam serviços efetivamente?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Para quais eu prestava serviços?

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Não. Quais as empresas que prestavam trabalho efetivamente.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Ah, sim. Perfeito.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Porque a informação que nós temos é que várias empresas do Sr. Youssef não prestavam serviço algum.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim. Perfeito.

Ele tinha a GFD, que era a *holding*. Debaixo da GFD havia os hotéis: o Hotel Aparecida, o Hotel Porto Seguro, o Hotel Salvador. Ele tinha a Web Hotéis, que é uma administradora de hotéis que, de fato, administrava esses hotéis, exercia essa atividade de administração dos hotéis.

Deputado, eu vou falar, talvez, um pouco fora de ordem.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Não tem problema.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Porque algumas empresas foram incorporadas mais recentemente.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Certo.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – É o caso da Malga Engenharia, que é uma empresa mais recente, entrou para o grupo há menos tempo. Ele tinha também a empresa Graça Aranha, que é a *holding* do grupo Marsans.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Certo.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Então, todas as empresas do grupo Marsans, que eram, se não me falha a memória, sete ou oito, estavam dentro da Graça Aranha. E ele tinha outros investimentos: ele tinha um terreno no Rio de Janeiro, um apartamento na Vila Nova Conceição, mas, como empresas mesmo, ele tinha essas.

Dessas empresas, a Marsans tinha um trabalho efetivo. Trabalhava, era uma operadora de turismo, nunca teve, assim, nenhum... Tinha problemas de caixa, mas exercia, sim, as atividades de operadora de turismo. Além disso, ele tinha a Web Hotéis, que também exercia atividades.

A Malga Engenharia, como ela entrou há pouco tempo, eu não sei, realmente, lhe dizer, porque eu tive muito pouco contato com a Malga, mas, aparentemente...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Agora, o restante não tinha nenhum tipo de atividade?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – É, outras empresas que até foram, nesse processo, atribuídas a ele, que foi o caso da MO, Empreiteira Rigidez e da RCI, essas empresas não faziam parte do grupo. Eu conheço essas empresas como sendo de propriedade do Sr. Waldomiro de Oliveira. Então, nunca foram de propriedade dele.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Waldomiro de Oliveira? Nunca foram propriedade do Youssef?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, não.

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Ah, então, a Labogen foi um investimento mais recente, que estava sendo passado para o nome da GFD também. A GFD ia ser proprietária, mas não chegou a ser. Então, o que eu estou dizendo para os senhores é aquilo de que eu tenho conhecimento de fato.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Certo. A GFD não tinha nenhuma atividade?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, a GFD não tinha nenhuma atividade. Ela, realmente, só... A receita da GFD eram essas receitas dos investimentos. Então, por exemplo, os hotéis...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Pois é. Qual era a fonte de recursos dessas empresas? Porque, se a senhora fazia a contabilidade delas, o dinheiro tinha que entrar...

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim. A GFD...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – ... de algum lugar e sair para algum lugar, o dinheiro.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim. A GFD, as atividades, as receitas efetivas dela eram: as receitas dos hotéis, dividendos, a taxa de administração que a Web Hotéis recebia e repassava a parte da GFD, alguns aluguéis que ela recebia – então, aluguel do terreno no Rio de Janeiro –, e as outras receitas que a GFD recebia eram por conta de emissões que eles faziam, emissões de notas, que foram feitas ao longo desse período para algumas empreiteiras e para a Sanko.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Certo. E essas empresas do Youssef tinham contratos diretos com instituições públicas ou empresas que tinham participação de recursos públicos?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Que eu... Bom, ela tinha contratos com algumas empreiteiras. Direto com empresas públicas, que eu me lembre, não.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Nenhuma?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não que eu me recorde agora. Não tenho conhecimento.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Quais seriam esses contratantes?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Dessas notas que foram emitidas, foram a Mendes Júnior, a Sanko Sider, a Engevix, Paranasa e... Deputado, sinceramente, pode estar passando alguma, mas, principalmente, foram essas.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Certo. E a senhora tem informação se esses recursos que eram contratados por essas empresas, as empresas do Sr. Youssef, eram de licitações públicas, ou tinham a ver com negócios para prestar serviços em obras públicas?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, não tenho conhecimento. O que era feito, os contratos eram feitos entre a GFD e essas empresas. Então, os contratos tinham, lá, o objeto, previam...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Eles tinham vínculo com alguma obra pública, esses contratos?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Diretamente, que eu me recorde, não.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Para prestar a terceirizados, para prestar algum serviço de alguma licitação, de alguma obra pública?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Que eu me recorde... O que existia, Deputado: em alguns contratos eles citavam obras em plataformas de petróleo, mas não existia, nesses contratos, nenhuma referência a alguma obra específica.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Certo. Que tipos de despesas eram registradas na contabilidade das empresas do Youssef? Que pagamentos eram realizados?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – As despesas de empresa normais: folhas de pagamento, aluguel, condomínio, telefone...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Mesmo nessas que não tinham atividade nenhuma?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, não. Na GFD, na GFD. A GFD tinha uma receita. Então, só separando para o senhor, a GFD tinha esses dois tipos de receita: uma receita foram essas receitas que vieram de notas emitidas a essas construtoras, a essas empresas que eu citei. Normalmente, esses valores, como eram valores maiores, no início, eles foram utilizados para investimentos. Então, ele recebeu e adquiriu alguns... Por exemplo... Veja, eu estou lhe dando como exemplo, não estou afirmado que tenha sido isso, porque eu não me lembro, mas, por exemplo, ele recebia 3 milhões de determinada empreiteira e, aí, ele usava aquele dinheiro para adquirir um terreno no Rio de Janeiro.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Certo.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Então, esse dinheiro maior tinha uma utilização.

Boa parte também do dinheiro que ele recebeu foi utilizada na Marsans. A Marsans era uma empresa que demandava muito capital de giro. Então, muitas vezes, ele entrava em pânico, porque a Marsans estava precisando de dinheiro para não deixar passageiro no chão.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Qual era o objeto dessa Marsans? O que ela...?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – A Marsans era uma operadora de turismo.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Operadora de turismo.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Eles tinham 37 lojas no Brasil.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Certo.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Então, ela demandava muito capital, porque a grande preocupação era deixar passageiros no chão.

O que acontecia? Ele pegava... Muitas vezes, entrava um dinheiro que ia direto para a Marsans.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Certo.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – E o restante, essas...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – E como é que se dava essa lavagem de dinheiro que dizem que existia nessas empresas? A senhora auxiliava nessa...?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, Excelência. Entrava o dinheiro... Por exemplo, o dinheiro das empreiteiras...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – O que a senhora está dizendo é que o dinheiro entrava e ele repassava para outras empresas para fazer os pagamentos...

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Empresas do grupo dele.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – ... do grupo, então.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Isso.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Mas ouvimos muito falar que havia um esquema de lavagem de dinheiro, que esse dinheiro era utilizado para ser lavado, ia para o exterior, voltava de outra forma...

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim, isso já seriam operações da Labogen. Essas operações do dinheiro que ia para o exterior eram operações da Labogen. Operações...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – E qual era a empresa de... Dizem que ele era um doleiro. Entende-se que um doleiro é alguém que compra dólar, vende dólar, faz operação de compra e venda, enfim. Qual era a empresa dele de compra e venda de dólar?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Então, ele fazia essas operações junto da MO, mas a MO não era uma empresa dele.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Do Youssef.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – A MO... Ele utilizava notas da MO – aí, sim, me parece que diretamente com a Petrobras ou com o consórcio...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Mas ele não tinha uma corretora de...? Ele não tinha uma empresa de câmbio?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não. Não.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – A MO é uma empresa de câmbio?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não. A MO é uma consultoria.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Uma consultoria.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – A MO é uma consultoria. Então...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Então, ele era um doleiro sem uma empresa de câmbio.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Na verdade, Excelência, o que eu entendo é que essa denominação foi dada a ele no sentido de movimentações que hoje seriam movimentações diferentes, entrega de dinheiro fora do País... Veja, desculpe-me, esse é o meu entendimento...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Certo.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Talvez elucidando essa questão de ser chamado de doleiro.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Certo.

Mas, então, como é que funcionava essa coisa da lavagem do dinheiro? Como a senhora tratava isso?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – O que eu tenho conhecimento... Não, nunca houve esse tipo de movimentação oficialmente...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Era a senhora que mandava esses recursos para fora?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, não.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Não?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, nunca houve esse tipo de movimentação dentro da empresa.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Quem é que fazia isso?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Ele mesmo. Até onde eu tenho conhecimento, quem fazia isso eram as pessoas ligadas diretamente a ele, o Sr. Rafael, o Sr. Adarico, que saíam com o dinheiro...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Como é o nome? Rafael?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Isso.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – E?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – E Adarico.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Adarico. A senhora tem o sobrenome deles?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim. Rafael Lopez e Adarico Negromonte.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Então, as movimentações financeiras das empresas do Youssef com instituições bancárias eram feitas diretamente por ele e não pela senhora? A senhora não tinha nenhuma atuação nessa operação?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, nessa movimentação, não.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – E quem mais desempenhava essa função eram esses dois cidadãos.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – É. Que levavam dinheiro, que andavam com dinheiro, sim.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – E, considerando a sua formação e a sua atuação profissional, a senhora poderia informar a esta CPMI como é que ocorriam essas remessas de recursos das empresas do Sr. Alberto Youssef para contas de instituições bancárias no exterior?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Fora do País?

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – É.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Excelência, eu nunca participei, porque a Labogen não era uma empresa de que eu fizesse a contabilidade. Era uma empresa independente.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Certo.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – O que eu tenho conhecimento por conversar com eles é que existiam contratos de importação e exportação e, através desses contratos, eles faziam remessas de dinheiro para o exterior. E sei de algumas contas que foram abertas no exterior.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Certo.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – E sabia que alguns deles, especialmente – o que eu soube – o Sr. Rafael, saíam com dinheiro do País.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Ele saía com dinheiro do País?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Isso, isso.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – A senhora sabe quais as agências bancárias em que eram feitas essas operações?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Veja só, Deputado, só separando isso. Algumas operações... Eu vou voltar um pouquinho à GFD. Essas operações da GFD... O dinheiro que entrava para a GFD era um dinheiro que ficava na GFD.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Certo.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Quando ele saía, ele saía para investimentos da GFD, ou seja, a única coisa que ocorria ali é que o serviço não era prestado.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Certo.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Eu não vou citar o nome, mas vou pegar uma operação com uma determinada empreiteira...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Mas pode citar o nome.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – É que vai parecer perseguição, e não é. Como foi a primeira nota, é a nota de que me recordo mais; foi a da Mendes Júnior. Então, ele fez o contrato com a Construtora Mendes Júnior, o dinheiro entrou, mas o serviço não foi prestado. Então, não houve a prestação efetiva de serviço, porém, o dinheiro que entrou ficou na GFD e foi utilizado ou para um investimento ou para pagamento de despesas ou para Marsans. Esse é um caso.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Certo.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Para essas operações ele utilizava... A GFD trabalhava com o HSBC, com o Banco Safra e com o Banco Sofisa. Então, eu vou dizer assim para o senhor, que essas operações, a operação em si era independente da prestação de serviços, que não foi feita, mas era uma operação legal do ponto de vista que existia uma emissão de nota, o pagamento por aquela emissão de nota e, posteriormente, o dinheiro era utilizado em situações reais. Então, essa seria uma situação.

A outra situação que o senhor está me perguntando, em relação à movimentação de dinheiro, essa movimentação de dinheiro do Alberto... Primeiro, eu não participava diretamente dessa operação, dessas operações de dinheiro.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – A GFD mandava recursos para a Labogen?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Se mandou, deve ter mandado uma vez em alguma operação oficial, alguma TED ou coisa assim. Mas não era comum, não acontecia, até porque a Labogen estava em processo de – vou dizer assim – aquisição. Ainda não existia essa aquisição oficialmente. Ou, se ela existiu, não chegou ao meu conhecimento, não tenho registrado.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – O que a senhora está nos dizendo aqui é que os recursos que chegavam até a GFD e que vinham desses contratos eram gastos na GFD...

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Na GFD.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – ...em outros investimentos que eram feitos pela empresa?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Ou em pagamento de despesas da GFD.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Da GFD. O.k.

A senhora sabe se as agências bancárias solicitavam os documentos comprobatórios das origens dos recursos?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não tenho conhecimento, Excelência. Não tenho conhecimento.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Porque a informação é de que, para você mandar qualquer recurso para fora, se for mandar um dólar, um real para fora, precisa comprovar a origem do recurso, de onde ele vem, qual é a sua origem.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Eu não tenho conhecimento porque nunca me foi solicitado. Eu não trabalhava na GFD. Eu tenho um escritório separado da GFD. Então, dessas operações administrativas, eu realmente não tenho conhecimento.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Certo.

Qual era exatamente a relação do Sr. Alberto Youssef com o Paulo Roberto Costa?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Do que eu tenho conhecimento, eles tinham... Veja só, isso, o meu conhecimento é em nível de GFD, de escritório. Eu vi o Sr. Paulo Roberto lá algumas poucas vezes, talvez duas vezes que eu tenha tido contato visual com ele, e soube de outras vezes em que ele estava lá em reunião com o Alberto, mas em sala fechada. O que eu tenho conhecimento da relação dos dois é que os dois tinham uma relação de amizade e faziam negócios.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Certo.

E a senhora sabe nos dizer se as empresas ligadas ao Sr. Alberto Youssef participavam de contratações com a Petrobras?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – O que eu sei, Excelência, é porque me foram passados documentos destas empresas MO, RCI e Empreiteira Rigidez. Então, quando eles me enviaram... Porque, se não me falha a memória, em 2012, me parece, a RCI Software teve um problema naquela CPI do Cachoeira. Existia alguma relação, um pagamento da Delta para a RCI Software. Então, naquele momento, o Sr. Waldomiro, que era o dono da RCI, recebeu um comunicado em relação a essa CPI, ele não tinha a contabilidade feita. Então, ele me procurou, por apresentação do Alberto, e levou os documentos todos dessas empresas para o meu escritório. E me pediu que fizesse a contabilidade dessas empresas, que fizesse cinco ou seis anos de contabilidade dessas empresas. Esse trabalho não foi feito porque não existia documento hábil...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Como é o nome da empresa? RCI...

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – RCI Software.

Certo. Isso.

Então, a contabilidade, esse trabalho que ele me pediu não foi feito porque não existia documentação hábil que suportasse os lançamentos de entrada e saída.

Esses documentos ficaram no meu escritório. Mesmo eu não tendo feito o serviço, eu pedi para que ele retirasse, pedi por várias vezes, ele nunca foi retirar.

Olhando esses documentos, eu sei que existiam lá alguns contratos que aí, sim, esses contratos especificavam algumas obras. Eu não me lembro exatamente quais as obras.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Onde é que estão esses documentos hoje?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Estão todos com a Polícia Federal, porque eles foram apreendidos; estavam lá no escritório e foram apreendidos. Mas existem alguns contratos dessas empresas.

Veja, eu falei da RCI para lhe explicar como foi que esses documentos chegaram ao meu conhecimento. Mas ele levou os documentos da RCI, da Empreiteira Rigidez e da MO Consultoria, que são as três empresas do Sr. Waldomiro de Oliveira.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Waldomiro...

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Exatamente.

Lá eu vi que existiam emissões de notas e contratos, e aí, sim, existia essa especificação de obra.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – O.k.

Em depoimento perante a Justiça Federal, a senhora disse que havia contrato de consultoria da GFD com a empresa Mendes Júnior para viabilizar a plataforma de petróleo; a senhora sabe informar qual a participação do Sr. Paulo Roberto Costa nessa relação?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não sei, Excelência. Eu não tinha esse contato, esse nível de contato com...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – E a senhora acha que havia desvios de recursos da Petrobras?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Excelência, eu prefiro não emitir a minha opinião. Aí seria a minha opinião pessoal.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – O Sr. Alberto Youssef transferiu dinheiro ou bens para algum funcionário da Petrobras?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não tenho conhecimento. O que eu tenho conhecimento...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – A senhora alguma vez fez algum...

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não. Não. O que eu tenho conhecimento foi de um carro que ele deu de presente para o Sr. Paulo Roberto.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Só o Paulo Roberto?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Que eu tenha conhecimento, sim.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Não há nenhum outro funcionário que tenha...

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Excelência, pode até ser que exista, mas eu não saberia associar o nome à pessoa. Existe uma lista de nomes; inclusive, se o senhor tiver acesso ao próprio Auto de Apreensão da Polícia Federal, existe lá uma relação de nomes, mas eu não conheço as pessoas.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Hum, hum.

V. S^a prestou serviços para a Costa Global?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Em nenhum momento?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não. Em nenhum momento.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – A senhora sabe se o Sr. Youssef adquiriu ou investiu valores em alguma empresa que mantinha contratos com a Petrobras?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Desculpe. O senhor pode repetir, por favor? Se ele investiu...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – O Alberto Youssef era um investidor.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim. Sim.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Ele ganhava dinheiro, dali comprava terrenos, investia em outras empresas?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Mandava dinheiro para o exterior?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Ele era dinâmico nisso.

Ele fez algum investimento em alguma empresa que mantinha contratos com a Petrobras?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Que ele tenha feito investimento...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Ele era sócio de alguma empresa dessas, comprou ações de alguma empresa dessas?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, o que ele tinha era uma sociedade em outros investimentos. Por exemplo, a UTC Engenharia, a UTC/Constran, eles têm investimentos juntos, que era o Hotel Salvador, o Web Hotel Salvador, e uma obra que eles fizeram em Lauro de Freitas, na Bahia. Construíram eu não me lembro se foi um prédio, se foram casas em conjunto.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – O.k.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Isso eu estou respondendo porque eu sei que a UTC...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Há indícios de que pessoas ligadas ao Sr. Youssef recebiam propina por meio da participação direta, mediante a compra de cotas nas empresas contratadas pela Petrobras.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não tenho conhecimento.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Como, por exemplo, ocorreu no caso da Ecoglobal Ambiental, a Ecoglobal Oversea.

O Sr. Youssef tinha participação nessas empresas?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – É. A Ecoglobal existia... Veja, eu não participei, eu tive conhecimento estando lá na empresa; existia algum tipo de negociação em andamento, onde me parece que eles comprariam uma participação da Ecoglobal. Mas eu não posso me aprofundar porque eu não tive conhecimento do andamento dessa operação.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Não sabe se se efetivou ou não?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, eu não sei. Eles iam criar um fundo de investimento ou alguma coisa assim, e participariam da Ecoglobal.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – A senhora realizou ou teve conhecimento de transações financeiras envolvendo contas bancárias da empresa Quality Holding?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Se não me engano, era a Quality Holding que teria essa participação com a Ecoglobal. A Quality Holding só foi constituída e ela nunca teve nenhuma operação, até onde veio ao meu conhecimento.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Certo.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Ela só ficou no contrato.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Então, a senhora nunca realizou nenhuma transação financeira, nunca...

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Com a Quality Holding... Se não me engano, Excelência, eles nem tinham conta bancária, me parece, porque eles só constituíram essa empresa... Não fui eu, não foi constituída no meu escritório.

Eles constituíram essa empresa, mas me parece que não teve atividade.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – V. S^a prestou serviços para outras empresas, além das pertencentes a Youssef, que contratavam de alguma forma com a Petrobras?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, não. Que eu saiba que tinham contratado... O senhor diz empresas ligadas a isso, que tivessem alguma...?

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – É. Ou que tenham algum contrato com a Petrobras ou que tenham alguma...

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, não, não.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Não?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – A senhora nunca prestou serviço para nenhuma outra empresa...?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Ligada à Petrobras? Não.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Não.

A senhora saberia dizer se atualmente o esquema do Sr. Youssef continua funcionando, por intermédio de outras pessoas?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, não sei dizer, Excelência.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Não sabe ou não quer dizer?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, Excelência. Mais uma vez, seria uma opinião pessoal. Então, que eu tenha um conhecimento efetivo de que isso continua ocorrendo, que tenha chegado ao meu conhecimento de que determinada pessoa vem fazendo isso, eu não... Seria leviana se dissesse que sim.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – A senhora mesma disse aqui que o Paulo Roberto Costa recebeu um carro de luxo do tipo Land Rover Evoque de Alberto Youssef. A senhora saberia dizer por qual motivo o Sr. Alberto Youssef deu a ele esse automóvel?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Segundo o Sr. Alberto, foi um presente.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Mas tinha a ver com algum negócio, algum contrato, alguma...?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Ele nunca mencionou isso. Ele só disse que ele tinha dado de presente para o Paulo Roberto.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – A senhora tem conhecimento se o Sr. Alberto Youssef deu ou comprou outros automóveis, barcos ou imóveis em benefício de terceiros?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim. Eu sei que ele comprou... Eu tinha conhecimento de um, mas li pela imprensa que eram dois apartamentos para uma pessoa com quem ele tinha uma relação extra-conjugal. Comprou três restaurantes também para ela. Deu um carro de presente para o Sr. Rafael Lopez. E tive conhecimento de que ele...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Rafael Lopez?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Isso. Que trabalhava com ele.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Certo.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – E teria dado também – ouvi dizer – um apartamento de presente para o Sr. Rafael.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Quem era essa pessoa que ele...?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – O Sr. Rafael trabalhava diretamente com ele. Era a pessoa que fazia os transportes de dinheiro para ele. Trabalhava diretamente com ele.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – E algum agente público, alguém da Petrobras, que V. S^a tenha conhecimento?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Que eu tenha conhecimento, não. Que eu tenha conhecimento, não.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Quem era essa pessoa para quem ele deu esses apartamentos e restaurantes?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – É uma namorada dele, de nome Taiana.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Taiana.

O Sr. Alberto Youssef ou suas empresas participaram, ainda que indiretamente, de algum negócio envolvendo a compra da Refinaria de Pasadena nos Estados Unidos?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Que eu tenha conhecimento de que ele tenha participado diretamente, eu não tenho conhecimento.

Excelência, eu vou só voltar um pouquinho na pergunta. Desculpe.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Pois não.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Segundo ele, ele também deu um helicóptero de presente para o Deputado Luiz Argôlo.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Um helicóptero?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Isso. Está registrado no balancete da GFD.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Da empresa?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – E como é que era essa coisa de comprar um helicóptero e dar de presente? Pois tem de se registrar isso, para quem deu ou a...

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Excelência, o helicóptero estava em nome da... Está...Veja só: ele foi adquirido de uma empresa chamada Cardiomédica. Ele foi adquirido e está registrado no balanço da GFD. Existem os documentos de compra. E não foi transferido...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Certo.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Porque aconteceu... Foi deflagrada a Operação Lava-Jato. Inclusive, depois, eles receberam... Depois de deflagrada a operação, chegaram comunicados da Cardiomédica pedindo encarecidamente que fosse transferido, porque a...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Certo.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Nessa negociação, dizia que seria transferido, mas...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – E o Deputado utilizava o helicóptero?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Que eu tenha conhecimento, sim.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Certo.

Mas não chegou a ser transferido para ele, então? Não foi feita a transferência?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não. Estava registrado em nome... Registrado extraoficialmente, vou dizer assim, porque eu tenho o contrato de compra, foi registrado no balanço da GFD, mas não foi transferida a titularidade.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Qual o valor do helicóptero?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Gira em torno de R\$800 mil o preço de aquisição.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Certo.

Então, a senhora não tem nenhuma informação de que o Sr. Alberto Youssef tenha participado, direta ou indiretamente, de algum negócio envolvendo a compra da Refinaria de Pasadena nos Estados Unidos?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não. Que eu tenha um conhecimento com base em provas etc, eu não tenho.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – A GFD formalmente estava no nome de quem?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – De dois fundos, chamados Devonshire, fora do País.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Certo.

E quem administrava isso era o Alberto Youssef? A GFD.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – A administração oficial estava em nome... O Carlos Alberto Pereira da Costa era o procurador desses fundos no Brasil.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Certo.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – E era administrador da GFD. Então, que eu tenha conhecimento, não existia, pelo menos aqui no Brasil é fato, não existia nada em nome do Alberto Youssef. E esses fundos no exterior, Excelência, eu não tenho conhecimento da documentação desses fundos para lhe dizer se o seu Alberto era participante direto desses fundos ou não.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Quais eram as reais atividades dessa empresa?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Da GFD? Nenhuma.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Qual era o seu quadro de funcionários? Quantos funcionários tinham?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Tinha duas copeiras, uma secretária, e ficavam lá o Sr. Enivaldo Quadrado, o Sr. Carlos Alberto Pereira da Costa, o Sr. João Procópio, o Mateus de Oliveira, que era um advogado que ficou pouco tempo, ficou acho que por sete ou oito meses trabalhando lá. E o Alberto, que só foi para lá em 2013. Daí ficavam o Alberto, o Sr. Adarico Negromonte, o Sr. Rafael Lopes.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Qual era a origem do capital social da GFD?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – O capital social veio do exterior. Foi aportado por esses fundos no exterior. Então, eu não sei lhe dizer qual a origem lá. Entendo, a origem oficial aqui no Brasil, entrou através de RDE pelo Banco Central.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Certo. Quem assinava os contratos da GFD?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – O Carlos Alberto Pereira da Costa.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Sempre a mando do Youssef?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Do Alberto. Sim.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – A senhora saberia dizer quais eram os clientes da GFD?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Desculpe, Excelência. A GFD não tinha atividade. O senhor disse clientes com quem ele mantinha contatos e negócios. Eram essas empresas. Por exemplo, a Engevix...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Porque, se tinha capital, essas coisas todas, eram essas as empresas então.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Desculpe-me...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Não. É porque, como tinha contabilidade, entravam recursos, saíam recursos... Ela não tinha atividade nenhuma...

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim. Os clientes para quem era feita a emissão de notas foram essas empresas, Engevix, Sanko, Mendes Júnior, Paranasa, essas empresas.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Quem era o responsável pela área financeira da GFD?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Da GFD, empresa, o Sr. Enivaldo Quadrado. Eu digo isso, eu separei porque tinha o financeiro do Alberto, que era o Sr. Rafael Lopes.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Certo.

Aqui V. S^a já respondeu. Tem muita coisa para perguntar ainda aqui, gente. Muita calma nessa hora, porque...

A senhora teria testemunhado que o Sr. Paulo Roberto da Costa frequentava a sede da GFD. Sabe dizer em que datas.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, Excelência. Com certeza, a partir de 2013, porque o Sr. Alberto não ficava lá na GFD. Ele tinha um escritório separado num outro endereço, e só em 2013 foi que ele se mudou para lá.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – O.k. A senhora participou de algum desses encontros?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não. Nunca. Ele tratava totalmente separado.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – O.k. Bom, há algumas perguntas aqui sobre a MO Consultoria e tal.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – A senhora fazia a contabilidade da empresa MO Consultoria?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, senhor.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Não.

A quem pertence a MO Consultoria?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Ao Sr. Waldomiro de Oliveira.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Quais são as atividades dessa empresa? Quem são seus clientes? A senhora tem essa informação?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Que eu tenha conhecimento, Excelência, como eu disse ao senhor, eu tinha os documentos da MO lá, em função daquela operação com a Delta. Ele me levou me pedindo que eu fizesse a contabilidade. A empresa não tinha uma atividade. A sede dela era uma salinha na Alameda Santos, que me parece que o Sr. Waldomiro não chegava nem a ir lá, não tinha nem quadro de empregados. Então, ao que tudo indica, na contabilidade, até porque não existiam nem documentos, existiam entradas de dinheiro através de notas que eram emitidas. Depois, as saídas eram através de saques, saques na boca do caixa.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – O.k.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Então, que eu tenha conhecimento, não existia atividade.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Muito bem.

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – São Paulo.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Ainda há algumas perguntas aqui. V. S^a já respondeu. E, a pedido do Deputado Rubens Bueno, vou pulá-las aqui, Deputado Rubens.

Mas esta daqui eu acho que é importante: a *Folha de S. Paulo* afirmou que a Rock Star Marketing e a JSM Engenharia e Terraplanagem receberam mais de 100 milhões de recursos aplicados pelo Trade Bank, empresa que administra fundos de investimentos. E depois repassaram ao menos R\$1,5 milhões em 2010 à MO Consultoria, firma controlada pelo Sr. Youssef. A senhora tem conhecimento sobre essas transações? Quem são os donos das empresas Rock Star Marketing e JSM Engenharia e Terraplanagem?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não tenho conhecimento, Excelência. Não tenho conhecimento.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Nenhum desses recursos, nenhuma dessas empresas tinha contato com a GFD?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, contato com... O que tenho conhecimento é sobre a Trade Bank, mas que não tinha contato diretamente com Alberto Youssef. Conheço a empresa, é uma empresa de mercado, parece-me até que fechou, mas trabalhava com investimentos e existia algum contato deles, alguns funcionários deles que tinham contatos com o Sr. Enivaldo Quadrado, mas, que eu tenha conhecimento, nunca houve nenhum tipo de negociação entre a Trade Bank e o Alberto Youssef.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – O.k. A senhora conhece as empresas Devonshire Global Fund e Devonshire Latam Investments?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim, são as donas da GFD Investimentos. Essas duas empresas são dois fundos que são donos da GFD.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – A senhora sabe quanto elas aportaram na GFD?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Se não me falha a memória, Excelência, eu tenho isso documentado... Quer dizer, na verdade, eu não tenho, está com a Polícia Federal, mas, se não me falha a memória, foi algo em torno de R\$5 milhões, o que foi a entrada de capital, a constituição de capital.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – A senhora pode nos dizer quais as contas que o Sr. Youssef e suas empresas mantinham no exterior?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Eu tenho conhecimento... Agora me deu um branco em relação ao banco, não me lembro o nome do banco, mas tenho conhecimento que ele tinha, em nome do Sr. João Procópio, uma conta que era da Santa Tereza, se não me engano, na Suíça. Essa conta tenho conhecimento, porque vi os extratos, cheguei a ver alguns extratos dessa conta. E sei que existiam, sei agora de ouvir falar e até por viagens que eles faziam lá, algumas contas no Panamá, mas não sei identificar, não sei se eram em nome do Alberto, isso não sei dizer para o senhor.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Esta CPMI identificou várias operações de câmbio envolvendo a GFD, por exemplo, a compra de US\$1,298 milhão, por meio do HSBC Bank Brasil, banco múltiplo, cujo recebedor no exterior foi a Devonshire. A senhora realizava essas operações?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não. Eu não tenho conhecimento dessa operação, sinceramente. O senhor sabe dizer em que ano foi?

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Aqui não tem informação do ano, mas...

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Talvez tenha sido em 2009 ou 2010, porque eu não tenho conhecimento.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Mas a senhora fez alguma operação desta natureza, deste nível?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, nunca. Desde que passei a trabalhar para a GFD, a GFD nunca, a GFD, diretamente, nunca fez nenhuma remessa para fora do País.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – O.k. Muito bem.

Agentes políticos aqui, a revista *Veja* atribuiu a seguinte frase à senhora: "O Beto lavava o dinheiro para as empreiteiras e repassava depois aos políticos e aos partidos. Era mala de dinheiro para lá e para cá o tempo todo". A senhora disse isso?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Se sim, quem eram os políticos envolvidos, quais eram as empreiteiras e de onde viriam os recursos repassados?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Talvez exista um exagero de colocação na frase. Isso não foi dito. Algumas situações que eu vi, que presenciei foram, por exemplo, numa determinada situação... Eu sei precisar a data porque existe outro fato ligado a isso, que foi em janeiro de 2014, eu estava indo para a GFD quando o Sr. Alberto estava saindo da empresa de carro e me pediu para que o acompanhasse. Ele falou: "Eu vou só até ali". Eu falei: "Está bom". Entrei no carro e falei: "Até ali aonde?" Ele falou: "Vou até ali, na Avenida Angélica". Nós estávamos no Itaim Bibi, eu falei: "Poxa". E eu tinha outro compromisso, que é realmente o que me faz recordar disso. Aí falei: "Não, mas não posso ir lá com você. Você vai demorar?" Ele falou: "Não, só vou entregar isso aqui". Virei para olhar e tinha uma mala no banco do carro. Falei: "O que que é isso?" Ele falou: "É um dinheiro que tenho que levar na OAS, mas é rapidinho. Só vou entrar, entregar o dinheiro e sair". Na ocasião, eu não fui com ele, pedi para que ele me deixasse no Conjunto Nacional, na Rua Augusta, em São Paulo, resolvi os meus problemas, ele foi até lá, na volta ele me pegou na Rua Haddock Lobo e retornoi com ele. Então, isso é fato. Eu via muita movimentação de dinheiro a partir de 2013, que é quando ele se mudou para a GFD. Antes disso, não. Então, existia movimentação de dinheiro lá dentro da GFD. Era dinheiro que chegava e era colocado no cofre, era dinheiro que saía...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – A senhora viu ele entregando dinheiro para algum político, para algum político, para algum...

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Entregando efetivamente, na mão do político, não.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – E há uma outra frase aqui que diz que, segundo matéria veiculada pela imprensa, a senhora teria dito que "fiz muitos pagamentos não diretamente nas contas dos políticos, mas para os familiares deles."

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim, isso eu fiz realmente, de dinheiro que entrou na conta da minha empresa, a pedido dele. E fiz pagamentos no caso do Deputado André Vargas, eu fiz um pagamento para ele que era para... Depois eu vim a saber, Excelência, na época eu não soube, mas depois eu vim a saber que era o pagamento do jatinho, que houve o envolvimento dele. Para o Deputado Luiz Argôlo, alguns pagamentos para familiares dele.

E existem outros pagamentos que foram feitos para cujas pessoas eu não sei dizer para o senhor quem são. Então, existe uma relação de nomes, por isso que eu falei para o senhor, citei esse Auto de Apreensão,

porque existe ali uma relação de nomes de pagamentos que foram feitos, mas eu não sei dizer para o senhor quem são as pessoas.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Certo. Isso está com a Polícia Federal?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Já, já está tudo com a Polícia Federal.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Muito bem. Há algum outro político aqui para quem a senhora tenha repassado o dinheiro?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Veja só, que eu tenha repassado o dinheiro dessa forma, não. Existem pessoas que realmente eu citei por ter conhecimento de alguma ligação, mas não que eu tenha repassado o dinheiro, eu pessoalmente.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Certo. A senhora depôs no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados em 13/8/2014, certo?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – E disse que a relação existente entre Alberto Youssef e Luiz Argôlo era uma relação de amizade e de negócios.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Que eles são sócios na área de construção por meio da empresa Malga Engenharia.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – E que esta sociedade é informal, não constando do contrato social da empresa.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Disse ainda que Youssef e Argôlo tinham negócios em Fortaleza, e que chegou a fazer uma emissão de notas para a empresa Grande Moinho Cearense.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – O que a senhora tem a acrescentar sobre isso. A empresa Malga tem atividade? A título de que foi emitida nota em nome da empresa cearense?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim. Então, a empresa Malga, como eu disse logo no começo, a Malga tinha ido há pouco tempo para o meu escritório. Aparentemente, a Malga teria, sim, atividade, porque era uma empresa que tinha alguns equipamentos, locava esses equipamentos para obras. Então, aparentemente... Eu digo isso por quê? Eu não tive esse convívio contábil com a empresa Malga, porque ficou pouquíssimo tempo lá. O que eu sabia, por informações das pessoas que trabalhavam lá, era que o Deputado Luiz Argôlo era sócio da Malga Engenharia, existia uma sociedade informal, inclusive, parece-me que a última obra... Eu digo me parece porque, logo que houve esse problema, deflagrada a Operação Lava-Jato, o Sr. Ludovico, o Sr. José Carlos, que eram os dois que trabalhavam efetivamente na Malga, estiveram no meu escritório e comentaram alguma coisa acerca de uma obra que eles tinham em Salvador, e teria essa ligação com o Deputado Luiz Argôlo; então, eles queriam transferir alguns equipamentos. É por isso que eu digo que a Malga, aparentemente, tinha, sim, atividade.

Depois o senhor continuou me perguntando sobre o Moinho Cearense.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Moinho Cearense.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – É, Moinho Cearense.

Houve duas emissões de nota da minha empresa para duas empresas que me foi dito que eram empresas ligadas ao Deputado Luiz Argôlo, quais são, a Grande Moinho Cearense e a M. Dias Branco. Eu não me lembro se a M. Dias Branco fica também no Ceará... Mas a Grande Moinho Cearense fica, sim. Foram feitas emissões de notas; eu, agora, neste momento, não me lembro os valores exatamente, mas há também isso nos meus depoimentos.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Valores pequenos?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, foram valores, se eu não me engano, Excelência, para a Grande Moinho Cearense foi algo em torno de R\$990 mil ou R\$1 milhão; o da M. Dias Branco eu não me lembro realmente. Isso o senhor vai ter nos meus depoimentos e vai ter o meu documento junto lá, que está com a Polícia Federal.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – A senhora sabe quem é o proprietário da Moinho Cearense?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, não sei. Eu conversei com um diretor de lá, que é o Sr. Cláudio Fontanele, Fontenele, alguma coisa assim, eu conversei com ele.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Cláudio Fontanele.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Isso, eu conversei com ele. Essas empresas, eu vim a saber que essas empresas eram ligadas ao Deputado Luiz Argôlo depois de deflagrada a Operação Lava-Jato. Antes dis-

so, quando essas empresas efetuaram o pagamento da nota que foi emitida, houve alguns pagamentos com esse recurso que entrou, então houve algumas TED's que foram para a D. Hélia da Hora, que tem alguma ligação com o Deputado Luiz Argôlo – eu não sei lhe dizer qual -, para o Sr. Manoelito Argôlo houve um outro pagamento e, agora, eu não me lembro para quem. Mas houve algumas TEDs e houve saques, poucos valores de saques, mas foram feitos e entregues...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Isso eram notas diretas na sua empresa?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Isso. Essas notas foram emitidas pela minha empresa, diretamente para eles.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – E a senhora achava normal isso sem prestar serviço?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, Excelência. Eu tinha conhecimento do que eu estava fazendo.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Do que estava fazendo?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim, senhor.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Que era ilegal essa operação?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim, senhor.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Que não tinha, absolutamente, nenhuma legalidade?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim, senhor.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Bom, por fim, as últimas perguntas aqui: alguma empresa custeou ou custeia os honorários de seus advogados ou dos advogados do Sr. Youssef que a senhora tenha conhecimento?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Dos meus advogados, não, porque o meu advogado, Dr. Eri, é uma pessoa que eu conheço há alguns anos e ele veio só me acompanhar aqui nesta CPMI. Eu não tive advogado, eu não sou ré na ação, não fui indiciada e, também, não fui denunciada. Então, portanto, todo esse tempo eu estive sem advogados. E ele quis me acompanhar aqui nesta CPMI.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Certo.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Em relação ao Sr. Alberto Youssef, que eu tenha conhecimento, eu não tenho contato com os advogados dele e, desde que ele foi preso, eu não tenho contato com ele.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Certo.

E a senhora não tem conhecimento, ainda, de que algum partido político faça isso? Custeie ou custeia os honorários?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Os advogados dele, não. Não tenho conhecimento, Excelência.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – O.k.

Bom, era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado à Sr^a Meire Poza pelas suas respostas. Eram esses os questionamentos do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Nós agradecemos o Relator desta CPMI, o nobre Deputado Marco Maia.

Então, seguindo a ordem de preferência, o primeiro Requerimento, nº 684, é da lavra do nobre Deputado Izalci Lucas. V. Ex^a...

O SR. ERI RODRIGUES VARELA – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Pois, não.

O SR. ERI RODRIGUES VARELA – Eu gostaria de cinco minutos para ir ao toalete.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Ah, pois, não. O senhor fica liberado. Então, suspendemos a reunião por cinco minutos. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Com a palavra, então, o autor do primeiro requerimento, nobre Deputado Izalci Lucas, do PSDB do Distrito Federal.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Sr. Presidente, nunca na história deste País se desviou tanto recurso público.

Vou passar depois para o Relator todo o esquema que era feito com relação a isso.

Nós tínhamos aí as refinarias, que superfaturavam; os consórcios, que repassavam os recursos para uma terceirizada, em especial a Sanko, e essa, então, repassava para as empresas de consultoria, que, na prática, não eram empresas de consultoria, eram empresas que emitiam apenas notas fiscais.

Então, a MO, a GFD, a Costa Global, eram empresas que simplesmente emitiam notas e recebiam esse dinheiro na conta, era sacado na boca do caixa, e eram distribuídos os recursos.

Evidente que, além das empresas, temos aqui de propriedade de Waldomiro de Oliveira, a RCI, a empreiteira Rigidez e a MO Consultoria. Elas emitiam notas frias, inclusive a GFD Investimentos. E emitiu para todo mundo: Engevix, RNEST, Grupo OAS, Coesa, Galvão Engenharia, Grupo Sanko. Tem todo um esquema.

Evidente que a contadora Meire disse que, a pedido do Enivaldo, emitia as notas fiscais da GFD. Enivaldo era conhecido já há algum tempo, como V. S^a disse, era inclusive integrante... V. S^a confirmou, no depoimento no Conselho de Ética, de que V. S^a tinha conhecimento de que ele tinha uma corretora e que fazia parte do

esquema do mensalão. Evidente que, quando levaram para V. S^a fazer a contabilidade da MO e dessas outras empresas, o que havia era emissão de nota, era sacado na boca do caixa, não tinha como contabilizar. V. S^a disse isso. Mas foram feitos alguns contratos tentando simular operação de mútuo para justificar a saída do dinheiro. Uma delas inclusive, um dos contratos que foram elaborados foi o contrato da 2 S Participações, inclusive de propriedade de Marcos Valério Fernandes de Souza. Pelo menos foi encontrado no escritório de V. S^a. Esse contrato, V. S^a teve conhecimento? Ajudou a elaborar ou analisou isso?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, Excelência. Esse contrato que o senhor está dizendo não tem a ver com essas operações. Esse contrato é um contrato, parece-me, porque eu tive detalhes dele depois, até pela imprensa, mas ele é um contrato de 2004, alguma coisa assim. não tem nada a ver com a MO Consultoria, com essas empresas que o senhor citou.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Com GFD?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, não. Nada a ver.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Também não.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – E só, se o senhor me permite, quando o senhor disse.. e eu digo isso no meu depoimento à Polícia Federal que quem me pedia as emissões de notas era o Sr. Enivaldo Quadra-doo, na verdade, ele me pedia num processo normal de trabalho. Então, ele trabalhava dentro da GFD, ele rece-bia a informação de que era para emitir determinada nota, ele me mandava isso por e-mail. Só para esclarecer.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Além dessas empresas, V. S^a também emitiu diversas notas em nome da Arbor Consultoria.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Emitiu notas em favor da Revita Engenharia, Companhia Águas de Itapema, Conasa etc., e V. S^a deve ter recebido o valor correspondente aos impostos – a informação que eu tenho é de que eram 14%...

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – A comissão paga a Waldomiro, dessas notas?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Era para o Sr. Waldomiro.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – ...era 14% –, que não dava, realmente, para pagar nem os impostos correta-mente, porque era no limite, não é?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Essas empresas estão sendo fiscalizadas? Porque de consultoria é desconta-do na fonte o imposto de renda.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Que eu tenha conhecimento, veja só, eu não tenho mais con-tato com o Sr. Waldomiro.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – No caso da Arbor, a contabilidade não tinha retenção na fonte?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, não tinha retenção na fonte, e eu tenho esses recolhimentos.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Após a emissão dessas notas todas, e foram alguns milhões, V. S^a disse que repassou esse dinheiro, porque, quando se emite a nota, eles pagam...

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – V. S^a, então, repassa o recurso.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – E V. S^a teria repassado para Pedro Paulo Leoni, R\$3,9 milhões; para o Luiz Argôlo, R\$1,7 milhão; para André Vargas, R\$2,4 milhões; e outros beneficiários.

No depoimento do Conselho de Ética, V. S^a disse que, naquele momento se restringia apenas a Luiz Argôlo e André Vargas...

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – ...mas que teriam outros Parlamentares.

V. S^a poderia, com relação, a Arbor, identificar, exatamente, para onde foi todo o recurso distribuído des-sas notas fiscais?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Só, esclarecendo, os pagamentos que foram por mim feitos foram exatamente esses. Então, essas empresas que o senhor diz que são do Pedro Paulo Leoni ou foram, não que sejam empresas dele, por favor, mas que tenham sido solicitadas as emissões pelo Sr. Mauro Boschiero, que eram em conjunto com o Sr. Alberto Youssef...

Então, falando na ordem em que o senhor colocou, esses valores, algumas vezes, Deputado... E eu até me lembro que citei isso no Conselho de Ética. Quando eu digo que o Alberto funcionava como um banco, eu quis dizer o seguinte: o Alberto sempre tinha dinheiro vivo, haja vista que quando foi deflagrada a operação, foi encontrado um valor considerável em dinheiro no cofre. Então, existia dinheiro lá na empresa dele.

Então, algumas vezes, o que acontecia? Ele utilizava esse dinheiro que entrava para pagamentos de contas das empresas dele.

Então, pode ser que tenha entrado um dinheiro e ele tenha dito "Olha, transfere para a Marsans". Era transferido para a Marsans, e ele pagava, na outra ponta, com o dinheiro que ele tinha em caixa.

Então, eu digo isso por quê?

Essa forma específica que o senhor pede...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – É uma forma de esquentar o dinheiro.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Isso nunca vai fechar, o senhor entendeu?

Então, o que ele tinha de dinheiro vivo lá...

Eu nunca fiz entrega de dinheiro para ninguém.

Então, era ele quem cuidava dessa entrega efetiva de dinheiro. Se houvesse alguma entrega de dinheiro, era para ele, e, aí, ele tinha, lá, o Sr. Rafael, o Sr. Adarico, ou que tivesse outras pessoas que faziam essa entrega, essa distribuição do dinheiro.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – V. S^a não tem a relação de nenhuma planilha de controle de repasse desses recursos?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Tem. Existe sim.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Esse da Arbor V. S^a repassava integralmente?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Existe, sim, senhor.

Não. Existe, sim, essa planilha, com a Polícia Federal, e existe, assim, vou exemplificar: entrava R\$1 milhão. Desse R\$1 milhão, ele falava "Olha, paga esses impostos". Pagava impostos. "Manda tanto para a Marsans". Mandava para a Marsans.

Então, o que eu quero dizer ao senhor, esse dinheiro que entrava não existe, necessariamente deste valor, uma ligação direta. O que existiria em relação a ligações diretas seriam esses fatos, de que eu já falei, que seria o caso do Deputado André Vargas, que houve esse pagamento, que eu vim a saber que seria o pagamento do jatinho, e houve, em relação ao Deputado Luiz Argôlo, alguns pagamentos que, como tinha o nome Argôlo, eu soube que eram para familiares dele.

Mas existem outros pagamentos que são pagamentos da forma como o senhor falou mesmo, de esquentar.

Então, eram pagos boletos, eram feitos outros pagamentos, porque, como ele tinha o dinheiro, a partir do momento em que entrasse esse dinheiro na conta, ele pegava o dinheiro que ele tinha e enviava para a pessoa.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Esquentava, é uma forma de esquentar o dinheiro.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – É, dava o dinheiro para pessoa.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Bem, como o próprio Paulo Roberto agora está devolvendo R\$80 milhões, que estavam em dinheiro, que deve ser exatamente isso, muita coisa foi sacada e tal.

V. S^a, também, no Conselho de Ética... E eu perguntei sobre isso, a questão dos fundos de investimentos. O Deputado André Vargas chegou a visitar a Caixa Econômica. V. S^a poderia falar alguma coisa com relação aos fundos de pensão, especialmente Funcef, Postalis, Petros. Como era o esquema?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim. Em relação à Funcef e ao Postalis especificamente, porque foram os fundos de pensão de que eu tive conhecimento, existia...V

ou voltar um pouquinho e falar da Marsans. A Marsans era uma empresa que precisava de muito capital de giro. Então, existia sempre investimentos na Marsans. Então, houve investimentos do próprio Alberto, que colocou dinheiro na Marsans; houve empréstimos, houve dinheiro proveniente do Banco Máxima. Então, a Marsans sempre precisava de muito dinheiro.

No último momento, foi lançado um Fundo de Investimento em Participações, um FIP, que depois mudou o nome para Viaja Brasil. O objetivo desse Fundo foi uma captação de recursos de institutos de previdência municipais e estaduais, os RPPS. Não teve sucesso esse FIP, porque o tamanho dele... Ele poderia captar até R\$200 milhões e ele teve uma captação de R\$23 milhões. Esse dinheiro captado, esses R\$23 milhões foram efetivamente para Marsans, entraram no caixa da Marsans. Mas a Marsans ainda precisava de mais dinheiro. Então, o que foi feito? Foi feito um lançamento de debênture, foi estruturada uma debênture no valor de 50 milhões.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Entendi. Mas quem intermediava essas negociações? V. S^a tem conhecimento de que o João Vaccari Neto teria participado de alguma intermediação?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Que eu tenha conhecimento não, Excelência, que eu tenha ouvido algum contato lá, não.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – V. S^a também declarou na Comissão que o Alberto Youssef tinha uma grande facilidade de entrar nas prefeituras do Partido dos Trabalhadores e de captar recursos para o fundo de investimento em troca de pagamento de propina.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Desculpe, isso...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Ao se falar... Para concluir, ao se falar em obtenção de facilidades em prefeituras comandadas pelo PT, é crível que se presuma que havia um operador e alguns poucos operadores, provavelmente a cúpula da Nacional tinha conhecimento disso. Tem conhecimento de quem seria e quais eram essas pessoas que fariam essa intermediação? V. S^a disse isso no dia 13 de agosto.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Excelência, acho que há algum engano. Isso era matéria da *Veja*. O que eu disse no dia 13 de agosto, quando me foi perguntado por uma Deputada, e eu não lembro o nome dela, ela me perguntou...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Rosane.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Ela me perguntou o que não era verdade na *Veja*, o que eu não teria dito. E essa foi uma das coisas que eu deixei claro que eu não teria dito que o Beto tinha essa ascendência em prefeituras do PT. Então, voltando a isso, ao Beto talvez – o Alberto Youssef – esteja sendo dado um poder; talvez, porque eu não sei. Ele está em um processo de delação premiada, mas talvez um poder um pouco maior do que o que ele tenha.

Digo isso especialmente em relação ao FIP, a este FIP Viaja Brasil. Ele tinha um tamanho de 200 milhões e não houve captação. A captação foi de 23 milhões e esses 23 milhões, com exceção de 13 milhões do instituto de... do Igeprev, que é Tocantins, os outros dez milhões foram captados por agentes autônomos que fizeram um trabalho de campo, agentes autônomos efetivamente registrados na CVM, que fizeram esse trabalho e apresentaram esses aportes junto ao Banco Máxima.

Em relação a essa ascendência do Alberto Youssef...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Treze milhões foram...

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Igeprev, Tocantins, sim, Senhor, exatamente.

O SR. (Não Identificado) – Que ano foi isso?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Foi em 2011 ou 2012, Excelência. Onze ou doze, Excelência.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Depois compensa esse tempo, Sr. Presidente.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Então, em relação a esse comentário que o senhor leu e que saiu de fato na *Veja*, eu não fiz esse comentário, até porque se o Sr. Alberto tivesse de fato esse tamanho conhecimento, ele teria conseguido, em poucos meses, esse aporte de 200 milhões.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – V. S^a disse também no depoimento, quando foi perguntado se além do André Vargas e do Luiz Argôlo teriam outros Parlamentares, V. S^a disse que teriam outros Parlamentares envolvidos.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim, que eu tive contato.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – V. S^a tem como dizer quais os Parlamentares envolvidos além dos dois?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim. Eu tive contato também com o....Agora não lembro se à época ele era Deputado... Vou dizer Deputado, não sei se ele era Ministro ou Deputado: Mário Negromonte.

Quando o Sr. Alberto deu de presente um restaurante para a namorada dele, no Itaim Bibi, abria à noite. Então, ele estava sempre pedindo que as pessoas fossem prestigiar. A gente frequentava lá... Inclusive, o Deputado Mário Negromonte frequentava também esse restaurante. Estive várias vezes lá com ele.

Vim a saber... Quando o Sr. Alberto comprou uma empresa em Goiânia, de nome Controle Monitoramento de Veículos, vim a saber, dentro da GFD, que essa empresa teria sido indicada pelo... Talvez, à época, Ministro das Cidades... Não sei... Os senhores me desculpem, eu não sei precisar se ele era Ministro ou Deputado, mas vim a saber que teria sido indicada por ele essa empresa, porque existiria... Iria haver uma aprovação do Denatran para que os carros saíssem já com dispositivo para monitoramento. E só existiam cinco empresas homologadas para prestar esses serviços junto ao Denatran. E essa empresa que foi indicada em Goiânia, Controle e Monitoramento de Veículos, era uma dessas empresas homologadas. Então, soube disso também.

É... Então, era André Vargas, Luiz Argolo, Mário Negromonte...

(Soa a campainha.)

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Enquanto V. S^a vai se lembrando, eu gostaria só de perguntar a V. S^a.

V. S^a tem conhecimento de que Rafael Lopez é cunhado do Enivaldo.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – V. S^a tem conhecimento também de que empresas que à época – agora são de consultoria –, anteriormente, eram empresas de publicidade, à época do mensalão, e simplesmente mudaram o objeto e continuaram? Quer dizer, resumindo, o petrolão é uma continuidade do mensalão. V. S^a... Porque o mensalão começou com Enivaldo Quadrado e V. S^a fez o Imposto de Renda dele, inclusive tentou ajudá-lo.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Foi aí que V. S^a o conheceu.

Dá para V S^a perceber, como contadora – eu sei que teve muitas informações –, que, na prática, houve uma continuidade, mudando apenas o foco das empresas de publicidade para empresas de consultoria junto à Petrobras ou junto às terceirizadas?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Excelência, é...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – O esquema não era o mesmo? Não era a mesma proporção?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Veja só, eu não tenho conhecimento profundo do mensalão. Foi uma operação que eu não acompanhei. Eu não teria nem essa condição de analogia, de fazer essa analogia. Agora, quando o senhor me fala em continuidade, eu não consigo ver dessa forma, documentalmente. Então, qualquer coisa que eu falasse agora ao senhor seria meramente uma opinião pessoal. Então...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Sim. Mas V. S^a participou, a pedido do Enivaldo, da sua contabilidade, da sua declaração de Imposto de Renda... V. S^a teve conhecimento, como disse no Conselho de Ética, que sabia do envolvimento do Enivaldo no mensalão, na corretora...

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Bônus-Banval.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – E, após isso, V. S^a, nos documentos apreendidos, tinha empresa, inclusive, da Delta, ainda do próprio Cachoeira, ainda da Operação da CPI do Cachoeira, as mesmas empresas fantasmas e o mesmo modelo de operação. Quer dizer, todas essas notas frias eram da mesma forma como eram feitas antes. A pedido, evidentemente, o Enivaldo era o grande operador de tudo isso, não é? Do Janene, não é? Era o responsável por tudo isso.

Essas empresas... Bem, V. S^a não tem dúvida nenhuma de que tanto a empresa de V. S^a como as demais, MO e RCI, eram especificamente... Tinham como objeto a emissão de notas fiscais frias.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – O senhor me desculpe, minha empresa tem atividade, eu tenho clientes, eu presto serviços...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Sim. Mas V. S^a há de convir que V. S^a emitiu milhões e milhões de notas frias.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sete milhões.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Sete milhões! Notas frias...

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – E repassou esses recursos para alguém.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Emitiu, pegou o dinheiro e repassou...

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim, mas a minha empresa está em atividade. Só queria deixar isso registrado.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Sim, não tenho nenhuma dúvida. Mas, atividades extras... Eu estou dizendo...

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, atividades extras, não! Desculpe, Excelência. A minha empresa tem uma atividade específica, é uma empresa de contabilidade e a exceção foram essas notas.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Sim... Mas não existe no contrato... Não existe na atividade de contabilidade uma, uma...

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim. Mas eu só estou deixando claro que essa foi uma exceção. Eu não gostaria que o senhor a transformasse em regra.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB - RJ) – Quanto a sua empresa emitiu de quente e de fria, só para a gente saber?

Desculpa interromper... Quanto sua empresa emitiu correto, de serviços corretos prestados? Se foram sete milhões de frias? E quantas foram quentes? Só para a gente ter uma ideia da relação de montante.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Desculpa, eu não...

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB - RJ) – Quantas a senhora emitiu quentes? A senhora emitiu frias sete milhões.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não. Eu estou dizendo o seguinte, Excelência, a minha empresa tem uma atividade. Eu presto serviços de contabilidade...

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB - RJ) – Dos serviços de contabilidade, quanto a senhora emitiu nesse mesmo período em que foram emitidas as sete milhões de frias?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Eu não me lembro agora, eu teria de olhar.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB - RJ) – A senhora se lembra das frias, sete milhões, mas não se lembra das quentes.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – É porque ele tem um valor aqui, ele já me passou.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB - RJ) – Qual é o total do faturamento da sua empresa?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Excelência, o que quero dizer é que a minha empresa não é uma empresa como é o caso da MO Consultoria...

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB - RJ) – Mas para a gente saber, é preciso saber o montante. Se a Senhora emitiu R\$ 100 mil de quentes e sete milhões de frias é óbvio que a sua empresa é para frias. Se a Senhora emitiu 30 milhões de quentes, pode até ter esse argumento. Queria que a Senhora respondesse isso, é importante.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, o senhor me desculpe. Posso até levantar isso e passar para o senhor, mas independentemente da sua opinião...

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB - RJ) – A senhora, como contadora, sabe das empresas dos outros, mas não sabe da sua?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Independentemente da sua opinião, Excelência, a minha empresa presta serviços, eu tenho funcionários.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB - RJ) – Não é a minha opinião. A Senhora está dando detalhes das empresas dos outros, mas não sabe da sua?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – O senhor me desculpe, mas isso seria uma inversão de valores. Eu estou na qualidade de testemunha...

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB - RJ) – Não é inversão de valores. A senhora emitiu notas frias de R\$ 7 milhões. A senhora faz parte do esquema, a senhora é investigada porque emitiu nota fria.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não sou investigada, estou na condição de testemunha.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB - RJ) – Desculpe-me.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Sr. Presidente, quero a compensação do meu tempo, pois não terminei ainda.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Data vénia, o senhor tem mais dois minutos, Deputado Izalci Lucas.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, qual é o tempo?

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Interromperam-me diversas vezes. Eu preciso do meu tempo regular. Para concluir, Sr. Presidente. Depois eu vou me reinscrever, já que vamos ficar um pouco mais.

V. S^a, no Conselho de Ética, foi questionada pelo Deputado Cesar Colnago com a seguinte pergunta: "A senhora acha que o aprofundamento dessas investigações, na observação dessa trama, chegaria à Petrobras?" V. S^a disse: "Deputado, eu acredito que sim, mas preferiria não falar sobre esse assunto, prefiro falar um pouco depois."

Eu acho que é agora.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – O que V. S^a poderia complementar nessa resposta, com relação a essa questão do envolvimento da Petrobras com essas notas todas?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Que foram exatamente, Excelência, essas notas da MO e contratos da MO com os quais eu tive contato. Os contratos, toda a documentação da MO...

(Soa a campainha.)

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – ... que esteve na minha empresa, que esteve comigo, que foi por mim analisada. Alguns contratos citam, realmente, a Ernest... alguns consórcios da Petrobras. Então...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – V. S^a tem essas planilhas relacionadas à GFD, porque V. S^a, a pedido do Enivaldo, emitia as notas? V. S^a sabe para onde... quem recebeu esse dinheiro?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim. As notas que foram emitidas...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Não. Para quem foram emitidas eu sei. O recurso, após sacado do banco, ia para onde?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não. A GFD... Eu havia respondido isso para o Deputado Marco Maia. Todo dinheiro que entrava na GFD ficava na GFD. Então, o que entrou lá foi utilizado para algum tipo de investimento. Não existia saque dentro da GFD.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Mas o mesmo valor era utilizado em dinheiro, porque isso era para esquentar o recurso. O mesmo valor era pago de propina para alguém. Por exemplo, por que V. S^a, quando emitiu a nota, por exemplo...

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Eu não tenho conhecimento do que ele fazia posteriormente.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Da empresa de V.S^a, então, da Arbor. V. S^a emitiu uma nota, por exemplo, para a Revita Engenharia S/A, de R\$ 600 mil. Por que pediram para V. S^a para emitir a nota da Arbor para a Revita, de R\$ 600? Por que pediram isso? O que foi escrito na nota?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Existe essa planilha, ela está com a documentação na Polícia Federal.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Sim, mas esses R\$ 600 mil da Revita, especificamente, foram para onde? Para quem?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Eu não me lembro agora, Excelência, eu não tenho como me lembrar, mas, provavelmente...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Mas é muito dinheiro, são R\$ 600 mil.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – De que ano é, Excelência?

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Não sei, não estou com a data, mas V. S^a poderia me responder.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Mas parece-me que é de 2012, começo de 2013. Não tenho como me lembrar. Sei que foram feitos alguns pagamentos, foram feitos alguns saques, mas para quem, exatamente, eu não me lembro.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Com relação a esses R\$3,9 milhões de Pedro Paulo Leoni, como foi essa operação? Qual era a relação que havia entre a Arbor e o Pedro Paulo Leoni?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Era o Alberto quem pedia que fossem feitas as emissões de notas. Então, eram feitas as emissões de notas e o Alberto determinava o que era para ser pago. Muitas vezes, como já esclareci, ele passava, por exemplo, boletos da Marsans e pedia que aquilo fosse pago. Então, ele tinha o dinheiro com ele. Quem fazia esses acertos era ele, o senhor entendeu? O que eu fiz, fora isso, foram esses pagamentos que especifiquei, algumas TEDs que ele pediu que fossem feitas, alguns pagamentos de boletos, e que deu para identificar alguma coisa, mas não existe uma forma dessa identificação.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Esses valores, então, que foram emitidos pela Arbor, as notas fiscais, esses recursos, V. S^a não foi da boca do caixa que sacou?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, não senhor.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – V. S^a recebeu a orientação do Youssef para pagar diversas contas...

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim, exatamente.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – ... TED, etc.?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Exatamente.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – V. S^a poderia me informar sobre esse recurso do Pedro Paulo Leoni, R\$3,9 milhões? Como foi repassado isso a ele?

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Deputado Izalci Lucas, o senhor me desculpe agora, mas é porque realmente extrapolou...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – É a última, então, só para concluir esses três milhões.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Extrapolou mesmo.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, esse valor quem faz, quem faria, quem fazia esse repasse em dinheiro era o Sr. Alberto. Então, se ele deu alguma orientação – foram alguns pagamentos – ou que tenha havido algum saque, foi entregue a ele. Então, não existia contato meu com o Pedro Paulo ou com o Sr. Mauro Boschiero. Não existia esse contato. Era sempre com o Alberto.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Está bem. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Eu vou reinscrevê-lo, Deputado Izalci Lucas. Agora eu queria, por favor, o segundo inscrito.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB - RJ) – Sr. Presidente, eu queria a inscrição como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Inscrição como Líder?

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB - RJ) – É, porque vou precisar sair.

Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Deputados, estamos vendo aqui uma situação extremamente divertida, porque estamos vendo uma depoente que aparentemente é uma colaboradora – não sabemos se fez ou não delação, talvez se tivesse feito não estaria aqui falando – que declara que recebia R\$15 mil para prestar serviços de contabilidade para três empresas e que de repente me aparece com R\$7 milhões de nota fria. Lembra-se dos detalhes das empresas dos outros, não se lembra da dela. Ou seja, ela fazia parte do esquema.

Então, acho que precisamos aqui... Vamos apresentar ao PMDB o requerimento para quebrar o sigilo bancário e fiscal dela e reconvocá-la para vir como investigada, porque não tem sentido o que estamos fazendo aqui, tratando como informante alguém que é parte do esquema de lavagem de dinheiro, de emissão de nota fria, de pagamentos a não sei quem mais o quê. É uma situação que tem que ser colocada de uma forma correta. Nós não vamos aqui tratar quem participa de um esquema como se fosse colaborador, porque não é nem colaborador. Só fornece aquilo que lhe interessa fornecer.

Então, entendo que estamos aqui praticando um diversionismo. Para que a gente faça de verdade, precisamos ter o teor do depoimento dela na Polícia Federal, de conhecimento de todos; a quebra do sigilo, para ver quanto ela emitiu de nota fiscal quente, porque, pelo que a gente está percebendo, por não informar, não deve ser um percentual pequeno.

Nós estamos aqui é com uma fornecedora de nota fria para um esquema de lavagem de dinheiro. É o que está aparentando. Pode até ser equivocada a minha informação, mas sete milhões já admitiu que é. É ré

confessa. Então, se é ré confessa da emissão de sete milhões de nota fria, não pode ser tratada como testemunha aqui, tem de ser tratada como investigada.

Essa é a verdade que temos de colocar. Então, da parte nossa, do PMDB, vamos encerrar a participação nesse depoimento, vamos requerer a quebra de sigilo bancário e fiscal... Queria que o Presidente pautasse.

Se quisesse transformar imediatamente em administrativa e votar a quebra do sigilo bancário e fiscal das empresas dessa senhora, para que a gente veja realmente o que aconteceu; ter o requerimento da Polícia Federal, o depoimento em inteiro teor, para, aí sim, reinquiri-la, reconvocá-la como investigada, para depor sobre os fatos existentes, e não aqui fazer colaboração de algo que me parece que não tem o que colaborar.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Líder Eduardo Cunha, nós não temos o quórum suficiente para poder transformar a reunião agora em reunião administrativa.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB - RJ) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Então, vou deixar essa responsabilidade a cargo do Presidente.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB - RJ) – Presidente, o requerimento será protocolado.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Presidente, para colaborar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Agora, V. Ex^a tem de apresentar os requerimentos.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Pela ordem, para colaborar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Só um segundinho.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – A palavra agora asseguro ao segundo inscrito – ao segundo inscrito. Desculpe-me, Izalci, ao segundo autor do requerimento, o nobre Deputado Rubens Bueno.

V. Ex^a está com a palavra.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Sr. Presidente, apenas para fazer um complemento. Não é a presença da Meire Poza que vai fazer com que alguém aqui, do plenário, vá intimidá-la. Ela está prestando um serviço ao País, está prestando um serviço ao País. E dar a ela a liberdade para que preste as informações, para que a CPI aprofunde as investigações é o que o País precisa, e urgentemente. Não dá para continuar com quadrilha na Petrobras. E até agora não descobrimos o chefe da quadrilha que tirou bilhões da Petrobras.

A senhora está prestando um serviço ao País.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Obrigada.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Quero dizer isso. Se há alguma coisa de errado, que se cumpra também; se houver algum requerimento de quebra de sigilo, que venha das empreiteiras.

Elas é que desviaram bilhões da Petrobras superfaturando contratos, desviando para empresas frias, e essas empresas frias entregando o dinheiro para políticos e partidos. É isso que nós queremos saber. Defendemos a sua presença, sem intimidação, como é do direito, é da lei.

Diante disso, eu quero perguntar à senhora. A revista *Veja* revelou que o Sr. Enivaldo Quadrado, condenado no mensalão e envolvido também na Operação Lava-Jato, chantageou o PT e recebeu às vésperas da eleição, agora, milhares de dólares para não envolver o ex-presidente Lula e o Ministro Gilberto Carvalho nesses escândalos todos. O objeto usado para chantagear o PT foi um contrato de empréstimo de R\$6 milhões feito entre a 2S Participações, de Marcos Valério, e a empresa Expresso Nova Santo André, do empresário Ronan Maria Pinto. A senhora teve acesso a esse contrato?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim, eu tive.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Se a senhora teve acesso, como chegou às suas mãos?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – O Sr. Enivaldo pediu para que eu guardasse esse contrato. Talvez há uns dois anos, já há bastante tempo, ele me pediu, eu tinha algumas pastas, alguns documentos dele lá, e ele me levou em um envelope lacrado e me pediu para que eu guardasse esse contrato.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – A senhora tem mais algo a dizer sobre isto?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sobre o contrato?

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Sobre o contrato.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Excelência, em algum momento, claro, eu abri e olhei aquele contrato e, para mim, sinceramente, naquele momento, não quis dizer absolutamente nada, porque se o senhor pegar o contrato me parece que há só uma assinatura. Então, aquilo, para mim, não quis dizer absolutamente nada. Eu só soube do teor desse contrato depois da revista *Veja*; do que se tratava esse contrato, que tinha a ver com o Marcos Valério, isso eu vim a saber só depois da publicação da revista *Veja*.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Eu gostaria de lembrar à senhora que, em 2012, durante depoimento ao Ministério Público Federal, o mensaleiro Marcos Valério, a turma do mensalão, já falava da existência desse contrato. Ele disse que foi procurado por Silvinho Pereira, Secretário-Geral do PT, que lhe relatou que Gilberto

Carvalho, Lula e José Dirceu estavam sendo chantageados pelo empresário do ramo de transportes Ronan Maria Pinto. A chantagem envolveria detalhes sobre a morte do ex-prefeito Celso Daniel, para a memória, não é, principalmente daqueles que estão no poder. Valério relatou que Ronan pediu R\$6 milhões para ficar calado, mesma quantia do contrato apreendido pela Polícia Federal agora na Operação Lava-Jato.

Pergunto à senhora: seria apenas uma coincidência, ou há coisa grossa atrás disso?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Desculpe-me, o senhor quer dizer em relação ao contrato? Olha, Excelência, pelo que eu li a respeito desse contrato, então, eu volto a afirmar, no momento em que eu vi, aquele primeiro momento em que eu vi o contrato ele não me disse nada, não entendi do que se tratava. O Sr. Enivaldo nunca me explicou, de fato, o que seria aquele contrato, só me pediu para guardar, eu arquivei, e, depois, quando eu li, e isso eu vou lhe dizer aqui, é a minha opinião pessoal, parece-me que há alguma ligação, sim.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Então eu insisto com a senhora, se me permite, sobre esse dinheiro e supostos milhares de dólares com os quais foi feito o pagamento da chantagem. Por acaso, em algum momento, o Enivaldo Quadrado, com quem a senhora trabalhou e com quem possuía uma relação de confiança, pediu-lhe para buscar dinheiro em algum lugar?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Em relação a esses seis milhões?

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Não os seis milhões, os milhares de dólares, num segundo momento, agora, agora, na eleição; agora recente. Se esses milhares de dólares foram repassados por alguém para fazer esse pagamento para calar o chantagista, que envolvia o ex-presidente Lula, José Dirceu, Gilberto Carvalho?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Excelência, desculpe-me. O senhor quer me dizer se ele recebeu esses US\$6 milhões, se eu saberia se ele recebeu esses US\$6 milhões? Não, eu não tenho conhecimento.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Se a senhora pediu... Veja só, o Enivaldo Quadrado pediu para a senhora algum dinheiro para pagar esse chantagista?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Pediu dinheiro a mim para ele pagar o chantagista?

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Sim, se a senhora foi buscar em algum lugar, emitiu alguma nota? Enfim, alguma ação da senhora?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, Excelência. O Sr. Enivaldo Quadrado me pediu, sim, para receber R\$15 mil durante alguns meses, que era um valor que ele recebia de um jornalista chamado Breno Altman, que ele me dizia que era o PT pagando a multa dele do mensalão.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – É isso que nós começamos a chegar naquilo...

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – O senhor me desculpe. Eu não entendi se o senhor estava me perguntando dos 6 milhões. Dos 6 milhões... Eu não tenho conhecimento desses 6 milhões.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Por que eu estou...?

Claro. Eu já comprehendi. A senhora já respondeu, inclusive anteriormente, ao Relator. Ao Relator, não, mas acho que ao Deputado Izalci.

Mas o que chama atenção é que as informações que correm, da própria Polícia Federal, são de que o responsável seria alguém da direção do PT. A senhora está acabando de afirmar esse dinheiro desse pagamento dessa multa de R\$15 mil por mês. É isso?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Pois bem.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Pode.

O que chama a atenção é que alguém vem e fala: "Não, mas esse dinheiro, esse dinheiro... Isso não é lavagem de dinheiro, porque a senhora não sabe explicar se o dinheiro foi para o exterior". Ora, se emite nota fria, não é lavagem de dinheiro? Seja aqui ou lá fora? Este é que é o dado. A lavagem de dinheiro aconteceu aqui, aconteceu nas empresas, aconteceu na consultoria que ela fez, na empresa dela. É verdade! E ela diz que é verdade. E mais: e lá fora? Bom, lá fora, qual é o contorno? Ela já deu, inclusive, o nome de empresas cujos valores vieram de lá para constituir empresas no Brasil.

Havia envolvimento do Sr. João Vaccari, tesoureiro do PT, nesse esquema dos dólares e que o Enivaldo Quadrado lhe falou sobre isso? O que significava esse contrato desse dinheiro lá depositado para chantagear, em outro momento, agora, em 2014, esse mesmo grupo?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Excelência, eu não tenho conhecimento de que tenha havido nenhum tipo de chantagem. Eu não tenho conhecimento que o Sr. Enivaldo tenha utilizado esse contrato a título de chantagem. Disso nunca me foi dado conhecimento. Quando ele me pediu que guardasse esse contrato, em momento algum ele falou para o que ele tinha utilizado ou se tinha utilizado. Então, a respeito disso... Eu realmente não posso lhe dizer nada a respeito desse contrato.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Sim, mas a senhora recebeu...

Então vamos voltar.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Em relação a esses R\$15 mil, ele dizia que era o PT que estava pagando a multa do mensalão. Ele foi apenado no mensalão.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Como é que a senhora recebia esses R\$15 mil?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Foram três meses que ele me pediu para que fosse buscar com o Sr. Breno Altman....

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Buscar onde?

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Na casa do Sr. Breno Altman, em dinheiro.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – A senhora já ouviu falar ou conheceu o Sr. Marcio Bonilha?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Já ouvi falar dele. É da Sanko- Sider.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Quando a senhora ouviu ou o conheceu?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Eu ouvia falar dele na época de GFD e eu estive uma vez na Sanko – não me lembro o ano em que eu estive lá –, falei com a Fabiana, mas sabia que ele era, se não me falha a memória, diretor da Sanko.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – A informação que tenho... Até minha assessoria trabalha muito nisso e acha que essa Sanko-Sider está envolvida até o pescoço com essa quadrilha que tomou conta da Petrobras. São muito importantes as informações sobre isso.

(Soa a campainha.)

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – E os Srs. Eduardo Leite e João Auler?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – São da Camargo Corrêa. O Sr. Eduardo Leite era chamado de "Leitoso" e o Sr. João Auler é cunhado do Sr. João Procópio. A informação que eu tenho, segundo o que eles diziam, é que foi o Sr. João Auler que pediu que o Alberto empregasse o Sr. João Procópio.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Pois é. Nós estamos aqui, mais uma vez, diante de pedir uma reunião administrativa para que os sigilos sejam quebrados, gente. Isto não é possível! Com todas as informações que nós temos, desde o início... Quer dizer, há uma blindagem com relação a empreiteiras. Nós não vamos chegar a lugar nenhum se não chegarmos nas empreiteiras, sem buscar saber, efetivamente, o que aconteceu, o dinheiro que saiu da nota fria que foi feita, da lavagem de dinheiro aqui dentro, bilhões e bilhões.

A senhora declarou à revista *Veja* que, abre aspas, "depois da operação, me ligou um advogado dizendo que iria cuidar de tudo. As empreiteiras queriam saber o que eu sei para ver até onde a água ia chegar nelas". A senhora poderia nos explicar melhor essa declaração?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

Houve um advogado que me procurou e, inclusive, contratou um advogado para mim... Foi-me nomeado o Dr. Carlos Fernando Braga, que me foi apresentado e foi nomeado como meu advogado. Inclusive, na ocasião, em julho...

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – É o mesmo do telefonema?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – É outro.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Inclusive, na ocasião eu assinei uma procuração para ele. Isso foi no começo de julho. E depois, logo em seguida, quando fui à Polícia Federal eu cancelei essa procuração. E o que eles me diziam era que a Constran/UTC é quem pagaria esse advogado.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Ele estava, então, em nome desta empresa?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Ele me dizia que quem iria pagar o advogado... Inclusive foi dito que o seu Walmir Pinheiro, que é da Constran/UTC, teria ficado comovido com a minha situação e pagaria esses honorários de advogado.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – O Sr. Waldomiro, proprietário da MO Consultoria, tinha facilidade com instituições bancárias?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Ele me dizia que sim, Excelência. Ele me dizia que conseguia fazer saques, conseguia sacar R\$500 mil, R\$600 mil por dia.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – E ele emitia notas? Como era efetuado esse pagamento na conta dele?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Ele emitia notas. As empresas para as quais ele emitia nota realizavam o pagamento, o depósito, TED na conta dele, e ele sacava.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – E a senhora entregava a quem? A senhora tem...

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Excelência, aí eu nunca vi ele fazendo essas entregas efetivamente. Sabia... Ele ia muito lá na GFD. Sabia que ele fazia as entregas normalmente para o seu Alberto. Posteriormente, o seu Waldomiro me falou que faria também entregas na OAS e na Sanko-Sider.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Eu gostaria de mostrar aqui, apenas para a senhora compreender um pouco como funcionava o esquema dentro dessa quadrilha que tomou conta da Petrobras.

Aqui a Petrobras. Em seguida, nós temos os contratos superfaturados e os números chegam a 20% em cada um deles, ou até mais, dependendo do caso.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Eu estou mostrando.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Então, os contratos superfaturados da Petrobras com as empreiteiras.

Esse dinheiro dessa obra superfaturada, esses contratos fictícios e a emissão de notas frias. O dinheiro voltava para as empreiteiras ou era distribuído pelo Youssef para atender à sanha, à gana de políticos, deputados, senadores, governadores, ministro e partidos políticos, evidentemente.

A GFD do Sr. Youssef e a MO do Sr. Waldomiro que emitiam e sacavam um dinheiro na boca do caixa e se abatia a comissão em até 14% dos valores que eram sacados na boca do caixa e devolvidos aí.

Aí eu pergunto para a senhora: Quem distribuía esse dinheiro? Como era distribuído, enfim?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Excelência, em relação a esse esquema que o senhor está mostrando, eu não tinha esse nível de conhecimento. Então, o que posso dizer ao senhor é o seguinte: o dinheiro, até onde eu tenho conhecimento, era concentrado com Alberto Youssef. Quem entregava esse dinheiro fisicamente eram as pessoas que trabalhavam diretamente para ele, mais especificamente o Sr. Rafael Lopez, o Sr. Adarico Negromonte e algumas outras pessoas que eventualmente ele pedisse para que fizessem a entrega física de dinheiro.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – E os beneficiários? A senhora tem como dizer para esta CPMI?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não tenho, Excelência. Só aqueles que conheço realmente, com quem eu tive algum contato que eu posso dizer. De outros que tenham sido beneficiários, eu não tive conhecimento.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Sr. Presidente, eu estou inscrito como Líder e estou inscrito lá às oito horas da manhã. É só pegar o registro que o senhor vai ver. Antes de chegar, então, no meu tempo de Líder, quero fazer uma última pergunta.

A senhora acaba de nos revelar – e isso é importante – que após o mensalão, agora existe o prêmio do mensalão para pagar o silêncio dos bandidos que protegeram e protegem não só o PT no Governo, mas todos aqueles envolvidos. Então, agora nós temos o prêmio do mensalão. A senhora sabe dizer o valor desse prêmio? Ou quantos mais o recebem?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não. Não sei, Excelência.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Nomes?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não. Eu sei que esse valor era utilizado para pagar multa da penalidade do seu Enivaldo.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Sim. Entendo, fechando, a senhora tem conhecimento se a Sr^a Taiana – de quem a senhora falou no início, respondendo ao Relator –, namorada do Sr. Youssef, trabalhou para algum Parlamentar?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Trabalhou para a Deputada Aline Corrêa.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Esses presentes para ela, apartamento, restaurante, e para outras pessoas, essa pessoa, essa namorada, essa amante, enfim, foi usada como “laranja”, pelo que a senhora declarou, o restaurante...

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Que eu tenha conhecimento, não, Ex^a. Eram bens dela mesma. Ela morava em um apartamento com o filho, trabalhava nos restaurantes e sobrevivia do... Foi presente, presente.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Sr. Presidente, então, quero encerrar meu tempo, como Líder. Não vou fazer perguntas, mas vou fazer uma leitura...

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – O senhor está pedindo para emendar, então, o tempo em seguida?

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Sim, mas estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Está bem, Deputado. Concordo.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – É só ver na ficha.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Pode continuar.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Não é ordem, não. É porque ele tem direito de falar como Líder. Eu tinha outro pedido do Líder Humberto, mas, como ele já está, vou deixar continuar.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Estou inscrito desde às 8h da manhã. Está escrito na minha ficha que eu iria falar...

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Está bem.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – ...como inscrito e como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Está bem. O senhor pode continuar como Líder.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Então, Sr. Presidente, tenho aqui esta matéria da *Istoé*, que é de outubro deste ano e que fala sobre o esquema que o Sr. Youssef está revelando, e o que é grave: o pagamento dessa propria veio tão refinado que é muito difícil rastrear, porque se criou o *money delivery*, a propina entregue a domicílio. A que ponto chegou a sofisticação pós-mensalão! Agora, um modelo mais aperfeiçoado, mais refinado: a entrega do dinheiro a domicílio, *money delivery*.

E tem mais, Sr. Presidente. Aparece aqui, claramente, e a revista diz isso: "Se falta energia no Brasil é porque 70% das empresas do setor não existem de fato e nunca existirão..." A situação da energia no País é tão grave que 70% das empresas do setor não existem e nunca existirão. Dinheiro do BNDES. Pequenos bancos envolvidos, muitos quebraram. Isso não comove os governistas. Não se afasta ninguém. Não se manda substituir. Não se manda... Nada! Não, não, não... O Governo que está aí... É uma coisa da maior gravidade. E aí vem a anuência política dos Partidos do Governo e de parte da Base do Governo indo ao BNDES e pedindo anuência para emprestar dinheiro para essas empresas que nunca existiram e nunca existirão. Empréstimos, Sr. Presidente, que nunca serão pagos. É dinheiro do povo brasileiro que não será pago. "O dinheiro desaparece após uma série de incorporações feitas por empresas de investimentos, participações ou *holdings* financeiras controladas por off-shores em paraísos fiscais."

Outra revelação dele igualmente estarrecedora foi de que muitos bancos pequenos e médios que quebraram nos últimos dez anos foram usados para lavar dinheiro do esquema, ou seja, estamos prestes a presenciar a maior crise política da história do País, e vamos chegar ao chefe da quadrilha.

Isso está tudo divulgado... Perdão, divulgado, não. Isso está tudo na delação premiada, a que, alías, a própria CPI está pedindo acesso e que fala exatamente isso.

É isto que o País precisa: passar a limpo todos aqueles... a quadrilha que não só tomou conta do poder e quer se manter a qualquer preço no poder, como aqueles que estão lá usando dinheiro público, bilhões deles. Há um tempo em que se falava de milhares de reais desviados; de repente, vieram milhões, de uns anos para cá; agora, bilhões! A que ponto chegamos!

Então, Sr. Presidente, quero deixar aqui, mais uma vez, o reconhecimento nosso à Srª Meire Poza, por sua coragem de assumir os seus erros e ajudar o País a ser passado a limpo, e não deixá-la de forma alguma ser intimidada, e, sim, que ela tenha liberdade e possa contar com o apoio do Parlamento para nos ajudar a que as investigações cheguem ao seu final, não só à quadrilha, mas sobretudo ao chefe da quadrilha, a que estamos prestes a chegar, felizmente, para o bem do País.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Muito bem...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Sr. Presidente, só uma questão de ordem. Como foi falado em Rafael Angulo Lopez...

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Deputado Izalci...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – ...eu só queria pedir a V. Exª que colocasse... Tem um requerimento meu, nº 705, que convoca o Rafael Angulo Lopez, que é o que distribuiu o recurso. Vamos provar para saber para quem esse dinheiro era dividido.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Na reunião administrativa, V. Exª, por favor, peça para colocar em votação esse requerimento.

Passo a palavra ao Líder do PT no Senado, nobre Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu encaro que o depoimento da Drª Meire, de certa forma, traz uma frustração grande para todos nós, porque, na verdade, tudo que foi propalado pelos meios de comunicação é de que ela teria revelações bombásticas, teria condições de agregar outros nomes àqueles que ela já havia anteriormente, junto à Justiça e junto à Comissão de Ética da Câmara, colocado. Portanto, fica um pouco essa frustração, que, certamente, só poderá ser resolvida quando nós tivermos o acesso ao trabalho que foi feito pela Polícia Federal e pelo Ministério Público, da delação premiada, tanto do ex-Diretor Paulo Roberto Costa quanto do Sr. Alberto Youssef, porque, segundo o que tem saído na imprensa, é nessa junção que as pontas vão se ligar.

Mas, por outro lado, eu acho que o depoimento dela é importante na medida em que coloca os pontos nos is em questões que foram atribuídas a ela, como dizer que o Sr. Youssef tinha acesso a prefeituras do PT, para tentar firmar negócios de um fundo de investimento que não firmou negócio com nenhuma delas, que eu saiba; ou como dizer que, de alguma forma, ela teria informação de que o Sr. Vaccari teria feito algum tipo

de intermediação junto a fundos do Governo Federal, bem como agrega algumas coisas que ela disse e que eu acho que carecem de investigação também, como, por exemplo: para que finalidade houve a emissão de notas para essa empresa Grande Moinho Cearense? A título de que o Deputado Argôlo receberia esses recursos dessa empresa do Ceará?

Portanto, acho que o depoimento é importante no sentido de nós também sabermos o que alguns órgãos de imprensa tentam vender como verdade absoluta, às vezes colocando na boca das pessoas coisas que não foram ditas, que não constam de depoimentos, e o que é de fato verdade.

Aliás, essa conspiração que foi narrada por um órgão de imprensa, de que havia um pedido de empréstimo para impedir uma chantagem que estava sendo feita contra quem quer que seja, foi totalmente contestada pela própria Justiça eleitoral, o TSE, que deu direito de resposta ao Partido dos Trabalhadores em um órgão da grande imprensa brasileira e que aguarda tão somente julgamento por parte do Supremo, já que um dos ministros do Supremo, por liminar, resolveu suspender esse direito de resposta.

Então, muitas coisas que são ditas aqui não são ditas a partir de fatos que foram constatados, ou pela polícia ou pela Justiça ou que foram ditos efetivamente pelas pessoas que aqui vêm testemunhar.

Eu queria fazer esta colocação: eu acho que o depoimento é esclarecedor, pelo menos no sentido de não imputar à depoente coisas de que ela não tem conhecimento ou que ela não disse, e eu sou daqueles que esperam, de forma bastante ansiosa, que possamos ter acesso de fato a essa delação premiada, que vai dizer quem de fato se beneficiou desses eventuais esquemas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Nós agradecemos ao Líder do PT, Humberto Costa.

Agora...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Sr. Presidente, como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Por favor, V. Exª também dispõe de cinco minutos.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Sr. Presidente, colegas Parlamentares, Srª Meire Poza, eu também comungo do pensamento do Deputado Rubens Bueno de que, em que pese a senhora ter também cometido irregularidades, ter admitido isso e, obviamente, ter que responder por elas, eu comprehendo, eu entendo que a senhora está prestando um serviço relevante ao País ao assumir, de maneira clara, ao estar aqui colocando de forma direta, objetiva, as informações que a senhora possui.

Então, eu espero que a senhora continue contribuindo, porque nós estamos diante da possibilidade – espero que a gente materialize isso – de desvendar todo um esquema gravíssimo que se vem perpetuando neste Governo, escândalo após escândalo, já com um comportamento de quem entende que o crime compensa; um comportamento daqueles que tentam transformar em ídolos os que estão presos na Papuda; um comportamento daqueles que não titubeiam, não vacilam em pagar a multa que a Justiça estabeleceu, em fazer arrecadações e se vangloriar de que estão ajudando os grandes companheiros que roubam a Pátria. A Justiça prova que roubam, e vão roubar de novo. Enquanto nós não conseguirmos estancar isso, a perspectiva para o nosso País é muito ruim. Não adianta nós ficarmos só aqui dizendo das mazelas que temos na saúde e na educação, do drama que milhões de brasileiros vivem, enquanto aqueles que dizem que querem melhorar isso roubam a Pátria e transformam ou tentam transformar em heróis os que estão presos. E agora vão tentar encobrir os fatos novamente, varrer para debaixo do tapete, ou até intimidar a senhora.

Então, é importante que a gente saiba aqui conduzir isso com firmeza, com clareza.

Eu quero insistir numa pergunta com a senhora – insistir no sentido de ter um pouco mais de esclarecimento –, porque, embora possa parecer até de menor monta, até pelo valor... Nós estamos falando de bilhões, e de repente tem uma situação aqui que a senhora confirmou que envolve R\$15 mil por mês para pagar a multa do Enivaldo e que teria sido algo de que a senhora participou a pedido.

A senhora poderia explicar um pouquinho melhor para a gente como foi isso? A pessoa pediu à senhora? A senhora recebia esse dinheiro? Entregava para quem? Como fazia?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Posso, sim, senhor.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Por gentileza.

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – O Enivaldo mora em Assis; não mora em São Paulo. Depois de deflagrada a Operação Lava-Jato, ele esteve 10 dias preso, depois saiu e logo em seguida saiu a pena do mensalão. Então, ele cumpre essa pena prestando serviços na cidade onde mora, em Assis. Então, ele teria, logo em seguida... Eu sou muito ruim de datas. O senhor me desculpe, Excelência, mas, se não me falha a memória, parece-me que foi em maio, que foi quando saiu esse cumprimento da pena e os valores que ele teria que pagar, porque ele teve uma pena de três anos e meio e uma multa a pagar. Então, foi quando saiu esse valor e daí ele fez esse acerto com o Sr. Breno Altman...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Sim.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – ... só que ele estaria em Assis. Então, ele pediu que eu fosse buscar para ele esses valores em dinheiro. E eu fui durante três meses buscar.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Com o Breno Altman.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Exatamente.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – E o Breno recebia da direção do PT, segundo a senhora soube...

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Excelência, eu não sei de quem ele recebia. O que foi dito a mim...

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Líder Domingos, nós temos que ter uma ordem aqui, senão vai ficar sem valor jurídico qualquer depoimento, qualquer coisa, porque V. Ex^a, na condição de Líder, não pode indagar, não pode fazer pergunta diretamente. O senhor tem bancada. É só para fazer a correção, porque a Mesa me chama ao rigor do Regimento.

Eu gostaria de convidar, então...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Eu vou concluir, então, meu tempo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Por favor.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Mas eu agradeço. Oportunamente, peço aos outros colegas, ou eu mesmo vou me inscrever e fazer a indagação, porque é óbvio que nós não podemos perder essa oportunidade de ter informações que a Sr^a Meire se dispõe a nos dar, porque isso mostra uma correlação entre os esquemas. Ou seja, é quadrilha instalada no País, não só na Petrobras. Rouba primeiro no mensalão, aí o criminoso do mensalão é condenado, e aí a quadrilha... Sabe o PCC, como eles têm aqueles esquemas lá? Eles dizem: "Você está preso. Então, a quadrilha vai continuar alimentando os seus interesses". A quadrilha se instalou no Brasil. A quadrilha roubou no mensalão; aí, o indivíduo é condenado. Alguns viram heróis, fazem gesto de heróis, são louvados pela militância. Outros têm a multa, e aí o partido se organiza para, com dinheiro roubado, num esquema todo montado, envolvido com outra operação de lavagem de dinheiro, continua roubando dinheiro do País para pagar a multa do condenado do mensalão. Agora com o dinheiro do petrolão.

Uma outra indagação, embora ela não possa me responder – eu acho que vai precisar de, no momento oportuno, avaliar – é, assim como existe isso de R\$15 mil por mês, existem os bilhões, o envolvimento das empresas com contratos na Petrobras e o fato de que essas empresas para ganhar licitação na Petrobras já têm que ter conta no exterior. A empresa vitoriosa, a empresa que opera com a Petrobras. E, nessa conta no exterior, ela é obrigada a depositar a propina também. Segundo o que se fala, já há cerca de 38 contas no exterior. Depois nós vamos querer, no momento apropriado, indagar se a Dr^a Meire, como contadora, ouviu ou sabe de alguma coisa dessas conta no exterior de empresa vitoriosa na Petrobras.

Mas, por fim, Sr. Presidente, o que nós precisamos neste momento deixar claro é que é inaceitável, é inaceitável que, sob o pretexto de que se tem de manter o sigilo da investigação, as pessoas continuarem roubando.

Ora, é comum na Justiça, quando alguém está para querer apagar prova, antes mesmo da condenação final, essa pessoa ser presa. Isso é comum, é um artifício de que a Justiça dispõe. Olha, se há alguém acusado, existem indicativos de que essa pessoa, de fato, cometeu aquele crime, e ainda não se concluiu o julgamento, mas, se ela vai fazer chantagem, vai interferir no processo, ela pode ser presa.

E o que nós temos são ministros, deputados, figuras de alto poder que continuam exercendo cargos e exercendo influência e, daqui a pouco, querendo intimidar a Sr^a Meire e outros, como se nada tivesse acontecido. E esta Comissão pedindo que o Ministério Público e a Polícia Federal compartilhem conosco, havendo uma demora em compartilhar. Nós precisamos agilizar isso. O Brasil não merece isso! E olhem que nós estamos vivendo um momento de decidir o futuro do Brasil. Nós vamos decidir se vai continuar isto que está aí ou se nós vamos mudar de fato. E vão ficar querendo esconder debaixo do tapete.

O curioso é que hoje, por exemplo, nos jornais está constando que foi preso um cidadão, assessor do Ministério das Cidades que, até poucos dias atrás, se licenciou e foi para a campanha do Pimentel, que acabou de ganhar a eleição para Governador de Minas. Esse cidadão foi preso com R\$116 mil, sem origem definida, no aeroporto, num jatinho, e nós estamos aqui investigando a prática instalada no Brasil de roubar dinheiro público e usar esse dinheiro público depois para financiar campanha, para fazer propina, para enriquecimento ilícito. E nós vamos ficar quietos? E há um segundo turno correndo. Há bilhões de dólares financiando o destino do País para manter os bandidos no poder.

Então, nós precisamos, Sr. Presidente – e eu concluo –, insistir com o Ministério Público e com a Polícia Federal que compartilhem conosco, ainda que em reunião absolutamente secreta, mas que compartilhem conosco o que foi dado de delação premiada; quem são os bandidos que estão convivendo conosco aqui dentro desta Casa; quem são os bandidos que estão dizendo que são os salvadores da Pátria,...

(Soa a campainha.)

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – ... mas que estão roubando o dinheiro do povo brasileiro, que usam esse dinheiro roubado para enganar de novo, fazendo campanhas milionárias e para tentar se perpetuarem no poder no Brasil.

Não se deixe intimidar, Srª Meire. A senhora terá de responder pelo que a senhora cometeu de erro.

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim, Deputado.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – E nós não vamos amenizar isso. Mas a senhora não pode intimidar-se, porque o País precisa ser passado a limpo, e nós precisamos virar essa página e não jogar para debaixo do tapete.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Nós temos agora, pela ordem de inscrição de requerimento, a Senadora Vanessa Grazziotin. Mas há um pedido do Deputado Afonso Florence, na condição de Líder do PT.

V. Exª tem cinco minutos, Deputado.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srªs e Srs. Parlamentares, todos os que assistem a esta reunião e nos ouvem; Srª Meire, o seu depoimento será muito importante por todas as perguntas feitas pelo Relator e pelos Parlamentares no processo de apuração das investigações desta CPMI. Nós estamos nos debruçando sobre uma massa documental bastante volumosa, sobre quatro eixos: das acusações, dos indícios, das supostas evidências de atos ilícitos na Petrobras.

Há, obviamente, indícios fortes de atos ilícitos já praticados, e há um processo de delação premiada em curso. E a Operação Lava-Jato tem uma conexão, e o nosso propósito aqui é apurá-la.

E é legítimo que os Deputados de oposição, faz parte do jogo da democracia... E a imprensa brasileira tem lado, cada órgão tem uma linha editorial. Faz parte do jogo da democracia brasileira que depoentes e testemunhas tenham acesso a horas e horas de entrevistas, e que o noticiário faça parte do jogo político.

Todas as evidências e a conclusão de investigações provam que, no poder político do Brasil, não há a corrupção que está sendo alegada aqui pela oposição.

O Procurador-Geral da República, a Polícia Federal, é óbvio que é prerrogativa institucional, legal, constitucional dessas instituições dos poderes... Mas nós temos patrocinado... O Partido dos Trabalhadores, na oitiva do Sr. Paulo Roberto, assim como de V. Sª, reivindicou sessão aberta porque nós não temos o que esconder. Nós queremos apurar, porque a Petrobras é patrimônio brasileiro, e as decisões quanto a Pasadena foram tomadas dentro de parâmetros da corporação inteiramente legitimados, transparentes. O resto é ilação e disputa política feita pela oposição.

A Ação Penal nº 470 foi concluída, há condenados.

A senhora, aqui na abertura do seu depoimento, na nossa oitiva, disse que não via conexão, não tinha conhecimento de uma relação direta entre a Operação Lava-Jato e a CPMI, mas que se dispunha a esclarecer. Os parcisos esclarecimentos que a senhora apresentou são elucidativos.

Eu gostaria de reiterar alguns aspectos que... Estou inscrito para fazer perguntas – em seguida as farei –, mas acho que é importante destacar.

Um tema que é importante ter nítido é se o fundo de investimento e participação foi, funcionou como um sistema operacional para captação de recursos para o PT. Se isso ocorreu.

Outro aspecto importante é saber se, de fato, houve acesso privilegiado de prefeituras do PT com operação de captação ilícita de recursos para financiamento eleitoral. Isso diz respeito, objetivamente, e se isso tinha relação com a CPI, com a operação de Pasadena e com a Petrobras. Isso tem relação direta com o que está sendo investigado aqui hoje. Sobre isso é importante ter esclarecimento.

A senhora está prestando um serviço importante ao País, é verdade. E, corretamente, com serenidade, reconheceu onde, no conjunto de operações, a sua empresa, que preexistia, acabou incidindo em prática que a senhora reconhece que não convinha, que era ilícita.

(Soa a campainha.)

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Mas nós temos que saber isto: prefeitura do PT operava? O fundo? Esse banco operava? Quem eram os clientes desse banco, se é que ele existia?

E nós temos que entender também o lugar da senhora nesse processo todo. Em determinado momento, depois de o Sr. Youssef ser preso, a senhora resolveu falar. Para nós, é importante entender em que momento e por que a senhora resolveu falar.

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Isso é importante também.

E registrar que nós, do Partido dos Trabalhadores, do Governo da Presidenta Dilma, assim como do governo do Presidente Lula, queremos investigar, queremos passar o País a limpo, porque as conquistas que o povo

brasileiro vem tendo não podem ser jogadas no processo eleitoral da forma como a oposição está querendo. A apuração tem que ser cuidadosa, serena, célebre, mas ela não pode ter como objetivo incidir no curso do processo eleitoral. A eleição é outra coisa, o resto é exagero, e é desespero do pessoal da oposição.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Nós que agradecemos.

Eu peço à Srª Meire que, tendo em vista que são Líderes fazendo os comentários, não há necessidade de respostas.

Agora, vamos novamente voltar à ordem de inscrição, com preferência para quem for autor dos relatórios.

Nós temos o Requerimento nº 686, de autoria da nobre Senadora Vanessa Grazziotin.

Logo em seguida, seria o Senador Humberto Costa, que já indagou e já saiu; logo em seguida, seria o Deputado Marco Maia, que também já falou, e se quiser falar de novo fica em aberto, na condição de relator-geral desta CPMI; depois, o Deputado Sandro Mabel, que também não se encontra; depois, o nobre Deputado Fernando Francischini; e, em seguida, o último, 724, do nobre Deputado Onyx Lorenzoni. Então, só para dizer a ordem dos trabalhos.

Em seguida, começaremos as inscrições, a lista de inscrições.

Está bem? Então, só para poder deixar tudo com muita tranquilidade.

Com a palavra, então, a nobre Senadora Vanessa Grazziotin.

V. Exª tem cinco minutos diretos ou dez minutos intercalando.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, não tenho muitas perguntas, não. Vou fazer algumas e gostaria das respostas imediatas.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Está bem. Então, dez minutos intercalados.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – A senhora falou... Eu quero retornar, aqui, tentar ligar, porque nós estamos na CPI da Petrobras.

Em alguns depoimentos que a senhora prestou, e, aqui, está confirmado absolutamente todos, a senhora teria dito que não poderia afirmar em relação a alguma ligação entre esses recursos que entrariam, essas notas que eram expedidas, mas que teria ouvido falar que alguma relação havia com o Consórcio RNEST, mas que não poderia afirmar, mas que a senhora sabia que alguma negociação estava em curso.

A senhora poderia ser mais clara?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Claro.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Trazer dados mais claros para esta CPI?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim, Excelência, eu até falei disso agora há pouco.

A MO Consultoria emitia notas e tinha contratos que citavam, especificamente, esses consórcios, só que a MO não era cliente meu. Então, eu tive acesso a esses documentos porque o Sr. Waldomiro levou todos esses documentos para o meu escritório, para me pedir para fazer uma revisão, que acabou sendo impossível de ser feita. Então, ali, eu vi.

Sabendo que a MO não tinha uma atividade, então, eu deduzo que seja esse tipo de operação.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – E esses contratos estão de posse da Polícia Federal?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim, senhora, estão.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Foi a senhora quem repassou?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não. O que aconteceu: houve uma busca e apreensão no meu escritório no dia 1º de julho, e esses documentos estavam no meu escritório.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – E esse senhor Waldomiro pagou quanto para a senhora fazer essa revisão dos contratos?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Ele não pagou, Excelência. Ele levou para que eu tentasse fazer alguma coisa. Isso ele levou, se não me falha a memória, em 2013. Foi logo quando houve a CPI do Cachoeira que ele levou lá, e essas caixas ficaram lá no meu escritório. Eu pedi, reiteradas vezes, para que ele as retirasse de lá e ele não retirou.

Se eu puder esclarecer, até, quando houve a operação, foi deflagrada a Operação Lava-Jato, a GFD ocupava um escritório na Rua Dr. Renato Paes de Barros, que é muito próxima ao meu escritório.

Então, eles queriam devolver o imóvel, porque eles não tinham mais quem... Foram quase todos presos, mas o Sr. João Procópio não foi preso. Então, o Sr. João ficou cuidando disso. Ele precisava devolver o imóvel, então, ele me pediu para que ele pudesse levar todos os documentos da GFD para o meu escritório. Eu tinha uma sala a mais.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Desculpa, mas esse João Procópio é da MO?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, ele é da GFD. É só para chegar na justificativa desses documentos.

Então, eles levaram todos os documentos da GFD para o meu escritório. Eu peguei uma sala, no meu escritório, e deixei só para documentos da GFD. Daí, eu peguei esses documentos do Sr. Waldomiro, da MO, peguei todos os documentos que eu tinha, lá, que eram deles e coloquei todos numa sala só.

Então, quando houve essa busca e apreensão da Polícia Federal, a Polícia Federal foi exatamente nessa sala onde estavam os documentos da GFD, e, como estavam, também, os documentos da MO, da CSA, a Polícia Federal levou todos esses documentos.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Entendi e entendi, também, que a senhora, então, quer dizer, a senhora nos diz, aqui, que esses negócios, possivelmente relacionados com a Petrobras, eram negócios feitos não pelo Sr. Youssef e, sim, pela MO, que era do Sr. Waldomiro. Foi isso?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Exatamente. O Sr. Waldomiro trabalhava...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Mas, aí, num outro depoimento, ou em alguns desses, a senhora disse que esse Sr. Procópio, que é da GFD, teria lhe dito que, somente com a Camargo Corrêa, ele tinha a ver mais de R\$12 milhões.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Exatamente.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – O Sr. Youssef não é da GFD? Então, a GFD também tinha alguma ligação com alguns negócios relacionados à Petrobras?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – O Alberto... Sim, o Sr. Waldomiro, da MO Consultoria, trabalhava para o Alberto Youssef. Então, a maioria das notas que ele emitia, ele emitia a pedido do Alberto Youssef.

Em relação a esse episódio dos R\$12 milhões, o Sr. Alberto, em 2012 ou em 2013, teve um enfarto. Ele ficou afastado do escritório, e o escritório parou, porque quem movimentava o dinheiro, quem colocava dinheiro lá no escritório era o Alberto. E daí eles precisavam recorrer a dinheiro. Então, o Sr. João veio conversar comigo, disse que a Camargo Corrêa tinha uma dívida com o Alberto no valor de R\$12 milhões. Isso, inclusive, Excelência, já era... O Alberto mesmo dizia isto várias vezes, que a Camargo Corrêa devia a ele R\$12 milhões. Então, segundo ele, devia mesmo. Aí o Sr. João veio me falar que a Camargo Corrêa devia R\$12 milhões, e que ele tentaria fazer algum negócio, alguma forma, para que a Camargo Corrêa pudesse pagar R\$2 milhões, para que fizesse esse pagamento para a minha empresa. Isso não foi feito. Mas foi a forma como eu soube...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Para a sua empresa?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Exatamente.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Como é o nome?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Arbor.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Mas por que pagaria R\$2 milhões à sua empresa?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Para que eu repassasse o dinheiro a eles. Mas essa operação não foi feita.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Aí, chegando à sua empresa... A senhora disse que, além dos seus serviços de contabilista, a senhora também emprestava o nome da sua empresa para fazer notas frias...

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – ...de serviços que não tinham acontecido em hipótese alguma. Não ouvi qual a comissão que a senhora recebia por isso.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sete por cento.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Sete por cento?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – E, obviamente, o recurso para o imposto.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – E 7% eram seus?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Exatamente.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Então, a senhora ganhava muito mais com essas comissões do que os R\$15 mil.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Na verdade, 3,5%, porque esse valor era dividido com o Sr. Enivaldo Quadrado.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Com o Sr. Enivaldo Quadrado?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Então, a senhora era sócia do Sr. Enivaldo Quadrado?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Eu diria que sim, porque, como ele apresentou o Alberto, como ele vivia em dificuldades, então, ele pedia para que fosse dividido esse recurso.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – A senhora cita e, aqui, parece que confirmou – eu dei uma saída daqui na hora – que foram R\$7 milhões – pelo menos, é o que a senhora se lembra – em nome da Arbor, sua empresa, de notas frias, e, entre estas, haveria uma no valor de R\$1 milhão para o Grande Moinho Cearense.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Isso, exatamente.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – A pedido do Deputado Argôlo?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, a pedido do Alberto Youssef. Só depois de deflagrada a operação, foi que eu soube que essa operação teria sido feita a pedido do Deputado Luiz Argôlo.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Mas, na época, foi o Sr. Youssef que pediu?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Exatamente.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – E que tipo de serviço fantasma a senhora fez constar nessa nota para o Grande Moinho?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Serviços de consultoria contábil, alguma coisa assim. Não me lembro agora, Excelência.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – E a sua empresa os teria prestado ao Grande Moinho Cearense?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – A senhora sabe quem são os proprietários do Grande Moinho Cearense?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, senhora. Eu conheço só um diretor, que é o Sr. Cláudio Fontaneli ou Fontenele.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Tem alguma coisa a ver esse Grande Moinho Cearense com uma empresa de *shopping centers*?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não tenho conhecimento, Excelência. Não tenho conhecimento.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Eu entrei no Google, e, salvo engano, o Grande Moinho Cearense é uma empresa brasileira que atua no mercado de moagem de trigo em Fortaleza. Está instalado numa área de 12 mil metros quadrados, e parte do grupo é controlada por Carlos Francisco Ribeiro Jereissati, que também detém Iguatemi Empresas. Então, desses R\$7 milhões, R\$1 milhão foi para essa empresa a pedido do Deputado?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Exatamente, o Grande Moinho Cearense.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Então, Sr. Presidente e nobre Relator, seria importante que a Sr^a Meire pudesse detalhar valores pelo menos de sua empresa e explicar para quem foram esses R\$7 milhões e com qual objetivo.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim. Eu já fiz isso, Excelência.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Para a CPI?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não. Está no processo da Polícia Federal. Os documentos, quando houve esse procedimento de busca e apreensão, não ficaram comigo. Tudo isso já foi feito pela Polícia Federal. Então, está no inquérito.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Eu acho que, de fato, a senhora, pelo que tudo indica, era muito mais que uma contabilista de um grupo. A senhora, de fato, era parte, pelo que a senhora própria diz. Mas as informações que a senhora traz serão muito úteis a esta CPI de todas as formas.

Eu acho que o nosso dever aqui é buscar o relacionamento com a Petrobras, mas tudo indica que...

(Soa a campainha.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – ... esse grupo prestava serviços de lavagem de dinheiro, o que eu também gostaria muito de entender, assim como o Relator, porque é de difícil entendimento como tanto dinheiro sai do Brasil, como tanto dinheiro entra. Para onde vão esses recursos? Eu acho que nós temos a obrigação de descobrir esses meandros e por que empresas tão diversificadas que atuam em tantas áreas se utilizavam desse esquema e se beneficiavam disso. Ou era para esconder, lavar dinheiro e aí burlar o fisco, ou era, então, para desviar recursos que seriam públicos.

Não tenho mais nada a perguntar, não, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Vamos seguir a ordem aqui dos requerimentos de preferência, agradecendo à nobre Senadora Vanessa Grazziotin.

O Senador Humberto Costa já fez suas indagações. O Deputado Marco Maia também, mas, na hora em que quiser intervir, como Relator, estamos sempre à disposição. O Sandro Mabel também já o fez.

Eu gostaria de pedir para fazer suas indagações, perguntando qual o formato, ao nobre Deputado Fernando Franscischini. V. Ex^a fala cinco minutos ou dez minutos intercalados, Deputado?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Vou intercalar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Está bem, então. V. Ex^a tem dez minutos.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Eu queria cumprimentar V. Ex^a e os membros da CPMI e cumprimentar a Sr^a Meire Poza. A senhora me conhece lá do Estado, não é, D. Meire?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Desculpe?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Lá do Paraná, você me conhece de lá, não é? Sabe a minha profissão, onde eu trabalho lá?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, não, Excelência. Desculpe.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Você é de Londrina?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, eu sou de São Paulo.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – De São Paulo, mas você trabalhou em Londrina?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, não. Eu sou de São Paulo. Eu moro em São Paulo. Nunca estive... Eu só estive em Curitiba em função da Operação Lava-Jato, Excelência.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Você conhecia as prefeituras do Paraná que ofereceram o fundo de Previdência?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, senhor.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Nenhuma?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não. Eu sei que existe uma...

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Eu vi uma entrevista em que você disse...

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – ... Paranaguá. Paranaguá fez um aporte, mas eu não...

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Foi o prefeito que cuidou...?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Eu não sei, Excelência, porque, nessas operações, era um agente autônomo de investimentos quem trazia. Então, eu não cuidava diretamente dessas operações do FIP. Então, eu sei que existiam os aportes. Tenho a relação desses aportes. Eu sei que Paranaguá, se não me falha a memória, fez 2 milhões ou 2,5...

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Foram depositados 2 milhões de aporte para a Marsans.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Isso, exatamente. No próprio FIP. O FIP tem uma conta...

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Então, houve pelo menos uma operação, já que ouvi vários dizendo que não houve operações. Então, houve pelo menos um início de operação com a Prefeitura de Paranaguá, com 2 milhões de depósito.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim, sim, houve.

O senhor me desculpe, mas eu não sei precisar a que partido pertence a prefeitura...

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Não, nem perguntei.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Ah, desculpe.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – O segundo... Haveria um aporte de 14 milhões no dia seguinte. Você sabe se foi realizado esse segundo aporte da Prefeitura de Paranaguá? É o fundo de Previdência dos funcionários, não é?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – É o Instituto de Previdência...

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – De Previdência.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Isso.

Não, de Paranaguá, Excelência, eu sei que houve só esses 2,5 milhões no FIP.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Existia um previsto para o dia seguinte de 14 milhões de depósito.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não tenho conhecimento, Excelência, porque existe um...

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Quem intermediou, Meire, essa conversa...?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Foi um agente autônomo.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Como é o nome dele?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Foi o Ari, se não me engano, da BrasPrev. Então, se não me engano, foi ele quem trouxe essa operação de Paranaguá. Então, eu não tenho... O que eu tinha era o acompanhamento do fluxo do FIP. Então, eu sei quais foram as prefeituras que aportaram.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – O Ministério Público barrou esse segundo depósito com uma liminar na Justiça, quando foi denunciado pelos funcionários da prefeitura que o fundo de previdência dos funcionários estava sendo assaltado, sem autorização do conselho de administração, sem o conselho fiscal.

Eu já vi entrevistas da senhora dizendo que o Youssef pagava 10%...

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Exatamente. De comissão.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Como é que funcionava essa...?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Ele pagava para quem... Se o agente autônomo trouxesse a operação... Então, vamos dizer assim, vamos dar nomes aos bois...

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Como é que funcionava com 2 milhões?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Com 2,5 milhões, ele pagava 250 mil para o agente autônomo.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Como é que ele pagava isso?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Em dinheiro.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Em dinheiro?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Em dinheiro. Ele dava para o agente autônomo.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – E onde buscava o dinheiro? São Paulo? Londrina?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Excelência, o Alberto sempre tinha dinheiro lá. Então, no escritório dele, sempre tinha...

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Lá onde? Em São Paulo?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – É, lá no escritório dele em São Paulo.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Escritório onde havia as filmagens em que apareceram – não sei se a senhora viu – vários políticos entrando e saindo?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim. Ele teve dois escritórios. Esse era na Avenida São Gabriel. E, em 2003, ele se mudou para onde era a GFD, que é na Rua Dr. Renato Paes de Barros.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Esse escritório das filmagens dos políticos entrando e saindo era onde ficava grande quantidade de dinheiro?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – É. Depois, quando ele mudou para a GFD, começou a ficar lá o dinheiro.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Esse Sr. Ari da...

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Da BrasPrev.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Da BrasPrev.

Ele revelou outros contatos que ele tinha, prefeituras do Paraná? O meu interesse é... estou focando agora no Paraná, para ser mais específico, para não continuar tão aberto, já que agora a gente mergulhou em uma investigação, realmente. Outra prefeitura?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, não. Eu não tinha contato direto com ele, Excelência. Então, das prefeituras que aportaram dinheiro no FIP, eu acho que a única da Região Sul foi Paranaguá.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – A Marsans. Você também era contadora da Marsans?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não. Eu era contadora da Graça Aranha, que é a holding que cuidava da Marsans.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Você teve conhecimento, Meire, de que o Youssef poderia estar sendo alvo de extorsão por pessoas e pagando propina para não ser denunciado, para não ser envolvido em matérias? Tem conhecimento disso?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, Excelência. Não. Nunca ouvi isso.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – De pagamentos da Marsans a pessoas determinadas. Tem conhecimento?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, Excelência. Nunca ouvi isso.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Você foi muito corajosa denunciando tudo isso, Meire.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Obrigada.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Mas, pra mim, que sou um delegado da Polícia Federal, fica sempre, não uma curiosidade, que talvez curiosidade seja para quem não entende de investigação. Mas, para eu entender o contexto todo, eu vou fazer uma pergunta que eu gostaria que você, já que você tem demonstrado, Doutor Eri Varela, colaboração – parece até uma delação premiada ao vivo e pública o que você está fazendo, Meire... Qual a sua motivação de fazer tudo isso? Por que que você está fazendo tudo isso? Lá no íntimo da Meire. O que que você está querendo, Meire? Você sentiu que poderia estar envolvida criminalmente e está fazendo... Você está contribuindo com o seu País. Quem é a Meire a que a gente está assistindo hoje? Para a gente entender o contexto de tudo isso.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim. Claro.

Excelência, primeiro, eu acho curiosas essas colocações, porque parece que assim, sempre que alguém fala alguma coisa é porque "Olha, eu estou fugindo do crime", né? Então, se eu estivesse, uma das primeiras coisas que eu fiz foi apresentar o que eu fiz. Então, essa foi a primeira coisa que eu fiz.

O que acontece é que eu já havia tentado me desligar da GFD três vezes. A primeira vez foi em 2012, em março de 2012, logo depois que houve um episódio. Eu não quero me prolongar, mas se o senhor achar necessário.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Houve busca no seu escritório?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Mas só em 2014, houve no dia 1º de julho.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Mas, nessa Operação Lava-Jato, houve busca?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Houve, no dia 1º de julho.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – A senhora foi conduzida coercitivamente para ser ouvida?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não. Não fui.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Não?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não. Não fui.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Mas foi ouvida depois?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – É. Depois eu procurei a Polícia Federal, no dia 23 de julho, para ser ouvida.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – E a colaboração tem sido eficiente, que a senhora tem feito?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Eu acredito que sim, Excelência. Eu acredito que tenha. Mas, se o senhor me permite só responder. Então, em 2012, eu pedi para sair da GFD, quando houve uma operação do Igeprev, que não foi nem uma operação no FIP; foi uma outra operação do Igeprev, e aí eu soube que essa operação não era uma operação boa.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – A senhora já ouviu uma história de que a senhora estaria sendo acusada de ter-se apropriado de R\$600 mil, de algumas dessas empresas, ou do Sr. Youssef. Já ouviu uma história como essa?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Não?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não senhor.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Não tem nenhum conhecimento?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Que eu tenha me apropriado de R\$600 mil, não. O que eu sei e posso dizer ao senhor é que ele estava me devendo. Ele levou um cheque de R\$285 mil, e eu entreguei de fato uma loja, em pagamento desse cheque. Não só desse cheque. Alguns outros valores que ele devia, que tem uma planilha demonstrando que ele me devia.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Que seria mais ou menos R\$600 mil.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, não. O valor total era de R\$400 mil.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – E a senhora conversou por telefone, então, há áudios na operação que falariam sobre esses valores e a cobrança dele? Algo Assim? De onde surgiram, na investigação, esses valores?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Como assim? Áudios meus falando dele?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Dele cobrando que a senhora teria se apropriado, ou que ficou com esses valores.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não. Na última oitiva, a que eu fui como testemunha.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Sei. E que loja foi essa a que a senhora levou esses cheques?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, não, Excelência. Desculpe. Eu tinha um cliente que me fez um empréstimo, cliente meu – a gente tem isso documentado. Só que ele me deu...

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Quem que é esse cliente?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – É um cliente. Eu prefiria até não citar o nome, mas tem isso na...

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Para a Polícia Federal a senhora citou o nome desse cliente?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim. Ele me fez um empréstimo no valor de R\$285 mil, que foi no dia 14... Ele me entregou esse cheque no dia 13 de março.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Esse empréstimo a senhora recebeu em dinheiro?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não. Recebi um cheque.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Desse cliente?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – E, daí, eu pedi para o Alberto trocar esse cheque pra mim. Entreguei esse cheque para ele no dia 14. Ele falou: "Ah, então tá bom, eu troco esse cheque". Porque era para depositar na segunda feira o cheque, dia 17 de março.

Então, eu pedi para que ele trocasse e me mandasse uma TED, me mandasse em dinheiro. Aí, ele falou que faria isso na segunda-feira, que ele depositava o cheque, e tal, e faria uma TED para mim em dinheiro. Só que, na segunda-feira, ele foi preso.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Assistindo a tudo isso, a senhora viu vários Deputados e alguns Senadores, também, dizendo que tudo não passa de uma disputa política?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Você que está dentro de tudo isso e assistiu a essas montanhas de dinheiro, esses contratos, essas empresas envolvidas: isso tudo é disputa política ou você assistiu, como você depôs, a crimes sendo cometidos, uma quadrilha operando, Meire?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Eu vi como crimes.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Crimes?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Em momento algum, Excelência, eu não tenho partido, ...

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Com certeza.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – ...eu não tenho conhecimento político. Em momento algum, eu vi isso...

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Poderia você estar inventando toda essa história, Meire?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Ou você, realmente, assistiu a crimes cometidos com essas empresas públicas e autoridades?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Excelência, o meu depoimento... Primeiro, não houve uma denúncia, não. Eu fui até a Polícia Federal porque, no dia 1º, houve busca e apreensão no meu escritório, onde eles levaram os documentos da GFD que estavam lá. Em seguida, no dia 4, eu fui chamada por um advogado, que me deu um advogado que seria pago pelo UTC/Constran. E, aí, aquilo começou a me deixar muito aflita, porque a Polícia Federal deixou claro que eu seria chamada para ser ouvida em depoimento. E a Polícia Federal não me chamava para ser ouvida em depoimento, e eu escutava desses advogados que eu...

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Senador, vou emendar o meu tempo de Líder, como o Deputado Rubens Bueno o fez.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Então, esses advogados me falavam: "Olha, você não pode falar nada!" E, outra hora, eles falavam: "Olha, você tem que falar!" E, aquilo, foi me deixando muito aflita.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Você acha que era uma orientação para proteger autoridades aqui na CPMI? Para você não citar envolvimento de pessoas?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não. Eu creio que, não para proteger autoridades. Talvez, como veio da UTC/Constran, para não falar sobre a operação do Maranhão, a operação dos precatórios do Maranhão, de cuja reunião eu participei. Mas, daí, aquilo começou a me deixar muita aflita, e, realmente, eu prefiro resolver as coisas e não sentar em cima. Eu fui...

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – A senhora está bem financeiramente hoje, Sr^a Meire?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, não estou.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Não?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, não estou.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – O Sr. Eri Varela é um dos grandes advogados. Aqui, fica o nosso cumprimento, porque é uma das pessoas mais renomadas que nós temos, aqui, como advogado. Uma pessoa superconhecida. Como a senhora está pagando os honorários de um advogado como o Dr. Eri Varela?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Ele só está me acompanhando, aqui, na CPMI. A gente já se conhece há algum tempo, e ele me acompanhou só, aqui, na CPMI. Eu não tenho advogado. O Dr. Eri não é um advogado que venha me acompanhando.

Excelência, só para eu tentar responder: então, no dia 23 de julho, após a busca e apreensão, eu estive, eu peguei um avião e fui até Curitiba, sozinha, e fui à Polícia Federal, justamente para saber o que estava acontecendo, onde eu me encaixava. Todo o meu depoimento prestado à Polícia Federal – e não na qualidade de denúncia; já tinham sido apreendidos documentos –, o meu depoimento foi em cima de documentos que foram apreendidos, me foram apresentados, e eu falei sobre cada um daqueles documentos que foram apresentados. Então, até agora, as coisas que eu falei, todas foram passíveis de comprovação através de documentos.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Veja, Presidente: eu apresentei a V. Ex^a e ao nosso Relator, que está escolhendo os requerimentos que vão ser votados numa próxima sessão deliberativa, um requerimento de convocação do Presidente da Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal, Dr. Leônicio, para que ele venha até a nossa CPMI ser ouvido sobre as condições que o Governo está dando à Polícia Federal, mais especificamente à equipe que está fazendo a análise da documentação da Operação Lava-Jato. Nós estamos

assistindo a muitas pessoas dando entrevistas, falando, principalmente por fruto de uma campanha eleitoral, da autonomia da Polícia Federal, de investigação, de que ela tem liberdade de investigação. Então, nós queremos ouvir – nada mais justo do que isso – alguém que preside a entidade que comanda todos os delegados.

Então, eu gostaria de pedir a V. Ex^a e ao Relator que dessem uma prioridade, já que os trabalhos e o andamento do trabalho desta CPMI dependem dos documentos que estão sendo analisados pela Polícia Federal. Nós queremos saber: se há agentes suficientes para analisar uma quantidade enorme de documentos; se há uma infraestrutura necessária de pagamento de diárias para agentes da área de inteligência; especialistas que vão de outros Estados; em quantos eles são; quantos estão trabalhando hoje; com essa quantidade, quantos anos eles vão levar para analisar toda essa documentação. Porque, só assim, nós vamos poder dizer dizer se, realmente, há vontade política de que essa investigação vá à frente, ou se o discurso é um e, na prática, é outro. Então, eu pediria ao Relator que, com certeza, pudesse colocar.

Nós já estamos nos adiantando e sabendo da dificuldade, neste período, de ouvir e de aprovar um requerimento como este.

Nós estamos, então, promovendo, como Presidente da Frente Parlamentar da Segurança Pública da Câmara dos Deputados, também para ouvir o Dr. Leônio, na semana que vem, na Frente Parlamentar, para que ele possa vir nos adiantar os argumentos que ele possa trazer. Se houver concordância dos demais membros em ele poder ser ouvido semana que vem, porque isso vai com certeza fazer com que nós possamos adiantar as investigações.

Eu finalizo, Presidente, colocando a nossa preocupação. Muita gente querendo descredenciar o depoimento da Sr^a Meire, querendo dizer que é uma disputa política, querendo dizer que a colaboração dela é só nos pontos que a interessam. Nós vemos uma pessoa que foi a contadora da empresa, que participou de reuniões, e que não há uma disputa política. Nós estamos vendo uma organização criminosa, como a Polícia Federal já disse em documentos. Prendeu um Diretor da Polícia Federal. O Tribunal de Contas da União bloqueou o patrimônio da maioria dos Diretores da Petrobras. Então, nós estamos dentro de uma organização criminosa, uma organização que meteu a mão no dinheiro público da Petrobras e, tenho certeza, na hora em que essa delação premiada vier a público, que é o que deveria ocorrer nos próximos dias, já que o controle eleitoral deveria ser feito pela população brasileira, pode ser que seja tarde, se vier a conhecimento depois. A gente tinha que ter um instrumento para que isso viesse.

Infelizmente nós temos assistido ao Governo falar mais dos vazamentos. Quer dizer, vamos punir a Polícia Federal, os Procuradores da República, a imprensa, os advogados, a D. Meire, porque alguém tem que ser punido pelo vazamento, mas quem meteu a mão no dinheiro do povo brasileiro, esse é só depois, quando levarem-se anos para chegar a uma sentença transitada em julgado. É esse o desabafo e o meu pedido fica ao nosso Relator.

Eu tenho elogiado, nas últimas reuniões, o Relator, dizendo que realmente ele se sensibilizou, porque nós estamos diante de uma investigação criminal e mudei meu procedimento em relação às críticas que fazia. O Deputado Marco Maia sabe do respeito que tenho com ele, e eu acho que nós poderíamos, nem que seja em uma reunião dos Líderes, ouvir o Diretor, o Presidente da Associação Nacional dos Delegados, para que a gente possa pressionar daqui, para que a Polícia Federal tenha infraestrutura para terminar essa investigação.

Seria isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Muito obrigado, nobre Deputado Fernando Francischini.

Agora, com a palavra, o último dos que têm preferência, como autor dos requerimentos. O último Requerimento é o 724, de autoria do nobre Deputado Onyx Lorenzoni. Por favor, V. Ex^a tem a palavra. O senhor fala dez minutos seguidos, intercalando com as perguntas gerais. Muito obrigado, Deputado.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Eu fiquei muito impressionado com aquilo que a Sr^a Meire falou aqui, no momento em que o Enivaldo Quadrado, condenado na Ação Penal nº 470, com uma multa, de que eu tenha conhecimento, de R\$232 mil. Ele pediu para a senhora buscar, na casa de uma terceira pessoa, recursos para pagar essa multa. É essa pessoa aqui.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Eu não consigo ver. (Pausa.)

É, o Sr Breno Altman.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Por que eu perguntei para a senhora? Porque esse cidadão é, pelo que se sabe, jornalista; está citado no último depoimento de Marcos Valério, relacionado aos episódios de Santo André; é ligadíssimo, como nós vimos aqui na foto, ao também condenado, na Ação Penal nº 470, José Dirceu; e esse cidadão lhe entregou em São Paulo ou em Assis esses R\$15 mil?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Em São Paulo. O Sr. Enivaldo é que mora em Assis. Então, ele não tinha como pegar e pediu para que eu pegasse para ele, três vezes.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – A outra pergunta que eu quero lhe fazer é se a senhora emitiu a DARF para pagar multa...

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – ...ou se a senhora transferiu esse dinheiro para alguma outra pessoa?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, senhor. Eu entreguei esse dinheiro posteriormente nas mãos do Sr. Enivaldo. No momento em que ele ia pagar, o Sr. Enivaldo não tinha condições de ir até lá.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Ele não tinha, então, como pegar o dinheiro na casa dessa pessoa?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Exatamente. Eu peguei e, posteriormente, o Sr. Enivaldo foi lá e pegou o dinheiro comigo.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Certo.

Pela informação que eu tenho, o Sr. Breno é filiado ao PT e membro do diretório do Partido no Estado de São Paulo.

E como foi pago o resto da multa do Sr. Enivaldo? Porque, como são R\$363... perdão, R\$ 232 mil, a senhora acessou três parcelas de R\$15 mil.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – É, Excelência, o que eu sei é que ele continuaria pagando. Só que aí foi junho, julho... Não, foi maio, junho e julho.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Do ano passado?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, agora.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Deste ano?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Agora, maio, junho e julho.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Sim, sim.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Em agosto, eu não fui porque o Sr. Enivaldo passou a receber direto. Então, a partir de agosto, eu fui, fiz esse favor que ele me pediu: maio, junho e julho. Sempre era no último dia do mês ou nos primeiros dias. O Sr. Breno avisava ...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – O dinheiro em espécie?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim, dinheiro em espécie.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Não contabilizado, como sempre, não é?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, ele me dava... Eu nem entrava na casa dele. Ele colocava ... Eu chegava lá e ele me entregava no portão. Primeiro, me entregou uma pasta; depois entregou um envelope.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Certo.

É curioso porque o Sr. Enivaldo Quadrado, na Ação Penal nº 470, operava num processo de lavagem de dinheiro com a Bônus-Bonval, onde o beneficiário era o Partido Progressista, através do ex-Deputado José Janene, que, curiosamente, é quem indica Paulo Roberto Costa para a Petrobras, que é empossado com o amém e o aval, em maio de 2004, do então todo poderoso 1º Ministro pleno e potenciado do Brasil, José Dirceu. Quer dizer, é curioso que uma pessoa que tem uma ligação estreita com o ex-Ministro José Dirceu seja a pessoa que ajuda a pagar a multa com o dinheiro em espécie, alcançando uma terceira pessoa, aqueles que acabaram colocando Paulo Roberto Costa na diretoria da Petrobras, o que permitiu que todo esse esquema funcionasse.

Então, a senhora dá uma contribuição muito importante para esta investigação.

Eu queria perguntar-lhe o seguinte: o cunhado do Sr. Enivaldo Quadrado era o braço direito do Sr. Alberto Youssef?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Em declaração que a senhora deu, esse rapaz, o Rafael Angulo Lopez, é cunhado, então, de Enivaldo Quadrado, e era responsável por todas as operações financeiras de Alberto Youssef, operações essas que eram saques de numerários entregues a terceiros, em viagens para fora do País, ou seja, se alguém conhece a operação fora do Brasil do doleiro Alberto Youssef ... Como já transitou aqui, uma parcela desses possíveis e prováveis desvios era paga no exterior e daí vem, muito provavelmente, pela operação dólar-cabo, que o juiz Sérgio Moro, na operação... explicitou para o Brasil, num desdobramento da CPI do Banestado, em 2004, e que é um estopim do mensalão. Sem dúvida nenhuma, o Sr. Rafael pode nos dar informações bastante precisas sobre onde estão esses recursos em que provavelmente ele deva ter atuado fora do Brasil...

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Provavelmente.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – ...levando ou trazendo dinheiro.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Provavelmente, Excelência.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Então, Sr. Relator, eu queria pedir, com base nessa informação altamente relevante, que V. Ex^a nos ajudasse para que, na próxima reunião administrativa, o Sr. Rafael Lopez pudesse ser um dos convocados a vir depor pela relevância do depoimento que ele tem a dar para esclare-

cer como era o *modus operandi* das ações praticadas no exterior, que seguramente devem estar vinculadas às operações da própria Petrobras.

E por fim, na análise de sigilo da GFD – e eu não vou explicitar isso obviamente, porque estamos numa audiência aberta –, nós temos uma circunstância em que a sua empresa, que era prestadora de serviços da GFD, deposita quatrocentos e alguma coisa mil reais, um pouco mais ou um pouco menos desse valor, para não explicitar aqui. Por que, se a senhora prestava serviços, a senhora deposita na GFD? Por quê? Vamos dizer assim, a parcela remuneratória da sua empresa, a senhora mesma disse aqui, era R\$15 mil, por que, entre maio de 2011 e o mês de 2014, a sua empresa recebeu R\$1,1 milhão da GFD?

Essas duas explicações eu quero entender.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Pois não.

Em relação a esses R\$400 mil, quando entrava algum dinheiro na minha conta, em relação à emissão de notas, o Sr. Alberto me pedia para que fizesse TEDs, pagamentos. Algumas TEDs, ele me pedia para que fizesse para a GFD, para ele cobrir saldo da GFD.

Em relação aos pagamentos que foram passados para a minha conta... Se o senhor observar, talvez tenha outros valores ainda da minha conta para a conta da GFD, por quê? Eles tinham um processo trabalhista decorrente da Controle Monitoramento de Veículos, que é em Goiânia. Então, a GFD foi condenada num processo trabalhista, eles estavam recorrendo, mas existia aquela penhora on-line. Então, eles não deixavam dinheiro na conta. Então, o que que eles me pediam para fazer? No fim da tarde, eles passavam o dinheiro que tinha na GFD para a minha conta, e, no outro dia, devolvia para a conta deles. Então, existem várias transferências. Em algumas ocasiões, eles transferiam o dinheiro no fim da tarde, e, no dia seguinte, eu fazia os pagamentos deles.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – A senhora... Só me permite aqui?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Por favor, por favor.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – A senhora, como contadora, não sabia que tudo isso era irregular?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sabia sim.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – E como é que transfere o dinheiro de uma conta para outra, sem ter justificativa, sem ter prestado serviço, sem ter...

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, a transferência, Excelência, a transferência, ela era feita e voltava no mesmo valor. Foi uma condição que eles pediam, como um favor...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – A senhora fazia pagamentos para a empresa?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Algumas vezes sim. Eu fazia...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Como outros pagamentos, outras...

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Isso teria... Não. Algumas vezes eu fazia os pagamentos da GFD. O dinheiro da GFD...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Se a Receita Federal fizesse uma análise nas suas contas, ia ver que havia inconsistências...

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, porque aí existia o pagamento da GFD para a minha conta e o pagamento da minha conta de contas da GFD. Então, isso é compatível. É possível. Até porque alguns escritórios de contabilidade recebem o valor total do cliente e fazem pagamentos. Então, existe essa possibilidade de administração.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Muito bem.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Uma pergunta complementar. Então, a senhora emitiu notas da... Porque, se a senhora recebe recursos na Arbore, a Arbore, em algum momento, emitiu notas para dar cobertura a alguma situação da GFD? É isso?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não. Não, senhor. A GFD, quando existia...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – E como é que o dinheiro chegava na sua conta? É isso que não estou entendendo?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Da GFD, especificamente, quando existia algum pagamento da GFD para a minha empresa, ou foram serviços efetivamente prestados... Então, existiam serviços pontuais, então eu tinha um valor mensal coberto por contrato, que era um valor mensal que eu recebia para fazer todas as empresas e quem pagava era a própria GFD. E existiam trabalhos pontuais que eram contratados. Por exemplo, um caso, um exemplo, essa empresa Controle Monitoramento de Veículos, meu escritório foi contratado para ir até Goiânia e fazer levantamentos, ajustes contábeis, e coisa e tal. Então, esses trabalhos, ele me pagava à parte.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Ah, entendi.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não estavam dentro do meu contrato. Então, existiam esses faturamentos. Em outros casos, houve este tipo de situação: eles transferiram o dinheiro da conta da GFD para a minha conta, para que não fosse bloqueado o dinheiro na conta deles...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Judicialmente.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – ...e eu fiz pagamentos deles no dia seguinte.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Entendi. Está bom.

Estou satisfeito, Sr. Relator, acho que a Sr^a Meire contribuiu muito com a nossa investigação.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Só uma pergunta nessa linha ainda. A senhora tomou empréstimos para o Youssef também?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Tomei. Tomei um empréstimo no Banco Máxima. Era um valor...

A Marsans estava precisando de caixa. Eles não tinham mais de onde tirar dinheiro, que foi logo quando saiu essa debênture. Houve a ideia dessa debênture de cinquenta milhões. Então, ele, o Youssef, e o Saul – que é o dono do Banco Máxima – me pediram para que essa operação fosse feita, em nome da minha empresa. Eu tomei o empréstimo com o Banco Máxima e repassei esse dinheiro para a Marsans. Foram R\$4 milhões.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Como é que repassa esse dinheiro?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Foi feito um mútuo.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – A senhora emprestou para ele?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Exatamente. O Banco Máxima fez o empréstimo, em nome da minha empresa, e eu fiz um empréstimo, em contrato de mútuo, para a Marsans.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – E a senhora já pagou?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, a Marsans também não me pagou.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – E a senhora não pagou o banco?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Então, há uma dívida, no banco, em seu nome...

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Há, mas o banco tem consciência da operação que foi feita, de que foi feita uma operação para a Marsans. Então, no banco, até o momento, não há nenhum procedimento de execução.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – E a senhora tem a expectativa de receber esse dinheiro?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não. A Marsans faliu.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Faliu.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Banco Máxima.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – E o Banco Máxima? Esse é de quem?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – É do Sr. Saul Sabbá.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Está no esquema esse banco também?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não. Esse banco emitiu debêntures para a Marsans... Tinha algumas debêntures com a Marsans, mas eu não tenho conhecimento de que existisse algum outro tipo de negociação entre o Alberto e o Banco Máxima.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – E o banco não está lhe cobrando esse dinheiro?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não. Eles sabiam que esse dinheiro era para a Marsans. Eles sabiam.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Então, a senhora foi, na verdade, só um laranja no meio lá.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Exatamente. Eles sabiam que esse dinheiro era para a Marsans.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – E a senhora, mesmo sabendo de tudo isso, fazia essas operações?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Fiz essa operação de empréstimo, sim. Ele tinha essa debênture de 50 milhões, onde ele tinha, praticamente, fechado esse negócio na Postalis, porque ele falou que ele já tinha a ponta de... Eram dois partidos, era o PT e o PMDB, mas se não me engano o PT era o diretor financeiro e o PMDB, presidente... Alguma coisa assim, eu não me lembro da ordem, Excelência.

Então, o que ele alegou foi o seguinte...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Ele quem?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – O Youssef.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – O Youssef.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Que o que ele tinha já, na Postalis, acertado... A ponta do PT já estava acertada, então, faltava ele acertar a ponta do PMDB. Então, assim que ele acertasse a ponta do PMDB, a Postalis faria um aporte de 25 milhões, que seria metade dessa debênture de 50 milhões. E, daí, ele resolveria todos esses problemas. E a Funcef ficaria com os outros 25 milhões.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Isso aconteceu?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, porque ele foi preso no dia 17 de março.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Mas isso é que seria utilizado para pagar o empréstimo...

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Para pagar vários, fazer vários pagamentos da Marsans. Tanto que a Marsans faliu. A Marsans era uma empresa que vinha atravessando uma dificuldade financeira, e esses R\$50 milhões, que seria essa debênture, foi feito, exatamente, com a intenção de salvar a Marsans.

Esses 4 milhões foi uma coisa que eles precisavam, imediatamente, para pagar salários, para...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – E esses 4 milhões saíram de onde?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Do Banco Máxima. O Banco Máxima...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – O banco tinha o dinheiro disponível para fazer a operação?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Fez um empréstimo, uma operação de empréstimo.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Sr. Relator, vamos começar, então, a relação da lista de inscritos. O primeiro inscrito era o Deputado Rubens Bueno, que permuta com o Deputado Domingos Sávio.

V. Ex^a, então, dispõe de cinco minutos ou dez minutos intercalados. Qual é a preferência? (*Pausa.*)
Dez minutos intercalados.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Sim, dez minutos intercalados.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Está bem. V. Ex^a tem a palavra.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Presidente, só para registrar uma combinação, um acordo entre nós de absoluta transigência para que todas as perguntas sejam feitas com celeridade. O Deputado Rubens Bueno... Não o estou vendo aqui. Está atrás de mim? Então, ele ausente permutar com o Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Não, não foi ausente não.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Estou só registrando que, da nossa parte, a anuência é total, como com a transigência do tempo, para garantir a celeridade dos trabalhos.

Obrigado, Presidente.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Sr^a Meire, eu queria um pouco mais de ajuda nessa questão que a senhora acabou de relatar, porque, veja bem, a senhora falou do Banco Máxima...

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – ...emprestando 4 milhões que o banco, obviamente, sabia que não era para a senhora. Não deve ter nem se preocupado com qualquer, obviamente... Eu entendo que o cadastro da senhora é bom, mas 4 milhões, normalmente, é uma operação...

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – ...que não se faz tão corriqueiramente, e o fez, emprestando, efetivamente, para a Marsans.

Mas a senhora falou, também, que já havia – por informação dada pelo Sr. Youssef à senhora – um acordo com o PT e com o PMDB para que houvesse uma captação de 25 milhões na Postalis.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Aproveito, Presidente, para registrar uma preocupação nossa. Há dois ou três meses, tendo notícias de que a gestão da Postalis vinha agindo de forma temerária e irresponsável – isso, antes de ter conhecimento dessas notícias –, por denúncia de servidores, requeri, na Comissão de Fiscalização Financeira da Câmara, que se convocassem os dirigentes da Postalis e o próprio ministro, para trazerem informações; e Ministro Mantega, porque está ligado a ele também. E, infelizmente, a Base do Governo travou, e o nosso requerimento não andou. Portanto, essa coisa de varrer para debaixo do tapete, com esse Governo que está aí, é comum. A gente está tentando investigar, e a coisa acontecendo. Quase que saem esses R\$25 milhões, não fosse a prisão do Sr. Youssef. Estava programado, estava orquestrado, já tinha acertado com o PT e estava concluindo o acerto com o PMDB.

Quando ele falou acertado... A senhora chegou a ter alguma informação sobre esse acerto? Foi pagamento a alguém? Acordo? Que tipo de acerto?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, Excelência. Foi assim. Na sexta-feira, dia 14 de março, eu estive com o Sr. Alberto Youssef de manhã, no café da manhã. Segundo ele, na quarta-feira, ele teria vindo para Brasília, porque ele tinha resolvido já com o PT a operação – a pessoa que estava lá na Postalis, que era nomeada pelo PT ia aprovar a operação. Então ele falou que isso ele já tinha resolvido, conversando. E ele precisava resolver ainda a ponta do PMDB. Então, no dia 14, ele disse que havia vindo para Brasília.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Teria ido, então, conversar com a Direção da Postalis.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, não. Ele teria ido conversar com o Senador Renan Calheiros, segundo ele.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Com Renan Calheiros?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Exatamente.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Com Renan Calheiros.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Exatamente. Segundo ele – na sexta-feira de manhã, ele me falou no café da manhã –, ele teria vindo para Brasília na quarta-feira, que foi dia 12, e teria conversado, à noite dessa quarta-feira, com o Senador Renan Calheiros para acertar essa ponta que era o PMDB. Então, naquela sexta-feira, ele falou: “Então, até o final do mês, a operação com a Postalis vai sair.” Que era metade da debênture, eram R\$25 milhões. E aí teriam mais R\$25 milhões que seriam aportados pela Funcef. Mas sobre esse eu não tenho conhecimento – como foi esse acordo com a Funcef.

Da mesma forma, Excelência, eu não tenho conhecimento de como foi o acordo com o PT ou com o PMDB. Então eu estou lhe dizendo exatamente o que era de nosso conhecimento...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – O que a senhora ouviu dele?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Exatamente.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – A senhora pode testemunhar ter ouvido dele.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não fui só eu quem ouviu dele. Outras pessoas também ouviram.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – A senhora se lembra de qual outra pessoa ouviu?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, Excelência... Outras pessoas que trabalhavam lá. Ele não tinha essa preocupação...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Essa reserva?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não. Ele falava; ele falava, contava. Então, essa operação sairia.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – E, nesse episódio específico que ele comentou com a senhora, havia mais alguém próximo quando ele comentou que a operação estava assegurada porque já havia conversado com o Renan?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não. Nesse dia, nós estávamos os dois no café da manhã. Mas eu suponho, Excelência, que se o senhor pegar outros depoimentos junto à Polícia Federal...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – ... junto à Polícia Federal, vai se identificar a mesma fonte.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – ... outras pessoas tenham falado a esse respeito.

Então, se o senhor me permitir, Excelência, só acrescentar...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Perfeitamente, é muito importante.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Então, quando existe essa operação de R\$4 milhões, essa operação foi feita por mim, consciente, sim, para ajudar a Marsans, sendo que, assim que saísse essa operação de R\$25 milhões, ele já pagaria esses R\$4 milhões.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Sim.

Sobre esse Banco Máxima. A senhora, como contadora, acompanhou alguma outra operação do Sr. Youssef com esse Banco Máxima, com esse Sr. Saul Sabbá?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Só em relação à Marsans. Ele teve lojas da Marsans, colocou câmbio nas lojas da Marsans.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Ah, sim. O banco colocou câmbio nas lojas?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim. As lojas vendiam turismo e câmbio. Então o câmbio era por parte do Banco Máxima.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – A senhora tem alguma notícia se esse banco tem operações no exterior e poderia também ser usado nesse processo?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, Excelência. O único conhecimento que eu tenho em relação ao Banco Máxima é que ele teria feito operações de debêntures – esse tipo de operação – com a Marsans. Ou seja, empréstimos, até, para a Marsans. Essas debêntures seriam conversíveis em ações.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Voltando à questão do Postalis. O Sr. Youssef disse que R\$25 milhões estavam assegurados – pelo menos já estava acertado com o Renan na visita em que ele veio aqui –, e os outros R\$25 milhões seriam com qual fundo?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Com a Funcef.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Com a Funcef?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Isso, com a Funcef.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Ele chegou a dizer se teve algum entendimento também já sobre esses outros R\$25 milhões?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, Excelência. Sobre a Funcef, eu só sabia...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – ... que era o objetivo...

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – ... que existiam R\$25 milhões que seriam colocados na Funcef. Mais nenhuma informação.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – O meu prazo vai ser pouco, então eu vou tentar ver se a senhora consegue nos ajudar.

É claro que nós teremos acesso, mais dia, menos dia, inclusive às delações premiadas, mas é natural que a senhora não se lembre, com detalhes, daqueles relatórios de quando a senhora emitia as notas frias. A senhora recebia o dinheiro e depois a senhora repassava para a empresa do Youssef. Mas, eventualmente, ele pediu que a senhora repassasse, a senhora chegou a citar o André Vargas, chegou a citar o Argôlo, chegou a citar o... O Negromonte, a senhora disse que foi outra operação que a senhora tomou conhecimento, como também a senhora tomou conhecimento do Land Rover de presente para o Paulo Roberto – aliás, essa turma gosta de Land Rover. A senhora se lembra, porque, na Polícia Federal, os relatórios foram apreendidos, que nominam para onde a senhora mandou – e a senhora mandou algumas TEDs também, e essas TEDs, eventualmente, foram para pessoas físicas ou para pessoa jurídica –, na Polícia Federal, e aí a coisa é mais recente, a senhora se lembra de ter sido indagada ou de algumas dessas pessoas físicas para quem foi TED serem pessoas públicas, ou um político ou ocupante de cargo público?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Excelência, que eu tenha conhecimento de bater o olho e saber quem é, foi mesmo só o caso do Deputado Luiz Argôlo, porque o sobrenome era idêntico. Então, eu sabia.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – A senhora se lembra. Pode ter outros nomes.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Pode ser que tenha algum familiar...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Agora, isso existe lá na Polícia Federal.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Existe na Polícia Federal.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Está lá, tem os relatórios de para quem a senhora mandou as TEDs.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Existe. Excelência, eu gostaria até de reiterar isso: em momento algum eu fiz nenhuma moeda de troca, haja vista que não tenho acordo de delação premiada, absolutamente nada disso. Não levei moeda de troca à Polícia Federal.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Usaram os serviços da sua empresa.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Exatamente.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – A senhora cometeu ilegalidades nesse serviço, a senhora responde pelas ilegalidades.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim, respondo.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – O que a senhora está dizendo é que a senhora não ficou com esse dinheiro nem corrompeu ninguém, mas o dinheiro foi usado para corromper, e isso hoje a senhora sabe de maneira clara.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Dinheiro sujo, nota fria paga por empresa envolvida com o setor público. Ou seja, esse é o esquema. Não adianta tapar o Sol com a peneira. Aí, Presidente, ilustre Relator, confio e aproveito para deixar clara a minha confiança absoluta no Relator, na sua história. Nós estamos diante de algo dos mais graves. Se alguém pensou que a CPI dos Correios e o Mensalão foram o que havia de pior, nós estamos diante de algo pior, envolvendo mais roubo, mais dinheiro público. Se nós não agirmos com muita firmeza, nós estamos decretando, por fim, a falência absoluta das instituições deste nosso País.

Portanto, o que nós temos de maneira comprovada, com o depoimento da Sr^a Meire, é que empresas contratadas pelo setor público usavam o sistema de pagar notas frias para que esse dinheiro chegassem ao Sr. Youssef e ele pagasse as propinas. Ou seja, está absolutamente clara a roubalheira do dinheiro do povo brasileiro. Sr^a Meire, é esse o raciocínio?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Excelência, só uma coisa: essas empresas para as quais eu emiti nota, e emiti, de fato, eu não tenho conhecimento de que elas, por exemplo, o Grande Moinho Cearense, M. Dias Branco, IT7 Sistemas, Águas de Itapema, não tenho conhecimento de que elas tenham ligações com a Petrobras, por exemplo.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Não estou dizendo que seja necessariamente só com a Petrobras.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Essas notas, que eu tenha conhecimento, são empresas privadas. Então, não tenho esse conhecimento.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Claro, claro, não tenho dúvida de que há roubalheira em cima do dinheiro público, além, é possível, de crime organizado em drogas, etc. Crime que é origem não há como ter dúvida. Nenhuma empresa, ninguém pega o seu dinheiro e paga uma nota fria por nada. Então, na verdade, a fonte aí pode estar comprometida com diversas origens de crime, mas, evidentemente, pelo envolvimento do Presidente do Senado, pelo envolvimento do ex-Diretor da Petrobras, pelo envolvimento de figuras notórias do Governo, pelo envolvimento do Líder e Vice-Presidente da Câmara, pelo envolvimento de figuras notórias, não tem como ter dúvida de que o dinheiro é roubo de dinheiro público com o tráfico de influência desses poderosos, e depois volta sob a forma de propina, seja dando Land Rover, seja dando helicóptero, seja pagando jatinho. É roubo, é roubo! E aí tentar adiar, postergar o enfrentamento disso é tentar fazer... E aí aproveito para

reiterar, Presidente, o apelo para que venha o delegado que representa os policiais federais. Sabe por quê? Nós entregamos para a Polícia Federal, esta Casa, a questão da CPMI do Cachoeira. Aqui foi dito pela Srª Meire que algo que nós descobrimos na CPI do Cachoeira, que era uma empresa laranja, que está lá para a Polícia Federal concluir, procurou a Drª Meire, parece-me que é o Waldomiro Oliveira, não é isso?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Waldomiro Oliveira, da MO Consultoria, que uma empresa laranja que esta Casa descobriu que estava roubando dinheiro de alguma forma e entregando através da Delta, que é outra grande contratada do Governo, isso foi entregue à Polícia Federal. Pois bem, esse indivíduo foi lá contratar um escritório para desfazer as provas, essa é a verdade, para dar uma legalidade, para dar um formato legal ao que era ilegal. A Senhora não fez, mas ele queria que a Senhora fizesse isso. – Eu não tenho contabilidade de nada. Então, eu trouxe aqui e a Senhora vai dar um jeito de me ajudar, porque a fonte de dinheiro não bate com... Não era isso? A Senhora mesma disse.

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Exatamente.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Não tinha jeito de fazer aquela contabilidade. Então, Sr. Presidente, o que estamos tendo? Se esse povo continua solto, alguns sendo reeleitos agora, vão usar o tráfico de influência, o dinheiro roubado do povo brasileiro, para apagar as provas. Depois, chegam e enfiam o dedo na cada da gente e dizem: a oposição está inventando, quer manchar o nome da Petrobras, quer manchar o nome do Governo que aí está. Aliás, a Presidente chegou a dizer que ela está autorizando a Polícia Federal a investigar, o que dá a entender é que estão dificultando, primeiro porque não precisa de autorização, a Polícia Federal é de Estado, não é de partido. Agora, o que a gente vê, infelizmente, é que mesmo aquilo que nós já investigamos lá atrás com relação à Delta está parado. Agora, surpreendentemente, a gente não vê a coisa andar rápido com relação à Operação Lava Jato. Nós temos aqui o Brasil inteiro assistindo ao depoimento de uma Senhora contadora provando que há uma quadrilha roubando o dinheiro do povo brasileiro, onde há grandes figuras da República, do Presidente do Senado a ex-diretor da Petrobras, há deputados envolvidos, soltos sorridentes, dizendo que não há nada disso, que não é verdade. É verdade sim, são bandidos, precisam ser presos. Toda essa Operação não pode ir para debaixo do tapete. Mas, não basta isso, tem de mudar, senão vai ter outra. Não teve a Operação dos Correios e todo o Mensalão? Não teve o da Delta? Começou com a questão do Cachoeira, mas virou, o grande problema ali era a Delta e aquela história toda dos laranjas. Agora, é essa. Se não mudar, vai vir outra pior, e o Brasil está a cada dia afundando nos indicadores sociais, na qualidade de vida, na violência. Ou seja, nós estamos vendendo o crime organizado, de certa forma, dirigir o Brasil. É hora de dar um basta. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Pela ordem de inscrição, nós temos aqui um Deputado que não se encontra mais, um segundo Deputado que também não se encontra mais, um quarto inscrito, que seria a ordem do sexto inscrito. Deputado Izalci Lucas, V. Exª tem a palavra.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Sr. Presidente, eu vou continuar reforçando, para que a gente possa esclarecer um pouco mais, essa ligação entre Mensalão e Petrolão. na prática é isso. Mais uma vez a gente descobre a mesma característica da Operação. Vem aí o Banco Máxima, que fazia exatamente a mesma coisa que fizeram com o Banco Rural. Os donos do Banco Rural estão presos exatamente porque havia isso, financiamentos, empréstimos fictícios. Então, da mesma forma que V. Sª acaba de dizer que fez um empréstimo de R\$ 4 milhões e o Banco Máxima sabia disso e não cobrou, é porque o Banco Máxima fez exatamente o que o Banco Rural fez na época do Mensalão, empréstimo fictício. V. Sª poderia informar se tem conhecimento de que tenha havido outros empréstimos, além do feito pela empresa de V. Sª?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Excelência, esse empréstimo que foi feito foi efetivamente colocado na Marsans... Não é que foi feito um empréstimo para se sacar dinheiro. Esse empréstimo foi feito e foi efetivamente transferido para a Marsans, que precisava pagar a folha de salários, precisava fazer pagamentos e não tinha dinheiro. Os outros valores que o Banco Máxima fez em relação à Marsans, que, se não me engano, teria mais 23 ou 25 milhões, que foram emprestados para Marsans, através de uma operação de debêntures, essas debêntures eram debêntures conversíveis em ações... Então, essas operações foram operações legítimas, que o dinheiro entrou de fato na Marsans. Então, só para esclarecer: independente das atividades ilícitas do Alberto Youssef, a Marsans era uma empresa boa. A Marsans desempregou muita gente agora. Ela tinha lá cento e tanto funcionários, com famílias, que trabalhavam lá. Ela vendia pacotes de viagem. Então, era uma empresa que existia de fato e de direito. Entendo, só para deixar claro. Esse dinheiro do Banco Máxima que entrou na Marsans foi utilizado na Marsans. Da mesma forma, o dinheiro do FIP, 23 milhões, que foram aportes de institutos de previdência, independente se é lícito ou ilícito pagar a comissão, veja só, o dinheiro entrou de fato na Marsans e foi utilizado na Marsans. Então, a Marsans era uma empresa à parte de todo esse esquema.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – A Marsans, só o fato de pagar uma comissão de 10% de captação já prova realmente que alguma coisa está equivocada. Mas quero dizer o seguinte: vamos entrar aqui... Os grandes investidores da Marsans e outros que existem por aí, Banco Máxima, são os fundos de pensão. E eu posso dizer aqui que tão grave ou mais grave que essa questão da Petrobras é essa questão dos fundos de pensão. E vou dizer aqui... A Postalis... Estive recentemente, visitei a diretoria da Postalis. A Postalis cobra dos seus trabalhadores uma parcela, e esse mesmo valor o Correio também deposita. Na hora de fazer o investimento, aquela contribuição dos funcionários é feita em investimentos de pouco risco, conservadores, como poupança etc. Aquilo que é contribuído pela empresa é de alto risco. Aí a gente percebe realmente que esse valor é todo ele manipulado ou indicado pelos próprios diretores, que foram indicados pelos próprios governantes. Eu tenho aqui inclusive um processo, que estava no Tribunal de Contas da União... Todo o esquema dos fundos de pensão, exatamente de uma ação proposta por um fundo de pensão do Canadá, de professores do Canadá, que o Governo, através do fundo de pensão da Eletrobras, deu um cano por não pagar os rendimentos da debêntures. Então, ele mostra todo um esquema como funciona a questão dos fundos de pensão. Ou seja, o Poder Público, na figura do Presidente, da Presidenta, que indica todos os conselheiros dos fundos de pensão, e aí podemos verificar que a maioria dos fundos está quebrando neste País exatamente por isso, por indicação e até uma forçação de barra para investirem em moedas podres ou investimentos podres como esses, e como foi dito aqui... Da Postalis, a previsão era de 25 milhões, do Funcionário, mais 25 milhões. Eu perguntaria: esse do Funcionário, 25 milhões, o intermediário foi exatamente o nosso Deputado André Vargas?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Da Funcionário, não tenho conhecimento, Excelência. Eu só soube que a Funcionário faria mais 25 milhões. Quem intermediou eu não sei.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – V. S^a disse que o PT já estava acertado e que o PMDB faltava acertar. Disse agora que Renan Calheiros...

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Exatamente. Isso na Postalis.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – A Postalis. Renan Calheiros responderia pelo PMDB. Quem é que acertou pelo Partido dos Trabalhadores?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Excelência, eu não posso afirmar. Eu creio, pela proximidade que tenha sido, que possa ter sido o Deputado André Vargas. Na ocasião, quando ele falava do PT, me remetia a pensar no Deputado André Vargas. Mas eu não posso afirmar. Ele nunca falou com quem é que estava acertada a parte do PT.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Bem, está muito claro que o sistema de fato, o sistema de corrupção começava pelo superfaturamento. Depois, as empreiteiras pagavam para os fornecedores maiores, e esses fornecedores maiores contratavam então as empresas fantasmas de consultoria. Num determinado momento, e V. S^a fez esse depoimento que, quando Youssef teve um infarto, tinha uma dívida com a Camargo Correia de 12 milhões, como disse V. S^a.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – V. S^a tentou emitir uma nota do seu escritório...

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Mas a própria empresa parece que não aprovou ou V. S^a, o escritório, não era compatível o valor da nota com a atividade de V. S^a. Pelo menos é o que foi dito no...

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – V. S^a tem conhecimento sobre se esses 12 milhões ou esses dois milhões foram pagos através de outro mecanismo? Qual foi o mecanismo utilizado?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Excelência, o que ouvi dizer, segundo eles, os dois milhões foram pagos. Eu não sei lhe dizer como.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – V. Ex^a não sabe se foi MO, se foi outra...

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, não sei lhe dizer como. O que eu soube é que...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Qual foi a alegação para não receber a nota da Arbor?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, na ocasião, para mim era uma condição muito ruim, porque eles precisavam sacar dois milhões. Então, eu não me senti confortável em fazer. E, para a Camargo também foi uma situação meio desconfortável, eles encontraram uma outra forma de pagar, mas não sei lhe dizer qual foi a forma.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – V. S^a, como técnica que é e sabendo de todas essas transações que foram feitas, dessa artemilha toda que foi utilizada, com empresas fantasmas, com terceirização, uma forma de desvirtuar completamente o caminho, para a gente não poder encontrar realmente a forma como foi feita, poderia dizer se realmente aquilo que tem sido falado aqui pela Base de Governo, que isso aqui seria manipulação,

questão eleitoreira da oposição... V. S^a pode confirmar que era realmente um esquema criminoso que vinha acontecendo com isso?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim, na minha visão, era um esquema criminoso, não tem absolutamente nada de eleitoreiro.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – V. S^a chegou a elaborar algum contrato ou participou da análise de algum contrato de mútuo, na tentativa de justificar a saída do dinheiro?

Eu sei que V. S^a não pôde fazer a contabilidade da MO, porque as notas emitidas eram com valor tão alto e que a saída que era sacada da boca do caixa precisa ter o comprovante da saída. Algumas coisas foram tentadas, eu sei, como, por exemplo, a tentativa de buscar contrato de mútuo, de fazer alguma coisa. Quais foram os mecanismos que vocês utilizaram ou tentaram utilizar, para tentar fazer a contabilidade da MO?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Eu, particularmente, nenhum. Da mesma forma que os documentos foram entregues na minha empresa, eles foram retirados pela Polícia Federal, até porque me parece que o Sr. Waldomiro, nesse caso da RCI, saiu da CPI, não teve mais nenhum envolvimento com esta CPI. Daí ele deixou os documentos lá, nunca mais se preocupou com isso. Então, os documentos que estavam lá, não houve nenhuma tentativa de que fosse feito qualquer tipo de acerto.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Agora, o estranho é que as empresas de consultoria, quando emitem nota... Se for consultoria, auditoria, são retidos na fonte 1,5% de Imposto de Renda mais o PIS/Cofins.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – As notas de V. S^a, não, porque eram de contabilidade. Ou tinham retenção? (*Sua a campainha.*)

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, não tinham retenção.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Não tinham retenção. É microempresa? É empresa de pequeno porte?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Excelência, me desculpe, com todo o respeito, mas parece que o foco da CPI é a minha empresa...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Não.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – ... porque a gente tem falado reiteradamente disso. Parece que se perdeu o foco do que era de fato – desculpe-me, com todo o respeito –, e parece que o foco ficou sendo... Nós estámos falando de 10 bilhões, mas parou em sete milhões. Os sete milhões... Eu sou a grande criminosa...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Não, não, de forma alguma.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – A impressão que está dando é essa.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – O que nós... Não.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – A gente fala... A gente está batendo nessa tecla, o tempo todo...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Não é isso. O que nós queremos saber...

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – ... as notas que eu emiti. Então...

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Meire, não é isso, não. O que nós queremos saber é para onde foi o dinheiro, e quem sabe para onde foi o dinheiro foi quem emitiu as notas.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim, só que as notas que eu emiti, Excelência, não foram emitidas para a Petrobras, nem para a Camargo Corrêa, nem para a OAS.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Eu sei. Foi para as fornecedoras da Petrobras.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Foi basicamente para Conasa, Águas de Itapema, Grande Moínhio Cearense, M Dias Branco e... Qual era... E IT7 Sistemas.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Sim, mas a MO?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – A MO não é empresa minha. Eu nunca emiti nota para a MO. A minha empresa nunca emitiu nota para a MO. A MO, eu não fazia a contabilidade dela. Eu tive conhecimento por ter contato com algumas notas dela. Tudo isso está no inquérito. Ela, sim, emitiu notas. Creio que tenha emitido para a OAS, para outras empresas.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Eu tenho. Foram 56 milhões. Está aqui: 56,7 milhões.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Eu tinha lido 90 milhões.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Deixe-me só... É porque as notas da MO, por ser consultoria, deveriam ter uma retenção de Imposto de Renda. V. S^a...

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Eu não sei se... Eu não me lembro.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – V. S^a foi procurada para fazer a contabilidade e deve ter tentado fazer.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Nessa tentativa, V. S^a teve conhecimento da nota.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim, tive contato com as notas. Não me lembro visualmente de ver se existia ou não.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – V. S^a sabe se essas empresas estão sendo fiscalizadas, se houve alguma ação?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Que eu tenha conhecimento, não, porque não tenho mais contato com o Sr. Waldomiro.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Mas nessa tentativa de fazer a contabilidade da MO, V. S^a analisou pelo menos algum contrato de mútuo que foi feito.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, Excelência, eu peguei os extratos bancários e pedi que ele me entregasse o suporte, os documentos que comprovavam todas as saídas.

Ele não tinha esses documentos. Eu peguei e dei tudo lá e falei: "O dia que o senhor tiver esses documentos, o senhor, por favor, me traga e eu faço a sua contabilidade". Ele nunca mais apareceu. Eu pedi reiteradas vezes que ele as retirasse – eram caixas grandes –, eu pedi algumas vezes para que ele retirasse aquelas caixas do meu escritório, e as caixas foram ficando lá.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – E no caso da GFD?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – A GFD, sim.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Era emitida nota fiscal?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Existia a retenção de imposto.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Existia a retenção de imposto?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim, existia a retenção.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – V. S^a fazia a contabilidade dele na época?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim, fazia.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – V. S^a fazia da CTF, a DIF também?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim, sim.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Comunicava isso à Receita Federal?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – E ela não foi fiscalizada? Não está sendo fiscalizada?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, ela está sendo agora. Nesse momento ela está sendo fiscalizada. A Receita Federal, inclusive, intimou o Sr. Carlos Alberto na carceragem da Polícia Federal e deu um prazo de 20 dias para ele juntar toda a documentação para atender à Receita Federal.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – O. k..

O. k., Sr. Presidente.

Esgotou o meu tempo? Ainda tenho tempo?

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Já esgotou há algum tempo.

Eu gostaria, agora, de passar, então, para o próximo inscrito, o nobre Deputado Domingos Dutra.

V. Ex^a tem a palavra.

Vai usar qual modelo? Dez minutos corridos, né? (Pausa.)

Está bem.

O SR. DOMINGOS DUTRA (SD - MA) – Sr. Presidente, primeiro, só para constatar que, como eu não faço parte da CPI, a gente pena. Mas como esta CPI é importante e tem envolvimento do meu Estado do Maranhão, estou sendo, talvez, o último.

Quero aqui apenas fazer uma constatação de que a definição de crime organizado as pessoas não conseguem entender lendo o Código Penal. Esta audiência está sendo pedagógica para que aqueles que estão nos assistindo entenderem o que é crime organizado. É uma organização criminosa que envolve contador, político, partido, banco, empresas variadas.

Uma coisa curiosa é que nessas organizações criminosas há fantasmas que chupam laranja e comem maçãs. Pelo menos é o que se viu aqui. Então é algo só, talvez, no Brasil. Fantasmas que chupam laranjas e gostam de maçãs.

Eu queria dizer à Sr^a Meire que eu sou do Maranhão, um dos Estados dos piores indicadores sociais. Só para dar uma indicação para a senhora, eu tenho ouvido, ao longo desses três meses, citações de bilhões: um bilhão na Pasadena, um bilhão e meio no Maranhão, sete milhões que a senhora emitiu nota, ou seja, parece que, para uma minoria de brasileiros, tratar de milhões e de bilhões é como quem tira água do pote. É uma facilidade.

Eu queria dizer a senhora que, dos indicadores sociais do Maranhão, uma quebradeira de coco babaçu – não sei se a senhora conhece?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

O SR. DOMINGOS DUTRA (SD - MA) – É uma palmeira que só tem no Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins –, passa-se o dia inteiro no cocal para quebrar 10 quilos de coco. Um quilo de babaçu vale R\$1,00. Ou seja, uma mulher, quebradeira de coco, no Maranhão, ganha por dia R\$10,00. Se ela trabalhar os seis dias na semana, vai ganhar R\$240,00 no mês! E, no ano, ela vai ganhar R\$2.400,00. Se ela trabalhar 50 anos, ela vai ganhar R\$140.000,00, em 50 anos! E talvez R\$140.000,00 era o que o Youssef, a senhora e outros gastavam em uma noitada em algum lugar deste País ou do exterior. Só para que a população se revolte de que a pobreza, neste País, tem como uma das causas a corrupção. Meia dúzia de brasileiros brincam de milhões. Gastam R\$5 milhões em uma dose de uísque envelhecida. Enquanto isso, muitos brasileiros têm que trabalhar 50 anos para poder ganhar R\$140 mil.

Como eu já lhe disse, eu sou do Maranhão. O Sr. Youssef foi preso no Maranhão em um hotel próximo do Palácio do Governo, e diz a imprensa que o Sr. Youssef foi lá levar uma mala de dinheiro, propina, parte de um acordo pelo pagamento de R\$120 milhões que o Governo do Maranhão estaria pagando à empresa Constran. A imprensa já revelou que o Sr. Youssef chegou ao hotel de madrugada, com duas malas, se hospedou, com as duas malas e, em seguida, deixou a mala de roupas e levou a outra mala, que a entregou em um outro apartamento, e essa mala estava carregada de dinheiro, que era parte de uma propina para entregar ao governo do Maranhão e à autoridade do governo do Maranhão.

Objetivamente, queria saber da senhora: o que a senhora sabe a respeito dos negócios que o Sr. Youssef tinha envolvendo autoridade do Maranhão?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Pois não.

Excelência, antes só um comentário: eu nunca gastei R\$140 mil numa noitada. Eu trabalhei a minha vida inteira, e o patrimônio que eu tinha antes de conhecer o Sr. Alberto Youssef é o mesmo patrimônio que tenho hoje, inclusive um financiamento que eu pago mensalmente. Só para deixar isso claro.

O SR. DOMINGOS DUTRA (SD - MA) – A senhora não participou, mas a senhora colaborou para que muitos, porque...

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Mas nunca gastei R\$140 mil.

O SR. DOMINGOS DUTRA (SD - MA) – ... só que a senhora está confessando que emitiu notas falsas de R\$7 milhões, com certeza os beneficiários dessas notas devem ter feito muitas noitadas em Paris, Rio de Janeiro e assim por diante.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Ah, sim. Provavelmente eles tenham feito, mas não me convidaram, Excelência. Com certeza...

O SR. DOMINGOS DUTRA (SD - MA) – Mas se tivessem convidado, a senhora iria, né? Porque emitiu notas...

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Dificilmente, eu tenho uma filha para criar, Excelência...

O SR. DOMINGOS DUTRA (SD - MA) – ... a senhora emitiu notas...

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – ... Eu tenho uma filha, eu não iria.

O SR. DOMINGOS DUTRA (SD - MA) – ... a senhora emitiu nota de R\$7 milhões para ir tomar uma dose de whisky envelhecido, acho que...

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Eu não bebo, Excelência, eu não bebo.

Mas em relação ao Estado do Maranhão, é fato, existia uma dívida do Estado do Maranhão, um precatório no valor de R\$120 ou R\$123 milhões. E a Constran tinha pressa em receber esses R\$123 milhões.

O Estado não poderia pagar diretamente à Constran à vista. Não sei lhe dizer porquê. Foi sugerido que o instituto de Previdência, foi sugerido que o Alberto criasse um mecanismo de fundo de investimento para que o instituto de Previdência aportasse esses R\$120 milhões num fundo de investimento. Esse fundo de investimento teria que ter um mecanismo que conseguisse repassar esse dinheiro para a Constran. Porém, do outro lado, a Constran faria um acordo de recebimento do precatório em 24 meses, e, conforme o Estado fosse pagando à Constran, a Constran devolveria esse dinheiro para o fundo de investimento, que devolveria esse dinheiro para o RPPS, para o instituto de Previdência. Não deu certo essa forma, não deu certo. Então, eles decidiram fazer direto um acordo de pagamento em 24 parcelas.

O SR. DOMINGOS DUTRA (SD - MA) – Qual o valor da parcela?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Eu não me lembro, Excelência. Eu tenho...

O SR. DOMINGOS DUTRA (SD - MA) – São R\$120 milhões o total.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – É isso. Mas eu tenho até o valor em algum lugar, mas eu não me lembro dos valores das parcelas. Esse acordo foi feito entre o Estado do Maranhão, o governo do Estado do Maranhão e a Constran. Então, me foi dito, segundo Alberto Youssef, ele pagaria no governo do Maranhão R\$6 milhões, e que, desses R\$6 milhões...

O SR. DOMINGOS DUTRA (SD - MA) – Seis milhões de recompensa.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Desses R\$6 milhões, o que eu soube, é que foram pagos efetivamente R\$4,6 milhões. E faltaria ainda uma parcela de R\$1,4 milhão.

Nesse dia em que o Sr. Alberto foi preso no Estado do Maranhão, ele estaria levando R\$1,4 milhão, e ainda faltaria mais R\$1,4 milhão para fechar esses R\$6 milhões.

O SR. DOMINGOS DUTRA (SD - MA) – A senhora disse que participou da reunião dessa negociação, a senhora pode precisar melhor quem participou, quem do Maranhão fazia parte representando o governo do Estado?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

Eu não participei da negociação de parcelamento do precatório.

Quando eu estive no Estado do Maranhão, se não me falha a memória, foi no dia 10 de setembro, com o Sr. Alberto. Fomos eu, o Sr. Alberto Youssef, duas pessoas de uma empresa de investimentos e mais um rapaz, chamado Marcão, que é o que estava no hotel com ele depois.

Quando nós fomos, foi com a intenção de entender. Na verdade, a gente não sabia ainda a intenção real deles. O que havíamos entendido é que existia um precatório e que eles pretendiam, a Constran pretendia fazer um fundo, constituir um fundo com esse precatório. Então, quando nós fomos lá, nós fomos falar a respeito de constituição de fundos de investimento. Então, nessa reunião, quem participou foi o Sr. João Guilherme, em primeiro lugar estava...

O SR. DOMINGOS DUTRA (SD - MA) – João Guilherme Abreu?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – João Guilherme Abreu.

Eu estive no gabinete dele. Eu, Alberto Youssef, o Marcos, e esses dois rapazes dessa empresa especializada em investimentos, estivemos lá, quando estavam ele, o Sr. João Bringel, tinha mais uma pessoa ou duas do instituto de Previdência do Maranhão, e tinha, também, uma Procuradora de Estado. Eram essas as pessoas que estavam.

Isso foi feito na parte da manhã.

Conversamos, inclusive, essa pessoa do instituto...

(Soa a campainha.)

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – ...de Previdência disse que “instituto de Previdência não pode investir em nenhum tipo de fundo que tenha o papel do próprio Estado nele”. Então, isso foi conversado. Saímos para almoçar. Eles pediram para que nós retornássemos na parte da tarde, numa reunião da qual participaram mais pessoas, menos o Sr. João Guilherme Abreu – ele não participou dessa segunda reunião, mas o Sr. João Bringel participou. Nós fizemos essa segunda voltada a um investimento em que o instituto de Previdência do Estado do Maranhão pudesse fazer um aporte.

Então, não foi nessa negociação do precatório.

Então, isso não deu em nada, não havia nenhum tipo de investimento que o RPPS pudesse fazer.

Acabou a reunião.

Posteriormente, o Sr. Alberto disse-me que haviam fechado esse acordo, o que, depois, eu constatei, de fato – a gente consegue pegar, visualizar esse extrato. Então, foi quando ele me disse que haviam fechado esse acordo e que ele pagaria R\$6 milhões.

O SR. DOMINGOS DUTRA (SD - MA) – A senhora saberia informar se esse dinheiro do pagamento, a senhora está dizendo que o acordo da propina era R\$6 milhões. Foram pagos R\$4,6 milhões.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

O SR. DOMINGOS DUTRA (SD - MA) – O Sr. Youssef, quando foi preso – dentro daquela mala –, tinha R\$1,4 milhão.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

O SR. DOMINGOS DUTRA (SD - MA) – A senhora sabe a origem desse dinheiro, de onde saiu?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Excelência, pelo que eu sei, pelo que eles falavam, a Constran recebia as parcelas e providenciava o dinheiro, entregava para o Sr. Alberto Youssef e ele mandava para o Estado do Maranhão.

O SR. DOMINGOS DUTRA (SD - MA) – Esse dinheiro não teve nenhuma nota da sua empresa?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Que eu tenha... Não. Não.

O SR. DOMINGOS DUTRA (SD - MA) – E a senhora sabe se, além do Sr. Youssef, que esteve lá, mais alguém levou recurso para pagar essa propina? O Sr. Adarico...

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – O Sr. Adarico, eu soube que o Sr. Adarico teria ido lá levar R\$300 mil.

O SR. DOMINGOS DUTRA (SD - MA) – O irmão do ex-Ministro.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Exatamente. Adarico Negromonte.

O SR. DOMINGOS DUTRA (SD - MA) – E é verdade que, quando o Sr. Adarico foi levar esses R\$300 mil, ele teve a maior dificuldade de entregar a mufunfa, porque a Governadora considerava que era pouco e que estava fugindo do acordo total?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Excelência, isso quem me contou foi o Sr. Adarico, no meu escritório, depois de deflagrada a Operação Lava-Jato. Ele esteve no meu escritório e me contou que havia ido até o Estado do Maranhão entregar R\$300 mil, e a pessoa, ele não me falou quem foi a pessoa que ia receber, disse que aquilo era pouco, mas que entraria em contato com a Governadora para ver se ela aceitaria receber R\$300 mil. E, aí, aceitou. Ele deixou esses R\$300 mil.

Então, isso quem me contou foi o Sr. Adarico Negromonte, que contou isso a mim, lá, no meu escritório.

O SR. DOMINGOS DUTRA (SD - MA) – Além dessa questão do precatório, a senhora tem alguma informação sobre o envolvimento do Sr. Youssef com a Refinaria de Bacabeira?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não. Não tenho conhecimento.

O SR. DOMINGOS DUTRA (SD - MA) – Presidente, obrigado.

Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Nós que agradecemos, Deputado.

Agora, o próximo a fazer uso da palavra é o Deputado Marcos Rogério, pela Liderança.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – É rapidinho.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – É rapidinho?

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Não vou demorar. É menos de um minuto. Apenas para aduzir, aqui, ao que nós já falamos anteriormente com a depoente, saudando, aqui, esse esforço. Estou muito preocupado, inclusive, com relação à segurança dela. Quero alertar o Presidente, a Mesa e esta Casa. Estou preocupado com a segurança da Meire Poza.

Então, acho que alguma providência precisa ser tomada, porque está prestando um serviço, e, nesse País, infelizmente, quadrilha que toma conta do poder, todos nós estamos inseguros. Todos nós. Imagine a situação dela.

Mas eu tenho, aqui, a cópia, um documento que mostra que, no caso, lá, do depoimento de 2012, do Sr. Marcos Valério, nós temos, aqui, a presença do Sr. Breno Altman, lá atrás, na ocasião do assassinato de Celso Daniel – de Celso Daniel.

Está, aqui, no depoimento, de R\$6 milhões, o Sr. Breno Altman, com o Sr. Ronan Pinto, juntos, arrecadando, arrumando o dinheiro para comprar o *Diário do ABC*, a campanha, para poder chegar a exatamente quem era o grande culpado da morte de Celso Daniel.

Então, o envolvimento desse.

Eu só... E eu, também, já tenho, aqui, uma convocação, Sr. Presidente, do Sr. Breno Altman, aqui, para a CPI. Vamos pedir a quebra do sigilo bancário.

Eu só gostaria de saber se esse é o Sr. Breno Altman que está aqui, ao lado do José Dirceu, sendo preso pela Polícia Federal, com o braço erguido aqui, com aquela posição? Eu lhe mostro, eu lhe mostro.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – É esse. É o primeiro. Esse de camisa vermelha.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – O Sr. Breno Altman sendo preso junto com o José Dirceu, sendo preso não, acompanhando o José Dirceu à prisão. É o mesmo que veio lá de Celso Daniel.

Obrigado, Sr. Presidente.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Só falta ele, né?

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Agora,...

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Acho que ela não respondeu à minha pergunta se o dinheiro, aqueles R\$15 mil, que era o famoso prêmio do mensalão, se era em real ou se era em dólar.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Ele fez pagamento em real... Eu fui três vezes. Parece-me que foram duas vezes em real. Eu não conferia, Excelência. Eu pegava e entregava. Mas a primeira vez eu sei que foi em real, porque ele entregou uma pasta com muito dinheiro, e eu acho que a última vez foi em dólar. Duas vezes em real e uma em dólar. Foi alguma coisa assim.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Quer dizer, era a corrupção e a propina universal, com dólar, real, enfim, global. É isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Obrigado, Sr. Deputado.

Agora sim o nosso último inscrito, o Deputado Marcos Rogério.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Presidente, pela ordem. Eu estou inscrito.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – Sr. Presidente, ...

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Desculpe-me. Então, o penúltimo inscrito.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Parlamentares, Sr. Meire Poza, que comparece a esta CPMI, para prestar também informações ao País, depois de ter feito revelações importantes ao Conselho de Ética da Câmara dos Deputados em um processo em que este Parlamentar é Relator. Considero extremamente importante a presença da depoente nesta CPMI.

Eu farei alguns questionamentos, Sr. Presidente, e, ao final, pediria a V. Ex^a que considerasse o meu tempo de Liderança, pois também estou inscrito, para fazer algumas ponderações. Nesse momento o Sr. Youssef está preso e sabe-se que fechou acordo de delação premiada.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – Pergunto: existem provas que liguem os altos funcionários da companhia Petrobras, indicados pelo Governo com negócios de Youssef? É possível que nesse processo de delação haja a comprovação da participação de pessoas ligadas ao alto escalão da companhia no esquema do doleiro? Essa delação pode revelar isso?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Excelência, mais uma vez, essa seria a minha opinião pessoal, eu não tenho conhecimento disso. Esse assunto, Petrobras, o Alberto sempre tratou de forma sigilosa com o Paulo Roberto. Pelo que eu tenho visto, eu acredito que possa haver. Mas essa é só a minha opinião.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – O.k..

A senhora afirmou, em depoimento ao Conselho de Ética, que o Sr. Youssef era um banco. Segundo a senhora, ele emprestava, pagava, ajudava, inclusive Parlamentares, e que, para isso, mantinha empresas de fachada que eram usadas em seus esquemas. A senhora sabe informar desde quando o Sr. Youssef operava esse esquema com envolvimento tanto de servidores de empresas quanto benefícios a Parlamentares?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Excelência, eu comecei a prestar serviços para a GFD Investimentos em junho ou julho de 2011. Até então eu não tinha conhecimento da existência do Sr. Alberto Youssef. Só alguns meses depois eu soube da existência dele. Eu o conheci pessoalmente e comecei a ter convívio com ele em setembro de 2012. Então, a partir daí algumas coisas eu vi, ouvi, outras eu deduzi, mas eu não sei lhe dizer desde quando. Eu sei da história dele desde o Banestado, creio que todos saibam, mas eu não sei lhe dizer desde quando ele vinha fazendo isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – A senhora afirmou à revista *Veja* que Youssef tirava a maior parte de seu lucro vindo principalmente de transações que envolviam a Petrobras. Qual era a natureza desses negócios com a companhia? Quem eram os operadores do negócios de Youssef dentro da companhia?

O Presidente do Conselho de Administração, o Sr. Guido Mantega, tinha conhecimento desses negócios? A senhora sabe informar? Sabe dar maiores detalhes sobre isso?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Então, mais uma vez, Excelência, eu creio que a revista *Veja*, minha conversa com o jornalista, tenha algum engano, talvez algum exagero, porque eu não tinha essa participação dos negócios do Alberto com a Petrobras.

Então, eu realmente não sei lhe responder dessa ligação Guido Mantega. A minha ligação com ele nunca chegou nesse nível de Petrobras.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – Além dos já citados, a senhora disse, em depoimento no Conselho de Ética que outros Parlamentares teriam recebido dinheiro do Sr. Youssef. Qual são esses Parlamentares?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Bom, o que eu tenho conhecimento foi, lá no Estado do Maranhão, houve essa... desculpe, a governadora, né, disse que está envolvida; o Deputado André Vargas, Luiz Argôlo, Mário Negromonte. E houve a primeira negociação, isso até eu gostaria, se o senhor me permitisse eu gostaria de esclarecer, essa primeira operação, negociação que houve em relação ao Deputado Cândido Vaccarezza, que a *Veja* diz que o Vaccarezza me procurou para fazer negócio com o Alberto Youssef, e eu disse no Conselho de Ética que não, que não foi isso que aconteceu. Então, em 2011, o Assessor do Deputado Cândido Vaccarezza, o Sr. João Lima, me procurou, em 2011, e perguntou, ele sabia que eu tinha contatos com agentes autônomos de investimento, e ele falou que ele teria algum espaço para fazer operação no Igeprev, no Tocantins, e se haveria algum agente autônomo que tivesse algum fundo para colocar lá, porque eles precisavam da comissão para pagar a dívida de campanha.

Essa primeira operação não teve absolutamente nada a ver com Alberto Youssef. Foi uma operação intermediada pelo Sr. Ari Ariza, da Brasprev. Ele fez essa operação direto com o Maranhão, desculpe, com o Tocantins, ele que fez o pagamento, enfim, não sei se o Sr. João Lima pagou dívida de campanha. Posteriormente, esses mesmos personagens fizeram a operação de R\$13 milhões, que, na verdade, era uma operação de R\$30 milhões, só que o Igeprev fez só R\$13, assinou o boletim de subscrição de R\$30 milhões, mas aportou apenas R\$13 milhões. Eu não participei, eu só tive conhecimento dessa operação do Igeprev depois que ela aconteceu. Porém, como os personagens eram os mesmos, eu posso supor, não posso garantir, não posso afirmar,

foi essa a minha conversa, pode ser que o mesmo assessor do Deputado Cândido Vaccarezza tenha também participado da intermediação dessa operação de R\$13 milhões entre, aí sim, o fundo que era de propriedade do Alberto Youssef e o Igeprev Tocantins.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – V. S^a mencionou há pouco, no tocante ao esquema dos precatórios, que ao Maranhão havia uma previsão de pagamento de R\$6 milhões e que foram pagos 4,6 milhões. Mas não declinou quem foram os beneficiários. Quem recebeu esse dinheiro?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Eu não sei lhe dizer, Excelência, porque eu, em momento algum, fui levar ou eu negociei, eu nunca fiz isso. Então, só quem poderia lhe responder, de fato, foram as pessoas que foram lá entregar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – Mas essa transação ocorreu?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Ocorreu a transação. Quando eu estive lá, a minha conversa lá foi com o Sr. João Guilherme Abreu, com o Sr. João Brígido e outras pessoas de lá. Agora, quem recebeu esse dinheiro eu não sei lhe informar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – Foi dito por V. S^a que as empresas OAS e Camargo Corrêa eram usadas para repassar dinheiro para políticos. Há mais empresas envolvidas ou apenas essas duas? V. S^a mencionou, no início da sua fala aqui, outra empresa: Mendes.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Quem afirma que essas empresas...isso também saiu nessa primeira matéria da revista *Veja*, que essas empreiteiras seriam usadas para repassar dinheiro para a Camargo Corrêa, desculpe, para a Petrobras. *Veja*, eu não sei se essas empresas aparentemente, pela MO, vendo as emissões de notas da MO, me parece que houve sim. As empreiteiras que trabalharam com Alberto Youssef foram Mendes Júnior, OAS, UTC/Constran, Camargo Corrêa, que ele tinha contato, Engevix. E quem trabalhava também com ele era Sanko Sider, que não é uma empreiteira. Que eu tenha conhecimento. Outras empreiteiras podem ter feito negócios com ele. Essas são as que tenho conhecimento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – Indago V. S^a: como contadora deve ter relação de tudo que foi pago e recebido, tem como disponibilizar para a CPMI esses documentos?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Da GFD? Esses documentos da GFD, Excelência, entenda, todos eles foram apreendidos pela Polícia Federal. Então, eu não tenho mais a posse desses documentos. Mas está bem simples de ver no inquérito. Eles têm... Já tem tudo isso no inquérito. Eu não tenho mais a posse desses documentos, infelizmente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – Duas perguntas para concluir.

Foi procurada por alguém ou por algum representante do Governo, quando convidada para vir a esta CPMI, ou por alguém ligado à Petrobras?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, nunca. Nunca fui.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – O advogado que lhe acompanha foi contratado por ti ou oferecido pela Comissão?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, o advogado que me acompanha é uma pessoa que eu já conhecia há muitos anos. Ele veio especificamente para me acompanhar nesta CPI.

Agora, se o senhor me permite, em relação a essa procura e tal, o que houve em relação a mim foi retaliação. Então, uma das retaliações que ocorreram – que acaba sendo até engraçado, porque eu figuro como testemunha deste processo e sei de casos antigos onde isso não aconteceu –, o Banco Bradesco me pediu para que eu encerre a minha conta lá. (*Pausa.*) (*Risos.*)

Pedi para que eu encerre a minha conta.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – Não é pessoa muito bem-vinda ao Banco?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não sou mais. (*Risos.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – Está bem.

Sr. Presidente, eu não farei mais questionamentos à Sr^a Meire Poza. Eu pediria a V. Ex^a que, como solicitei no início, considerasse agora o meu tempo de Líder.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Pois não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – Sr. Presidente, uma matéria publicada na revista *Época*, está na opção *online*:

Na delação premiada, Paulo Roberto Costa revela que os contratos da Petrobras eram superfaturados entre 18% e 20%. Paulo Roberto Costa afirmou que fraudou licitações nas duas maiores obras da estatal. Ele dá nome aos lobistas, diretores de empreiteiras, funcionários e partidos que recebiam o dinheiro.

O que se percebe, Sr. Presidente, é que na Petrobras se instalou uma verdadeira quadrilha com o propósito de fraudar a empresa, beneficiar aliados e expor uma companhia que é orgulho nacional. É nosso dever investigar, apontar quem são, como agiam e em nome de quem agiam os criminosos instalados na Petrobras.

Aqui, Sr. Presidente, não se trata de a Oposição acusar, e a Base governista defender, porque não se trata de Governo ou Oposição. O nosso lado é e deve ser o lado do povo, que quer a verdade e tem pressa, Sr. Presidente.

Não podemos premiar a malandragem. Não podemos premiar a esperteza. Não podemos premiar a impunidade. Quem deve tem que responder na medida da sua culpa. E é papel desta CPI esclarecer ao povo brasileiro o que verdadeiramente aconteceu dentro da maior empresa deste País, que, repito, é orgulho nacional, símbolo de orgulho nacional e que neste momento, a partir das notícias, dos fatos e das constatações – porque aqui não são mais apenas cogitações, há confissões públicas – uma empresa que era orgulho passa a ser objeto de vergonha nacional por aqueles que ocuparam espaços públicos para fraudar, para cometer crime.

Repto: não se trata, nesta CPI, de se posicionar como Base aliada ou como Oposição, mas se trata de posicionar Parlamentares sérios que somos, tanto da Base quanto da Oposição, em defesa do interesse nacional, em defesa do patrimônio público, em defesa do patrimônio das pessoas deste País, porque os acionistas dessa empresa são os nossos irmãos brasileiros.

Eu queria fazer essa última observação, Sr. Presidente, para expressar também, como Parlamentar, indignação diante de tudo que vemos, ouvimos e estamos constatando ao longo da apuração desses fatos. Não é prejulgamento; é constatação a partir de confissões públicas que tivemos nas últimas semanas neste País. O Brasil não aguenta mais tanta corrupção instalada a partir de empresas como essa, que, repito, é uma empresa nossa, do povo brasileiro, orgulho nacional e que hoje passa a vergonha nacional. Não a empresa. Não a empresa, porque a empresa continua sendo objeto de admiração e respeito dos brasileiros, mas aqueles que ocuparam espaços estratégicos lá nos envergonham e levam à lama o nome de uma empresa que é um símbolo deste País, que se confunde com o nome do próprio Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Nós agradecemos ao Deputado.

Eu gostaria de agradecer, mais uma vez, a sua intervenção e avisar que V. Ex^a, Deputado Rogério do PDT de Rondônia, não vai ser o último inscrito. Nós temos mais um inscrito que é o Deputado baiano Afonso Florence, que tem a palavra durante 10 minutos. O senhor pode começar a sua introdução.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Presidente, só uma orientação: eu devo esperar a Sr^a Meire...

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Se for para indagá-la com perguntas, sim.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Eu gostaria de primeiro indagar e, posteriormente, fazer uma intervenção. Talvez convenha esperá-la.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Então, vamos aguardá-la um minutinho, que ela já deve estar voltando.

Agora, foi um depoimento muito consistente. Eu acredito que o Brasil todo está muito preocupado com isso. Ao nosso Relator quero dizer que há muitas contribuições dentro dos artigos que ele está elencando, o Deputado Marco Maia; o nosso Presidente, Vital do Rêgo, acaba de me ligar, está elogiando o trabalho desta Comissão e dizendo que ele mesmo marcará a próxima reunião desta Comissão.

Deputado Afonso, a depoente já se encontra sentada. Se V. Ex^a quiser fazer agora suas indagações...

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Por gentileza.

Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr^a Meire Poza, eu vou fazer, na forma de perguntas, algumas considerações, alguns aspectos da investigação que eu pontuei na minha intervenção como Líder, que eu não podia fazer perguntas.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Assim como a senhora já respondeu a outros que fizeram perguntas similares, mesmo que rapidamente, eu lhe peço, por gentileza, que...

A senhora está prestando um serviço muito importante, primeiro por reconhecer que errou num determinado momento, que cometeu atos ilícitos, mas, como a senhora mesma disse, começou reconhecendo e passou a contribuir com as investigações.

Gostaria de lhe pedir, por gentileza, que nos esclareça mesmo que rapidamente, por ser uma pergunta quase que repetida, por que a senhora resolveu falar?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

Na verdade, o Deputado perguntou e eu consegui responder.

Em março 2012, quando houve essa operação com o fundo, especificamente com o Igeprev, foi uma operação que me incomodou bastante. Naquela ocasião, eu tentei me desligar da GFD. Naquela ocasião, eu

recebi um recado que era o seguinte: para eu ficar quietinha porque eu tinha uma filha para criar. Eu fiquei quietinha e continuei na GFD.

Em março de 2013, eu apresentei documentalmente o meu pedido oficial para que eu saísse – eu queria sair da GFD. Foi ignorado. Pediram-me seis meses para nomear outro profissional e ignoraram.

Em setembro de 2013, eu não só documentei, como eu tenho as respostas, porque o que eu estou dizendo ao senhor são fatos documentados, o meu desligamento, eu avisei que eu não emitiria mais nenhum tipo de documento para as empresas do grupo. Eu tenho as respostas da auditoria. Todos os trabalhos de auditoria que vinham sendo feitos foram suspensos. Nós paramos os trabalhos, porque eu não tinha mais confiança na empresa e eu escrevi isso. Mesmo assim, parecia que, o tempo todo, eles brincavam comigo. Inclusive nessa época, em setembro de 2013, o Sr. Alberto Youssef fez um comentário em tom de brincadeira, mas a gente nunca sabia se ele estava falando sério ou se ele estava brincando. Ele me perguntou se eu tinha assistido alguma vez ao filme *O Poderoso Chefão*. Ele disse: "Aqui é igual. Aqui é a máfia. Quem entra não sai". Isso ele me disse em setembro, outubro de 2013. Eu não lembro exatamente a data. Então, eu já havia avisado que eu sairia, que eu não iria ficar trabalhando com eles.

Quando aconteceu a Operação Lava-Jato, eu sabia da minha responsabilidade. Eu nunca fugi à minha responsabilidade em momento algum, nem aqui, nem na Polícia Federal, nem no Ministério Público. Eu momento algum, eu fui da minha responsabilidade.

Então, quando ocorreu a Operação Lava-Jato, num primeiro momento, houve todo esse impacto. Foi uma coisa muito impactante, porque várias pessoas foram presas. Então, esse foi um momento de pensar, e eu posso lhe dizer que, em meados de maio, ou junho, eu já tinha tomado uma decisão. Inclusive, comentei essa minha decisão com o Sr. João Procópio, que era um dos diretores, que ainda não havia sido preso. Foi preso no dia 1º de julho, e eu comentei com ele como vinha falando com o Sr. Enivaldo já há algum tempo, antes mesmo de deflagrada a Operação Lava-Jato. Essa conversa tivemos eu, o Carlos Alberto, o Sr. Enivaldo, o Sr. Matheus, várias vezes, que, se um dia acontecesse qualquer problema, eu contaria tudo aquilo que eu soubesse.

Então, eu não voltei atrás no que eu havia decidido antes mesmo de deflagrada a Operação Lava-Jato. Então, quando aconteceu a operação, eu aguardei... Quando ocorreu a busca e apreensão no meu escritório, a partir do dia 1º de julho, eu aguardei que fosse chamada pela Polícia Federal, em depoimento. Como isso não aconteceu, eu aguardei até o dia 22. No dia 23, peguei um avião, fui até Curitiba, fui sozinha, cheguei lá e falei: "Quero saber qual é a minha conta", porque a minha conta, Excelência, eu tenho dignidade suficiente para pagar. Só que a conta dos outros eu não pago.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Muito obrigado.

Outra pergunta: o fundo de investimentos e participação teria sido utilizado de fato através de recursos de prefeituras do PT? Quais prefeituras depositaram recursos? Qual foi a operação eleitoral que houve nisso?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Excelência, em momento algum, eu disse que o Alberto operava em prefeituras do PT, e torno a repetir: se o Alberto tivesse toda essa ascendência em prefeituras, não só do PT, ou do PP, do PSDB, ou do PMDB, se tivesse ascendência, da forma que se atribui a ele, em prefeituras, esse fundo de investimento teria captado R\$200 milhões e não, em dois anos, R\$23 milhões. Os RPPS (Regime Próprio de Previdência Social) que aportaram dinheiro no FIP (Fundo de Investimento em Participações), que hoje não se chama mais, porque acabou, mas era o Viaja Brasil, foram: Tocantins – o Estado –, Cuiabá, Paranaguá, Hortolândia, Holambra, Petrolina e Amontada. Foram esses sete institutos de Previdência que fizeram aportes no Fipe. Eu não sei se alguma dessas prefeituras é do PT, ou PMDB. Eu realmente não sei lhe dizer. Eu sei que foram esses sete Regimes Próprios de Previdência que fizeram aportes no FIP Viaja Brasil.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Podendo haver casos também de que haja aportes, digamos, fora de esquemas?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não! Não, o aporte é feito sempre de uma única forma. Quando é feito o aporte...

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Então, todos eles, dessas prefeituras, seriam aportes num esquema de caixa de recurso?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, não senhor.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Ou é possível que alguma prefeitura tenha feito aportes na expectativa do funcionamento do fundo?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Todas as prefeituras fizeram o aporte com expectativa...

Veja só: a apresentação desse fundo, era um fundo de investimento que ia investir o dinheiro recebido numa empresa de turismo, numa operadora de turismo que figurava entre as grandes operadoras de turismo do Brasil. Então, esse fundo foi lançado antes dos eventos esportivos do Brasil.

A Marsans não tinha motivo para não ter dado certo. Isso foi um problema de administração dentro da Marsans. A ideia era factível, a ideia era boa, a empresa existia, tinha lojas, podia franquear... Então, todas essas prefeituras que aportaram... E posso até dizer em relação ao Estado do Tocantins. Quando fizeram os aportes, independentemente de terem recebido 10% ou não, porque eu não sei lhe dizer para quem foi – se esses 10% foram pagos para o instituto, para o prefeito, eu não sei. Esses 10% eram pagos para o agente autônomo de investimento.

(Soa a campainha.)

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Então, independente de qualquer coisa, o fundo era uma coisa boa.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Então, nosso foco aqui, diferentemente do que pode lhe ter parecido pela intervenção de alguns Parlamentares, na verdade, são os quatro eixos de investigação da CPMI da Petrobras.

Então, buscamos identificar indícios, eventualmente evidências, documentos comprobatórios da existência ou não da participação direta na operação da Petrobras – hoje, há uma delação premiada em curso, como é do conhecimento de V. S^a – e se, além do Paulo Roberto, há outros gestores. Vimos que o cuidado de um membro do Conselho de Ética de dizer que não é um ataque à Petrobras, mas uma investigação acerca da atuação de alguns gestores é muito importante porque, de fato, a Petrobras é um patrimônio nacional.

Então, até agora, pelo que foi possível inferir do seu depoimento, das suas respostas, houve uma dinâmica de repasse de recursos ilícitos, que a senhora consegue identificar; e, de alguma forma, aponta evidências, provas, que foi através das notas frias para algumas empresas a cujos nomes V. S^a aludiu.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – E me causou curiosidade o fato de que a Senadora Vanessa questionou a senhora sobre o Moinho Cearense, de que a senhora já tinha falado antes.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Aqui, em um site de busca, rapidamente, apareceu – não sei se é verdade, pode ser um erro do site, mas provavelmente é verdade – a identificação dos acionistas majoritários da família Jereissati desse Moinho Cearense.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – A pergunta é: essa nota é fria, a nota de R\$ 1 milhão, parece-me? A senhora tem conhecimento de qual era o objetivo desse recurso repassado para essa empresa? A senhora tem informações complementares sobre isso? Causou-me espécie o fato que a senhora não tinha conhecimento de quem eram...

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – ...os controladores da empresa, apesar de estar disponível em um site de busca rápida.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim, não olhei o site, Excelência. Vim a ter conhecimento depois de deflagrada a operação. Antes, eu não tinha conhecimento. A empresa mandou esse dinheiro. Eu nunca perguntei ao Alberto qual era o business dele, o que ele fazia, de onde vinha o dinheiro, para que servia. Nunca fiz esse tipo de pergunta. Eu só soube que essa empresa teria alguma ligação com o Deputado Luiz Argôlo depois de deflagrada a operação. Depois é que fiquei sabendo que essa operação especificamente era para ser tratada com ele. Depois ainda, quando estive com o advogado do Deputado Luiz Argôlo – estivemos juntos –, eu falei para ele que precisaríamos regularizar essa operação especificamente, precisaria de documentos que dessem suporte a essa emissão de nota. Depois de alguns dias, o Sr. Cláudio Fontanelli me procurou e me trouxe os documentos supostos. Depois de eu ter conversado com o advogado do Deputado Luiz Argôlo, o Sr. Cláudio Fontanelli foi até São Paulo, saiu de Fortaleza, foi até São Paulo entregar relatórios que supostamente serviriam para dar suporte à nota emitida.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Bom, só para concluir, Presidente, contando com a tolerância de V. Ex^a em função de termos oportunizado à depoente usar o tempo necessário para responder às perguntas, registro que, de fato, não tem como parte dessa investigação, ou toda ela, não estar inserida na conjuntura política.

O Deputado Domingos Sávio, que infelizmente não está aqui, falou, em metade da sua fala, em indicadores sociais, o que, obviamente, é facilmente rebatível: o Brasil tem o maior índice de emprego, crescimento da massa salarial. Apesar de todo o estardalhaço de uma suposta crise econômica, houve uma decisão do Governo de, em vez de fazer o aperto fiscal, aumentar desemprego e aumentar pobreza, como ocorreu no período dos governos no PSDB, garantir investimentos públicos em educação, universidades, em obras de esgoto, de casas populares; e, com isso, garantiu o aumento da massa salarial e a continuidade de rodar a economia brasileira, garantindo a melhoria da qualidade de vida do nosso povo.

Então, a pressa da investigação todos nós temos. O povo brasileiro está na expectativa, em particular, o Governo e o Partido dos Trabalhadores. Reitero, nas duas oportunidades em que foi posta a possibilidade de que fizéssemos reuniões secretas, o PT optou por reuniões abertas, porque esperamos que todos que possam

reconhecer que cometaram erros procedam com a Srª Meire. V. Sª acertadamente reconheceu o erro, vai ter que assumir a responsabilidade por eles e tenta contribuir, para que nós possemos a limpo o que aconteceu.

Nós não temos dúvida da conduta ilibada dos gestores da Petrobras, da Presidente Graça Foster, do ex-Presidente José Sérgio Gabrielli, da então Ministra Dilma. Nós queremos celeridade e profundidade nas investigações, porque nós achamos que é isso que garantirá a transparência do resultado e que essa conduta ilibada, essa conduta correta, finalmente, será comprovada.

(Soa a campainha.)

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Quero dizer que nós vamos perseverar nessa investigação, O depoimento da Srª Meire contribui muito. Claro que as pessoas citadas têm direito de defesa, o que faz parte do jogo da política. Agora, é fato, obviamente, que, apesar de a Polícia Federal, o Ministério Público, a Procuradoria-Geral da República terem as suas prerrogativas constitucionais, no governo do PSDB, o Procurador-Geral da República ficou notabilizado como o “engavetador-geral da República”.

Há um ambiente distinto no País e esta CPMI, com a condução do Presidente Vital do Rêgo e de V. Exª e com a acuidade da abordagem do Relator, Deputado Marco Maia, vai chegar a bom termo, no momento necessário, no tempo necessário, para que a investigação tenha a profundidade e a extensão necessárias.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Nós que agradecemos, Deputado Afonso.

Eu gostaria de perguntar à depoente, à testemunha: V. Sª citou vários nomes aqui, vários! Há vários nomes aqui que eu fui anotando, embora tenha perdido alguns. Porém, foram citados Waldomiro, Rafael Lopes, Carlos Alberto, Matheus, João Procópio, Enivaldo Quadrado, Leitoso... Todos trabalhavam no mesmo escritório?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, Excelência. O Sr. Waldomiro de Oliveira era da MO Consultoria; trabalhava para o Alberto, para quem fazia a emissão de notas para o Alberto.

O senhor pode, por gentileza, repetir?

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Rafael.

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – O Rafael trabalhava diretamente com o Alberto Youssef; era um secretário do Alberto Youssef.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Carlos Alberto.

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – O Carlos Alberto era procurador e administrador da GFD.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Matheus.

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – O Matheus trabalhou pouco tempo lá, cerca de sete ou oito meses, como advogado. Ficou bem pouco tempo.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – João Procópio.

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Era diretor na GFD. Ele é cunhado do Dr. João Auler, que é conselheiro da Camargo Corrêa.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Enivaldo Quadrado.

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – O Enivaldo Quadrado fazia essa parte financeira da GFD; não do Alberto. Fazia os pagamentos de banco...

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Leitoso.

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Eu nunca me lembro se é Eduardo ou Paulo Leite... Eduardo Leite é da Camargo Corrêa; ele ocupa algum cargo... É vice-presidente...

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – A Camargo Corrêa a senhora citou várias vezes. A senhora se lembra do tamanho dos contratos feitos com a Camargo Corrêa?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não. A Camargo Corrêa, Excelência... São as outras empresas – essas empresas do Sr. Waldomiro de Oliveira – que têm algumas notas e contratos com a Camargo Corrêa. A GFD nunca emitiu nada com a Camargo Corrêa.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – São outras. Então, a senhora... Aquela de R\$2 milhões, isto é, que devia R\$2 milhões também era a Camargo Corrêa envolvida, não é?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim, era a Camargo Corrêa; porém, para isso aí não houve uma emissão de nota. Isso aí eles disseram que fizeram um acerto, mas eu não sei como foi feito.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – A Camargo Corrêa é aquela que ganhou o principal contrato de R\$3 bilhões de que a imprensa fala tanto.

A senhora sabe alguma coisa sobre Petrobras África? Alguém comentou?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não; nunca ouvi falar.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Sobre plataformas?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não; a única coisa é que, em um dos contratos que foram feitos pela GFD, citava que os serviços prestados teriam alguma relação com plataformas de petróleo.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Com qual empresa? A senhora lembra?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Se não me engano, Excelência, foi com a Mendes Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Mendes Júnior, uma outra empresa muito citada. Está bem!

O Relator, Deputado Marco Maia, quer fazer mais algumas perguntas.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Não; é apenas uma última pergunta para matar a curiosidade.

Esse Banco Máxima fez algumas outras operações com Alberto Youssef, com as empresas dele ou foi só essa operação de empréstimo? Era corriqueiro que ele emprestasse dinheiro ou operasse recursos?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, Excelência; ele tinha uma operação com a Marsans. O Banco Máxima tinha uma emissão de... Ele comprou debêntures da Marsans... Então ele tinha algum... Seriam empréstimos, embora as debêntures fossem conversíveis em ações. Então, ele já tinha tomado, com a Marsans, R\$23 ou R\$25 milhões, se não me falha a memória. Foi exatamente por esse motivo, porque ele tinha um problema de patrimônio líquido: o patrimônio do Banco estava muito comprometido já com a Marsans. Foi por isso que ele não podia fazer o empréstimo diretamente, mas R\$4 milhões para a Marsans. Além disso, eles tinham algumas lojas da Marsans e eles faziam o câmbio: cartões nas lojas da Marsans.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Certo. Mas outras operações de empréstimos dessa natureza?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, não, não, não. Que eu tenha conhecimento, nenhum.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Que tenha conhecimento, não.

É interessante a história do Banco, porque os bancos são regulados pelo Banco Central e existem regras, critérios muitos rígidos para concessão de empréstimos, para operações dessa natureza.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – E, geralmente, o banco só pode emprestar recursos ou dinheiro também dentro de critérios muito claros.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – E V. S^a não parece que teria condições de...

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, não teria. De R\$4 milhões não teria.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – ... receber ou de tomar um empréstimo de R\$4 milhões com tanta facilidade. Certamente o Banco Central terá de fazer aí alguma análise ou alguma diligência junto ao Banco Máxima para saber se não há outras operações dessa natureza que possam, no futuro, vir a lesar inclusive correntistas ou empresas que tenham negócios com o Banco.

Era isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Deputado Marco Maia, tem uma fila aqui na CPI do Senado... Mas, ao falar sobre banco, lembrei daquele Banco Panamericano que deixou um rombo de R\$4 bilhões para trás e ninguém sabe onde foi parar também.

Desses nomes, a senhora sabe quem foi, qual deles fez delação premiada? Já tem o Paulo Roberto, o Alberto Youssef, tem mais alguém?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Que tenha feito delação premiada? Não, excelência.

O Carlos Alberto colaborou espontaneamente, mas não tem acordo de delação premiada, que eu saiba.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Mais algum?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Está bom. Porque nós temos que pedir esses documentos todos, não é?

Muito bem, pergunto se algum Parlamentar quer fazer pergunta? (Pausa.)

Não há.

Havendo quórum regimental, coloco em votação a ata da 12^a Reunião, propondo a dispensa da leitura. Os Parlamentares que a aprovam, queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Está aprovada a ata da 12^a Reunião. Nós estamos na 13^a, então. A ata está aprovada.

Agradeço à depoente, à testemunha; agradeço a todos que participaram efetivamente, ao advogado dela o Dr. Eri Varela, aqui de Brasília, ao nosso Relator Marco Maia.

Nada havendo mais a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos. – Senador **Gim**, Vice-Presidente no exercício da Presidência.

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

ATA DA 14ª REUNIÃO

Ata Circunstaciada da 14ª Reunião, da **Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 – CN**, realizada em 22 de outubro de 2014, às 14 horas e 40 minutos, no Plenário 2 – Ala Senador Nilo Coelho do Senado Federal, sob a presidência do Senador **Vital do Rêgo** com a presença dos Senadores **Antônio Aureliano, Gim e Ataídes Oliveira**; e dos Deputados **Marco Maia, Afonso Florence, Lúcio Vieira Lima, Eduardo Cunha, Carlos Sampaio, Izalci, Mendonça Filho, Onyx Lorenzoni, Fernando Francischini, Augusto Coutinho, Rubens Bueno, Eurico Júnior, Arnaldo Faria de Sá e Ronaldo Fonseca**. Presente o parlamentar não-membro Deputado Antônio Imbassahy. Ausentes os Senadores **João Alberto Souza, Valdir Raupp, Sérgio Petecão, Ciro Nogueira, José Pimentel, Vanessa Grazziotin, Humberto Costa, Acir Gurgaz, Aníbal Diniz, Mário Couto, Jayme Campos e Antonio Carlos Rodrigues** e os Deputados **Sibá Machado, Sandro Mabel, Hugo Napoleão, José Carlos Araújo, Aguinaldo Ribeiro, Bernardo Santana de Vasconcellos, Júlio Delgado e Enio Bacci**. Na ocasião, o convocado **José Carlos Cosenza** apresentou atestado médico, não sendo possível realizar a oitiva nesta data, havendo apenas debates sobre o trabalho desta CPMI.

Após aprovação, a presente ata será publicada juntamente com a íntegra de seu apanhamento taquigráfico.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Boa tarde a todos!

Havendo número regimental para abertura dos nossos trabalhos, declaro aberta esta reunião.

Conforme convocação prévia, a presente reunião destinava-se à oitiva do Sr. José Carlos Cosenza, Diretor de Abastecimento da Petrobras. No entanto, o convocado apresentou atestado médico, que o impossibilita de participar desta reunião, mas colocou-se à disposição desta Comissão para comparecer em outra data.

Passo à leitura do atestado médico para V. Ex^{as}s, na íntegra, que também está disponibilizado na página da Comissão e distribuídas cópias aos Srs. Parlamentares.

Atesto, para os devidos fins legais, que atendi o Sr. José Carlos Cosenza e que o mesmo apresentou intercorrências clínicas que determinam o seu afastamento de atividades habituais por 48 horas (dois dias), a contar desta, quando avaliaremos a resposta ao novo esquema medicamentoso.

CID: 1.10/F41.8 – hipertensão arterial primária.

Atenciosamente, e à disposição, Dr. José Eduardo Castro – CRM 5245168-9.

Comunico ainda que já foi acertada com a Polícia Federal e a Justiça Federal de Curitiba a logística relacionada à vinda do Sr. Alberto Youssef, para prestar depoimento nesta CPMI, dia 29 de outubro, próxima quarta-feira, às 14 horas e 30 minutos.

Por fim, também devo informar a V. Ex^{as}s que já se encontra sobre a mesa dois requerimentos, um do Senado e outro da Câmara dos Deputados, de prorrogação dos trabalhos deste Colegiado; está pronto, cuja primeira subscrição no Senado é desta Presidência, e a primeira subscrição da Câmara é do Sr. Relator, Deputado Marco Maia, e disponível, para coletar assinatura dos membros, na Secretaria da Comissão.

Era o que eu tinha a declarar.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Pela ordem: Mendonça, Imbassahy, Bueno... Todos vão falar.

Peço ao Senador Gim Argello para... Mendonça, Imbassahy, Bueno, Onyx e Francischini, Líder do Democratas.

Com a palavra o Sr. Deputado Mendonça Filho.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Deputados e Senadores, eu quero saudar...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Vamos usar os três minutos de intervenção. Peço a V. Ex^a.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Presidente, eu posso falar como Líder e já agregar minha fala como Líder, porque aí eu já faria uma só fala.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Ex^a tem cinco minutos.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Cinco minutos, então. Por favor.

Eu quero saudar V. Ex^a e dizer que eu realmente devo manifestar o meu espanto com a súbita doença do José Carlos Cosenza no momento em que a gente tinha aí um depoimento que seria muito importante para a CPMI, agendado para o dia de hoje, e que, faltando pouquíssimos dias para o dia da eleição, mais parece que essa é uma tática comandada pelo *marketing* de campanha da Presidente Dilma para tirar do Congresso qualquer possibilidade de discussão a respeito da CPMI da Petrobras e, consequentemente, impedir que o Congresso possa avançar no processo de investigação com relação a todo esse emaranhado de corrupção que envolve, lamentavelmente, a maior empresa brasileira. E isso, pode-se dizer, é coerente com a tática adotada pelo Governo da Presidente Dilma desde o primeiro momento. Porque sabe-se que, aqui no Congresso Nacional, se lutou de forma obstinada o Governo da Presidente Dilma no sentido de impedir que nós cole-tássemos as assinaturas necessárias à instalação da CPMI. Depois, nós vivemos um período político, aqui, de grande quebra de braço, em que levou cerca de 60 dias, Presidente, para que a CPMI fosse instalada e iniciasse os seus trabalhos. Porque o Governo nunca quis, ao contrário do que diz a Presidente Dilma, apurar coisa alguma. A CPMI se instalou a partir da força da atuação da oposição e da pressão da opinião pública, porque se dependesse da Presidente Dilma e da sua Bancada no Congresso, especialmente o Partido dos Trabalhadores, esta CPMI nunca tinha existido.

(Soa a campainha.)

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – E agora, hoje, a gente tem essa surpresa do não comparecimento do Sr. José Carlos Cosenza, que, alegando problemas de saúde, não comparece a uma reunião pública da CPMI, que teria como objetivo central investigar, apurar o que ele sabe sobre a corrupção dentro da própria Petrobras, até porque ele substituiu o personagem maior dessa novela tenebrosa chamada escândalo na Petrobras, que é o Paulo Roberto Costa. Ele foi assessor, trabalhou diretamente com Paulo Roberto em vários momentos e, por certo, tem informações muito relevantes a trazer para nós no Parlamento brasileiro. Infelizmente, temos esse quadro hoje da ausência do José Carlos Cosenza. Acho que o Parlamento deve inclusive avaliar esse laudo médico que foi oferecido a V. Ex^a, para termos a certeza de que – eu digo – reproduz a verdade: se é verdadeira a doença ou se foi mais uma invenção para impedir que ele aqui comparecesse.

(Soa a campainha.)

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Ao mesmo tempo, Presidente, eu quero aqui manifestar também a minha preocupação com relação ao não comparecimento do doleiro Alberto Youssef no dia de hoje, já que estava entendido, desde a semana passada, que ele aqui estaria. Seria um depoimento prestado a partir de um requerimento já aprovado anteriormente. É o segundo personagem em importância nessa novela tenebrosa envolvendo a Petrobras, no ponto de vista da corrupção, até porque sabe-se que ele subscreveu e acordou na Justiça Federal o acordo da chamada delação premiada também, o Youssef, e, evidentemente, se já tivemos a presença do Paulo Roberto, a presença do Youssef é fundamental para que a gente possa esclarecer.

Lamento muito, Presidente – só um minuto para concluir –, que vamos chegar ao dia da eleição exatamente como o PT gostaria, exatamente como a tática do comando de campanha da Presidente Dilma planejou, que é justamente impedindo o avanço da CPMI, impedindo o aprofundamento das investigações, impedindo que a gente pudesse ter clareza a respeito das graves denúncias envolvendo a Petrobras, que é a maior empresa brasileira pertencente a toda nossa população.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k.. Agradeço a V. Ex^a.

Deputado Imbassahy, V. Ex^a também agrega o tempo de inscrição com o de Líder, por cinco minutos?

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputado Mendonça, o Sr. Alberto Youssef estará aqui na próxima quarta-feira, à disposição de V. Ex^a, com certeza com a subscrição de Sr. Líder, para a prorrogação dos nossos trabalhos.

Com a palavra...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Lamentei apenas, Sr. Presidente, porque ele não virá aqui antes da eleição. Eu gostaria que ele estivesse aqui antes da eleição.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k..

Deputado Imbassahy...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k.

Deputado Imbassahy com a palavra.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Sr. Presidente, Srs. e Sras Deputados e Senadores, realmente é uma coisa que surpreende o País, porque esse depoimento era esperado por muita gente, até porque essa

personalidade, o Dr. Cosenza, era um homem da maior confiança do Paulo Roberto Costa. Esse tipo de atestado médico, realmente uma coisa muito singela, muito simples, uma variação de pressão arterial, faz com que esta CPMI tenha sido impedida de avançar os seus trabalhos.

Não tenho dúvida nenhuma, Sr. Presidente, que esta é uma ação deliberada do Palácio do Planalto. Não é nenhuma ação, Deputado Mendonça, do programa de *marketing* da candidata, do João Santana ou de quem seja. Essa é uma decisão tomada pela Presidente Dilma, que, aliás, mentiu ao País, porque ela disse que demitiu o Paulo Roberto Costa, e não é verdade. Ela não demitiu o Paulo Roberto Costa. Ela nomeou o Paulo Roberto Costa em maio de 2004, quando ela era Presidente do Conselho de Administração da Petrobras. Então, ela o nomeou. Ela não o demitiu. A saída do Paulo Roberto Costa aconteceu em 27 de abril de 2012. Na Ata do Conselho de Administração da Petrobras está escrito que o Dr. Paulo Roberto Costa renuncia ao cargo de Diretor; ele pede renúncia, ele não foi demitido.

Mais ainda: ao final da ata, é solicitado que seja registrado agradecimentos do colegiado, portanto da Petrobras, ao Paulo Roberto Costa, que deixou o cargo, tendo o registro de agradecimentos pelos relevantes serviços prestados à companhia no desempenho das suas funções.

Aliás, o Senador Aécio Neves peguntou à candidata Dilma quais teriam sido esses relevantes serviços prestados pelo Paulo Roberto Costa à Petrobras. E a Presidente Dilma, no debate, não respondeu. Simplesmente, deixou sem resposta uma pergunta de interesse nacional.

Quero deixar claro aqui, primeiro, que a Dilma nomeou Paulo Roberto Costa e mentiu à Nação quando disse que o tinha demitido. Ele não foi demitido; ele renunciou.

A presença do Cosenza aqui era muito importante, Sr. Presidente, porque ele era o homem da mais estreita confiança do Paulo Roberto Costa. Ele era Gerente Executivo de Refino. E tenho a mais absoluta certeza de que ele compartilhou de informações importantes. Não sei se ele teria participado de negociações que trouxeram tantos prejuízos à Petrobras e ao povo brasileiro; se ele teria sido cúmplice das decisões. Ele se esquivou de se apresentar hoje aqui nesta CPMI, apresentando atestado médico – o que, até certo ponto, deixa a Nação em dúvida se realmente esse atestado não teria sido preparado para evitar a presença dele aqui antes da eleição presidencial do dia 26, próximo domingo –, mas o fato é que ele era homem de confiança do Paulo Roberto Costa. Era tanta a confiança que tinha nele que, na agenda, Deputado Mendonça, do Paulo Roberto Costa, mesmo depois de ele ter sido afastado do cargo, estão aqui anotadas reuniões com o Sr. Cosenza. Ele foi afastado do cargo no dia 27 de abril, e, no dia 05 de maio, ele estava se reunindo com o Cosenza. Vejam que coincidência! E, no mês seguinte, uma outra reunião. Essa agenda marca, de uma maneira indelével, a relação de cumplicidade entre o Cosenza e o Sr. Paulo Roberto Costa.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Sr. Presidente, o Diretor Cosenza, que assumiu em 27 de abril de 2012, manteve inalteradas as decisões, não fez nenhuma investigação com relação às falcatruas que aconteceram na Petrobras. De 27 de abril de 2012 até então, não se tem notícia de uma ação sequer desse cidadão na direção de fazer investigações. Nada! Absolutamente nada!

Até porque é importante também destacar que ele assumiu a Presidência do Conselho de Administração da Refinaria Abreu e Lima. E o que ele fez nesse período? Absolutamente nada!

O que eu quero dizer aqui, ao encerrar as minhas palavras, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Deputados, é que não houve nenhuma mudança. A Presidente Dilma não tem condições de enfrentar essa quadrilha que está instalada na Petrobras, porque ela acaba de mostrar, de uma maneira muito clara, essa relação de cumplicidade geral.

O PT tomou de assalto a Petrobras, não digo o PT como um todo, mas o Governo da Presidente Dilma identificou a Petrobras como uma fonte – encerro, Sr. Presidente – como uma fonte inesgotável de recursos financeiros. Uma empresa que estaria inexpugnável a investigações e às denúncias que aconteceram.

Mas esses fatos não vão ficar dessa maneira, porque temos Polícia Federal, Ministério Público e o próprio Congresso Nacional vai cumprir com as suas obrigações.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputado Rubens Bueno, V. Ex^a também deseja falar na condição de Líder do PPS?

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Cinco minutos para V. Ex^a.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Sr. Presidente, eu gostaria, primeiro, de dizer que eu sou um dos autores do requerimento convocando o Sr. José Carlos Cosenza. Em nenhum momento, nós convocamos a pessoa jurídica da Petrobras. Em nenhum momento!

De repente, chega a V. Ex^a, Presidente desta CPMI, um documento da Petrobras indicando que o Sr. José Carlos Cosenza teve uma intercorrência clínica. Um documento da Petrobras! Nós não convocamos pessoa ju-

rídica. Nós convocamos a pessoa física de José Carlos Cosenza, dada a sua participação na Diretoria da Petrobras, tomada de assalto por uma quadrilha nomeada pela Presidente Dilma.

E aqui está, de outro lado, Sr. Presidente, documento oficial que nós recebemos da Presidência da CPMI. Em nenhum momento consta o CID, que é o Código Internacional de Doenças. Em nenhum momento consta. Qual é o documento que V. Ex^a tem? Primeiro, não é Petrobras. Segundo, nós não temos a cópia do documento. E aqui está que foi recebido pela Presidência às 9h30 de hoje. Portanto, isso aqui está muito estranho; muito estranho esse jogo montado pelo Palácio do Planalto dentro desta CPMI. Nós precisamos que V. Ex^a, agora, explique por que isso aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputado Rubens Bueno, os termos do CID já estão à disposição desta Secretaria. E peço para chegar a V. Ex^a.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Mas por que é que esse documento que foi distribuído não tem nada a ver com isso?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Qual documento, Deputado?

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Esse documento, o atestado médico.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Não, o documento é o atestado médico. E o atestado médico depois foi complementado pelo CID, Deputado, e chegou à CPMI.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Ah, foi complementado. V. Ex^a não disse que foi complementado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu li, Deputado, para o senhor.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – O senhor leu, mas não disse que foi complementado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Li o número do CID.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – O senhor disse que não foi completado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu fiz apenas a distribuição, Deputado.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Eu preciso dizer outra coisa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k..

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Por que a Petrobras está enviando um documento como esse aqui, da pessoa jurídica? Nós não convocamos a Petrobras. Nós não convidamos toda a quadrilha; apenas um membro da quadrilha. Porque isso aqui chama-se “petezice” aguda, “corruptice” crônica. Era esse atestado que o médico deveria dar. Isto é uma desmoralização do Parlamento brasileiro. Não só basta ao PT desmoralizar o Supremo, o Ministério Público, a imprensa, mas desmoralizar o Parlamento brasileiro. Isso envergonha a todos nós.

Ou esse médico também vai dar agora aos ausentes da CPMI também um atestado de intercorrência clínica? Por que lá na Câmara, o atestado tem que ter um código. Agora, apareceu um código, de repente, na leitura de V. Ex^a. Não apareceu no documento aos membros da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Apareceu na Secretaria, Deputado. E eu não tomo atitudes que não sejam consubstanciadas em documentos.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Está aqui o documento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu li o que está na Secretaria.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – E aqui nós não temos esse documento que V. Ex^a leu.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Ex^a vai ter; V. Ex^a vai ter.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Eu queria protestar junto a V. Ex^a, pedir mais a V. Ex^a, se é séria esta CPMI, pedir ao CRM do Rio de Janeiro que investigue esse atestado devidamente, para que, se for errado, se for fajuto, que seja responsabilizado esse médico.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Claro.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Porque não é possível, não é possível que, às 9h30 da manhã do dia do depoimento, com o Brasil inteiro esperando a presença dele para dizer o que tinha de dizer, como disse o Líder Imbassahy, como disse o Líder Mendonça Filho, para explicar o que aconteceu, as reuniões que ele fez com o Paulo Roberto Costa depois de o Paulo Roberto Costa ter sido demitido – demitido, não, depois de ter pedido demissão. Mas são dezenas de telefonemas do Sr. Paulo Roberto Costa ao Sr. José Carlos Cosenza, dezenas de telefonemas. Estavam tratando do quê? Para onde iriam distribuir o dinheiro? Um por cento para o PP; 2% para o PMDB; 3% para o PT? Era a distribuição? Era disso que estavam tratando?

Ora, Sr. Presidente, pesa mais...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Também, também. Com certeza, deve ser parte do PT. Com certeza deve ser parte do PT, dos 3% que é... Cem por cento do PT, isso ninguém mexe, não é?

Então, é preciso dizer mais.

Aqui não tem que botar desculpa em ninguém, não, em ninguém, não. Só que o PT não assume. Chamam os bandidos mensaleiros de heróis. É isso que o PT faz, ao invés de condená-los. Neste País, quem é sério

não é valorizado pelo Governo do PT. Bandido é tido como herói, como são os mensaleiros presos, que agora estão pedindo liberdade, junto com o Sr. Breno Altman, que esteve aqui, fazendo todo pagamento de multa do mensalão.

Ora, Presidente, nós estamos diante, aqui, do enterro desta CPMI. Não basta dizer que vão prorrogar por mais 30 dias. Para quê? Se não quebram os sigilos bancário, fiscal e telefônico das grandes empreiteiras, dos políticos envolvidos, dos partidos envolvidos. É isso que nós precisamos saber. A Nação precisa saber, para ser passado a limpo esse triste episódio da maior empresa brasileira. Uma quadrilha tomou conta disso, e nós temos que, definitivamente, esclarecer ao País. E cabe a este Parlamento e cabe a V. Exª como Presidente desta CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputado Onyx Lorenzoni, três minutos.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Sr. Presidente, primeiro, eu queria dizer a V. Exª que eu fico satisfeito, porque está marcado o depoimento do Alberto Youssef para a próxima quarta-feira. Queria sugerir a V. Exª e ao Plenário desta Comissão que, na próxima semana, na mesma quarta-feira, poderíamos fazer uma reunião pela manhã e uma reunião à tarde, nós poderíamos agendar a vinda do Sr. Cosenza. Acho que seria superinteressante a presença do Cosenza de manhã e o Alberto Youssef à tarde ou vice-versa. Só acho que é imprescindível, porque aumentou a pressão dele, que ele, na próxima a semana, aqui esteja. Por quê?

Eu queria apresentar um quadinho que eu preparei aqui. Quando saiu o Sr. Paulo Roberto Costa da Diretoria da Petrobras, e ele entra, segundo notícias veiculadas na imprensa, num agrado ao próprio Paulo Roberto Costa e num agrado ao partido que dava sustentação ao Sr. Paulo Roberto Costa, são mantidas as mesmas pessoas na Diretoria de Serviço, na Diretoria de Gás e na Diretoria de Engenharia. As mesmas pessoas são mantidas, os mesmos diretores; o Sr. Paulo Roberto Costa, que faz a delação premiada, diz que ali era a retirada de todos os contratos: 3% para o Partido dos Trabalhadores. Isso está imutável aqui. Isso não mudou.

O Sr. Paulo Roberto Costa... Por que a Presidente Dilma demorou, mas reconheceu que a delação premiada dele tem validade? Porque é evidente. Ele está num acordo judicial para reduzir os anos de cadeia que ele eventualmente poderia ter. E ele disse que essas três Diretorias – e as pessoas estão mantidas lá – hoje, sob a coordenação... Interessante: a Diretoria Internacional também tinha operações desse tipo, e quem é substituído? É substituído. E quem assume a presidência é Graça Foster. Por que a Presidente Graça Foster vai para a Diretoria Internacional? Essa é uma pergunta importante a ser esclarecida.

Eu também queria perguntar para esse Sr. José Cosenza... Ele era presidente da Petrobras argentina quando houve aquele negócio, em que o grupo argentino queria comprar, em 2009, a Refinaria de San Lorenzo, por US\$50 milhões, e acabou pagando pela refinaria US\$36 milhões. E havia uma contratação do escritório de advocacia que intermediou o negócio, em que, se fosse vendido por mais de US\$50 milhões, ia ganhar uma comissão menor do que se vendesse por menos dinheiro. Eu nunca vi disso no mundo dos negócios!

Então, é evidente que a pressão dele tem de subir, porque as explicações que ele deve ao País são muito sérias e muito graves.

E quero pedir, então, a V. Exª, formalmente, que seja marcado o depoimento dele para a próxima quarta-feira, aqui, junto com...

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Sexta-feira.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Ou na sexta-feira, ou na quinta-feira...

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Sr. Presidente, eu queria...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Na próxima semana, para que se possa fazer o pareamento dessas duas importantes oitivas: a dele e a do Alberto Youssef.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Recebo a sugestão de V. Exª.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Pela ordem, Presidente. Eu recebi um documento!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu vou passar a palavra a V. Exª.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Não, é só uma questão de ordem. Apenas um documento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Concedo a palavra ao Deputado Francischini e, depois, vou atender V. Exª.

V. Exª está com a palavra, Deputado Francischini. Quer usá-la, Deputado Francischini?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Presidente, acho que, realmente, é o enterro da nossa CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Exª usa como Líder?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Exª tem cinco minutos.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Hoje, é o atestado médico do Sr. Cosenza e o atestado de óbito da nossa CPMI. Última reunião antes da eleição, reunião em que o Governo fez um atestado médico fajuto, de hipertensão. Duvido, se a gente pegar o Sr. Cosenza agora, sentar e botar para ele medir a pressão,

que ele vá ter hipertensão! É capaz de se ele se sentar ali ele tenha hipertensão. A hipertensão daquele que ocupou o lugar do Sr. Paulo Roberto Costa e deu continuidade aos esquemas de desvio de dinheiro público.

O senhor lembra, Presidente, quando eu trouxe um documento da Polícia Federal, que investigava no Rio de Janeiro, ainda no começo da CPMI, que dizia que havia uma organização criminosa dentro da Petrobras, quase com a base do Governo, e houve um pelotão de linchamento com aquele documento? Acho que o senhor e nós estamos convencidos hoje de que aquele era o primeiro documento que dizia realmente estavam desviando nosso dinheiro dentro da Petrobras.

Hoje, a gente vai mais além. Começou com Pasadena, mas a gente já tem as grandes refinarias: Abreu e Lima, Repar, no Paraná, COMPERJ, todos. É um megaesquema de desvio; é o maior esquema de desvio da história do nosso País.

E, infelizmente, nossa CPMI falece hoje. O atestado de óbito da CPMI é claro. O Governo, é óbvio, proibiu a vinda do Sr. Cosenza, ou ele, com certeza, também providenciou para que não vir.

É óbvio que o Governo jogou desde o começo: instrumentos jurídicos no Supremo Tribunal Federal; questões de ordem no Senado da República; impedimento; constrangimento de membros da CPMI... A gente não sabe onde vai parar. O TCU bloqueando o patrimônio de toda a Diretoria e deixando só a Graça Foster de fora. A única que não está com o patrimônio bloqueado pelo TCU é a Graça Foster. Ela que esteve à frente.

Não sei se o senhor notou também, Relator, que o período todo da denúncia, Deputado Onyx Lorenzeni, dos 3%, quem estava à frente da Diretoria de Gás era Graça Foster. Então, como o patrimônio dela é o único que ainda o TCU não bloqueou?

Nós estamos diante não de uma organização criminosa de pés de chinelo, mas de políticos, autoridades, pessoas de alto escalão da nossa República. Nós precisamos fazer algo. Isso vai além desse nosso mandato, da reeleição da Presidente Dilma ou da eleição do Aécio Neves. Vai muito além disso, Presidente!

Espero que eu possa retirar as minhas palavras de que nós estamos com o atestado de óbito da CPMI na semana que vem.

Mas gostaria de deixar um requerimento a V. Ex^a – para a gente não jogar dinheiro público fora, no lixo, de novo, Presidente –: que o senhor faça contato com o advogado do Sr. Youssef e lhe pergunte, semana que vem, passado o período eleitoral, se ele vai vir falar em reunião aberta, se a gente vai transformar em reunião reservada e ele vai falar, porque se ele não falar nós vamos, de novo, apanhar da opinião pública, da imprensa, dos nossos amigos e dos apoiadores. Vocês vão gastar com o avião da Polícia Federal, com a escolta da Polícia Federal, para ele sentar aí na frente e falar que ele está em delação premiada e não vai falar nada! Então, eu acho que o senhor deveria, desde logo, proteger a imagem já tão combalida da nossa CPMI.

Segundo, acompanhando o Deputado Rubens Bueno, sempre muito coerente nesta CPMI, eu gostaria que o senhor requeresse, como Presidente, em nosso nome, a abertura do inquérito policial em cima deste atestado médico. Não só no CRM, acho que um inquérito policial. Às nove e meia da manhã ele tem uma crise de hipertensão para não vir à CPMI? Olha, Presidente, o trabalho político-eleitoral do Palácio do Planalto para evitar um novo escândalo às vésperas de uma eleição, nós todos com as informações, que a mídia colocou para todo o Brasil, de pagamento de propina escancarado; milhões de reais em contas na Suíça. Antes a gente falava de batom na cueca, agora é uma indústria de cosméticos na cueca do PT! Não tem mais o que falar. Quando a gente pede a palavra aqui... Eu vi uma charge no Facebook esses dias da Presidente Dilma com suas anotações para se defender de corrupção; ela ficava atrás, porque era um pilha maior do que eu. Era uma charge. (*Falha na gravação.*)

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – ... além do Aécio, além da Dilma, é a nossa história que está aqui hoje.

Então Presidente, o nosso pedido é para que senhor tome a rédea e tente, então, conversar com o advogado e ver se o Youssef não quer vir, até sexta-feira a esta CPMI, mas para falar, não para ficar quieto e desmoralizar a nossa CPMI, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Sim. O.k..

Agradeço ao Deputado Francischini.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu estou com a palavra. Por favor.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Sim, claro.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputado Francischini, eu recebi, semana passada, V. Ex^a e outros Líderes da oposição com diversos pleitos, entre eles priorizar a convocação de Youssef. Eu estou atendendo a V. Ex^{as} e certamente a toda a Comissão, e vou tomar as providências que V. Ex^a fala.

Sr. Deputado Rubens Bueno com a palavra, para uma questão de ordem. E V. Ex^a, como Líder, vai nominar o artigo do nosso regimento que fala sobre a questão de ordem.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Presidente, apenas para agradecer o documento que V. Ex^a enviou.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Então não é questão de ordem, é pela ordem, Sr. Deputado.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Então é pela ordem. O documento...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra, pela ordem, V. Ex^a.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Estou agradecendo V. Ex^a o envio do documento. Mas esse documento aqui é o mesmo atestado médico que foi adulterado. Este documento, atestado médico, foi adulterado. Veja como o PT é craque; é universidade de falcatrua, de mentira, de roubalheira...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k..

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Presidente, está aqui. Tem que apurar isso!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Vamos apurar.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Isso foi adulterado. É o mesmo atestado, com letra diferente, indicando o código.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Ex^a está noticiando uma notícia-crime que está Presidência vai assimilar e vai mandar apurar. O.k.?

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputado Marco Maia com a palavra.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O Relator tem prioridade. Deputado Marco Maia com a palavra.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Antes de ele falar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O Relator tem prioridade. Deputado Marco Maia com a palavra.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Na providência que o senhor vai tomar, por favor, mande o instituto de perícia de Brasília fazer o exame grafotécnico.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Tomarei todas as providências técnicas.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Presidente, eu queria fazer uma pergunta: que o Deputado Marco Maia pudesse se pronunciar sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra o Deputado Marco Maia.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Presidente, tem uma ordem de inscritos aí.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputado Mendonça, por favor.

Com a palavra o Deputado Marco Maia.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Por favor, vamos organizar. Esta Presidência não prescinde, não prescinde em nenhum momento, do dever de conduzir a reunião.

Com a palavra o Deputado Marco Maia. E, com a liberalidade que o Deputado Marco Maia vai oferecer ao Líder do Democratas, vai poder ouvi-lo.

Com a palavra o Deputado Marco Maia.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Pois não, Deputado Mendonça Filho.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – É uma sugestão objetiva, Presidente, e direta, que o Relator pode inclusive se manifestar, se quiser, sobre a sugestão que quero fazer.

Recebemos esse atestado, que tem sido motivo de grande polêmica na Comissão, porque todos até ficaram chocados com essa doença repentina do Sr. Cosenza. Aqui foi dado um atestado de 48 horas, Presidente, a partir do dia 21, conforme assinatura do médico. Aqui está dito 21/10, ou seja, ontem. Hoje, completa 24 horas; amanhã, 48 horas do atestado médico. Eu queria sugerir a V. Ex^a que marque para sexta-feira, eu estarei aqui, o depoimento do Sr. Cosenza, para que não fique no ar que essa atitude do Sr. Cosenza foi articulada para ele fugir do dia 26, dia de eleição.

Para esta Comissão não ficar sob a suspeita de que isso aqui foi maquinado para tirar da eleição o depoimento, marcamos para a sexta-feira. Não tem nenhum problema. Pego um voo do Recife e estaremos aqui para ouvi-lo. Tenho certeza de que ele não vai sofrer outro piripaque, outra crise de pressão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputado Marco Maia, com a palavra.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Na verdade, vocês sabem que não eu costumo dar palpites aqui em relação aos temas e aos depoimentos que são feitos pelos nobres colegas Deputados e Senadores, mas acho que, por algumas intervenções que aqui houveram, acho que é importante que eu faça aqui algumas considerações.

A primeira delas é de que eu não posso, de forma alguma, Deputado Francischini, concordar com a tese desenvolvida aqui por V. Ex^a de que esta CPMI acaba hoje. Ela só acabaria hoje se o único motivo ou o único intuito desta CPMI fosse a disputa eleitoral que teremos agora, no próximo dia 26. Tenho a certeza de que não é este o entendimento, não é esta a vontade, não é esta a compreensão da maioria das Sras e Srs. Deputados e Senadores que aqui estão, a não ser a vontade de efetivamente investigar todas as demandas, todos os desmandos a que temos assistido nesses últimos meses ou nesses últimos anos envolvendo a Petrobras.

É preciso fazer esta consideração porque eu, de forma muito tranquila, acho normal, natural que tenhamos, em função do processo eleitoral, uma certa tensão. Somos políticos. Somos seres políticos. Estamos no Congresso Nacional para, além das tarefas constitucionais, também fazer a política. O nome, o próprio nome do Parlamento já diz: é Parlamento, portanto, é para parlar, para conversar, para debater, para discutir todos os temas.

Agora, acho que a CPMI ainda terá muito o que contribuir com o Brasil, com este Parlamento, inclusive com a própria Petrobras. Digo que terá muito para contribuir porque não temos ainda o conjunto das informações que gostaríamos de ter em relação às investigações que já estão sendo realizadas. A cada dia, temos e somos bombardeados por informações novas.

Falei aqui, até de forma complementar, ao Deputado Rubens Bueno sobre a denúncia de que o PSDB teria recebido, através do seu ex-presidente, que, inclusive, não pode nem se defender mais, já falecido, R\$10 milhões. Anteontem, por exemplo, em um depoimento feito por um cidadão, proprietário de uma das empresas laranja do Sr. Alberto Youssef, ele não citou por detalhes, mas deu inclusive as coordenadas geográficas de onde estaria o outro Parlamentar do PSDB envolvido nas mesmas tratativas, nas mesmas negociações que estaria envolvido o antigo Presidente do PSDB, nosso colega aqui, Sérgio Guerra.

Então, temos envolvimentos a cada dia que passa. E o que mais nos chama a atenção, lendo, durante o dia de hoje, o interrogatório – e V. Ex^a sabe como são feitos os interrogatórios –, o Juiz Sérgio Moro, por exemplo, no momento em que o cidadão vai dizer quem é o nome da pessoa, que vão ser levantados os nomes, ele diz: “Espera aí, você não pode falar nem dizer quem é porque nós temos uma combinação aqui de não citar nomes.” E eu acho que nós, nesse turbilhão de informações, a CPMI não está alheia a tudo isso, ela está analisando, está recebendo os documentos, ela está fazendo os cruzamentos, a equipe técnica está trabalhando e nós vamos apresentar, no início da próxima semana, uma lista de requerimentos novos, que têm, inclusive, contribuição de V. Ex^as, de informações novas que precisam ser buscadas inclusive nesse processo de investigação, para que todas as informações possam chegar a esta CPMI.

Então, acho que nós estamos em andamento no processo de investigação. A CPMI não tinha só o endereço da eleição. Se alguém tem essa visão eu discordo. A CPI é mais do que isso, ela é perene, ela vai mais adiante. Nós vamos continuar investigando doa a quem doer, esteja onde esteja o problema.

Até eu gostaria de fazer, aqui, uma pequena reflexão com V. Ex^as, porque, às vezes, a gente fala aqui “o partido tal tem culpa”, olha, isso é uma afirmação muito pesada, porque significa que todos os integrantes de um determinado partido têm problemas, ou são envolvidos em algum escândalo, ou têm algum desmando. Eu procuro não fazer isso com nenhum partido. Eu não posso dizer agora, por exemplo, que todos do PSDB têm culpa porque houve um desmando feito por um Senador ou por um Deputado ou pelo ex-presidente do PSDB. Nós não podemos usar da palavra, na minha avaliação, dessa forma, sob pena de nós estarmos criando um conflito entre nós aqui, o que não é razoável, não é verdadeiro. Tem pessoas que cometem erros. E quem comete erro tem que ser efetivamente punido pelos erros que cometeu. Mas isso não significa que todos aqueles que fazem parte de determinado partido são cometedoras dos mesmos erros ou das mesmas falhas.

Então, eu queria fazer essa pequena reflexão com V. Ex^as para que a gente pudesse ter a tranquilidade de afirmar aqui que os trabalhos da CPMI devem continuar com o mesmo intuito, com a mesma responsabilidade de investigar e punir quem deva ser punido.

Volto a dizer, nas palavras do Deputado Onyx Lorenzoni aqui, das suas próprias: nós não estamos fazendo aqui, não construímos uma CPMI apenas para a eleição. A eleição está aí na frente e qualquer um dos candidatos pode ganhar a eleição, pode sair vitorioso no domingo, mas a CPMI vai continuar atuando e funcionando da mesma forma e do mesmo jeito, na segunda, na terça, na quarta e na quinta-feira da semana que vem.

Então, eu queria só fazer essa reflexão para recolocar as questões na ordem, Sr. Presidente, para que a gente pudesse ter a tranquilidade de poder afirmar que os trabalhos da CPMI deverão continuar com a mesma intensidade e com a mesma força depois do processo eleitoral.

Muito obrigado.

Obrigado a V. Ex^as pela paciência de me escutarem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputado Izalci com a palavra, por três minutos.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Presidente, em primeiro lugar, eu quero, complementando o que foi falado aqui pelo Relator, que eu participei, na Comissão de Ética, de um depoimento do Sr. Leonardo Meirelles. E ele também fez um depoimento no Ministério Público e na Polícia Federal – está aqui, Sr. Presidente, o termo do depoimento – em que o Sr. Leonardo disse, claramente, que conheceu o Sr. Alberto Youssef depois de 2010. Está no depoimento que tem valor e que pode comprometer inclusive a deleção premiada do Youssef. Por isso que o advogado do Youssef disse que não é verdade o que ele disse.

O que a gente percebe claramente, além das mentiras, e o PT tem esta qualidade de transformar as mentiras em verdades ou pelo menos tentar fazer isso, e quero dizer isso porque a Presidenta Dilma disse claramente isso que foi falado pelo nosso Líder Imbassahy e está aqui a ata. É importante que essa ata seja publicada e distribuída no Brasil todo, porque está muito claro. O nosso Diretor Paulo Roberto Costa não foi demitido, ele pediu demissão. E além de pedir demissão, ele foi elogiado. Está na ata, inclusive registrado na ata “os relevantes serviços prestados à Petrobras.”

E vários Deputados, no plenário, disseram novamente, confirmando a mentira da Presidenta Dilma. E agora eu gostaria até de colocar essa ata como um documento, para ficar registrada na CPMI a mentira dita pela Presidente da República.

Sr. Presidente, o que foi colocado também pelo advogado do Youssef é que “Meirelles falou espontaneamente sobre o PSDB, sobre Sérgio Guerra, não foi nem induzido a isso”. Isso significa o quê? Que foi combinado. O PT monta todo esse esquema. Nunca vi mentir tanto.

Eu quero aqui manifestar a minha indignação, Sr. Presidente. Nunca na história deste País se roubou tanto como na Petrobras. Aliás, talvez a gente tenha mais coisas agora, mais do que a Petrobras, que são exatamente os fundos de pensão, o BNDES. Nós também temos o dever de fiscalizar.

Está aqui na manchete de hoje dos jornais: “Agência internacional rebaixa a Petrobras”, uma dívida de quase 300 bilhões e a interferência direta do Governo. Esse é o legado deixado pelo Partido dos Trabalhadores à maior empresa, patrimônio do nosso povo.

Então, Sr. Presidente, seria muito importante, sim, que nós pudéssemos ouvir aqui também o Sr. Vacari. Por que nós não convocamos imediatamente o tesoureiro do PT? Está muito claro: ele que administrava todos os recursos da Petrobras. Já foi dito pelo Youssef, dito pelo Paulo Roberto Costa. Nós temos a obrigação de, imediatamente, convocar esse senhor aqui, para sabermos exatamente o que ele fez com os 3% de todas as Diretorias.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – E no caso da Diretoria do Paulo Roberto Costa, os 2% do Partido dos Trabalhadores.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputado Imbassahy, para uma questão de ordem. V. Ex^a deve citar o artigo...

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Art. 89, que diz respeito às prerrogativas de V. Ex^a como Presidente desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – O Líder, Deputado Mendonça Filho, fez uma solicitação para que V. Ex^a avaliasse a possibilidade de convocarmos uma reunião para a oitiva do Sr. Cosenza na próxima sexta-feira, até porque o documento que ele aqui apresenta dá uma possibilidade concreta de que ele estaria em condições físicas para estar aqui presente, a despeito até de haver dúvidas com relação a esse documento, a esse atestado. Mas, de qualquer maneira, ele apresenta essa possibilidade.

Como essa decisão pode ser tomada por V. Ex^a, ou como V. Ex^a bem entender, aliás, como tem feito de maneira muito respeitosa e democrática, podemos tomar a decisão agora, aqui, ouvindo o Plenário desta Comissão, se a gente marca para sexta-feira ou não. Se V. Ex^a concordar, poderia passar essa decisão para o Plenário e, neste momento, a gente faria uma deliberação e a votação, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Recebo a questão de ordem de V. Ex^a e, em nome das prerrogativas do art. 89, eu haverei de tomar as posições necessárias que a Presidência precisa tomar com relação a esse assunto.

Deputado Afonso Florence, com a palavra. V. Ex^a quer falar como Líder e como inscrito? (Pausa.)

V. Ex^a tem cinco minutos.

O Deputado Imbassahy é muito inteligente.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Parlamentares, senhoras presentes, primeiro registrar que o Partido dos Trabalhadores tem, nesta CPMI, sempre se posicionado, seja com posição isenta do Relator Marco Maia, seja com a sua Bancada, trabalhado para as reuniões serem abertas, trabalhado para que as convocações, os requerimentos de convocação necessários para as oitivas sejam aprovados, trabalhado para dar quórum, trabalhado para esclarecer os fatos em curso de investigação, para que nós possamos separar o joio do trigo; para que nós possamos fazer prevalecer a verdade; para que nós possamos isentar o patrimônio do povo brasileiro, a Petrobras, das consequências danosas que os atos ilícitos, porventura praticados e a serem comprovados, como há indícios fortes em curso de investigação, pelo Sr. Paulo Roberto, Sr. Youssef e outros, não venham a atingir esse patrimônio do povo brasileiro. Portanto, da parte do Partido dos Trabalhadores, esta CPMI não morre hoje.

E a convocação urgente não só do Sr. Cosenza, mas de todos os outros acusados ou dos que possam, em nome dos seus respectivos partidos, defender os seus membros. Não é o PT que tem usado da mentira e da calúnia o tempo todo.

A opinião pública brasileira tem presenciado como a Presidenta Dilma tem sido atacada, individualmente, na sua honra, na sua condição de mulher, de mãe, de avó, pelo candidato Aécio Neves, na frente das câmeras de televisão, nos debates públicos. Como os Líderes aqui da oposição acusam o time do 13, o PT, que está melhorando a vida do povo brasileiro, com o Bolsa Família, com vagas em universidades, com vagas em escolas técnicas, dando oportunidade ao povo brasileiro com o Mais Médicos, e querendo aqui investigar. Nós não vamos dizer que, porque dois ou três Parlamentares do PSDB foram citados, que todo o PSDB é feito de ladrões. Óbvio que não! Nós queremos convocar. Se o presidente de então faleceu, acabamos de entrar com requerimento, solicitando a convocação do Presidente atual, o Senador Aécio Neves, e que ele venha na sexta-feira prestar os esclarecimentos para isentar os membros do PSDB dessa calúnia implícita que é dita, que é feita aqui. Quando se generaliza para o PT, implicitamente se está generalizando para o PSDB também, como foi dito aqui por um eminente Deputado que me antecedeu, dizendo: “É o PSDB igual do PT ou parte do PT”. E não é verdade. Não é possível que, porque um Senador, um Deputado... Temos de dar oportunidade ao Senador, ao Deputado de virem se defender; e ao Presidente do Partido, de vir defender-se. Como a Presidenta Dilma honrosamente, valentemente, coração valente da Presidenta Dilma, enfrentou a calúnia de frente. (*Risos*)

Defendeu o povo brasileiro. E esse desespero, essa ironia da turma do atraso é o desespero da iminência da derrota, porque o povo brasileiro vai lhes dar a resposta nas urnas no domingo, votando no 13, votando na Presidenta do PT, votando no legado do Presidente Lula, no legado que investiga, que dá independência à Polícia Federal. O Procurador-Geral da República no Governo do PT não é o engavetador geral da República.

Quem mente e quem diz a verdade?

Sr. Presidente, quero registrar formalmente o pedido de degravação da parte do depoimento do Sr. Paulo Roberto Costa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – ..., em que, aqui, nesta CPMI, ele respondeu à pergunta se ele foi demitido. E, se não me falha a memória, vamos identificar aí que ele disse que foi demitido, diferentemente do que foi dito aqui.

Quem mente, então?

Diferentemente do que foi dito...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – A Ata. A Ata do Conselho é que mente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Sr. Presidente, eu peço, por gentileza, um mínimo de educação doméstica.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Vamos convocar a Presidente do Conselho. Convoca Presidente do Conselho.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Além de calúnia, mentira, um mínimo de educação doméstica. Tenho o direito de falar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Por favor, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Estão tentando me confundir. Estão me provocando, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Ex^a tem a palavra.

(*Intervenção fora do microfone.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Ex^a tem a palavra, por favor.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Sr. Presidente, estão tentando conturbar meu depoimento. Peço desconto do meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Ex^a vai ter.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – É dessa forma que o candidato deles tem-se comportado com a Presidenta Dilma: provocando, baixando o nível, tentando ganhar fora do jogo lícito. É mentira ou é verdade? Nós vamos ver na degravação. Ele foi perguntado se foi demitido.

Quero, também, solicitar um esclarecimento desta Presidência. Foi dito aqui que a Petrobras se sobre-pôs à prerrogativa de justificativa do depoente, que é um problema dele, do médico dele e desta Comissão, da Presidência desta Comissão, mas nós não podemos desviar o debate de hoje. Quero que fique registrado se esta Comissão endereçou à Petrobras ou à pessoa física, porque, se não me falha a memória, foi endereçado à Petrobras. Então, quem mente aqui?

Nós estamos entrando com requerimento de convocação também do tesoureiro do PT, o Vaccari, mas estamos entrando com a do Senador Aécio Neves, porque o presidente de então não poderá estar presente; do Senador Alvaro Dias, do Deputado Luiz Carlos Hauly, do Sr. Rodrigo de Castro, do Vaccari Neto, do Fernando Bezerra Coelho e do Renato Duque, Diretor da Petrobras, porque quem quer apurar a verdade... Até sexta, o que nós vamos fazer é disputa eleitoral, e aí eu entendo o desespero da turma do atraso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O. K., Deputado.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Agora, o que não dá é aqui, se vamos chamar sexta, vamos aprovar: todos subscrevem para terem prerrogativa de pergunta antecipada a esses depoentes que deverão ser...

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Isso é um surto de investigação?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputado Afonso, para esclarecimento.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – É um surto de investigação? É brincadeira!

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Presidente, eu peço respeito. Me respeite!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Ex^a...

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Eu respeito V. Ex^a, inclusive quando V. Ex^a diz bobagem. Eu respeito. Então, o que eu disser aqui tem de ser respeitado.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – É o meu momento de fala, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputado Afonso...

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Questão de ordem, Presidente. Isso é um surto de investigação.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Me respeite! Me respeite!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputado Afonso...

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Trazer Aécio Neves na sexta-feira antes da eleição...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O orador está com a palavra.

Deputado Francischini, por favor.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Está de brincadeira! Está rindo da nossa cara!

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Não é brincadeira!

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Está rindo da nossa cara!

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Não é brincadeira. Quem fica rindo aqui não sou eu. Eu trato isso com seriedade.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Ex^a conclua. Deputado Afonso, por favor.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Concluído, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – A Presidência informa a V. Ex^a, atendendo à uma reivindicação de V. Ex^a, que os requerimentos, como de praxe, são encaminhados ao homem função, isto é, foi encaminhado à Petrobras, ao Diretor de Abastecimento da Petrobras, na forma da sua convocação.

Vamos lá.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Presidente, para concluir, agradeço a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador Antonio Aureliano, V. Ex^a tem três minutos, meu caro colega.

O SR. ANTONIO AURELIANO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB - MG) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores, Srs. Deputados, eu gostaria de fazer uma colocação: no momento em que estamos às vésperas de decidir o futuro da Nação, os questionamentos mais importantes que nós precisamos ouvir, e a Nação precisa ouvir também, não estão sendo colocados devidamente para esclarecimento. Eu diria que está havendo um atraso, uma maneira errônea de encarar a responsabilidade, tendo em vista o momento que estamos vivendo.

Este Governo colocou o País em uma situação de berlinda no que se refere às suas condições mínimas de responsabilidade perante o seu povo.

É fundamental que, neste momento, nós desta Comissão, e V. Ex^a como Presidente, além do Relator e de todos os Deputados e Senadores estamos dando demonstração clara da responsabilidade que cada um de nós temos perante a Nação. Então, é fundamental.

Peço que seja convocado, para sexta-feira, de forma clara e objetiva, inclusive colocado pelo Deputado Francischini claramente, as questões que envolvem esse atestado médico, que, na verdade, é uma questão que envolve inclusive um problema criminal, porque se esse médico, em determinado momento, assinou um atestado que não tem procedência cabível, ele vai ter que ser investigado.

Então, eu peço a V. Ex^a que inclusive encaminhe a necessidade de nós darmos prosseguimento à investigação no que se refere a esse documento de atestado médico.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Já determinei, meu caro colega Senador, as providências necessárias à Secretaria.

Nada mais havendo a tratar...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu conclui as inscrições.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Mas não chamou pela ordem e como Líder?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Foi pela ordem e como Líder. O senhor estava inscrito e teve cinco minutos.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O senhor quer se inscrever novamente? V. Ex^a terá o tempo que quiser.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Não, Presidente, apenas para registar – 30 segundos apenas – como o discurso ele é bem-orquestrado. Aquela *media training* que aconteceu com o diretor da Petrobras acontece também com a Bancada do Governo. Então, o fato que chama a atenção é, por exemplo, quando eu falei que eles tratam bandidos como heróis, aqui se tenta desqualificar um juiz da altura, da magnitude de um Sérgio Mouro. Quando ele pediu para não dizer o nome de Parlamentar era para o processo não vir para o Supremo Tribunal e se transformar em segredo de Justiça. Era esse o objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k..

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Anular o próprio processo. O juiz é previdente. E é o juiz mais sério que nós conhecemos dentre tantos sérios que têm este País.

Eles querem é desqualificar Justiça, juiz, imprensa...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k., Deputado.

Com a palavra o Deputado Marco Maia na condição de Relator.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Primeiro, Deputado Rubens Bueno, eu lhe respeito enormemente. Acho que V. Ex^a é um dos ...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Eu vou lhe falar com respeito também. V. Ex^a é um dos Deputados mais destacados do Parlamento brasileiro e do Estado do Paraná. Mas eu não gostaria que V. Ex^a colocasse à minha pessoa uma afirmação que eu não fiz. Eu não fiz nenhuma ingerência aqui para desqualificar A, B ou C. Eu apenas fiz, aqui, uma afirmação daquilo que estão nos autos, o que nós recebemos nos autos.

O mais correto, por parte de qualquer investigador, na minha avaliação, é que o investigador chegasse lá e dissesse: "Eu quero todas as informações. Eu não quero esconder nada." E fazer também todas as perguntas que precisam ser feitas. Porque vejam V. Ex^as: quem fez a pergunta se havia participação de outros partidos no processo foi o advogado. Então isso tudo está chegando... É um turbilhão de informações que chegam a esta CMPI, e que vêm pela imprensa, pela mídia que nós não podemos, de forma nenhuma, desconsiderar.

Então, não se trata aqui nem de proteger ninguém, nem de passar a mão por cima de ninguém, porque o outro lado também é verdadeiro. Não podemos endeusar alguns e endemoninar outros, ou endemoninar alguns e Endeusar outros. Temos que fazer uma investigação que seja séria. E uma investigação séria pressupõe investigar todos, inclusive aqueles que, por algum motivo, não cumprem o seu papel de investigar.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Mas há um documento público do PT desqualificando o Juiz Sérgio Mouro. Há um documento público do PT.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Mas aí V. Ex^a fale sobre as pessoas que o fazem, da forma como o fazem, não sobre este que aqui fala, porque este que aqui fala o faz....

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Mas a direção não só do PT. Não houve nenhuma manifestação contrária.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – ... com o intuito de contribuir com o debate e dizer que a responsabilidade nossa é de investigar todos, doa a quem doer, sem pesar mais a mão de um lado ou pesar mais a mão de

outro, desconsiderando os fatos que são colocados, que estão presentes e que são todos os dias trazidos por várias pontas, por várias áreas.

Não se trata aqui também, e quero dizer aqui, meu Presidente, de estar fazendo juízo de valor sobre as informações que são divulgadas pela mídia. Todas elas precisam ser investigadas. Volto a dizer aqui: não podemos condenar ninguém por antecipação ou por presunção de uma matéria ou de uma informação que foi colocada inclusive no inquérito. Temos que investigar. Esse é o papel do Judiciário, esse é o papel da Polícia Federal, do Ministério Público, e é o papel também desta CPMI.

Então, quero só fazer esta correção para que não parem dúvidas sobre isso.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputado Izalci, 30 segundos, pois V. Ex^a já tomou parte desta Comissão.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Mas eu posso me reinscrever?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Pode. V. Ex^a tem toda...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Trinta segundos, a reinscrição?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Trinta segundos.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Sim, senhor.

Primeiro, quero só pedir ao Relator que coloque esta Ata nos Anais da CPMI, em que comprova claramente o pedido de demissão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Recebo de V. Ex^a e tomarei imediatamente providências.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Segundo, quero também informar que, conforme depoimento de Paulo Roberto Costa, o Sr. Antonio Palocci pediu dois milhões para a campanha da Presidenta Dilma. Então, estou fazendo também um requerimento para convocá-lo, e também a Presidenta Dilma, para falar sobre esse assunto aqui, na CPMI.

Era isso, Sr. Presidente.

Obrigado.

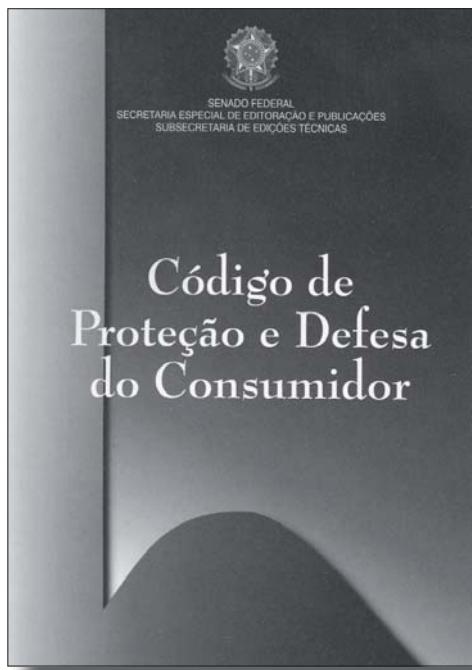
O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião, convocando V. Ex^{as}, na forma regimental. – Senador **Vital do Rêgo**, Presidente.

(*Iniciada às 14 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 38 minutos.*)



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Código de Proteção e Defesa do Consumidor



Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e legislação correlata. Inclui dispositivos constitucionais pertinentes, vetos presidenciais, legislação correlata e completo índice temático.

Estatuto da Criança e do Adolescente



Lei nº 8.069, de 1990, acrescida de legislação correlata e atos internacionais relativos ao tema criança e adolescente.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria

**Edição de hoje: 154 páginas
(O.S. 14700/2014)**

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

**SENADO
FEDERAL**

